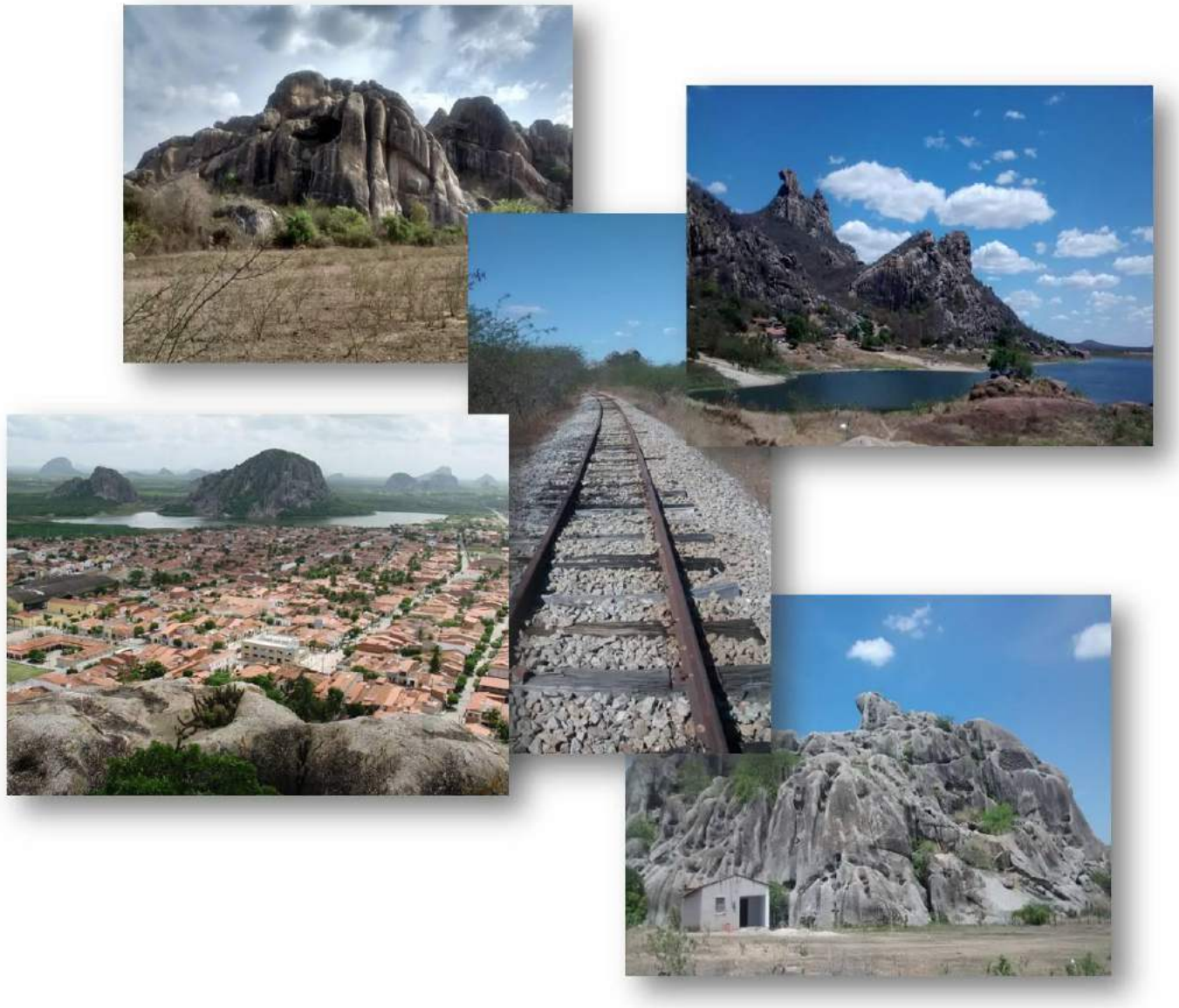
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Cláudio Antônio Vieira da Silva

Há “pedras” no meu curral: a paisagem dos monólitos de Quixadá-CE



Rio de Janeiro

2017

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Cláudio Antônio Vieira da Silva

Há “pedras” no meu curral: a paisagem dos monólitos de Quixadá-CE

Dissertação apresentada como requisito final ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural, sob a orientação da Prof. Dra. Ana Carmen Amorim Jara Casco.

Rio de Janeiro

2017

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Ceará.

S586h Silva, Cláudio Antônio Vieira da.
Há “pedras” no meu curral: a paisagem dos Monólitos de Quixadá – CE / Cláudio Antônio Vieira da Silva – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.

193 f.: il.

Orientadora: Ana Carmen Amorim Jara Casco.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2017.

1. Patrimônio natural. 2. Paisagem. 3. Patrimônio Cultural. 4. Geografia. 5. Monólitos de Quixadá (CE). I. Casco, Ana Carmen A. J. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69098131

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Cláudio Antônio Vieira da Silva

Há “pedras” no meu curral: a paisagem dos monólitos de Quixadá-CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, _____de _____ de _____.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Ana Carmen Amorim Jara Casco (orientadora) - PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dra. Lia Motta – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Cristiano Aprígio dos Santos – Departamento de Geografia/Univ. Federal de Sergipe (DGEI/UFS)

_____

Arquiteto Murilo Cunha Ferreira (supervisor) – Superintendência do Iphan no Ceará

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos, primeiramente, a Deus pela sabedoria, força e pela fé, na qual eu creio que me orientou durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, irmãos e a minha avó (*in memorium*) por todo apoio, amor, carinho e por tudo que eles significaram para mim durante essa trajetória e em mais essa etapa na minha vida pessoal e profissional.

À minha orientadora, a professora Ana Carmen, pelas conversas, paciência, sugestões e por todo apoio que foi fundamental ao desenvolvimento da dissertação, resultando na qualidade do trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho da Superintendência do Iphan no Ceará (da DivTec, da Biblioteca, da Arqueologia, do Administrativo, aos motoristas e aos demais funcionários lotados no Iphan CE) que me acolheram desde agosto de 2014 e por praticamente 02 anos pude conviver, aprender bastante sobre as interfaces do Patrimônio, bater papo, tomar cafezinhos, merendar, pela companhia e conversas na copa na hora do almoço, pelas saidinhas ocasionais ao Benfica e por tantos outros momentos compartilhados com vocês e que claramente condicionaram em uma ótima convivência interpessoal.

Ao Murilo Cunha, meu supervisor, que esteve desde o inicio me acompanhando, trazendo sugestões e vendo os desafios em desenvolver os trabalhos e as pesquisas de Quixadá.

Um agradecimento especial também ao Ramiro Teles, ao Márcio Carvalho, a Ítala Byanca, ao meu xará Claudio Saraiva, ao Robledo Valente, ao Alexandre Veras, ao Igor Soares, a Elizabete Lima, a Fabrícia Kelly, a Verônica Viana e ao Francisco Veloso pela disponibilidade, conversas e pelo convívio que muito significaram e contribuíram no amadurecimento pessoal e profissional durante esses 02 anos de Iphan.

À Jessica Lilian pelo carinho, cumplicidade, pelas risadas, a força em todos os momentos e a amizade que surgiu mo âmbito do patrimônio e continua até hoje.

À Luzilene Sabóia, que se tornou uma amiga e parceira nas questões em torno da preservação ambiental e patrimonial dos monólitos de Quixadá.

Ao Rodrigo Vieira, que nos últimos meses foi importante na ajuda despendida, no apoio, nas conversas e na cumplicidade que deram um fôlego no desenvolvimento e nos desdobramentos do trabalho.

À Lia Motta, pela condução, comprometimento, carinho e cuidado com que trata o PEP, os alunos e professores. Sempre empenhada em fazer o melhor possível e encontrar os caminhos para condicionar o desenvolvimento da forma mais efetiva.

A toda equipe de professores e funcionários do Programa de Mestrado Profissional de Preservação do Patrimônio Cultural e da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência – COPEDOC que tornaram os meses de aula, a oficina nacional e todas as demais atividades experiências incríveis de aprendizado e convivência.

A toda minha turma do PEP, por tudo que convivemos, passamos e pelas amizades construídas nos meses em que vivemos juntos no Rio de Janeiro. Foram tantos sotaques, sabores regionais, risadas, canções cantadas “em especial Evidências”, tanto amor envolvido, tantas mesas de bar, idas à praia e cumplicidades... De norte a sul desse Brasil guardo admiração, carinho e afeto por cada um de vocês! Que haja sempre PEPencontros nas nossas vidas, saudades!

Ao meu BigPEP, também conhecido como “Ladinho A”, na qual nossa afinidade foi incrível e crescente desde o inicio do programa. Com vocês compartilhei tanta coisa que fico sem palavras para definir ou, mesmo, enumerar. E mesmo distantes geograficamente mantemos a mesma essência da alegria e empolgação de estarmos todos juntinhos, pois já dizia música “*a gente vive junto e a gente se dá bem*”.

Agradeço também aos professores que participaram da minha banca de qualificação: Márcia Sant’anna e Paulo Boggiani e os professores que aceitaram o convite para participar da banca avaliadora: Lia Motta e Cristiano Aprígio.

Por tudo isso, valeu muito à pena! Á todos, os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Alçada a categoria de Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2004, a paisagem natural dos Monólitos de Quixadá teve seu valor cultural estabelecido, para fins de Tombamento, em função de sua excepcionalidade e feições notáveis, que lhes atribuíram significado cultural, consoante estabelecido em legislação federal. Ressalta-se que outros elementos e atributos intrínsecos ao Bem não foram considerados no ato do Tombamento naquele momento, a exemplo do caráter imaterial, da natureza do Bem em si e na consulta e opinião da sociedade civil local. Assim, o objetivo deste trabalho busca entender o processo de patrimonialização dos monólitos de Quixadá, juntamente com os desdobramentos ocasionados a partir do Tombamento daquele Bem Natural. Nesse contexto, a escolha pelo referencial teórico que abarcasse as particularidades do objeto de estudo e desse subsídio para alcançar os objetivos propostos teve impulso com a proposta de rerratificação da poligonal de tombamento. A articulação entre os conceitos de Paisagem e do Território, a partir do campo da geografia, foi de suma importância para compreender o objeto de estudo, viabilizando o entendimento em certas escolhas feitas pela Instituição durante o processo de patrimonialização que refletiu numa série de proposições e consequências socioculturais e políticas sobre os Monólitos. Para tanto, foram realizadas atividades de campo, observação livre e consultados, no tocante a trajetória conceitual, documentos sobre a salvaguarda e instrumentos de valoração dos bens naturais produzidos pelo IPHAN e a UNESCO; e a utilização de softwares de geoprocessamento para o mapeamento e georreferenciamento dos monólitos de Quixadá. O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos: o I tem um caráter empírico e traz o objeto de estudo propriamente dito; o II tem um caráter teórico e orientador na construção do debate; o III contextualiza o tratamento dado ao patrimônio natural; e o IV traz a proposta de rerratificação do tombamento a partir de um zoneamento. Diante da complexidade em torno dos Monólitos de Quixadá percebeu-se que é fundamental aprofundar o entendimento dos valores atribuídos e faz-se necessário considerar a comunidade local em uma eventual rerratificação da poligonal, devendo incorporar novos olhares e ampliar os entendimentos em face da diversidade cultural que permeia os Monólitos de Quixadá.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Patrimônio Natural. Valor. Rerratificação.

ABSTRACT

Purview of Brazilian Cultural Heritage Category by the *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) since 2004, the natural landscape of the Quixadá *Monólitos* had their cultural value established for *Tombamento* purposes, due to of its specialness and notable features. This purpose has been attributed by the IPHAN also due to cultural significance of the *Monólitos*, as established by federal legislation. However, it can be noticed that other elements and attributes intrinsic to the cultural heritage were not considered in the *Tombamento* purpose at that time. For example the nature and intangible character of the heritage, besides the opinion of local civil society. The objective of this work was to understand the Patrimonial action of the *Monólitos* of Quixadá, along with the developments from the *Tombamento* purposes of Natural Heritage. In this context, the choice of theoretical approach that comprehend the study object particularities and contribute to achieve the proposed objectives had been stimulated by the proposal of re-ratification of the polygonal heritage. The relationship between the concepts of Landscape and Territory, from the geography field, was very important to understand the object of study. This concept relation had contributed to understand some choices made by the institution in the *Tombamento* process, which have reflected in a series of socio-cultural and political propositions and consequences to the *Monólitos*. This work was carried out based in field activities, free and consulted observation, documents about the protection and valuation of natural assets instruments produced by IPHAN and UNESCO; and the use of geo-processing software for mapping and geo-referencing of the Quixadá *Monólitos*. This work was divided into four chapters: The first one has an empirical character and brings the subject study; the second one has a theoretical character and contribute to debate construction; the third one contextualizes the treatment given to the natural heritage; and finally the last one describes the re-ratification proposal from a zoning area. Based in the complexity of the Quixadá *Monólitos* was observed that is essential to explore the understanding of the attributed values to the natural heritage and consider the local community on a possible polygonal re-ratification. In this way it is necessary to incorporate new appearances and expand the understanding of the cultural diversity, which permeates the Quixadá *Monólitos*.

Keywords: Cultural Landscape. Natural Heritage. Value. Re-ratification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Ilustração da localização do município de Quixadá	30
Figura 02	Ilustração dos vetores de expansão urbana do município de Quixadá	31
Figura 03	Foto histórica: Estação de Quixadá – década de 1930	31
Figura 04	Estação de Quixadá hoje	32
Figura 05	Tabela do cadastro dos sítios arqueológicos em Quixadá	33
Figura 06	Açude do Cedro em 1906	34
Figura 07	Açude do Cedro e Pedra da Galinha Choca no inicio do século XX	35
Figura 08	A cidade de Quixadá em 1913?	36
Figura 09	Quixadá no inicio do século XX	36
Figura 10	Pedra do Cruzeiro no inicio do século XX	37
Figura 11	Pedra do Cruzeiro em meados das décadas de 1960/70	38
Figura 12	Estrutura da planta urbana na cidade de Quixadá em 1968	39
Figura 13	Desenho do projeto da Barragem do Açude do Cedro	40
Figura 14	Barragem do Cedro e Pedra da Galinha Choca	41
Figura 15	Vista da Barragem do Cedro e espelho d'água do Açude	41
Figura 16	Monólito dentro de uma fazenda na área rural	43
Figura 17	Pedra do "ET" e o açude do Eurípedes, juntamente com a vista de outros monólitos ao fundo e o parte do tecido urbano de Quixadá à frente	44
Figura 18	Visto parcial do Conjunto dos monólitos e trecho do tecido urbano de Quixadá	44
Figura 19	Açude Cedro, conjunto de monólitos e entre eles o núcleo urbano de Quixadá	45
Figura 20	Paisagem de Pernambuco, circa 1637 /1680. Frans Post, óleo sobre madeira, 34,3 x 47,3 cm.	52
Figura 21	Significados do Termo Paisagem na Geografia	54
Figura 22	Casario histórico e ao fundo trecho da Serra dos Cristais	89
Figura 23	Área central de Diamantina com a Serra dos Cristais ao fundo	89
Figura 24	Trecho da Serra dos Cristais emoldurando a parte histórica de Diamantina	89
Figura 25	Serra do Curral vista da cidade de Belo Horizonte, mostrando a evolução do ambiente construído.	90
Figura 26	Serra do Curral ao fundo e a frente parte de Belo Horizonte em 2012	91
Figura 27	Vista da Serra do Curral em Belo Horizonte.	92
Figura 28	Ocupações irregulares na escarpa da Serra dos Cristais	98
Figura 29	Ocupações de classe média e alta na Serra do Curral em BH	98
Figura 30	Ocupações de classe média e alta na Serra do Curral em BH	98
Figura 31	Ocupação urbana no entorno da Pedra do Cruzeiro	99
Figura 32	Via urbana construída sobre uma das pedras	99
Figura 33	Assentamento irregular ao redor de um monólito em Quixadá	100
Figura 34	Assentamento Vale das Pedras do MST em um monólito	100
Figura 35	Implantação de um loteamento próximo aos monólitos do Açude do Cedro em Quixadá	101
Figura 36	Delimitação da poligonal de tombamento dos monólitos de Quixadá	103
Figura 37	Evidências da quebra do espelho de cristalino no campo dos monólitos para produção de paralelepípedos e pedras ornamentais em área tombada	104
Figura 38	Área de lavra de extração de minérios próximo conjunto dos monólitos	104
Figura 39	Mineração na porção oposta da Serra do Curral	104
Figura 40	Monólito com a imagem de São Francisco esculpida na Rocha	110
Figura 41	Igreja lavrada na pedra em homenagem a São Francisco de Assis	110
Figura 42	Fonte de água consagrada, simbolismo e fé popular no Conjunto dos Monólitos de Quixadá	111
Figura 43	Santuário Rainha do Sertão na Serra do Urucum	111
Figura 44	Pedra do Cruzeiro em meio ao tecido urbano	112
Figura 45	Matacão servindo de anteparo para um cercamento	112
Figura 46	Pedra Branca e vegetação arbórea da caatinga	113

Figura 47	Serra do Padre, no distrito do Custódio, nas proximidades do Açude do Cedro	113
Figura 48	Oficina e prática patrimonial	114
Figura 49	Localização dos pontos de interesse	114
Figura 50	Localização do Açude do Cedro e da Pedra da Nariguda	125
Figura 51	Pedra da Galinha Choca e Açude do Cedro com a parede em formato de arco	125
Figura 52	Pedra da Nariguda	126
Figura 53	Sobreposição do Perímetro urbano de 2012 com a poligonal de Tombamento de 2004	128
Figura 54	Pedra do Cemitério	130
Figura 55	Pedra do Chalé	130
Figura 56	Muro construído sobre a parte baixa do monólito no bairro do Herval em Quixadá	131
Figura 57	Estrutura de uma casa (a base) sendo implantado sobre um monólito no bairro do Herval	131
Figura 58	Ponto comercial construido sobre a parte rebaixada de um maciço residual	132
Figura 59	Residências construídas sobre a parte rebaixada da Pedra do Cruzeiro	132
Figura 60	Curvas de nível no município de Quixadá e território dos monólitos	135
Figura 61	Demarcação da Poligonal do Açude do Cedro para o Tombamento pelo Iphan de 1983	136
Figura 62	Demarcação ortorretificada no ambiente SIG da Poligonal do Tombamento do Açude do Cedro	138
Figura 63	Perímetro urbano de Quixadá aprovado pelo PDDU em 2000	140
Figura 64	Unidade de Conservação em nível estadual - 2002	141
Figura 65	Sobreposição das poligonais do Açude do Cedro, UC de Quixadá e Perímetro Urbano de 2000	141
Figura 66	Poligonal de Tombamento dos monólitos de Quixadá de 2004	142
Figura 67	Perímetro urbano de Quixadá aprovado por Lei Ordinária em 2007	143
Figura 68	Sobreposição das poligonais do Açude do Cedro, do perímetro urbano de 2007 e da poligonal de Tombamento do Iphan	144
Figura 69	Perímetro urbano de Quixadá aprovado por Lei Ordinária em 2012	145
Figura 70	Sobreposições dos perímetros urbanos 2000, 2007 e 2012	146
Figura 71	Malha urbana consolidada em torno dos monólitos	146
Figura 72	Sobreposição das poligonais do Iphan com o perímetro urbano de 2012	148
Figura 73	Sobreposição das poligonais do Iphan com a UC estadual de 2002	148
Figura 74	Sobreposição de todas as poligonais vigentes em Quixadá	151
Figura 75	Zoneamento da rerratificação	153
Figura 76	Zona 01	154
Figura 77	Sobreposição da Zona 01 com a UC estadual	155
Figura 78	Zona 02	157
Figura 79	Terraplanagem no Bairro do Herval em Quixadá	158
Figura 80	Zona 03	159
Figura 81	Pedra do Cruzeiro	161
Figura 82	Pedra do Cemitério	162

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CIA	Centro de Informação Arqueológica
CNA	Cadastro Nacional de Arqueologia
CONPAQ	Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de Quixadá
DEPROT	Departamento de Proteção
DL	Decreto Lei
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra Seca
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretária de Meio Ambiente
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1 – Conhecendo o objeto: caracterização e localização da área de estudo 29

1.1 Arqueologia e pré-história de Quixadá 32

1.2 No entorno dos monólitos: as ocupações no inicio do século XX em Quixadá 34

1.3 O Açude do Cedro e os Monólitos de Quixadá 39

1.4 Patrimonialização e monumentalidade dos monólitos de Quixadá 45

CAPITULO 2 – A trajetória teórica 50

2.1 Considerações aos estudos de Paisagem 51

2.2 Estudos de paisagem no Brasil 61

2.3 Território e Poder 63

CAPÍTULO 3 – O Patrimônio Natural e a atuação do Iphan 68

3.1 O patrimônio natural no Brasil 75

3.2 A paisagem cultural no Brasil 83

3.3 Estudos comparativos entre Tombamentos de patrimônios naturais pelo Iphan 86

3.4 A análise comparativa dos Estudos de Tombamento 93

CAPÍTULO 4 – A proposta de rerratificação do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá 106

4.1 Diretrizes elaboradas no âmbito federal: o olhar do Iphan sobre os monólitos de Quixadá 115

4.2 Reflexões sobre os valores atribuídos e a contribuição da Geografia 120

4.3 Os valores atribuídos ao Conjunto dos Monólitos de Quixadá 124

4.4 A rerratificação dos Monólitos de Quixadá 127

4.5 Conflitos nas sobreposições de poligonais e a proposta do zoneamento na rerratificação 134

CONCLUSÕES 164

REFERÊNCIAS 169

ANEXOS 179

Anexo 01 179

Anexo 02 180

Anexo 03 188

Anexo 04 190

Anexo 05a 191

Anexo 05b 192

“[...] as grandes pedras de Quixadá que se destacavam abruptamente sobre a vastidão arranhenta da caatinga, erguendo, céu acima, as enormes escarpas de granito. A luz lhes dava gradações estranhas, desde o cinzento metálico, e um azul da cor do céu, e o outro azul de violeta-pálido, até ao negro do lodo que escorria em grandes listas, sumindo-se nas anfractuosidades, chamalotando as ásperas paredes a pique. Surgiam ao longe, como uma barreira fechada e hostil, os serrotes ligando-se aos serrotes, num alinhamento amontado. Mas o trem ia-se aproximando, penetrando, e à medida que avançava, as montanhas cerradas se afastavam como se abrissem o passo ao monstro resfolegante que chegava”.

Trecho de *O Quinze*, de 1930, de Rachel de Queiroz.

INTRODUÇÃO

Identificando o objeto e problematizando-o

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Ceará e diz respeito à paisagem natural conhecida como os Monólitos de Quixadá, tombada com o patrimônio cultural brasileiro.

O processo de Tombamento foi instaurado em 27 de novembro de 1996, sob o n.º 1.377-T-96, e intitulado "Conjunto Paisagístico constituído por formações geomorfológicas em serrotes, no município de Quixadá, Estado do Ceará" e somente no ano de 2004 a área foi tombada e teve sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Do ponto de vista científico as denominações de Monólitos e Serrotes não são as mais adequadas, pois o termo da abordagem cientifica seria *Inselbergs*. Contudo, em respeito à forma como os grupos locais nomeiam o bem cultural e que reflete no modo como se apropriaram culturalmente do mesmo ao longo do tempo, optou-se pelo tratamento das formas mais conhecidas pelos grupos locais. Ressaltando que quando necessário será dado o tratamento com o rigor científico do termo.

Consoante ao estabelecido no Estudo de Tombamento, o valor cultural desta paisagem natural pôde ser verificado a partir das formas notáveis que lhe atribuíram o valor de excepcionalidade do Bem.

> "seja por sua beleza contagiante, seja pela aparência extraordinária, singular, bizarra ou curiosa que avulta à vista, dentre as demais, e também pela forte representatividade do conjunto na totalidade de formações geomorfológicas similares existentes em outras partes do país, seja por sua localização privilegiada e em destaque na paisagem, seja por constituir magnífico exemplo deste tipo de afloramento" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento dos Monólitos de Quixadá).

No trecho acima são apontadas nuances nos aspectos geomorfológico-geológicos, características inerentes ao Bem. Porém, foi através dos critérios de excepcionalidade e da feição notável, que foram as justificativas potenciais responsáveis, para efetuar o Tombamento Federal daquela paisagem natural.

Tal premissa consta no Decreto Lei nº 25 de 1937, podendo-se salientar que a atribuição de valor de um bem natural para fins de tombamento pelo IPHAN é sempre de caráter cultural,

sendo entendido como o reconhecimento público de seu significado simbólico e apropriação cultural pelo homem. Para o caso dos monólitos de Quixadá, as formações geomorfológicas foram a principal referência paisagística devido ao seu valor cultural.

> "[...] Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". (Trecho extraído do DL 25/37)

O Tombamento e a apropriação do objeto em razão, primordialmente, do seu caráter estético (critério restritivo que por muito tempo foi utilizado pelos técnicos responsáveis, sobretudo arquitetos, na identificação e valoração dos Bens) serviu para qualificar e valorar o patrimônio, deixando de considerar elementos e atributos intrínsecos ao Bem que também seriam fundamentais para melhor compreensão e conhecimento de suas especificidades. Podem-se citar como exemplos, os atributos relativos ao caráter imaterial em torno do Bem que não foi considerado no processo de patrimonialização, o tipo de natureza do Bem em si e a participação e opinião dos moradores de Quixadá. Por estas razões, o Bem tombado (os monólitos de Quixadá) vem enfrentando sérios problemas no gerenciamento e na sua proteção.

Dentre as principais evidências de problemas recorrentes na área tombada de Quixadá têm-se a depredação física cada vez mais iminente; o avanço desordenado da área urbana em direção aos monólitos; a pressão imobiliária; a redução, muitas vezes recorrente, da ideia de escala panorâmica e moldura que os monólitos apresentam; a mineração que embora seja incipiente já se mostra um potencial problema; as atividades turísticas sem planejamento; e a falta de diálogo entre as instâncias governamentais nos três níveis.

Adimos também, a fragilidade dos parâmetros urbanísticos de responsabilidade do município em decorrência do Plano Diretor; dos índices construtivos específicos; e a pouca acurácia da poligonal de Tombamento em vigor, em razão do seu desenho que à época que foi proposta não foi georreferenciada e nem apresenta marcos físicos para identificação.

Esses fatores somados dificultam a gestão[1] do patrimônio cultural de Quixadá e não contemplam as demandas atuais de conservação. Pode-se então supor que tanto a identificação de "componentes imateriais" quanto à participação social e o reconhecimento de que a atribuição do valor é uma prerrogativa dos grupos sociais, seja de fato o problema que dificulte

[1] A Gestão neste trabalho consiste em ações integradas de preservação do patrimônio cultural e do desenvolvimento urbano, objetivando garantir a transmissão do Patrimônio às gerações futuras e trazer subsídios às instâncias locais de planejamento urbano e gestão.

a gestão do patrimônio, levando o IPHAN a atuar em desacordo com o que diz a Constituição Federal.

Em razão disso, é natural que surjam questionamentos sobre a competência do acautelamento e da conservação de bens naturais mediadas por um órgão cultural, como o IPHAN, mesmo sabendo-se da existência de instituições de proteção ambiental que conseguiriam abarcar esse domínio. Contudo, é muito difícil separar o meio natural da ação humana, visto que as interações humanas na natureza são processos contínuos, dinâmicos e constantes e essas marcas humanas no meio são expressas na Paisagem, representando verdadeiros registros culturais.

Para Vesentini (2007), essa dicotomia existente entre a Sociedade e Natureza não deve mais existir em nossos dias, pois segundo ele requerem uma explicação conjunta:

> "De fato, não é possível em nossos dias qualquer projeto de reestruturação societária radical que não leve em conta as relações entre sociedade e natureza. Qualquer utopia ou projeto revolucionário ao estilo de Rousseau ou Marx, entre outros, deve incorporar a natureza como questão (e não como ideal romântico, como Rousseau, ou como recurso instrumental, como em Marx), como dilema a ser pensado em conjunto com o futuro social, como fator que coloca objetivamente limites ao ideal de progresso e à própria noção de consumo e necessidades" (VESENTINI, 2007, p. 17).

Além disso, juridicamente a proteção e conservação de um bem natural estão em conformidade com o disposto, tanto no DL 25/37 quanto no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 que assegura a proteção aos sítios de valor paisagístico, ecológico e cientifico, garantindo assim a proteção por meio de uma organização de preservação cultural.

Apesar das limitações técnicas e físicas à época do Estudo de Tombamento, compete-nos considerar o esforço e reconhecer o mérito da iniciativa em promover o tombamento de bens naturais, como ocorreu com o Conjunto dos Serrotes de Quixadá, que se constitui como o maior território (área) natural tombado pelo IPHAN no Estado do Ceará.

Vale salientar que as paisagens naturais tombadas pelo IPHAN estão inscritas no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, onde a acepção de paisagem é percebida, a priori, pelo seu caráter cênico e paisagístico e, posteriormente, são acrescidos outros atributos percebidos ao longo do tempo na Paisagem. É-lhe atribuído significado cultural e se apresenta numa visão integrada entre os valores da natureza e da cultura.

Em nível estadual, em outubro de 2002, foi aprovado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA) a Unidade de Conservação (UC) de proteção integral denominada por Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá, que compreende a área de domínio dos

campos de monólitos em Quixadá. Na qual, parte da área nomeada como UC já se encontra sob-responsabilidade do IPHAN.

Segundo a SEMA a justificativa para criação dessa UC foi em razão da raridade e beleza cênica de grande valor ecológico e turístico dos *inselbergs* existentes na região de Quixadá, juntamente com a fragilidade e permanente estado de risco, face às intervenções humanas. Essa justificativa apresenta muita similaridade com o disposto pelo órgão federal de proteção do patrimônio cultural.

A interface de proteção e preservação dos monólitos de Quixadá no nível Estadual mostra-se bastante pertinente, e o Estado torna-se mais um colaborador na gestão deste Bem. Entretanto a atuação do Estado ainda é pequena diante da extensa área e dos problemas ambientais e urbanos, embora já seja bastante positiva no contexto de Quixadá.

Diferentemente, em nível municipal não foram observadas iniciativas protecionistas que considerassem os monólitos de Quixadá. Os instrumentos jurídicos municipais, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado pela Lei nº 1903 de abril de 2000, e a criação do Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente, aprovado pela Lei municipal nº 2.224 em outubro de 2005, não trouxeram nenhuma ação reconhecidamente voltada para os monólitos, além de não assegurar efetivamente o desenvolvimento urbano do município de Quixadá, visto que as ideias estabelecidas na legislação não são visualizadas no município.

Tal afirmação pôde ser observada *in loco,* constatando-se que o cenário encontrado no município de Quixadá coloca em risco não apenas a qualidade urbana e social, como também tem agredido de modo significativo o aspecto ambiental, sobretudo a imagem dos monólitos.

Foi visto que o PDDU, apesar de ser um instrumento obrigatório para boa parte dos municípios brasileiros, atua como um "mero coadjuvante" quando relacionado à proteção dos monólitos de Quixadá, deixando muita margem para possíveis alterações ambientais. O PPDU não traz itens prescritos em lei específicos sobre os monólitos, tão pouco informa de modo adequado, procedimentos com tratamentos específicos, ressaltando que seria fundamental que os monólitos de Quixadá tivessem, em nível local, uma atenção diferenciada devido à sua representatividade.

Com relação ao Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente, algumas de suas atribuições e competências são um tanto equivocadas, no que diz respeito ao conteúdo, como por exemplo, no artigo 03 da Lei que institui o referido Conselho é dito: *"proteger o patrimônio*

histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico". A questão em torno dessa competência atribuída ao Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Quixadá é o modo como foi construído o argumento, visto que são expressas subcategorias patrimoniais, e que não existe o chamado patrimônio estético. De fato, o que existe é um caráter estético visual na paisagem, e isso não é considerado um patrimônio em si.

Embora falhos e com lacunas, sobretudo no que diz respeito às diretrizes urbanas e suas competências, os instrumentos municipais supracitados são fundamentais para, ao menos, regulamentar e orientar algumas propostas de valoração. Um dos grandes problemas encontrados, a partir de suas leituras e análise, é a falta de referências mais direcionadas aos monólitos, visto que tanto o PDDU quanto o Conselho fazem menção ao ambiente natural, embora de forma ampla e genérica. Essa menção, mesmo que positiva, é insuficiente para abarcar as peculiaridades dos monólitos, tanto do ponto de vista geológico-geomorfológico como do ponto de vista biológico-cultural.

Nesse sentido, são feitos questionamentos que se tornam bastante pertinentes: Se uma das marcas em Quixadá[2] são as "pedras" que o município tem, por que elas são subjugadas e pouco referenciadas na legislação municipal? E que instrumento(s) poderia(m) ser pensado(s) para dar conta desse objeto?

Diante dos desafios identificados a partir da leitura do Estudo de Tombamento, da Candidatura da Barragem do Cedro e dos Monólitos de Quixadá a Patrimônio Mundial da UNESCO[3] (Anexo 01), em fase de implantação, associadas as atividades de campo e vivência realizadas, sobre o prisma da Geografia, pode-se propor como objetivo geral a ser perseguido entender o processo de patrimonialização dos monólitos de Quixadá, juntamente com os desdobramentos ocasionados a partir do Tombamento do Bem.

[2] O termo Quixadá significa "Curral de Pedras", numa alusão a grande quantidade de monólitos que ali existem.

[3] A UNESCO se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade. As relações com a salvaguarda do patrimônio cultural tangível e intangível (material e imaterial) no Brasil podem ser as principais referências para as políticas nesse campo. Atualmente existem 13 sítios do Patrimônio Cultural e 07 sítios do Patrimônio Natural chancelados pela UNESCO no Brasil, juntamente com outros 23 bens inventariados (sendo 12 culturais, 09 naturais e 02 mistos) que compõem a Lista Indicativa em fase de candidatura, ou seja, bens capazes de serem declarados Patrimônios Mundiais Futuramente. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/ & http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/813. Acesso em fev. 2017.

Enquanto que os objetivos específicos da dissertação são:

i) Discutir, a partir de um referencial teórico, as particularidades do objeto de estudo;

ii) Realizar uma análise comparativa entre Estudos de Tombamento com aspectos semelhantes ao Estudo dos Monólitos de Quixadá

iii) Discutir a acepção da paisagem cultural e do patrimônio natural a partir do entendimento do Iphan;

iv) Propor uma rerratificação do Tombamento a partir de uma sugestão de zoneamento, dentro da contribuição da geografia, com a indicação e recomendação de diretrizes para área.

A justificativa

Formados a bilhões de anos e resultantes da intrusão magmática, da ação do intemperismo e de agentes externos do relevo, os *Inselbergs*, ou também conhecidos como monólitos, são formações rochosas com estruturas bastante rígidas que datam do Pré-cambriano. Essa formação lhes compete como verdadeiros testemunhos residuais de tempos pretéritos, sendo importantes fontes de pesquisa e objetos de análise de patrimônios naturais.

O município de Quixadá concentra uma grande quantidade desses monólitos, conferindo um caráter único e sem igual comparado a qualquer parte da Terra com esse tipo de formação. Tem-se um verdadeiro "jardim de pedras", com tamanhos distintos e formações que desafiam a imaginação humana, em que algumas delas lembram no imaginário popular animais e objetos, a exemplo da Pedra da Galinha Choca, a Pedra da Nariguda, o Serrote dos Cavalos.

Parte dessas formações rochosas encontradas em Quixadá também guardam testemunhos arqueológicos da história de povos antigos (com a presença de pinturas rupestres e resquícios de artefatos) que ali passaram e, certamente, devem ter habitado aquele território por algum tempo.

Fonte de inspiração para romances literários, como *O Quinze* da escritora Rachel de Queiroz (que foi a solicitante do pedido de tombamento), e cenário cinematográfico para filmes nacionais e internacionais, os monólitos de Quixadá continuam a despertar o imaginário da população e estão presentes no cotidiano da vida da população local.

Quixadá e seus monólitos também transmitem um incrível espírito cultural que se reflete nos textos e rimas de repentistas, violeiros, poetas e escritores que tomam aquela paisagem

singular como fonte de inspiração, assegurando a identidade local e o sentimento de pertencimento.

Em torno dos monólitos também existe certo misticismo, de caráter extraterrestre. Esse aspecto não será levantado durante o desenvolvimento do estudo, embora sua menção mereça atenção, visto que a partir dessa construção mística e subjetiva de uma parte da população local, houve uma influência no desenvolvimento de produções cinematográficas em Quixadá.

Dentre os filmes mais conhecidos que tratam dessa temática e trazem uma associação com a figura dos monólitos, destaca-se o filme de ficção cientifica intitulado de "Área Q" de 2011/12, que é uma coprodução com filmagens feitas em Quixadá, Quixeramobim (cidade vizinha a Quixadá) e em Los Angeles nos Estados Unidos, e é baseado em um caso ocorrido em Quixadá durante a década de 1970 que ficou conhecido como o Caso Barroso.

É no município de Quixadá que ocorre o encontro dos Profetas da Chuva, homens e mulheres de várias partes da região Nordeste que são herdeiros de conhecimentos tradicionais seculares e são considerados verdadeiros observadores dos sinais da natureza, fazendo previsões acerca do regime de chuvas nos Sertões. Devido à sua experiência, os profetas da chuva são frequentemente consultados pelos agricultores nordestinos.

Os monólitos de Quixadá também tem forte ligação com o caráter religioso na Paisagem, mantendo relações com o sagrado. No município, próximo ao domínio dos monólitos, encontramos na Serra do Urucum, o Santuário de Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão, que teve sua construção concluída em 1995 e recebe anualmente milhares de peregrinos. A Pedra do Cruzeiro, monólito encontrado no centro da cidade de Quixadá, também é um local de peregrinação e promessas. A rocha recebe este nome, pois no seu cume tem uma Cruz de tamanho significativo, que foi posta em 1932. Atualmente a Cruz encontra-se bastante danificada e descaracterizada, pois esta misturada entre antenas de transmissão, tendo perdido um pouco de sua significação. No campo dos monólitos existe um subconjunto denominado de São Francisco, pois se encontra em uma fazenda de mesmo nome, e em um dos monólitos existe um santuário erguido em homenagem a São Francisco que foi talhado na rocha do monólito.

Favorecido pelo processo de ocupação de interior através da criação de gado e no cultivo do algodão, o município de Quixadá teve seu crescimento impulsionado com a construção do Açude do Cedro e da estrada de Ferro. Essas obras promoveram a ocupação do território, inclusive em torno de alguns monólitos, como na Pedra do Cruzeiro e a Pedra do Cemitério,

causando a descaracterização de alguns monólitos e mudando a configuração da Paisagem, resultando em problemas de qualidade urbana que comprometem parte do Conjunto dos Monólitos.

Em razão das peculiaridades em torno dos Monólitos, uma área de, aproximadamente, seis mil hectares veio a ser Tombada em 2004 pelo IPHAN, sendo esta a maior área tombada no Estado do Ceará pelo Iphan. Embora a área em vigor apresente-se muito grande, durante o processo de tombamento, alguns monólitos não foram incluídos num primeiro momento em razão da possibilidade de uma ampliação futura, entretanto, esse processo de ampliação não ocorreu. Nesse sentido, a área do campo dos monólitos protegidos poderia ser bem maior e, provavelmente, os problemas locais também seriam ampliados.

Dessa forma, pode-se refletir a respeito da efetividade do instrumento do Tombamento para realizar a proteção, visto que numa potencial rerratificação da poligonal, muito se discute internamente no Iphan Ceará se a (re)organização deveria ampliar, reduzir ou mesmo fragmentar em mais de uma poligonal . Além disso, seria necessário que outros instrumentos fossem incorporados ao Tombamento para dar conta das demandas e particularidades do objeto.

O referencial teórico

Essa trajetória em torno da dissertação, que às vezes intimida e ao mesmo tempo incentiva seguir em frente, tem sido encarada como um aprendizado e um experimento. Salientando que muitos caminhos são possíveis de tratar o tema em questão e apesar da pluralidade em torno do objeto, optou-se por construir um discurso reflexivo e, por vezes, crítico, além de trazer um aspecto prático a partir da contribuição da ciência geográfica.

É bastante animador poder se debruçar sobre um objeto tão próprio da Geografia e que foi visto com outros olhares, sobretudo no âmbito do patrimônio. Isto revela, tão claramente, como as ciências se relacionam entre si e que esta interdisciplinaridade é, provavelmente, o caminho para trazer respostas para questões vistas como inexoráveis do campo cientifico.

Nesse contexto, a escolha pelo referencial teórico que abarcasse as particularidades do objeto de estudo e desse subsídio para alcançar os objetivos propostos, em um nível mais relacional, teve impulso com a proposta de rerratificação da poligonal de tombamento. Para tanto, o conceito de Paisagem aparece como fundamental e estratégico na construção do objeto, pois a Paisagem enquanto bem patrimonial também é um aspecto relevante no debate da revisão do tombamento, no que diz respeito aos valores atribuídos ao Bem.

Segundo Santos (2002), o conjunto das formas da Paisagem que, num dado momento (no sentido de Tempo), expressa as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza. As paisagens trazem em si as marcas das culturas de diferentes tempos e, ao mesmo tempo, as influenciam, pois as sociedades não existem fora do meio onde se encontram territorialmente. Salienta-se que o impacto das culturas sobre o espaço humanizado não se limita à paisagem (CLAVAL, 1999).

Analogamente, o geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber (2003), ao se referir a Paisagem diz:

> "A paisagem é sempre herança em todo o sentido da palavra: herança de processos Fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdam como território de atuação de suas comunidades. Mais do que simples espaços territoriais os povos herdam paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, mas todos têm uma parcela de responsabilidades permanente de uma herança única que é a paisagem terrestre" (AB SABER, 2003, p. 9).

Nesse sentido, quando olhamos uma Paisagem nos deparamos com o acumulo de tempo, e no caso de Quixadá não somente o tempo geológico, mas também o tempo histórico. São nessas paisagens carregadas de elementos e atributos, em razão do acumulo sucessivo de tempos, que temos condições de discutir sobre os significados e valores da Paisagem através do tempo e, sobretudo, nas relações entre Sociedade e Natureza.

No âmbito do Patrimônio, o vocábulo Paisagem é tão antigo quanto o anteprojeto[4] do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) de autoria de Mario de Andrade, elaborado em 1936. Desde aquele momento que a Paisagem já aparecia nos escritos e reflexões em torno da construção e na busca de uma identidade nacional com base em patrimônios históricos e artísticos.

Segundo consta no Anteprojeto, Mario de Andrade considerou as Paisagens como manifestações em obras de artes patrimoniais, sobretudo nas artes arqueológicas e ameríndias e na arte popular.

> "[...] determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc. [...] determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc." (Trecho do Anteprojeto do Mario de Andrade).

[4] O escritor Mario de Andrade foi convidado, em 1936, pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no governo do então Presidente Getúlio Vargas, a desenvolver um projeto para preservar o Patrimônio Artístico Brasileiro, mas sua proposta não foi à base legal que regulamentou a matéria a nível federal (SALA, 1990).

Posteriormente, com base no anteprojeto de Mário de Andrade, entra em vigência o Decreto Lei nº 25 de novembro 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nele o vocábulo Paisagem aparece em sinônimos, numa alusão a monumentos naturais, e aparece também adjetivado como paisagístico. Apesar da aparente ampliação no entendimento do termo ao fazer usos de sinônimos, o sentido ainda foi restritivo em razão das considerações e atributos de caráter estético e cultural nomeadas nas paisagens e sítios. Esses atributos estéticos e culturais foram prioritariamente observados, em razão, principalmente, das interpretações e impressões de marca profissional dos técnicos responsáveis à época que na grande maioria eram formados por arquitetos.

Embora não mencione a relação Sociedade e Natureza claramente, a descrição feita por Mário de Andrade, referindo-se as paisagens, versa sobre esta ideia, principalmente, ao associar a paisagem como sendo o agenciamento feito pela indústria (no sentido de ação) humana na natureza. Essa aproximação demonstra semântica com a construção cultural no ambiente natural, demonstrando-se como uma Paisagem Cultural. Salienta-se nesse caso, que no âmbito do patrimônio e na Instituição (IPHAN) esta ampliação no entendimento da paisagem como adjetivo cultural, somente ocorre a partir da década de 1990. Entretanto, desde o século XIX que a Paisagem Cultural já era mencionada no âmbito da Geografia, conforme poderemos verificar no capítulo 2 do estudo.

O vocábulo Cultural, adjetivando o termo Paisagem nos estudos de Geografia Cultural, que entendem a Paisagem como um texto que pode ser lido e interpretado, busca expressar as interações humanas com o ambiente natural, considerando os seus aspectos materiais e imateriais. Neste aspecto, o conceito de Cultura proposto pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz, foi fundamental especialmente no que diz respeito à incorporação do papel da interpretação na abordagem antropológica das diferentes culturas e teve grande influência na corrente chamada “Nova Geografia Cultural”, influenciando autores como Duncan e Cosgrove, que serão discutidos no Capítulo 2.

Semelhante a Paisagem, outro conceito-chave da Geografia foi considerado no estudo, o de Território. Nesse caso, observa-se também uma construção diversificada ao longo da trajetória da ciência geográfica, mediante a corrente filosófica em vigor. A articulação entre os conceitos (Paisagem e Território) foi de suma importância para compreender a construção desse sistema. Em outras palavras, a adoção do conceito de Território viabilizou o entendimento pretendido na estratégia de escolhas feitas pela agência governamental em certas relações de

poder. Essa forma de escolha refletiu nos recortes da Paisagem na área dos monólitos de Quixadá, pois se trata de uma porção do espaço demarcada territorialmente a partir de uma delimitação composta por uma poligonal de tombamento.

Essa concepção em torno do Território, a cerca das escolhas e relações de poder, aproxima-se da noção de Dispositivo, conferida pelo filósofo francês Michel Foucault, sobretudo ao assumir uma posição estratégica concreta em uma relação de poder (AGAMBEN, 2014), em que o dispositivo pode ser pensado como um aspecto que transforma ou produz algo em alguma outra coisa.

Para Foucault a noção de Discurso é empregada como:

> Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1986).

Assim, o discurso é uma rede de relações que torna possível haver significados e traz a ideia de percurso de movimento, sendo que, o objeto da análise do discurso busca estudar os sentidos das palavras e coisas. Segundo Azevedo (2013), cada sociedade tem seus propósitos culturalmente estabelecidos na ordem de diferentes discursos que serão sempre políticos. Nesse caso, as instituições imputam as regras de controle de forma a consolidar as leis gerais.

Salienta-se que o debate deste estudo não aprofundará a noção de Dispositivo em si, em razão da profundidade e amplitude dessa concepção, contudo fez-se necessário demonstrar que existe proximidade de abordagem do Território mediante as relações de poder, o que pode dar subsídios para estudos futuros.

Esta relação de poder é um aspecto próprio do Território, sobretudo na relação entre as escolhas que são feitas (por alguns) e os comportamentos sociais (da maioria) que são gerados a partir dessas escolhas que refletem na preservação e conservação de elementos e atributos em determinado momento.

Quando analisamos a palavra Poder no contexto geográfico, por definição, consideramos as relações em torno dos domínios territoriais, no controle populacional e na dominação dos recursos. Esses aspectos são relacionais ao espaço e são manifestações do Poder entre os indivíduos presentes. Segundo Foucault (1999) as interligações em todas as relações (econômicas, de conhecimento, sexuais) são entendidas como uma situação estratégica bastante complexa e relativa dentro das sociedades. O aspecto mais importante talvez seja compreender que o poder não é um objeto que se entrega ou tira de alguém, mas algo que se exerce sobre o

outro e não está na delimitação do território, mas no modo de organizar e gerir o território. A gestão é uma forma de exercício de poder.

Nesse sentido, Raffestin (1993), entendeu que no poder estão presentes as ideologias do saber (os recenseamentos da população, a língua, a religião, a raça e etnias) que direcionam as metodologias nos territórios, tendo a figura do Estado como interlocutor dessa máquina, onde são promovidas as ações.

> "O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação" (RAFFESTIN, 1993, p.54).

Esses fatores (população, território e recursos) são componentes do Poder entendidos como fluxos de dominação e são considerados "trunfos do poder", na qual cada fator leva a uma ação de um campo de poder. Segundo Raffestin (1993), existe uma infinidade de campos de poder em um sistema social em razão da multiplicidade de relações possíveis, ressaltando que nem todas se realizam.

Por esse ângulo, o Dispositivo no Território estaria relacionado com as ações e campos exercidos pelo Poder, nesses elementos heterogêneos presentes no espaço. O dispositivo então seria a rede que se pode estabelecer entre o conjunto dos elementos heterogêneos visíveis e não visíveis, na qual os efeitos decorrentes desta engrenagem podem produzir efeitos inesperados na reorganização do conjunto desses elementos heterogêneos e nas estratégias políticas e econômicas (SANTANNA, 1995).

Assim, nesse estudo, a Paisagem pode ser compreendida como a porção do Território composta pela associação entre as formas físicas naturais, culturais e pelos significados, atribuídos a partir do exercício de poder estabelecido nas diferentes relações entre Estado e sociedade, estabelecidas tanto na aplicação de leis quanto na produção de conhecimento. Já o Território, são as relações de poder que produzem escolhas e formas de preservação e transformam os usos e as apropriações no Território entre outras consequências.

O processo de patrimonialização em Quixadá valorizou uma série de proposições socioculturais e políticas que, em determinada medida, trouxe consequências mediante as escolhas que foram realizadas. Por exemplo, a não inclusão da Pedra do Cruzeiro (monólito bastante significativo) na poligonal de tombamento ocasionou ainda mais sua depredação e descaracterização com o entorno. Pode-se citar também o caso da Pedra da Nariguda (localizada nas adjacências do Açude do Cedro) que não foi incluída em nenhuma proteção, e

encontra-se sem o acautelamento do Tombamento e sob-risco iminente de ocupações no seu entorno, o que deve comprometer a ambiência do Monólito.

Em relação aos efeitos decorrentes das escolhas nos monólitos de Quixadá pode-se identificar 04 (quatro) situações nas quais a ideia de Poder e suas relações vêm influenciando na tomada de decisão e na apropriação do Bem no Espaço.

O primeiro momento diz respeito ao processo de patrimonialização e à instrução de Tombamento para os monólitos. Esse momento reflete o papel dos especialistas na construção dos argumentos que sustentaram as ideias em torno das justificativas para proceder ao Tombamento. É nesse primeiro momento em que são feitas escolhas mediadas quase que unicamente pelo conhecimento dos técnicos e sem o confronto ou diálogo com os saberes, crenças, conhecimentos e modos de pensar e viver locais. Entretanto, observa-se que nem sempre existe a participação da sociedade no processo de escolha dos bens culturais a serem preservados e no caso de Quixadá não foi diferente.

O segundo momento é relativo ao período após o reconhecimento nacional do bem cultural e sua, consequente, inscrição no Livro de Tombo. Esse reconhecimento, enquanto Bem cultural, é difundido, sobretudo, dentro da Instituição. Observa-se para os monólitos de Quixadá que não ocorreram ações efetivas voltadas para a socialização e (re)conhecimento da população local sobre a significância e os valores considerados, sendo uma estratégia bastante vertical (de cima para baixo) em que os diálogos foram restritivos.

O terceiro momento refere-se à ocasião em que se viu a necessidade de rever o Estudo de Tombamento dos monólitos a pedido do Iphan Ceará. Em razão dos efeitos decorrentes das escolhas que foram feitas, juntamente com os reflexos e as consequências, muitas vezes negativas, observadas na Paisagem, motivou-se um amadurecimento por parte da Instituição local em realizar uma revisão da poligonal.

E o quarto momento é resultado do processo de amadurecimento observado, mediante as consequências das escolhas feitas no Território, e a necessidade de realizar adequações. Para o caso de Quixadá, as adequações devem refletir em torno do processo de rerratificação da poligonal.

Ressalta-se que além dos quatro momentos mencionados existe outro momento desse processo, ainda bastante incipiente, que é a inscrição do Açude do Cedro e os monólitos de Quixadá na lista de bens do patrimônio mundial da UNESCO. Certamente, teremos outras

consequências, demandas e respostas em torno do gerenciamento do Bem cultural, contudo este momento, em especifico, não será considerado devido sua análise complexa, pois o processo ainda está em andamento e não seria viável analisá-lo, embora seja possível realizar projeções e perspectivas sobre o objeto e não é o mote do debate que se segue.

A observância desses momentos mostra como o patrimônio produz escolhas e tem como consequência a modificação e transformação de realidades aparentes para usos e apropriações no território. Dessa forma, a observação dos momentos supracitados, como dados, mostra as insuficiências, os conflitos e embates, e a forma como o poder é exercido de parte a parte e entre os diferentes atores envolvidos no processo da preservação e salvaguarda de um patrimônio cultural e natural.

O modo como ocorre à apropriação e os usos do espaço definem este recorte/área em Quixadá como patrimônio, ou seja, é o modo como os elementos discursivos (os valores atribuídos, os conceitos utilizados) e os elementos não discursivos (as leis, os regulamentos, as intervenções, as próprias características físicas do espaço) se relacionam entre si e são mobilizadas para explicar o significado no espaço material. Vale salientar que é preciso considerar a dinâmica da Paisagem e as relações de poder que também se modificam no Território para ter condições de entender os aspectos mutáveis em torno do Bem Cultural.

As metodologias de pesquisa

Com base no referencial teórico foram explorados e trabalhados os recursos metodológicos de construção da pesquisa. Como ponto de partida, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental que foram fundamentais na compreensão do objeto e das particularidades em torno dele. Em seguida, foram realizadas as atividades de campo *in loco* e a observação livre. Por fim, o tratamento do material (análise e interpretação dos dados geográficos) (MINAYO, 2008; RICHARDSON, 2012).

Inicialmente foram tratados os conceitos de paisagem e o território, a partir do campo da geografia, os quais são extremamente relevantes para a estratégia de construção do debate. A concepção da paisagem foi vista a partir das diferentes escolas do pensamento da geografia (francesa, alemã, americana, russa e a brasileira, que teve influência das anteriores) e, posteriormente, definida qual a abordagem do campo do conhecimento que melhor se aproximaria do debate em torno dos monólitos de Quixadá.

O conceito de Território, por sua vez, versa sobre uma análise teórica e filosófica, sobretudo considerando o entendimento do Território, enquanto relações de poder. Para tanto, as ideias do geógrafo francês Claude Raffestin, que é visto na geografia como um dos principais nomes que estuda o Território, foram consideradas, juntamente com outros autores que tratam da questão.

As atividades de campo foram fundamentais para o conhecimento e a identificação da problemática no objeto de estudo. A observação livre também permitiu identificar os usos e ocupações no território dos monólitos de Quixadá, refletindo significativamente nas reflexões sobre representações e atribuição dos valores.

No tocante a trajetória conceitual de preservação e conservação do patrimônio natural, analisou-se documentos produzidos pelo IPHAN e a UNESCO para a proteção e salvaguarda de bens naturais. O exame desses documentos foi fundamental no entendimento da atuação institucional do IPHAN nesta abordagem. A partir dessa análise realizou-se uma breve discussão sobre a gênese da ideia de patrimônio natural e sobre os instrumentos de valoração e proteção; desde o DL 25/37, passando pelas cartas patrimoniais, Estudos de Tombamento que versam sobre a temática, portarias publicadas e os instrumentos de preservação (Tombamento e Chancela da Paisagem Cultural de 2009).

Através de *softwares* de geoprocessamento realizou-se o mapeamento, a catalogação e o georreferenciamento dos monólitos de Quixadá, que puderam ser observados em mapas referenciados ao longo da pesquisa e foram utilizados para exemplificar partes do texto, sendo fundamentais, enquanto instrumento, na rerratificação do Tombamento e na revisão dos limites da poligonal.

O percurso da dissertação

Buscando permear a temática do patrimônio cultural, a escrita da dissertação foi desenvolvida em quatro capítulos com base nas orientações supracitadas na introdução deste estudo.

O capítulo I tem um caráter empírico e traz o objeto de estudo propriamente dito. Nesse capítulo apresenta-se a caracterização e localização da área de estudo discutindo um pouco sobre o seu histórico a fim de compreender os usos e as apropriações do Território de Quixadá em torno dos seus monólitos.

O capítulo II tem um caráter teórico e consiste no aporte dos conceitos que foram considerados como orientadores para a estratégia na construção do debate, a saber: a Paisagem e o Território. O primeiro é visto enquanto conceito chave da geografia e brevemente discutido em torno das escolas do pensamento que influenciaram e trouxeram perspectivas teóricas e metodológicas que foram fundamentais para o entendimento em torno do conceito. Além disso, a Paisagem enquanto bem patrimonial também é um aspecto relevante no debate da revisão do tombamento, no que diz respeito aos valores atribuídos ao Bem. Já o Território tem seu debate em torno das relações de Poder, sendo esta uma das apreciações possíveis no entendimento do território em torno das questões relativas a luz da Geografia e do Patrimônio.

O capítulo III contextualiza a atuação do IPHAN no âmbito do tratamento dado ao patrimônio natural. Será feita uma discussão sobre a constituição da ideia de patrimônio cultural e natural e sobre os instrumentos de valoração e proteção, em âmbito nacional e internacional. Mediante o entendimento do patrimônio natural pelo IPHAN, buscou-se entender como a noção de "pedra" e seus sinônimos são vistos e tratados pelo IPHAN, visto que os monólitos de Quixadá são grandes blocos de "pedra" e, o entendimento institucional, reflete os valores atribuídos à época. Dessa forma, teremos subsídios para compreender em que condições espaços-temporais o tombamento dos monólitos de Quixadá ocorreu, mediada pelas escolhas nas relações de poder e nos recortes das paisagens por ações institucionais. Neste capitulo também será mostrada uma análise comparativa entre Estudos de Tombamento com características semelhantes.

E o capítulo IV traz uma proposta de rerratificação do tombamento a partir de um zoneamento, com indicações e recomendações para o Território. A reflexão desse capítulo discute sobre a atribuição de valor e aponta, também, sobre qual (ou quais) a(s) melhor(es) forma(s) de preservação e uso do Bem, a partir do olhar disciplinar da geografia em diálogo com as demais disciplinas que estruturam o campo da preservação. Além disso, os resultados coletados nas atividades de campo: como o mapeamento, a catalogação e o georreferenciamento dos monólitos através de *softwares* de geoprocessamento serão apresentados.

> "[...] cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem-se a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação de ondas e das voragens". (Trecho do livro Vidas Secas de Euclides de Cunha).

Habitada por indígenas, num primeiro momento, em um território marcado por rios e riachos intermitentes e tendo a caatinga como vegetação predominante, o município de Quixadá teve sua ocupação efetiva no inicio do século XVIII quando os primeiros "civilizadores" buscavam terras para a expansão da pecuária na região.

Os primeiros colonos de terra que deram origem a Quixadá, ocupado, inicialmente as margens do rio Sitiá, afluente do rio Banabuiú na bacia hidrográfica do baixo curso do rio Jaguaribe, tomaram posse daquele território climaticamente hostil e com certa escassez de recursos hídricos, que se encontra dentro da Região conhecida como Polígono das Secas. Essa região caracteriza-se como uma porção do território nordestino que sofre com longos períodos de estiagem que agrava o cenário hídrico.

Segundo Sousa (1960), a origem de Quixadá está relacionada a atividade da pecuária e ele acrescenta que este município nasceu de uma aventura:

> "Uma casa de taipa e um curral de caiçara à beira de um rio seco **[provavelmente o leito do rio Sítia, grifo nosso]**, centrando duas léguas de caatinga compradas pelo preço e quantia de duzentos e cinquenta mil réis. Foi quanto custou, todo o chão quixadaense (SOUSA, 1960 *apud* CRUZ, 2006)".

Com uma área de, aproximadamente, 2.019,833 km² e localizado na porção do Sertão Central do Estado do Ceará (Figura 01), na mesorregião dos Sertões Cearenses e na microrregião de Quixeramobim, o município de Quixadá figura como um dos principais municípios da região central do Estado do Ceará (IPECE, 2010).

Historicamente, o município de Quixadá teve seu processo de ocupação favorecido pela ocupação do interior na criação de gado e no cultivo do algodão, o que favoreceu a fixação "moderna" do homem, salientando que a presença humana no território já existia antes da chegada dos colonos.



Figura 01. Ilustração da localização do município de Quixadá. Fonte: elabora pelo autor, 2015

Desde o início, Quixadá beneficiou-se com sua posição geográfica de "ponta de estrada" da região centro-sertaneja (Figura 02), de acentuada convergência demográfica e com a ascensão de Fortaleza acarretou o desvio dos antigos caminhos que ligavam o interior ao litoral cearense, sobretudo com a chegada da Estrada Férrea da Companhia Cearense de Viação Baturité, que ligaria Fortaleza ao interior do Estado.

Nesse sentido, a estrada de Ferro e a construção do açude do Cedro no final do século XIX contribuíram como vetores que impulsionaram o desenvolvimento e a ocupação do território de modo mais disperso espacialmente, inclusive em torno de alguns monólitos, como na Pedra do Cruzeiro e a Pedra do Cemitério, que estão dentro do centro da atual cidade.

Segundo o Inventário do Patrimônio Ferroviário levantado pela Superintendência do Iphan no Ceará, a Estação de Quixadá (Figuras 03 e 04) foi inaugurada em 07 de setembro de 1891, e deu origem a um amplo comércio local que fez crescer a cidade, dando projeção à região. Além de ser ponto estratégico como plataforma de embarque e desembarque de passageiros que iam e vinham da Província (LIMA, 2007).

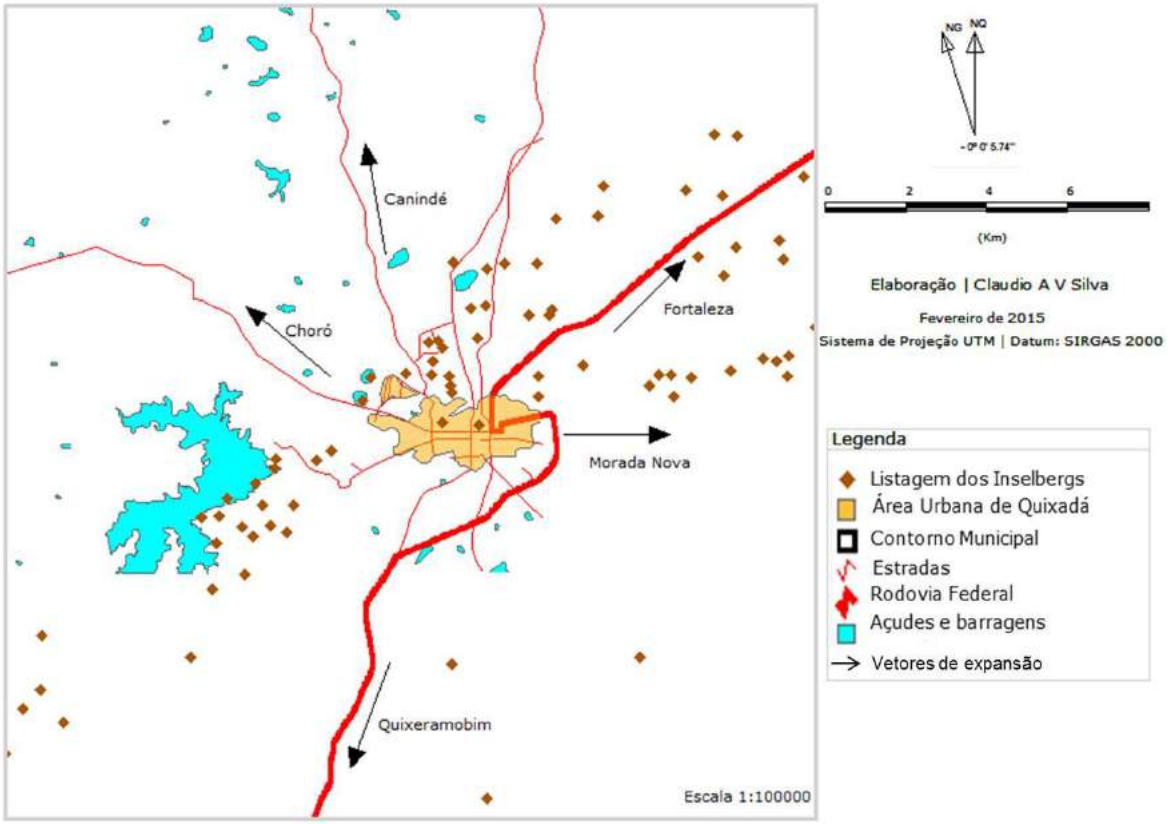


Figura 02. Ilustração dos vetores de expansão urbana do município de Quixadá. Fonte: elaborado pelo autor, 2015

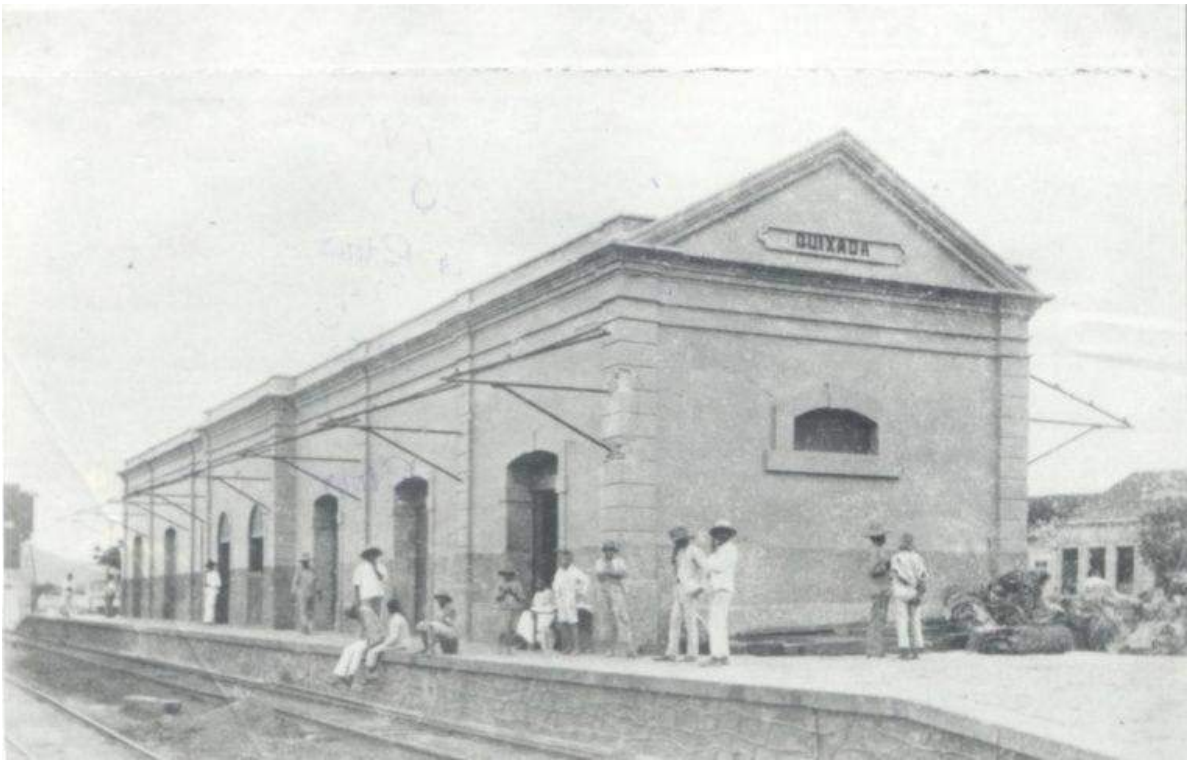


Figura 03. Foto histórica: Estação de Quixadá – década de 1930. Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará



Figura 04. Estação de Quixadá hoje. Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará. Foto: o Autor, 2016

Apesar da origem da Cidade está vinculada a Pecuária e, posteriormente, ao cultivo do algodão, que contribuíram para a construção da linha férrea ligando o interior a capital, as constantes secas na região, principal responsável pelos momentos de crise econômica e social que dificultaram o desenvolvimento esperado, transformaram a cidade em um mercado onde a principal fonte de renda e emprego advém do comércio e serviços (CRUZ, 2006).

1.1 Arqueologia e pré-história de Quixadá

As primeiras pesquisas arqueológicas em Quixadá foram realizadas no início da década de 70, por uma equipe do Centro de Informação Arqueológica (CIA), chefiada por Milton Parnes e Alfredo Mendonça, com financiamento do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, da Fundação Edson Queiroz, do Banco do Nordeste do Brasil S/A, do Instituto Euvaldo Lodi e da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Na década de 1990, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade Estadual do Ceará - UECE, tendo à frente a Professora Marcélia Marques, antropóloga da Faculdade Estadual de Ciências, Letras e Educação do Sertão Central - FECLESC/UECE, em Quixadá, realizaram estudos interdisciplinares, no âmbito da geologia,

da geomorfologia e da arte pré-histórica da região e dentro os resultados obtidos na época tiveram a identificação de alguns sítios que posteriormente vieram a ser cadastrados.

Em consulta ao Cadastro Nacional de Arqueologia (CNA), foram listados em Quixadá 10 localidades com presença de sítios arqueológicos com vestígios cerâmicos, arte rupestre e oficinas líticas e a presença de vestígios de material polido (Figura 05). Os primeiros sítios cadastrados na região, junto ao CNA, datam de 1971; em 1998 foram cadastrados a Pedra Riscada e a Gruta do Magé, que são dois dos mais expressivos sítios arqueológicos da área; e em 2008 foram registrados boa parte dos sítios, os nomeados de Quixadá 1 ao 5 e o Pontilhão. Todavia, como a área dos *inselbergs* é muito grande, com quase 6 mil hectares, existe um potencial para outros sítios arqueológicos ainda desconhecidos pelos pesquisadores.

CdSitioIphan	NmSitio	utmE	utmN	SitCadastro	Localidade	Distrito	Hidrografia
CE00020	Oficina Lítica da Pedra Riscada	498152	9455011	CNSA (Cadastrado)	Fonseca, Fazenda	Quixadá	Camará, Riacho
CE00076	Pedra do Tanque	504654	9452441	CNSA (Cadastrado)	São Francisco, Serrote	Quixadá	Sitiá, Rio
CE00021	Gruta do Magé	520182	9447706	CNSA (Cadastrado)	Santa Maria	Várzea da Onça	Salgado, Riacho
CE00403	Quixadá 1	501077	9466714	CNSA (Cadastrado)	Daniel de Queiroz	Daniel de Queiroz	Cabaços, Riacho
CE00404	Quixadá 2	500946	9459336	CNSA (Cadastrado)	Barro Vermelho	Daniel de Queiroz	Barro Vermelho, Riacho
CE00405	Quixadá 3	484514	9433274	CNSA (Cadastrado)	Ribeiro, Serra do	Juatama	Salgado, Riacho
CE00426	Quixadá 4	481857	9431259	CNSA (Cadastrado)	Uruquê	Uruquê	Bois, Riacho dos
CE00427	Quixadá 5	482174	9431377	CNSA (Cadastrado)	Uruquê	Uruquê	Bois, Riacho dos
CE00428	Pontilhão	503784	9478908	CNSA (Cadastrado)	Poço Comprido	Juá	Cangati, Rio
CE00031	Pedra do Corisco	-	-	CNSA (Cadastrado)	-	-	-
-	Faz Urucu	499644	9442255		Urucu II	Juatama	Corisco, Riacho

Figura 05. Tabela do cadastro dos sítios arqueológicos em Quixadá. Fonte: Fichas do SICG de Quixadá – resultante do 3º produto das práticas supervisionadas do PEP.

Provavelmente, esse material arqueológico já cadastrado pertenceu aos primeiros habitantes de Quixadá, os grupos indígenas Canindé e Jenipapo, que ocuparam a zona de relevo acidentada e dissecada a sudoeste da atual cidade, onde existiu a primeira missão de Nossa Senhora da Palma.

Essas ocorrências arqueológicas fornecem informações significativas sobre o modo de vida dos primeiros grupos culturais que habitaram o território dos monólitos, assim como os modos de vida e a organização das populações no pós-colonização europeia a partir do século

XVII. Vale lembrar que o patrimônio arqueológico do Brasil é um bem reconhecido e protegido por legislação federal[5], tendo o IPHAN como órgão gestor.

1.2 No entorno dos monólitos: as ocupações no início do século XX em Quixadá

Elevada à categoria de cidade através da Lei Provincial nº 2.166 de 17 de agosto de 1889 (IBGE, 2013) o município de Quixadá, como dito anteriormente, se beneficiou desde o inicio pela sua posição geográfica bastante central e sendo um importante tronco de ligação férrea entre a Capital cearense e o interior do Estado, servindo de ponto de parada e escoadouro de bens, produtos e pessoas.

Destaca-se também que o açude do Cedro (Figuras 06 e 07) contribuiu com a fixação do homem em razão dos canais de irrigação que distribuíam as águas represadas do rio Sitiá para outras localidades de Quixadá, promovendo o cultivo em uma escala maior de algodão e a criação mais extensiva de gado.

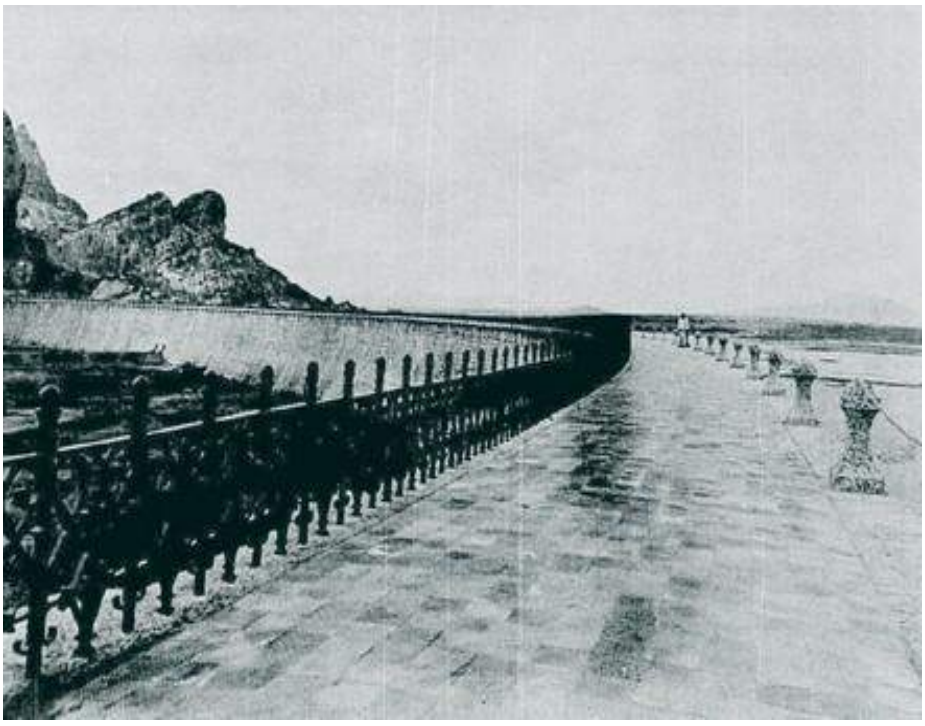


Figura 06. Açude do Cedro em 1906. Fonte: Revista Kosmos, 1907. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital

[5] A Lei Nº 3.924 de 1961 garante a proteção dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, sendo considerado crime qualquer agressão ou dano ao patrimônio arqueológico.



Figura 07. Açude do Cedro e Pedra da Galinha Choca no inicio do século XX. Fonte: Acervo da Biblioteca Bezerra Pimentel

A construção do Açude, iniciado no final do século XIX, em meados de novembro de 1890, e concluído no inicio do século XX, no ano de 1906, foi um significativo condicionante para a reestruturação do território no Sertão Central. Essa construção atraiu um grande contingente de trabalhadores e moradores para aquela porção do sertão cearense (SOUSA, s/d), contabilizando na época, em torno de 30 mil pessoas envolvidas diretamente no período de construção do Açude e que boa parte delas passaram a residir em Quixadá.

Em razão dos fatores supracitados, naturalmente o município experimentou um acréscimo populacional que repercutiu no tecido urbano da cidade, tendo crescido a cidade no entorno de alguns monólitos, como por exemplo, a Pedra do Cruzeiro. Ao observar alguns registros fotográficos das primeiras décadas do século XX poderemos notar que as ocupações humanas já se configuravam no entorno de alguns monólitos (Figuras 08 a 09).

A partir das Figuras 08 e 09 têm-se uma noção das configurações urbanas em Quixadá, sobretudo, ao redor dos monólitos. Tais adaptações de grupos culturais foram motivadas em razão das mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais experimentadas por Quixadá no final do século XIX e primeira metade do século XX.

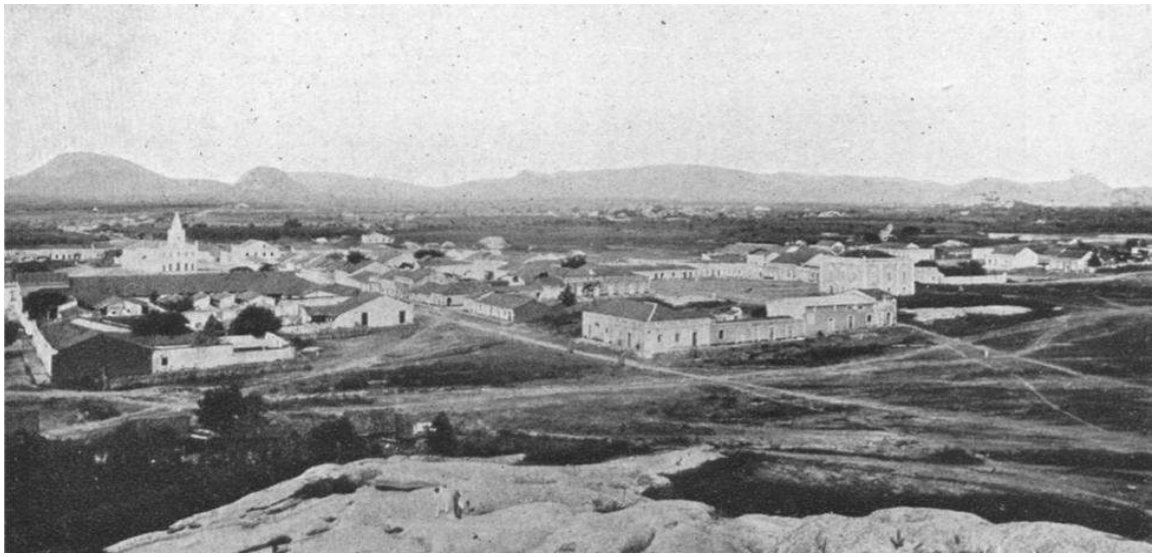


Figura 08. A cidade de Quixadá em 1913?. Fonte: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913

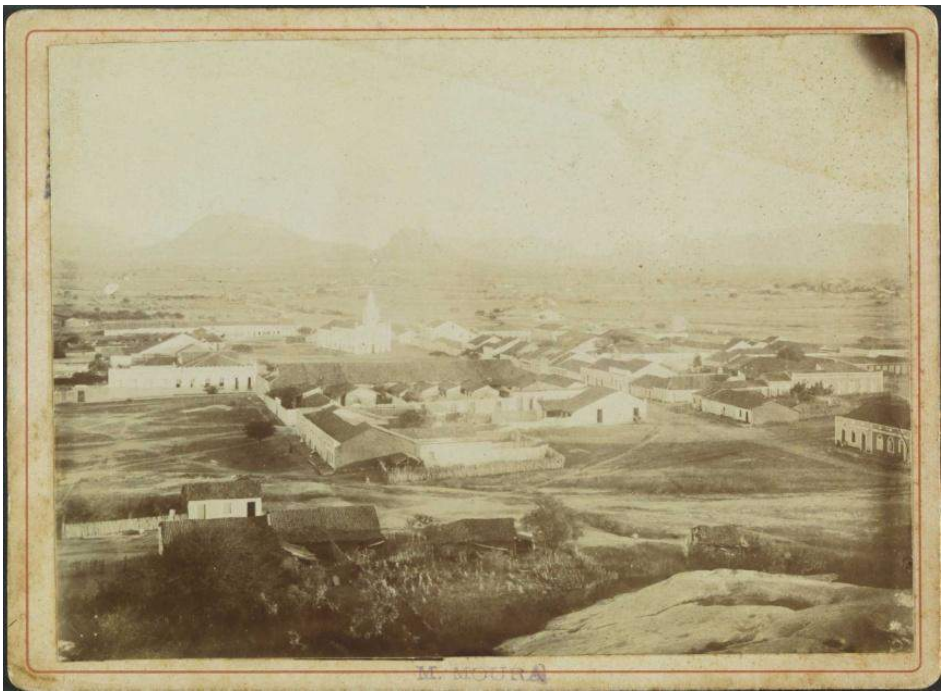


Figura 09. Quixadá no inicio do século XX. Fonte: MOURA, Miguel de [1885-1909]

Nos primeiros anos do século XX, o açude do Cedro já se encontrava concluído e percebe-se a ocupação bastante consolidada da Cidade. Inclusive as fotografias das Figuras 08 e 09 foram obtidas a partir da Pedra do Cruzeiro e dela é possível avistar a Igreja Matriz da cidade com a praça, parte da conjectura urbana com as vias abertas e o casario. Percebe-se também ao fundo a configuração da Serra do Estevão (outro domínio geológico-geomorfológico com formação distinta dos granitos de Quixadá) e a frente, nota-se que próximo ao sopé da Pedra do Cruzeiro existe alguma ocupação contornando-a. Vale salientar que da Pedra do Cruzeiro,

localizada em meio a toda tessitura urbana, avista-se toda a morfologia do centro e bairros adjacentes em Quixadá.

Com o passar das décadas as ocupações em torno da Pedra do Cruzeiro se intensificaram. Ao observar as Figuras 10 e 11 percebe-se que as construções encontram-se bastante próximas do sopé do monólito e, embora as habitações sejam de apenas um pavimento já recobrem praticamente todo o contorno da Pedra do Cruzeiro isolando-o entre as construções. Em termos culturais, essa apropriação é bastante interessante do ponto de vista construtivo, pois como a rocha do monólito é bem rígida as construções sobre as partes mais baixas deste tendem a ter uma base intensamente sólida, garantindo uma estabilidade construtiva para o imóvel.

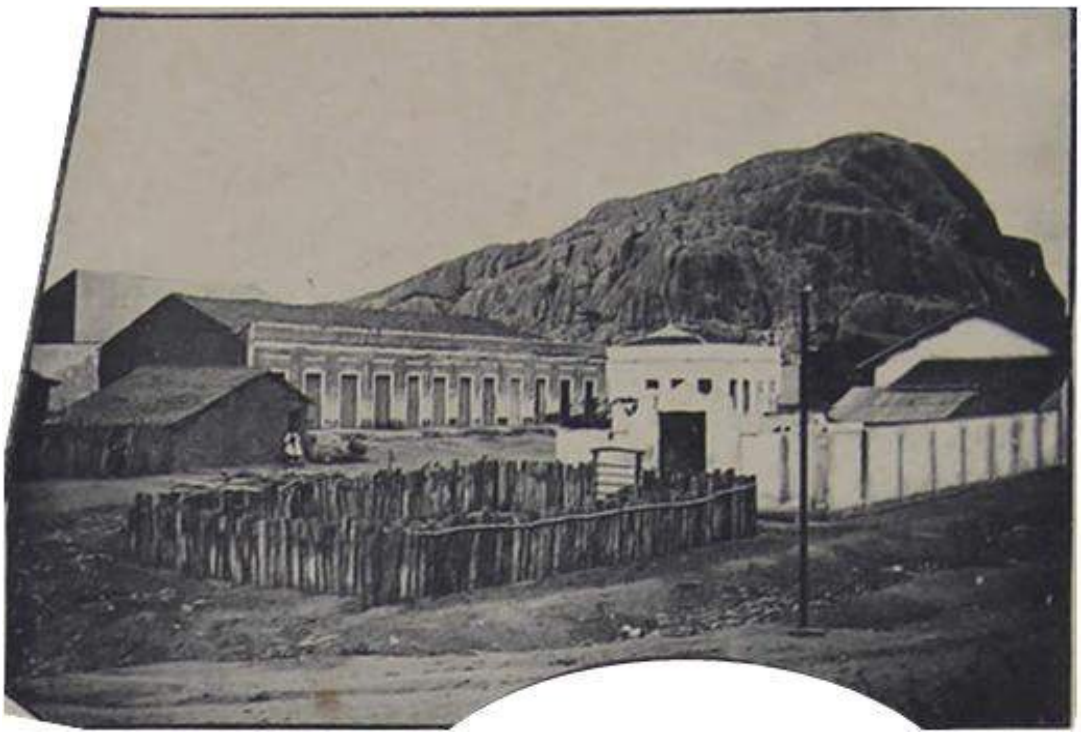


Figura 10. Pedra do Cruzeiro no inicio do século XX. Fonte: Acervo da Biblioteca Bezerra Pimental

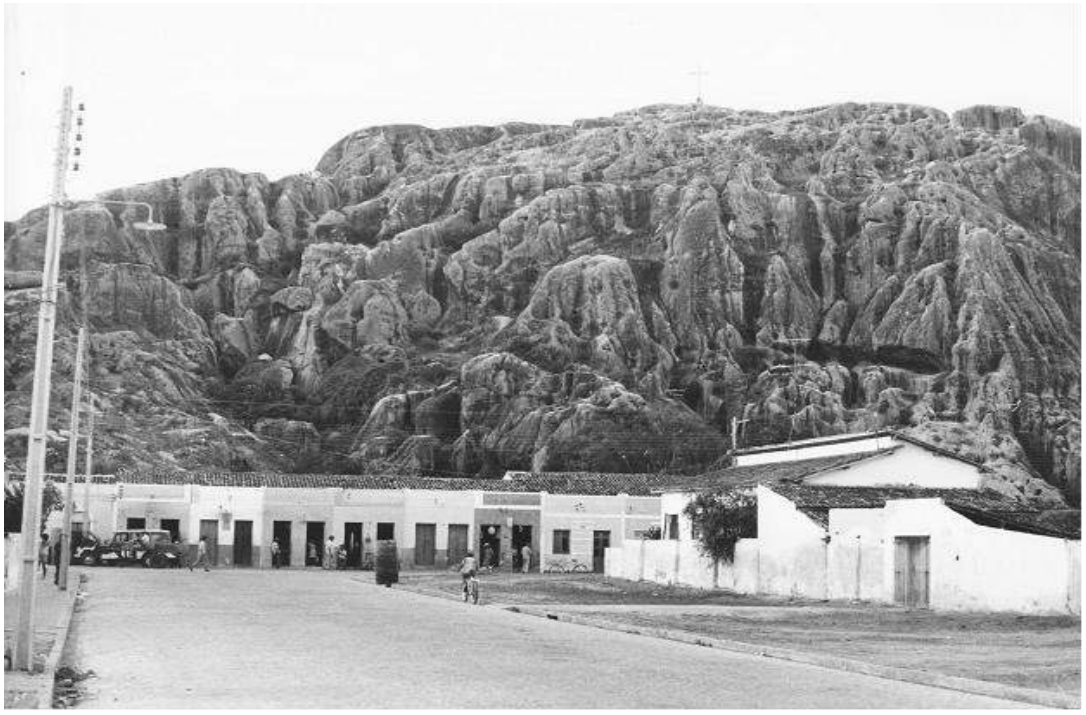


Figura 11. Pedra do Cruzeiro em meados das décadas de 1960/70. Fonte: Coletânea Aziz Ab'Saber

Além disso, em determinadas horas do dia, os monólitos por terem uma altura considerada (com cotas altimétricas em torno dos 200 a 300 metros acima do nível do mar) fazem um sombreamento que no conforto ambiental de um clima semiárido faz toda a diferença no ambiente, como também tem a capacidade de armazenar e reter água e umidade nas cacimbas naturais (estruturas escavadas ou esculpidas na rocha resultantes de processos erosivos, na qual apresentam profundidades variadas) que pode, por exemplo, servir para cultivo de subsistência.

As primeiras décadas do século XX representaram para Quixadá um momento de beneficiamento das atividades comerciais dos produtos têxtil do algodão e dos derivados da pecuária bovina que ocasionaram no ganho populacional em virtude das oportunidades, tanto de comércio e serviços como de atividades industriais, lançadas na região do Sertão Central Cearense.

Segundo Pereira (2010), nesse período, foram erguidos em Quixadá galpões de beneficiamento do algodão e casas comerciais que atendiam as demandas de produtos e serviços da crescente população e que eram escoados para outras partes do Estado, inclusive para a capital Fortaleza, a partir da linha férrea, juntamente com outras funções institucionais como: igrejas, escolas, bancos, sistema elétrico, telefonia e etc., que paulatinamente foram se instalando no município. Todos esses equipamentos foram fundamentais para dinamizar a economia regional e consolidar as aglomerações urbanas.

Atualmente, o centro urbano de Quixadá reúne tempos diferentes da reprodução da vida no recorte do sertão cearense. Segundo Pereira *op. cit*. as formas arquitetônicas das construções, as praças, as igrejas, o fluxo intenso de pessoas, dos animais (bois, jumentos, cavalos), as atividades comerciais diversificadas representam a produção histórica e o presente de uma cidade e, simultaneamente, de uma sociedade (Figura 12).

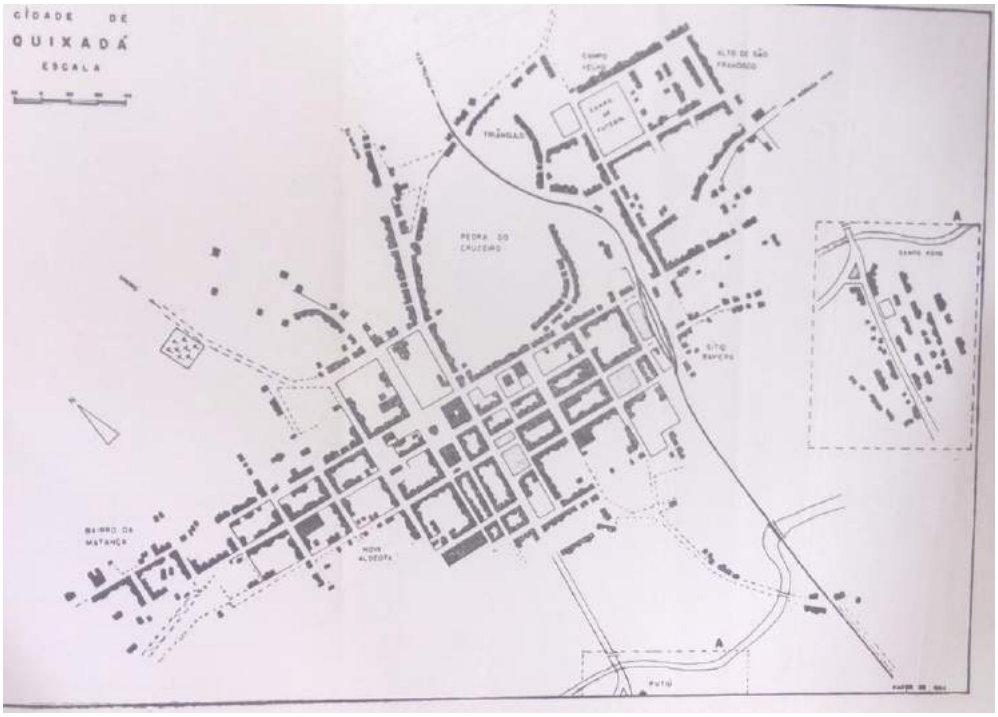


Figura 12. Estrutura da planta urbana na cidade de Quixadá em 1968. Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC)

1.3 O Açude do Cedro e os Monólitos de Quixadá

Por estar situada numa das áreas de maior incidência das secas no Ceará (o sertão central), em 1890, nos primeiros anos da nascente república, começou a ser construído, em Quixadá, o primeiro grande açude público do Brasil, o açude do Cedro (CRUZ, *op. cit.*) que foi construído para ser um marco nas obras de combate às secas. É considerada a primeira grande obra pública edificada no país e demorou, aproximadamente, 22 anos para ser concluída, no ano 1906 sobre o leito do rio Sitiá (Figura 13).

Projetada pelo engenheiro britânico J. J. Rèvy[6] e construída por expoentes da nascente engenharia brasileira de formação politécnica[7], a Barragem afirma-se como um exemplar excepcional do período entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, sendo a primeira grande obra desse tipo no continente sul-americano e uma das pioneiras do seu porte no mundo.

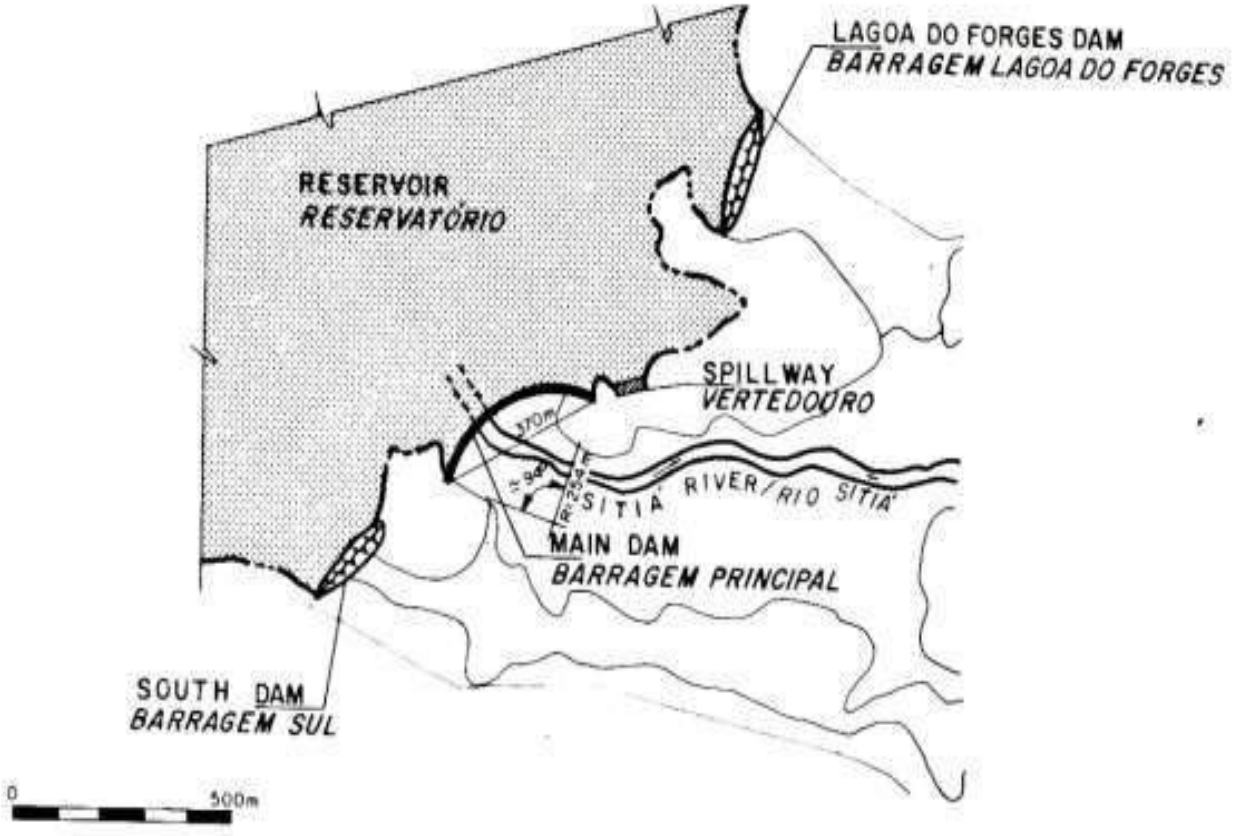


Figura 13. Desenho do projeto da Barragem do Açude do Cedro. Fonte: Araújo, 1982.

A Barragem do Cedro, com sua parede em arco de alvenaria de pedra posta entre monólitos[8], foi construída incorporando as mais modernas técnicas de engenharia civil da época. Devido ao seu arranjo construtivo e monumentalidade, este açude foi Tombado e inscrito nos

[6] Este engenheiro vinha de experiências semelhantes na Índia e na Austrália, e também havia publicado obras sobre a temática, como *Hydraulics of great rivers: the Paraná, the Uruguay, and the La Plata estuary* (1874) e, em colaboração com John Frederic La Trobe Bateman, *Channel Railway: Description of a proposed cast- iron tube for carrying a railway across the channel between the coasts of England and France* (1869)

[7] Entre os engenheiros brasileiros que vieram a colaborar na construção do Cedro, estão Aarão Reis, Ulrico Mursa e Piquet Carneiro.

[8] A área escolhida retrata uma estrutura de Boqueirão, ou seja, uma abertura cavada na encosta do Rio, formado por relevos estruturais.

Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e no de Belas Artes pelo SPHAN em 1984 (Figuras 14 a 15).

A paisagem formada pelos monólitos e pela Barragem do Cedro em Quixadá representa a síntese da Caatinga, bioma de clima semiárido endêmico do Brasil, e a luta do colonizador para ocupar e transformar a partir do último quartel do século XVII esse habitat marcado por intensas estiagens.



Figura 14. Barragem do Cedro e Pedra da Galinha Choca. Fonte: Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2015



Figura 15. Vista da Barragem do Cedro e espelho d'água do Açude. Fonte: acervo do Iphan Ceará

Para além de sua funcionalidade de represamento d'água para irrigação e abastecimento humano, a Barragem do Cedro no Conjunto dos Monólitos apresenta uma simbiose no agenciamento do homem no ambiente natural, combinando a monumentalidade da natureza e o caráter estético do engenho humano. Essa combinação resulta numa paisagem cultural de beleza ímpar, a qual, o elevaram a Bem Patrimonial e, está em busca do reconhecimento de Patrimônio Mundial da UNESCO, com inscrição na lista indicativa desde ano 2015, juntamente com outros bens brasileiros (Anexo 02).

Sem dúvidas é a beleza natural que marca o município de Quixadá e todo esse destacamento vem, sobretudo, dos seus *inselbergs*, alguns dos quais apresentam cotas altimétricas que superam os 200m.

Do ponto de vista da Geografia, os *inselbergs* são formações geológico-geomorfológicas que datam do Pré-Cambriano[9], são maciços residuais, resultados da ação do intemperismo e agentes externos do relevo, são estruturas bastante rígidas que resistiram há vários tempos e Eras da história geológica da Terra, sendo considerados verdadeiros testemunhos de tempos pretéritos.

Segundo Thomas (1994), os monólitos são formações rochosas resultantes da erosão diferencial e do processo de pedogênese, sendo estruturas bem características de regiões com ambientes áridos ou semiáridos nas zonas tropicais, como o Sertão Central de Quixadá.

Os *inselbergs* encontrados em Quixadá, assim como os *inselbergs* localizados em Patos na Paraíba e os da região do Seridó Potiguar no Rio Grande do Norte, fazem parte de uma mesma ocorrência característica na porção setentrional do Nordeste brasileiro. Esses *inselbergs* estão associados a um mesmo embasamento ígneo ou magmático[10], resultante de intrusões graníticas que afetaram a Província Borborema a partir de várias orogenias[11] que ocorreram no Pré-Cambriano (MAIA *et. al.*, 2015).

Sob a ótica da geomorfologia, a formação daquele sítio com feições do Quartenário, período correspondente a 2,7 milhões de anos, é resultante de uma evolução complexa e longa da erosão diferencial que, resumidamente, envolveu a exposição daquele embasamento

[9] Segundo a Comissão Internacional sobre Estratigrafia, corresponde a mais antiga e longa das eras geológicas da Terra, data de 4,5 bilhões anos até 540 milhões de anos.

[10] Esse tipo de rocha é proveniente da consolidação do magma. Caracteriza-se, assim pela cristalização dos seus componentes mineralógicos em ordem sucessiva.

[11] Processo de formação de montanhas ou cadeias montanhosas.

cristalino aos processos de intemperismo químico e físico. Desse modo, a influência do clima semiárido com alternância esporádica do regime de chuvas com precipitação média em torno de 700 mm concentrados nos meses de fevereiro à maio, juntamente com as altas temperaturas acima dos 30º (INMET, 2014) associadas a uma vegetação de caatinga arbustiva e algumas condições edáficas especializadas (relativo a solos) contribuíram para a conformação daquele ambiente.

Esses mecanismos motores geradores de formas e feições do relevo, como clima, vegetação e tipos de solos, são componentes fundamentais para a compreensão dessas Unidades de Paisagem, na qual, estão relacionados entre si. Segundo Ross (1996), a complexidade em torno dos ambientes naturais é de tal ordem que não é possível estabelecer seus limites territoriais com precisão, isso inclui também aqueles modificados pelo homem, como no caso dos monólitos de Quixadá.

O município de Quixadá detém em seu território uma grande concentração de maciços residuais que se destacam na paisagem do sertão central cearense. Embora não haja uma definição clara da origem e do significado do termo Quixadá, existem algumas interpretações possíveis para a etimologia do nome, da qual uma das mais conhecidas é “curral de pedras”, numa alusão bem explicita e direcionada a sua paisagem de natureza rochosa (Figura 16 a 19).

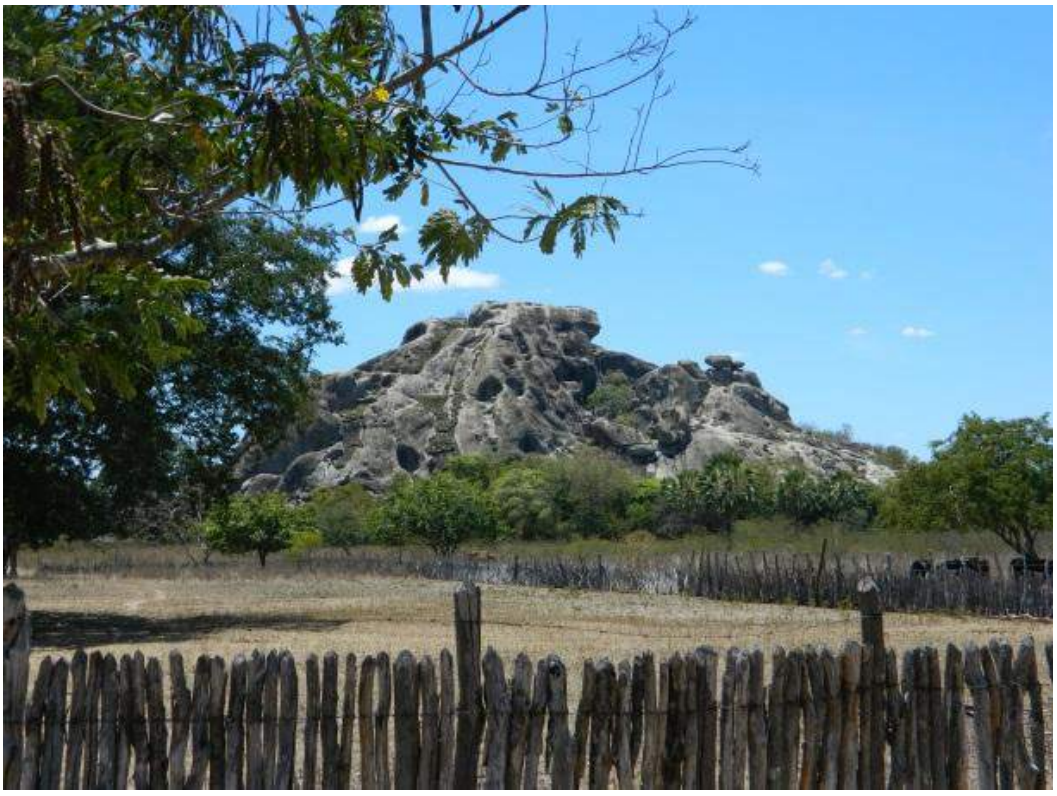


Figura 16. Monólito dentro de uma fazenda na área rural. Fonte: Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2015



Figura 17. Pedra do “ET” e o açude do Eurípedes, juntamente com a vista de outros monólitos ao fundo e o parte do tecido urbano de Quixadá à frente. Fonte: Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2015.



Figura 18. Visto parcial do Conjunto dos monólitos e trecho do tecido urbano de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2015



Figura 19. Açude Cedro, conjunto de monólitos e entre eles o núcleo urbano de Quixadá. Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN do Ceará. Foto: Carolina de Paula

1.4 Patrimonialização e monumentalidade dos monólitos de Quixadá

Devido a excepcional beleza e a unicidade do conjunto urbano/rural do município de Quixadá, na figura dos serrotes ou monólitos, partiu-se da escritora cearense Raquel de Queiroz (1910-2003) a solicitação para instaurar um processo de tombamento do conjunto dos monólitos de Quixadá em 1995. Com isso, o processo de tombamento foi aceito e instaurado em novembro de 1996, sob o nº 1.377-T-96 e denominado por Conjunto Paisagístico dos Serrotes no município de Quixadá-CE e teve a sua inscrição no Livro de Tombo em 2004 (Anexo 03 – Parecer do Conselho Consultivo).

As formações geomorfológicas que circundam a cidade de Quixadá, além de apresentarem, isoladamente, atributos notáveis, os quais, já seriam capazes de justificar o tombamento pelo IPHAN constituem-se ainda como um conjunto impressionante de grande porte com beleza única.

Vale salientar que parte da área do Conjunto dos monólitos de Quixadá já se encontra sob a responsabilidade e acautelamento do Iphan, pois como dito anteriormente na área já foram

identificados e cadastrados sítios arqueológicos junto ao CNA (dois sítios em 1971, outros dois sítios em 1998 e mais seis sítios em 2008, além de outros dois sem data definida nas fichas) e, também, por confrontar com um tombamento anterior referente ao Açude do Cedro, com inscrição em dois livros de Tombo: no Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico e no Livro de Belas Artes em 1984, sob o numero 1082-T-84.

A leitura do Estudo de Tombamento permitiu vários esclarecimentos do ponto de vista técnico e no embasamento dado aos valores que legitimaria o processo de patrimonialização. Pelos significados identificados em torno do Conjunto dos monólitos, o Iphan ao tombá-lo visou garantir a integridade e autenticidade do bem. Ainda assim alguns pontos merecem ser descritos e discutidos, visto que se trata de um território, como dito em outros momentos do texto, com grande potencial físico-natural, turístico e cultural, juntamente com a ameaça de "desaparecimento" que movimentou o desejo político pela preservação.

> "O Tombamento afirma o valor paisagístico e cultural buscando impedir a depredação selvagem mais iminente, bem como controlar o avanço desordenado da área urbana e as atividades de crescente fluxo turístico" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará).

O critério de excepcionalidade e a feição notável do Bem foram às justificativas potenciais para o Tombamento Federal daquela paisagem. Tal premissa consta no DL 25/37, salientando-se que a atribuição de valor de um bem natural para fins de tombamento pelo IPHAN é sempre de caráter cultural, entendendo-se como reconhecimento público de seu significado simbólico e apropriação cultural pelo homem. Para o caso dos monólitos de Quixadá, as formações geomorfológicas foram a principal referência paisagística devido ao seu valor cultural.

> "No caso paisagem de Quixadá, o valor cultural desta paisagem natural é verificada por suas formas notáveis, pela beleza contagiante e aparência extraordinária que avulta à vista, dentre as demais" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará).

É dito no Estudo de Tombamento que o valor cultural atribuído foi dado às formações rochosas que apresentavam aos olhos caráter de "excepcionalidade" refletida nas formas, aparentemente, bizarras ou curiosas.

> "O valor cultural desta paisagem natural pode ser verificado por suas formas notáveis, seja por sua beleza contagiante, seja pela aparência extraordinária, singular, bizarra ou curiosa que avulta à vista, dentre as demais". (Trecho extraído do Estudo de Tombamento do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá).

Entretanto, os monólitos em si já são todos excepcionais, sobretudo por conta da forma como eles surgiram que é por si apenas um caráter excepcional, tanto do ponto de vista

paisagístico natural como no aspecto geomorfológico, sendo bastante reducionista essa forma de apreensão na escolha feita à época do Estudo.

Parafraseando Carlos Fernando de Moura Delphim, ao se referir a Quixadá, vemos como Quixadá e seus arredores apresentam uma excepcional paisagem de beleza cênica tão relevante quantas outras paisagens do Brasil, embora, pouco valorizada e conhecida do restante do país (DELPHIM, 2009).

Apesar de alguns monólitos lembrarem objetos e/ou animais, como no caso da Pedra da Galinha Choca, o que eleva a rememoração e desperta os sentidos, a intenção em apenas selecionar os monólitos com essas feições tidas como "excepcionais, curiosas e singulares" (conforme disposto no Estudo de Tombamento), torna a escolha muito subjetiva e acaba excluindo outras formações rochosas tão relevantes quanto. A partir desse critério, uma dezena de monólitos dispostos nas proximidades do Açude do Cedro foram excluídos do Tombamento, por não se enquadrarem nos critérios supracitados.

Ao observar o Estudo de Tombamento isso ficou constatado e esse critério torna-se incompatível com a natureza dos monólitos, sendo um ponto que merece ser revisto. Soma-se a isto a notória ausência de abordagens que considerasse os aspectos relativos à memória social e o valor cultural dos monólitos para a população de Quixadá. Pode-se citar como exemplos da Pedra do Cruzeiro, a Pedra do Cemitério, a Pedra da Nariguda, o Serrote dos Cavalos, a Pedra Branca, que foram excluídos da poligonal de proteção.

No caso da Pedra do Cruzeiro e da Pedra do Cemitério, estas foram excluídas da poligonal de Tombamento dos monólitos de Quixadá (processo nº 1377-T-96) por estarem descaracterizados. A Pedra da Nariguda e o Serrote dos Cavalos não foram incluídos na poligonal do açude do Cedro (processo nº 1082-T-84) por que havia a ideia que em uma eventual revisão da poligonal do Açude do Cedro estes monólitos iriam ser incluídos juntamente com outros monólitos próximos a Pedra da Galinha Choca, contudo essa revisão nunca aconteceu e alguns destes monólitos estão sem qualquer proteção. Já a Pedra Branca encontra-se relativamente distante da área das poligonais, incapacitando a sua inclusão devido à distância, e pela falta de uma justificativa passível para a sua inclusão na proteção do Tombamento.

Chama a atenção a incoerência apresentada no critério da não inclusão dos monólitos localizados na malha urbana, especialmente os que se encontram mais ameaçados pela ação

humana e pelo crescimento urbano. Segundo consta no Estudo do Tombamento, os monólitos ameaçados eram considerados prioritários na configuração global do Conjunto. Entretanto, a Pedra do Cruzeiro e a Pedra do Cemitério, foram excluídos, justamente, pelo fato de estarem inseridos no tecido urbano, o que foi identificado como incoerente. Todavia também é dito que a responsabilidade dos referidos monólitos ficaram a cargo da administração municipal, que também não teve ações efetivas em favor dos monólitos, acentuando os problemas urbanos em torno deles com o passar do tempo.

> "[...] de todos os *inselbergs*, os mais afetados pela ação humana em toda a área proposta para tombamento são exatamente os morros do Cruzeiro e do Cemitério, os quais apresentam intervenções comprometedoras, cuja reversão depende de ações municipais, como certas demolições onerosas e que exigem construções que as substituam, como é o caso de uma caixa d'água. Na consideração desta Superintendência, estes *inselbergs* deveriam ser protegidos pela administração municipal [...] Portanto, a 4ª SR **(antiga denominação do Iphan Ceará, grifo nosso)** propõe a exclusão da área urbana da área de tombamento" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará).

Isoladamente esses monólitos apresentam um forte adensamento populacional consolidado no seu entorno, e numa visão do conjunto como um todo eles encontram-se integrados com a paisagem de Quixadá. O que chamou atenção nesse caso foi à forma como foi escrito na metodologia do texto do Estudo do Tombamento, que merece ser revisto, pois deixa margem para dupla interpretação, pois é dito:

> "[...] o levantamento do conjunto das formações, que indicamos para inscrição, pela excepcionalidade de sua beleza monumental e paisagística, nos livros do tombo do IPHAN. Foi definida a área de concentração dos *inselbergs*, incluindo: i) aqueles que constituem formas mais singulares, bizarras ou curiosas; ii) aqueles cuja localização é evidente em relação à cidade ou à estrada que a esta conduz e; iii) as que mais contribuem para a configuração global do conjunto, **prioritariamente aqueles mais ameaçados pelo crescimento (grifo nosso)** urbano e atividades econômicas; e, também, todo o entorno necessário à sua apreciação e valorização" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará).

Pelo trecho acima se percebe que, embora os mais ameaçados sejam vistos como prioritários, na verdade esses dois monólitos, em especial, encontram-se fora da poligonal do Tombamento, mesmo representando importantes exemplares de apropriação cultural por parte da população. De acordo com Vieira Neto (2012), não foram levados em consideração diversos aspectos no estudo de tombamento, no ato da escolha por parte dos especialistas limitando-se aos aspectos paisagísticos e afastando-se das percepções da comunidade local.

Em síntese, a justificativa do Estudo enumera e recomenda o tombamento, segundo seu caráter geomorfológico, florístico (devido à biota associada), arqueológico, paleontológico (é

dito no estudo que existem sítios fossilíferos), paisagístico, cultural, literário, cinematográfico, institucional (em acordo com o conjunto de leis associados) e urbanístico.

Esses critérios supracitados que compõem os aspectos considerados na composição da justificativa fazem referência, na sua grande maioria, a monumentalidade do Bem, contudo não considera, enquanto aspecto para justificativa, o cotidiano e a identidade da paisagem pelos olhares da população local.

Tal afirmação demonstra como o exercício de poder tem atuado em Quixadá na escolha dos elementos e atributos que foram considerados como excepcionais para receber o acautelamento da proteção através da poligonal do tombamento.

> "A paisagem é sempre herança em todo o sentido da palavra: herança de processos Fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdam como território de atuação de suas comunidades. Mais do que simples espaços territoriais os povos herdam paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, mas todos têm uma parcela de responsabilidades permanente de uma herança única que é a paisagem terrestre" (AZIZ AB'SABER, 2003).

Numa assertiva bastante recorrente – pelo menos num reflexo de contemplação do olhar – Saint-Exupéry[12] (1900-1944), autor da célebre obra "O Pequeno Príncipe", em uma das passagens do seu livro faz referência a Paisagem, dizendo: "Olhem atentamente esta paisagem [**grifo nosso**] para terem certeza de que a reconhecerão se um dia viajarem para a África, para o deserto" (2009, p.93). Com isso, ele quis chamar atenção para o aspecto de observação da paisagem e a contemplação, a partir do reconhecimento dado pelo olhar, enquanto aspectos intrínsecos e holísticos.

Entender esses aspectos significa perceber e apreender na sua fisionomia o material e o palpável; assim como também as sobreposições subjetivas, harmônicas e culturais que emanam da paisagem. No sentido mais profundo, seria uma busca por uma sintonia com o que se vê (no caráter geomorfológico, ambiental) e o que se apreende (no caráter cultural, simbólico).

As paisagens geográficas são diversificadas na superfície terrestre e, muitas vezes, dentro de um mesmo território surgem de diversificadas formas; tanto nos aspectos físicos (componentes do quadro natural), como nas marcas e expressões dos grupos humanos com diferentes escalas (em razão do grau tecnológico e dos valores atribuídos a elas). O interesse em uma superfície terrestre tão variada resulta em estudos de áreas individualizadas, voltadas para a paisagem, ou seja, para a fisionomia e para o modo como ela se apresenta aos nossos olhos (MACHADO, S.D.).

A discussão a seguir vai partir sobre os múltiplos significados do vocábulo Paisagem, desde o seu caráter de panorama no senso comum; passando pelas artes, literatura e perspectivas

[12] Escritor, ilustrador e piloto francês; escreveu vários artigos para jornais e revistas de países europeus. Ficou mundialmente conhecido, sobretudo, por conta da publicação do livro *Le Petit Prince* [título original em francês] em 1943, romance que apresenta personagens carregados de simbolismo e mostra uma profunda mudança de valores, e sugere ao leitor quão equivocados podem ser os nossos julgamentos, e como eles podem nos levar à solidão. Disponível em: **http://academialiterariadf.blogspot.com.br/2014/11/resenha-o-pequeno-principe-antoine-de.html**. Acesso em: 15 set. 2015.

estéticas; pelo aspecto morfológico; nas dimensões subjetivas e interpretativas; e as concepções de paisagem nas principais escolas do pensamento geográfico.

2.1 Considerações aos estudos de Paisagem

A opção por essa trajetória teórica em torno da Paisagem é vista como necessária para o entendimento e no posicionamento a ser tomada, mediante o leque de possibilidades e abordagens distintas em torno de feições, monumentos e elementos naturais próprios e intrínsecos a Paisagem. Além disso, pelo fato do objeto de estudo em questão, os monólitos de Quixadá, abrangerem aspectos naturais tão significativos, nada mais justo que elencar esses caminhos possíveis em torno da Paisagem no âmbito da Geografia.

Ao longo de sua história, a Geografia desenvolveu métodos e abordagens específicas no seu campo de atuação que a orientam e a tornam uma ciência dinâmica e mutável. Neste contexto, a Geografia definiu e estabeleceu conceitos-chave para interpretar, compreender e serem modos de olhar e tratar os objetos, na qual a Paisagem se encaixa. Além disso, com diferentes abordagens e modos de ser tratada, a Paisagem figura como um dos conceitos mais próprios da geografia, muitas vezes ocupando temas centrais na pesquisa geográfica. Faz parte dos estudos mais clássicos, desde sua institucionalização enquanto ciência no século XIX, sendo fundamental para a compreensão de diferentes aspectos da organização espacial.

Todavia, o que é uma paisagem? O que é a paisagem para o geógrafo? E o que significa este termo?

Esses questionamentos supracitados são relevantes para o entendimento semântico, contextual e interpretativo com a qual a Paisagem se insere dentro do espaço geográfico. Uma vez que, a Paisagem ocupou, ocupa e ocupará o universo da Geografia; sendo um tema recorrente, dinâmico e com grandes atribuições teóricas e cientificas.

Quando nos referimos ao termo Paisagem, normalmente, somos levados a enxergar e imaginar mentalmente uma estrutura natural com atributos físicos, como num panorama e em uma fisionomia, ou seja, da forma com a qual a paisagem se apresenta e é vista pelo observador. Quando crianças [mas também enquanto adultos], guardamos na memória essa contemplação da paisagem e ao trazermos à tona essas imagens pictóricas passamos a representar aquilo que

vivenciamos, além das lembranças com a qual, porventura, podemos ser acometidos. No senso comum, a paisagem poderia ser vista dessa forma, carregada de aspectos objetivos e subjetivos atrelados e integrados entre si, formando uma teia de sentido e identidade.

Enquanto concepção estética a Paisagem surge durante o Renascimento[13], especialmente em razão das pinturas holandesas, como no exemplo a seguir (Figura 20). Segundo Clark (1991, p.33 *apud* BARROS, 2006) as pinturas de paisagens começam a aparecer na Europa no final do século XV e início do século XVI, isto é, no período Renascentista.



Figura 20. Paisagem de Pernambuco, circa 1637 / 1680. Frans Post, óleo sobre madeira, 34,3 x 47,3 cm. Fonte: Coleção Museu Nacional de Belas Artes/IBRAM/MinC - 19/2013. Fotografia: acervo MNBA

O Renascimento trouxe a objetividade ao meio ambiente, dividindo o mundo entre um ponto de vista subjetivo, centrado no homem, e outro ponto de vista centrado no objeto, a natureza (BERQUE, 1994). Essa concepção está diretamente relacionada a uma imagem, a algo visível, relativo a um ponto de vista, a certo tipo de enquadramento, sobre o qual a Paisagem é pensada como objeto.

[13] O Renascimento ocorreu, sobretudo, no período que compreende os séculos XIV e XVI. O ideal humanista e a preocupação com o rigor cientifico podem ser encontrados nas diferentes manifestações culturais como na pintura, por exemplo. Para saber mais sobre essa temática ler: GODINHO, Rosemary de Sampaio. Renascimento: uma nova concepção de mundo através de um novo olhar para a natureza. *In:* DataGramaZero – Revista da Informação, volume 13, nº1, 2012. Disponível em: **http://www.dgz.org.br/fev12/Art_01.htm**. Acesso em: 19 de set. 2015.

Essa forma de apropriação da Paisagem na concepção estética a aproxima, muitas vezes, das artes e literatura, estando ela vinculada a poemas e pinturas[14] que fazem referências à apreciação da natureza (BARROS, 2006).

Especificamente na pintura, a partir da composição dada pelo artista, que esteticamente as pessoas passaram a olhar a natureza com outros olhos, sobretudo na construção de códigos que a valorizam enquanto lugar de observação e apreciação; enquanto que na escrita a paisagem é expressa, sobretudo, em poemas sobre o qual o autor descreve a paisagem que pode ser lida enquanto texto. Em suma, o ato de visualizar e de imaginar espacialmente são aspectos fundamentais na concepção de Paisagem.

Cauquelin (2007, p. 93), afirma que a visualização de um lugar (que seria o território) é feita pelo artista que representa o meio enquadrando-o, diferente de um texto onde o autor descreve a paisagem. A autora afirma ainda que embora o texto não permita visualizar a paisagem como a pintura, existe um conjunto indissociável entre a Literatura e a pintura na maneira de representar a paisagem:

> "A paisagem [...] estava inteiramente submetida às convenções pictóricas e literárias; exemplificada sob a forma de quadros, ela dependia, de algum modo, de certo estado da cultura" (CAUQUELIN, Ibidem, p. 15).

No decorrer dos séculos, a concepção de Paisagem foi além de um estado artístico para uma concepção científica. Esse processo de transformação apresentou várias oscilações e, na realidade, não conduziu a uma separação absoluta (BARROS, 2006). A medida que o homem, enquanto observador de paisagens, continua a detectar e descobrir formas peculiares nas paisagens ele mantém a sensibilidade em torno delas.

> "apreciavam a sua beleza, sua majestade; provavam o sublime que nasce de ambientes ameaçantes. A sensibilidade clássica privilegiava a ordem e a simetria; o romantismo estava mais aberto ao pitoresco" (CLAVAL, 2012).

De modo geral, são dois sentidos importantes para formação de seus diversos conceitos na geografia: o primeiro faz referência aos aspectos palpáveis do meio ambiente, descritivos das formas e funções dos objetos e sua fisionomia (como uma região natural, o ambiente rural e urbano), e o segundo sentido de caráter subjetivo ligado à percepção e ao aspecto abstrato do ambiente ou de parte dele, pelo sujeito (o observador).

[14] Segundo Berque (1996), a noção de Paisagem surgiu no oriente, na China, e começou a ser expressa nas pinturas, sobretudo em quadros que representavam elementos naturais como as montanhas e os cursos d'água, assim como nas poesias, em textos que faziam descrições.

Tal premissa pode ser vista nos monólitos de Quixadá, uma vez que os aspectos palpáveis do meio ambiente são amplamente visíveis e compreendem uma área significativa. Além disso, a cidade de Quixadá, que se espraia sobre os monólitos, forma uma espécie de simbiose, em um verdadeiro organismo vivo, dinâmico e em constante permuta, juntamente com a percepção e subjetividade que os monólitos exercem sobre os indivíduos, seja na apreciação ou no misticismo construindo em torno de sua figura. Sendo, justamente, esse caráter de continuidade e mudança, características próprias da Paisagem.

Na ciência geográfica, enquanto campo disciplinar, o termo Paisagem apresenta etimologia com alguns significados distintos nas principais formas em que esta aparece na literatura geográfica, seja nos países de língua latina (*Paysage*, *Paisaje*, *Paisagem*) ou germânica (*Landschaft*, *Landscape*, *Landschap*). A Figura 21 a seguir traz um esquema elaborado a partir do significado dos termos da Paisagem.

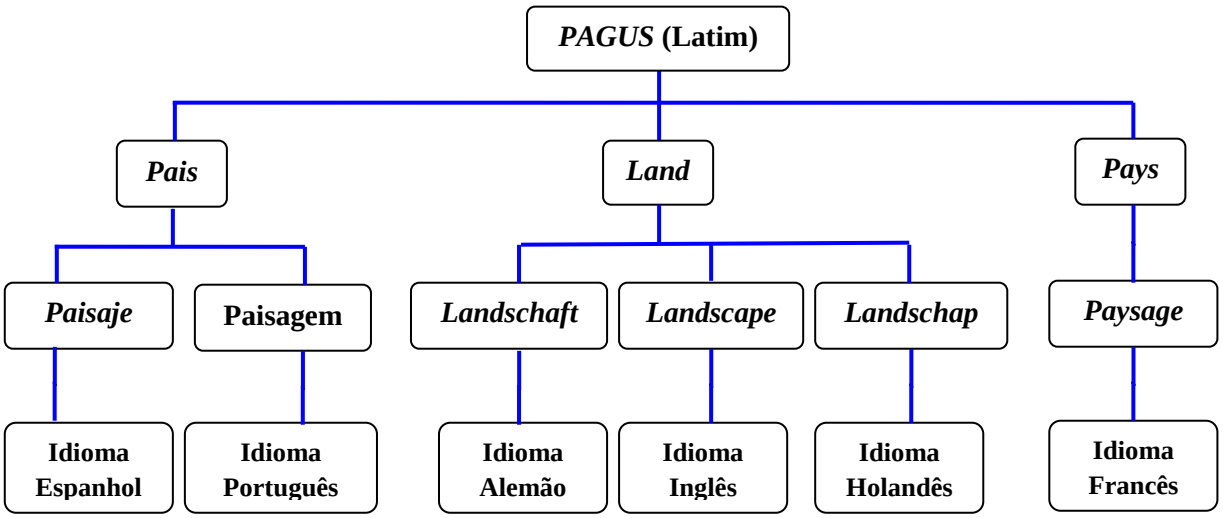


Figura 21. Significados do Termo Paisagem na Geografia. Fonte: Castro (2004), Gomes (2007) e Sartorello (2014). Adaptado e esquema do Autor, 2016.

Na matriz latina, o termo em francês *pays* tem sentido de "região" e foi difundido para as outras línguas latinas, designando a extensão de território em que o "olhar" alcança, mas também pode ter uma conotação de transformação dos territórios por meio da ação de processos dinâmicos naturais e culturais. No tocante as línguas germânicas, o termo advém de *land* e tem sentido de espaço livre, espaço aberto, unidade administrativa, se referindo a território, ou ainda de terra no sentido literal, e também pode apresentar o sentido de região (MARTINS *et al.*, 2004; POZZO & VIDAL, 2010).

Percebe-se que os estudos em torno da Paisagem remetem a um leque de possibilidades analíticas a serem exploradas (Barros, 2006), sendo uma concepção do conhecimento estudada

por diferentes campos disciplinares, como a Antropologia, a Arquitetura, a História, a Geografia, a Geologia, a Economia etc.; mediante diferentes correntes do pensamento, perspectivas de abordagem e métodos de análise e interpretações que podem, inclusive, se aproximarem entre si no campo contextual.

Com isso, os estudos envolvendo a concepção de Paisagem apresentam uma multiplicidade de significados e entendimentos com realidades tão aparentemente "*disímiles*"[15] como num entorno físico, uma ideia ou um sentimento (SILVA et. al., 2007; BERJMAN, 2008), podendo ocasionar certo grau de complexidade no modo de tratá-la, fazendo com que se busque o amadurecimento teórico e prático para atingir resultados efetivos.

No campo científico, a reflexão em torno da paisagem, teve início nos estudos do naturalista alemão Alexander Von Humboldt, quem introduziu o termo no sentido de característica total de uma região. Humboldt valorizou a relação entre fisionomia, vegetação e clima; contudo, ele considerava o aspecto da vegetação o mais importante na concepção da paisagem. Esse contexto da geografia alemã de Humboldt do final do século de XIX influenciou outro alemão nos primeiros estudos do século XX, o Carl Troll, quem desenvolveu a *Landschaftsokologie* (Ecologia da Paisagem), que era marcado pela fitogeografia, ramo da ciência geográfica que estuda as vegetações (GOMES, 2007).

Na França, foi a partir dos estudos do geógrafo francês Paul Vidal De La Blache que a Paisagem adquiriu um caráter acadêmico, sobretudo na escola regionalista francesa (RIBEIRO, 2007). A Antropogeografia física, isto é, a concepção da influência da natureza sobre os homens também merece destaque, sendo esta a contribuição do geógrafo alemão Carl Ritter (GOMES, 2007). Neste contexto nos estudos de paisagem, tanto a geografia francesa como a alemã, embora com pressupostos distintos, deixaram a sua contribuição aos estudos da paisagem.

No final do século XIX e ao longo do século XX, a paisagem[16] foi um tema recorrente e bastante estudado na ciência geográfica, na qual é considerada um dos conceitos-chave desta ciência. Esta concepção na geografia pode ser evidenciada em dois grandes momentos: o primeiro momento compreende o final do século XIX até meados de 1970; e o segundo momento compreende de 1970 até a presente data (CORREA & ROSENDAHL, 2012).

[15] Termo em Espanhol sinônimo de distinto, diferente, desigual.

[16] Melo (2003), diz que o conceito de paisagem é um dos mais antigos da geografia e em algumas abordagens da geografia clássica os geógrafos afirmavam ser a geografia "a ciência das paisagens".

Do século XIX até meados de 1970, a paisagem é analisada por meio da sua morfologia, ou seja, o conteúdo da paisagem tem fundamento nas qualidades físicas de uma área e na sua transformação e foi inserida em estudos e temas da geografia regional. A partir de 1970 até a data presente, os estudos de paisagem passaram a ter abordagens distintas e novas leituras e paradigmas, como a inclusão em seus estudos dos aspectos subjetivos da paisagem, de modo que, seus significados passam a ser interpretada a partir da percepção dos indivíduos, não como uma soma de objetos próximos uns dos outros, mas de forma simultânea (MELO, 2003).

Na visão de Bolos e Capdevila (1992), surgiram quatro frentes de estudo e pesquisa sobre Paisagem entre meados do século XIX e ao longo do século XX: a escola alemã, a escola francesa, a escola americana e a escola russa. Além dessas, o século XX também marcou a ascensão dos estudos brasileiros na Geografia. Neste contexto, a escola brasileira, mesmo tendo uma influência direta das demais escolas também merece destaque e deve ser considerada no debate em questão. Cada uma delas apresenta abordagens e métodos científicos que direcionam o pensamento, em razão da corrente filosófica e objetos considerados nos estudos de paisagem.

Para demonstrar as frentes de estudo supracitadas sobre paisagem, a seguir, é apresentado um agrupamento sintético das ideias dos principais autores de cada escola do pensamento (alemã, francesa, russa, americana e brasileira). Esse esforço teórico-metodológico, ainda que apresente algumas imprecisões, é bastante significativo para o estudo em questão, pois localiza temporal e teoricamente as escolas, a fim de apresentar as possibilidades de abordagem em torno da Paisagem, além de aproximar a linha de pensamento com o objeto de estudo.

A escola Alemã

Os primeiros estudos na utilização da Paisagem surgiram na Alemanha. No século XIX, Humboldt em seu livro *Kosmos* trouxe uma visão holística que enfatizava a vegetação como componente mais significativo da paisagem, o que faz dele por grande parte dos estudiosos da história do pensamento geográfico o primeiro a estabelecer as novas matrizes da recém-geografia moderna. Foi ele quem preparou a introdução do conceito de *Landschaft* que veio a ser muito praticado no século seguinte na escola Alemã (CONTI, 2014). E a partir do século XX, Seigfried Passarge, Carl Troll, Otto Schlüter entre outros, também dedicaram seus estudos sobre Paisagem na Alemanha.

Passarge, no início do século XX, trabalhou com os fundamentos da *Landschaftskunde* (ciências da paisagem), o qual entendia que a paisagem deve definir um sistema com níveis de organização espacial. Passarge entendia que os estudos da paisagem deveriam se restringir às formas, aos aspectos visíveis, excluindo os fatos não materiais da atividade humana (GOMES, 1996).

Em 1939, Carl Troll desenvolve a *Landschaftsokologie* (ecologia da paisagem) que teve forte influência dos estudos desenvolvidos por Humboldt no século anterior com a vegetação e a *Landschaft*. Troll (1950) entendia a paisagem como um espaço heterogêneo habitado pelo homem e onde os fenômenos e suas funções se inter-relacionam na paisagem, cabendo à geografia realizar síntese deste contexto e obter, primeiramente, o entendimento do todo e, em seguida, o conhecimento dos elementos individualizados da paisagem.

Para ele, a interação entre os elementos da paisagem, internos e externos, davam os aspectos diferenciados a paisagem geográfica. Em partes, o pensamento de Troll nos remente a uma tentativa, talvez pioneira, de superar a dicotomia entre o natural e o cultural, ainda que essa perspectiva dicotômica somente seja expressa mais claramente a partir da Geografia Crítica em meados das décadas de 1970 e 1980 em diante. A leitura de Troll deixa uma margem nesse sentido, como afirma Zonneveld (1990 *apud* SARTORELLO, 2014): a ecologia de Troll foi uma tentativa de união entre a Geografia (paisagem) com a Biologia (ecologia).

Schlüter, por sua vez, elaborou uma metodologia que se baseou no conceito de paisagem e sua morfologia em face das marcas que a ação humana deixa na superfície terrestre (SEEMANN, 2004). Analisar e observar a paisagem, dessa forma, foi tido como uma das bases para o desenvolvimento da Geografia Cultural, que vai ser discutido mais adiante com os estudos do geógrafo americano Carl Sauer.

A abordagem da ciência da paisagem na escola alemã foi orientada, simultaneamente, em duas direções que serviram de base para o desenvolvimento das demais escolas do pensamento geográfico sobre paisagem. A primeira abordagem de cunho naturalista, que se denominou de paisagem natural (*Naturlandschaft*) e outra de cunho cultural, a paisagem cultural (*Kulturlandschaft*).

A escola Francesa

O caráter acadêmico surgiu na França com os estudos de Paul Vidal de La Blache, quem fundou a escola regionalista francesa de Geografia. A escola francesa de geografia propõe a corrente possibilista e conceitua a paisagem como um relacionamento do homem com o seu espaço físico, pois o espaço oferece as possibilidades, cabendo ao homem empregá-las da melhor forma.

Durante um longo tempo, o pilar da geografia francesa foi o termo Região, que na matriz latina, em francês, *pays* de *paysage* tem sentido de "região" e foi aplicado a conjuntos físicos, estruturais, climáticos e domínios de vegetação (GUERRA, 2006), em uma conotação de transformação dos territórios por meio de processos culturais possibilitados pela ação do homem no meio.

Em meados das décadas de 1960 e 1970, surge na escola francesa uma preocupação com a taxonomia da paisagem e com estudos da biogeografia, representada por autores como: Jean Tricart e Georges Bertrand. Esse período supracitado trouxe de volta o interesse ao tema da Paisagem que havia perdido certa relevância em decorrência dos estudos de região que dominavam a escola francesa até então.

Na década de 1970, Bertrand propôs um esboço metodológico de estudo global da paisagem em geografia física, na qual consistia em classificar as unidades taxonômicas da paisagem por ordem de grandeza escalar, indicando seis níveis taxonômicos hierarquizados (global para local).

Paralelamente aos estudos supracitados, a partir da década de 1980, a abordagem da Paisagem passa a ter um caráter mais subjetivo e seu estudo passa a incluir a relação entre o Homem e o Meio, na busca pelo seu significado para os grupos culturais.

Segundo Besse (2006), geógrafo francófono, a paisagem é produto das interações e combinações entre as condições naturais do meio e as condições humanas (economia, sociedade, cultura), salientando que tais interações são mutáveis e percebidas nas paisagens visíveis e invisíveis, na qual para entender a Paisagem é preciso decifrá-la a partir de um esforço interpretativo de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção.

Com a aproximação das ciências humanísticas, tais como a Antropologia, novos métodos para interpretação da paisagem foram adicionados à prática geográfica, considerando a subjetividade na relação do homem com a natureza, objetivando, sobretudo, superar o modelo

morfológico de análise. Salienta-se que ambos os métodos de análise, tanto morfológicos quanto os interpretativos são aplicáveis.

A escola americana

A geografia norte-americana do final do século XIX recebeu forte influência da escola alemã de geografia, sobretudo com o determinismo ambiental que foi inserido nos primeiros estudos de geografia física por William Morris Davis e na geografia humana por Ellen Semple.

Já os estudos de paisagem nos Estados Unidos ganharam força com os textos produzidos por Carl Sauer, que também teve influência de seus contatos com a Escola Alemã, sobretudo nas obras de Schlüter e Passarge.

Inserido no primeiro momento, nos anos 1920, Sauer, da escola de Berkeley, em seu clássico *The Morphology of Landscape* (SAUER, 1998 [1925]), partia do pressuposto que o estudo de morfologia da paisagem implicava uma associação distinta entre as expressões culturais e físicas. Para Sauer, a paisagem geográfica era estudada, enquanto conjunto de formas resultantes da ação do homem sobre a natureza, sendo este o objeto principal da Geografia (CORREA & ROSENDAHL, 2001).

A paisagem cultural, até então, era tratada, segundo Sauer (1998), como resultado de uma paisagem natural modelada a partir de um grupo cultural (concepção que deriva da influência antropológica), ou seja, o ambiente natural é o meio e a cultura é o agente e a relação entre ambos traz como resultado a paisagem cultural.

Sauer e a Escola de Berkeley contribuíram efetivamente em muitas abordagens e temas relativos às pesquisas na geografia cultural, como aconteceu com a paisagem cultural. Apesar disso, várias criticas foram lançadas à geografia cultural da primeira metade do século XX (CLAVAL, 2001, p. 41) dentre elas: i) a preocupação em descrever mais do que compreender; ii) a ênfase dada a um certo esteticismo colocado na paisagem; iii) o destaque atribuído ao ambiente rural era maior em comparação ao ambiente urbano; iv) o peso conferido ao passado; v) e a falta de atenção ao significado dos acontecimentos espaciais.

Além disso, a crítica mais contundente a geografia cultural adotada por Sauer e a Escola de Berkeley veio do geógrafo americano James Duncan, na década de 1980. Segundo Duncan (1980), a Cultura foi vista como uma entidade acima do homem (entidade superorgânica), ou seja, existia uma separação entre o indivíduo e a cultura, sendo o indivíduo concebido como um simples “agente de forças culturais”.

Assim como ocorreu na escola francesa de geografia, a partir da década de 1980 a escola americana passou a buscar os significados subjetivos, além da fisionomia nas paisagens. Dentro desse contexto destacam-se os geógrafos James Duncan e Denis Cosgrove.

Esses geógrafos, adeptos da Nova Geografia Cultural[17], consideram necessário para interpretar a paisagem, levar em consideração os significados que ela apresenta para os diferentes grupos culturais envolvidos, compreendendo de que forma as paisagens foram e são produzidas. Neste contexto, Cosgrove e Duncan trouxeram grandes contribuições aos estudos que versam sobre as paisagens, seus significados e o simbolismo presente nas mesmas.

Para Cosgrove a paisagem é concebida como um modo de ver e de representar. Em um dos seus trabalhos *"The iconography of landscape"* (1988), ele utiliza como metáfora a iconografia, partindo do pressuposto de que a paisagem é uma *imagem cultural*[18], representada como uma forma pictórica, estruturada e repleta de simbolismo.

Assim, a paisagem pode ser representada de variadas formas materiais e em muitas superfícies: na pintura sobre telas, escritas em papel, na terra, na rocha, na água e vegetação no chão. E pode ser interpretada através da iconografia, que é o estudo histórico e teórico do imaginário simbólico, na qual se caracteriza como o método com mais precisão para interpretar as imagens visuais (COSGROVE & DANIELS, 1988).

Já Duncan, afirma que a paisagem é um dos elementos centrais num sistema cultural já que "age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado" (DUNCAN, 2004, p. 106).

Duncan parte da premissa da leitura da paisagem, ou seja, a paisagem como um texto, que pode ser lido e interpretado, numa análise da relação entre a paisagem e reprodução do poder. Para tal, ele defende que se deve utilizar a investigação dos relatos das pessoas locais, não locais e o sistema de significação implícito na paisagem estudada, além da do próprio pesquisador; a essa qualidade Duncan chama de *significação da paisagem*. Os relatos dos locais sobre a paisagem fornecem a base para que o pesquisador interprete seu significado para aqueles que "*a produzem, a reproduzem ou a transformam*" (DUNCAN, 2004 p. 107).

[17] A Nova Geografia Cultural sob o olhar da geografia anglo-saxônica se deu pela introdução da análise de símbolos e de aspectos subjetivos; sob o olhar da geografia francófona a Nova Geografia Cultural analisa a Paisagem através daqueles que as habitam como a gênese dos traços da organização do espaço, sendo o papel da cultura alvo de discussão.

[18] A landscape is a cultural image, a pictorial way of representing, structuring or symbolizing surroundings (COSGROVE & DANIELS, 1998).

A escola russa

A escola russa cientificamente é mais fechada que as demais e teve influência da escola alemã ao assimilar e desenvolver as características e a noção da *Naturlandschaft* (paisagem natural). Os soviéticos se empenharam em desenvolver modelos sistemáticos dos elementos da natureza, considerando as diversas escalas.

Nesse sentido, a partir dos estudos pioneiros de Dokoutchaev, no início do século XX, que trouxe uma nova abordagem com relação aos elementos da natureza. Em seus estudos foi definido o Complexo Natural Territorial (CNT), o qual inclui os processos físicos, químicos e bióticos, colocando a vegetação como diferenciadora nas tipologias das unidades de paisagem e o solo como produto da interação entre o relevo, clima e a vegetação.

O empenho dos soviéticos em encontrar um modelo teórico que os possibilitassem, realizar a classificação sistemática das unidades taxonômicas da paisagem, levou-se à elaboração da Teoria dos Geossistemas, que foi aplicada na superfície terrestre por Sotchava.

O geossitema é um modelo global, territorial e dinâmico que abarca todos os elementos de paisagem e pode ser aplicado a qualquer tipo de paisagem concreta. Esse modelo engloba os sistemas naturais, de nível local, regional ou global, nos quais o substrato mineral, o solo, as comunidades de seres vivos, a água e as massas de ar, particulares às diversas subdivisões da superfície terrestre, são interconectados por fluxos de matéria e de energia, em um só conjunto (SOTCHAVA, 1978).

2.2 Estudos de paisagem no Brasil

O conhecimento produzido no Brasil sobre Paisagem vem da influência das escolas do pensamento geográfico estrangeiras, sobretudo porque inicialmente foram traduzidos e reproduzidos estes estudos aqui no Brasil, especialmente as influências epistemológicas e as concepções filosóficas das escolas supracitadas.

Aos geógrafos físicos couberam os trabalhos e estudos desenvolvidos, primordialmente, pela escola russa e pela escola francesa. A influência dos trabalhos de Sotchava e de Bertrand teve grande repercussão no Brasil a partir da década de 1970, sobretudo a abordagem dos

Geossistemas. Dentre os estudiosos dessa época, destacamos: Carlos Augusto F. Monteiro, Ab'Saber, J. Ross e H. Troppmair.

Contemporaneamente, em virtude do acesso as tecnologias de informação e a ascensão das ferramentas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, uma abordagem mais ecológica, utilizando modelos geoecológicos e cartográficos para modelar a paisagem têm sido bastante difundidos, sobretudo para a análise ambiental e na geração de modelos taxonômicos de Unidades de Paisagem (os geossistemas) (MONTEIRO, 2000).

E aos geógrafos humanos, especialmente da geografia crítica e da geografia humanista, couberam os estudos e trabalhos da escola francesa e da escola americana. Os trabalhos de Sauer, Cosgrove, Duncan, Besse e Berque apontam a influência advinda dessas escolas. A acepção de cultura e a aproximação com outras ciências humanas, como a antropologia, influenciaram muitos dos estudos recentes, particularmente, sobre paisagem cultural, que investiga o significado, a leitura e o simbolismo nas paisagens.

A revisão dos conceitos, métodos e correntes do pensamento que influenciaram cada uma das escolas anteriormente citadas repercutiram nos estudos brasileiros sobre paisagem. O esforço teórico-metodológico que foi feito é uma construção inacabada, visto que as contribuições são diversas e bastante abrangentes. Nesse sentido, como o objeto de estudo deste trabalho versa sobre uma paisagem natural conhecida como os Monólitos de Quixadá, tombada com o patrimônio cultural brasileiro, apresenta várias interações tanto físico-naturais como socioculturais, que são possíveis de apropriações.

A Paisagem, neste estudo é entendida a partir das relações existentes entre o homem (a sociedade) e o meio (a natureza), por meio dos significados dos elementos e atributos presentes no território. Pode-se entender a Paisagem através de elementos que são intrínsecos da natureza, tais como: o relevo, a vegetação, os solos, os cursos d'água, ou através de atributos que são resultantes da ação humana e da sociedade na natureza, na qual traz inúmeros sentidos, percepções, sensações e significados.

Desse modo, a paisagem trata de interpretar as diferentes maneiras de ver, de compor e harmonizar o mundo externo em uma 'cena', em uma unidade visual (COSGROVE, 1998, p. 98) que é especifica de um determinado território. Cabe ao pesquisador, a partir da observação, buscar as diferentes leituras e pontos de vista em torno da paisagem a partir do olhar dos grupos

sociais envolvidos e dos especialistas. Assim, as maneiras de ver a paisagem são tidas como construções dinâmicas e mutáveis ao longo do tempo que são carregadas de significados,

Nesse sentido, compreendemos, enquanto abordagem, que a paisagem é vista além da sua fisionomia, deixando de ser analisada apenas por aspectos materiais, incluindo também os significados e atributos interpretados por meio dos grupos culturais que vivenciam e compartilham os territórios, pois a paisagem é "*resultado de uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados*" (COSGROVE, 1998, p. 98).

2.3 Território e poder

Assim como a Paisagem, o Território é considerado um dos conceitos-chave no âmbito da ciência geográfica. Do ponto de vista teórico-conceitual, a abordagem de Território pode ser analisada com enfoque materialista e com enfoque simbólico-cultural.

Consultando um dicionário escolar, nos deparamos com designações bastante genéricas sobre o conceito de Território, mas que traduzem, ainda que vagamente, a noção do termo. Numa primeira definição o Território pode ser visto como "uma área pertencente a uma nação, província ou localidade", podendo demonstrar uma imprecisão quanto a sua abrangência e não faz referência à objetos e/ou sujeitos que se utilizam de determinado território. O território também tem um viés jurídico-político que pode ser visualizado e manifestado nas fronteiras entre países, estados e municípios. Além disso, o território também é definido como a base geográfica de algum Estado Nação, sobre a qual exerce sua soberania e poderio sobre os recursos naturais (rios, lagos, florestas, baías, montanhas etc.).

Essa definição política, concreta e palpável, na maioria das vezes, em torno dos recursos naturais e na definição de fronteiras está no cerne da formação e organização dos Estados Nacionais sendo, portanto, melhor percebida como o território no sentido de poder.

Na teoria geral dos Estados, o território aparece como componente necessário na condição da existência do Estado Nação, sobre a qual o poder é expresso. Segundo Dalari (1998), o território "*é o espaço ao qual se circunscreve a validade da ordem jurídica estatal, pois, embora a eficácia de suas normas possa ir além dos limites territoriais, sua validade como ordem jurídica estatal depende de um espaço certo, ocupado com exclusividade*".

Segundo Jellinek 1990 (apud Dalari, 1998), é no Território, na figura do Estado, onde o poder é exercido sobre pessoas. Assim, o direito do Estado ao território é apenas um reflexo da dominação sobre as pessoas e que não detêm um direito reflexo no sentido subjetivo, uma vez que as escolhas do território exercidas pelo poder não levam em consideração a subjetividade da população, embora o Estado seja a personificação do Poder escolhido pela população.

Nesse sentido, lembramos que o termo território é originário do latim *territorium* e deriva de *Terra* e já constava em estudos sobre agrimensura fazendo menção a "porção de terra apropriada".

Vale salientar que no âmbito da geografia o conceito de território já figurava nos estudos dos geógrafos desde o século XIX, bastante similar aos estudos de Paisagem como visto no inicio deste capítulo, na qual, herdou muitas das referências clássicas teórico-metodológicas descritivas e do positivismo. Os estudos de território pioneiros retratavam sobre a natureza política vinculada as concepções de Estado e Fronteira. Nesse caso, o Estado era provedor do desenvolvimento de seu território, através da relação do povo com o *boden* (a terra) (CORREA, 2001).

No século XIX, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, considerado o pai do determinismo geográfico, levantou as bases para o paradigma da Geografia que considerava o "homem um produto do meio", ou seja, as condições da natureza influenciava o homem, chegando a determinar a vida em sociedade.

Em sua principal obra, a Antropogeografia, Ratzel via o ser humano a partir do ponto de vista biológico (não social) e que, portanto, não poderia ser visto fora das relações de causa e efeito que determinam as condições de vida no meio ambiente, isto é, este autor "naturaliza" o povo e o território conectando-os ao Estado-Nação.

Segundo Correa (2000) essa visualização acabou servindo como ferramenta para ocultar uma ideologia das classes dominantes, que veio a ser aplicada pelo Estado germânico durante a sua unificação no segundo quartel do século XIX e justificou, em partes, as conquistas neocoloniais no continente Africano e Asiático.

A própria noção de "Espaço Vital", de autoria e defendida por Ratzel, ratifica o propósito para o fortalecimento de uma sociedade ou povo a partir das condições espaciais e naturais disponíveis para a manutenção ou consolidação do poder do Estado sobre o seu território. Nesse sentido, aquelas populações que dispusessem do melhor "espaço vital" teriam

melhores condições e estariam mais aptas ao desenvolvimento e conquistas de outros territórios, pois existiriam essas diferenciações em níveis de desenvolvimento entre os povos.

Este é um dos propósitos do desenvolvimento civilizatório das potências imperialistas, que trazia uma visão "naturalizada" de território, a qual afirma e reafirma as atuais teses racistas que defendem uma ligação entre espaço e os grupos étnico-culturais (HAESBAERT, 1997).

Um dos autores pioneiros na abordagem do Território é o geógrafo francês Claude Raffestin (1993), quem descreve, que o Território se forma a partir do Espaço e a ênfase dada por ele trata o território, principalmente, com caráter político-administrativo, ou seja, num espaço físico delimitado por uma ordem jurídica e política, marcado por linhas, limites e fronteiras definidas e expressas sobre uma soberania de um território nacional, marcadas pelas relações de poder.

> "[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]" (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Ainda segundo Haesbaert (1997), o Território pode definir um espaço social qualquer, um espaço de sobrevivência de algumas espécies de animais, como pode ter um sentido abstrato de território da filosofia (em se tratando de campo teórico) e em um território materializado como a dos Estados-nação.

Assim, para Haesbaert (2001), o território traz consigo a dimensão tanto do simbólico, quanto do material:

> Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "*territorium*" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". (HAESBAERT, 2001, p 6774)

Haesbaert op cit., analisa o território com diferentes enfoques que podem ser divididos em três vertentes: 1) a jurídica-política que compreende um espaço estatal delimitado e controlado por relações de poder; 2) a cultural que prioriza dimensões subjetivas e simbólicas, na qual o território é apropriado pela identidade social; 3) e a econômica que enfoca na (des)territorialização espacial e nas relações de capital-trabalho (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004).

Nos últimos anos, tem-se verificado um significativo entusiasmo nos debates em torno do conceito de Território. Houve uma ampliação no entendimento do conceito e na abrangência de outras áreas do conhecimento que vêm desprendendo esforços nas analises e voltando seus olhares para o território no centro de suas principais questões, tais como: a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia e a História.

Segundo Silva (2015), nunca se falou tanto nos últimos anos em processos espaciais como os de des-re-territorialização, territorialidades específicas, economias espaciais ou territoriais, ordenamento territorial. Segundo o autor supracitado, talvez tenha sido motivado pela colocação do território em uma posição de destaque por seu caráter funcional ou, mesmo, operacional, fazendo com que o mesmo adquira um aspecto prático, especialmente em políticas públicas voltadas para o planejamento e ordenamento do território, a exemplo dos Territórios da Cidadania, Territórios Rurais, Mapeamentos Participativos, Demarcação de Territórios Quilombolas e Indígenas.

Na analise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder, sobre a qual o território seria compreendido, a partir do exercício do poder de pessoas ou grupos culturais. Assim, embora sejam autônomos entre si, a analise conjunta entre território e poder faz-se necessária, visto que o poder o relacional e esta intrínseco nas relações sociais presentes no território.

As interfaces do Poder, Espaço e Sociedade representaram para Raffestin pontos centrais de discussão sobre a legitimação do conceito de Território, o que inclusive o aproximou, em seus estudos, de áreas próximas a Geografia, como as ciências políticas e a filosofia. Pode-se acrescentar que os escritos de Foucault sobre a relação saber-poder foram essenciais nas discussões defendidas por Raffestin, em que o conceito de território tem um caráter político agregado significativo e envolve fortemente as relações de poder (BEZERRA, 2015).

Analogamente, Souza (2001), compartilha do pensamento de Raffestin, contudo ele amplia o entendimento ao incluir na abordagem sobre o território o caráter cultural juntamente com o político. Segundo ele, o território é um espaço definido por e a partir das relações de poder e que não se restringe a atuação do Estado Nação, mas compreende múltiplas vertentes com diversas funções que identifica culturalmente pessoas ou grupos sociais.

Essa dimensão simbólica presente no Território representa a relação entre poder e identidade e torna-se fundamental na analise e nas representações espaciais, ou seja, ao ampliar

o entendimento do território para além da perspectiva material, incluindo a dimensão da cultura e do simbolismo, a compreensão das diversas identidades e as relações de poder permitem o entendimento de que forma os territórios são moldados por pessoas ou grupos sociais.

> "(...) território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades" (CLAVAL, 1999, p. 16).

Semelhante a Paisagem em que há uma gama de escolas do pensamento que abordam em diferentes escalas e construções teóricas, no Território também encontraremos um leque de alternativas de abordagem, com diferentes caminhos teóricos e metodológicos possíveis de serem seguidos. Embora, seja atraente a complementaridade dos aportes para a compreensão com os autores supracitados, fez-se necessário um norteamento que direcionasse o estudo. Para tanto, optou-se pelo entendimento do Território enquanto relações de poder, dessa forma foi possível realizar o esforço teórico de aproximação entre o conceito da geografia com a perspectiva patrimonial.

Essa matriz filosófica em questão tornou-se fundamental no entendimento e no esforço teórico-metodológicos desenvolvidos a fim de compreender a sedimentação em torno do processo de patrimonialização dos monólitos de Quixadá, visto que o Tombamento mudou/transformou (estabelecendo um território), em alguma escala, as relações de poder entre os usuários e grupos sociais nas apropriações do Bem no Território.

Na verdade, a intenção em torno da articulação dos conceitos de Paisagem e Território não se caracteriza apenas em uma leitura teórica sobre conceitos-chave da geografia ou na sua aproximação filosófica com o pensamento de Foucault, mas evidencia a importância desses conceitos na compreensão, interpretação e, sobretudo, em uma operacionalização de ações concretas experimentadas pelo processo de patrimonialização de bens naturais.

CAPÍTULO 3 - O Patrimônio Natural e a atuação do Iphan

Enquanto que no contexto geográfico a Paisagem é polissêmica e em permanente construção (RIBEIRO, 2010), pois envolve entendimentos, compreensões e aplicações diversas. A Paisagem vem sendo estudada desde o século XIX, com papel fundamental no aporte da investigação científica. No âmbito do patrimônio, a Paisagem pode ser encarada como uma consequência da ampliação no entendimento do significado do termo Patrimônio.

A princípio o termo Patrimônio assume o significado de algum bem de natureza econômica herdada ou acumulada durante um período de tempo, que podiam ser objeto de apropriação privada (FERREIRA, 1986; CASTRIOTA, 2009).

Posteriormente, este termo sofreu ampliação de significado e, consequentemente, passou a abarcar uma gama maior de fenômenos, muito mais ampla do que a inicial, e o termo passou a ter caráter de: patrimônio arquitetônico, patrimônio histórico e artístico, patrimônio natural e patrimônio imaterial.

Ao longo do século XX diversos congressos e convenções sobre a salvaguarda dos bens patrimoniais de natureza material e imaterial foram realizados no âmbito internacional, com o intuito de desenvolver documentos que promovessem a salvaguarda e fossem estabelecidas diretrizes e recomendações para o tratamento do Patrimônio em si (BO, 2003).

Um dos primeiros instrumentos legais para a proteção dos monumentos surgiu com a publicação da Carta de Atenas em 1931, pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, na sigla em inglês), que trouxe recomendações com respeito às obras históricas e artísticas do passado, sugerindo procedimentos para a conservação dos monumentos histórico-arquitetônicos diante dos desafios recentes enfrentados pelas cidades.

Segundo Choay (2006) em determinado momento histórico, o monumento era tudo aquilo edificado que representava a memória ou acontecimento de alguma comunidade de indivíduos. Pode-se então concordar que o monumento era a celebração isolada de algo relevante do passado dos grupos sociais, na qual esse monumento era dotado de valores. O monumento tem um papel de representar a identidade, decorrente de sua materialidade e valor simbólico, ancorado nas sociedades humanas, na qual o monumento, de formas variadas, existe em todas as culturas e sociedades humanas (CHOAY, 2009; RIEGL, 2006).

Embora a acepção do termo monumento e monumento histórico tenham a mesma construção semântica, não podemos enxergá-los como sinônimos. Riegl (2006) aponta para essa diferença e ressalta que o termo monumento é referente a algo que se queira lembrar, apresentando um valor de rememoração; enquanto o monumento histórico assume a posição de atribuição de valor, nesse caso valor histórico, conferido pelos homens, os sujeitos modernos que assim o designam (SANCHES, 2011).

> "Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se, uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino" (RIEGL, 2006, p. 43)

Em 1964 na cidade de Veneza na Itália, acontecia o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos sobre Monumentos Históricos e foi publicada a Carta de Veneza, que trouxe um aprofundamento e permitiu um alcance maior ao entendimento e às práticas de conservação. Neste documento, a concepção de monumento histórico se amplia, visto que inclui não somente as grandes criações da humanidade, mas também as obras de menor porte, além de incluir na discussão os sítios urbanos e também a noção de ambiência que ajuda a pensar a paisagem, que anteriormente não eram contemplados.

No final dos anos 1970, a partir de pesquisas e análises desenvolvidas academicamente é ampliado o entendimento de "cidade-monumento" para "cidade-documento" (SANTANNA, 1995). Nesta abordagem, os conjuntos urbanos foram tratados de forma conjunta e considerados bens patrimoniais, sendo incorporados os vestígios deixados pelo homem sobre este meio ambiente.

Nessa época também a noção de patrimônio cultural sofre uma ampliação de sentido, devido às contribuições da Antropologia, passando a incluir os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam a margem da história e da cultura dominante (CASTRIOTA, 2009).

Em 1962, na cidade de Paris, aconteceu a 12ª Conferência da UNESCO, conhecida como a Recomendação de Paris, que tratou da proteção da beleza e do caráter de paisagens e sítios. Durante essa conferência, os especialistas, consideraram que as paisagens e sítios componentes dos quadros naturais evidenciavam as ações humanas na natureza de modo prejudicial, uma vez que, os processos de ocupação e intervenção da civilização moderna no meio estavam num ritmo muito acelerado se comparado com o século XIX.

Segundo consta na Recomendação, o fenômeno humano no meio natural tem influenciado significativamente no meio natural, chegando a repercutir nos valores e interesses culturais, embora a Recomendação reconheça que as atitudes humanas são necessárias ao desenvolvimento da vida e contribuem no universo artístico e cultural da sociedade.

> "Considerando que esse fenômeno tem repercussão não apenas no valor estético das paisagens e dos sítios naturais ou criados pelo homem, mas também no interesse cultural e científico oferecido pela vida selvagem [...] que, por sua beleza e caráter, a salvaguarda das paisagens e dos sítios definidos pela presente recomendação é necessária à vida do homem, para quem são um poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuírem para a vida artística e cultural dos povos [...] Considerando, ainda mais, que as paisagens e sítios constituem um fator importante da vida econômica e social de um grande número de países" (TRECHO DA RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962).

Apesar de entender que existe relação direta entre as civilizações modernas interferindo no meio ambiente e que se faz necessário adotar estratégias e medidas urgentes necessárias para salvaguardar a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios o máximo que possível, efetivamente não foram demonstradas no documento ações práticas que considerasse essa visão de salvaguarda. Todavia este documento trouxe, como recomendação, o estímulo a criação de organizações de proteção pelos Estados. Em paralelo, evidenciou os problemas em torno dos sítios e paisagens que, posteriormente, viria a ser alvo de outras conferências e encontros amadurecendo as ideias lançadas naquele momento em torno do Patrimônio Natural.

No caso da noção de patrimônio natural, sua preocupação surgiu, efetivamente, em meados da década de 1970 junto à Convenção da UNESCO em 1972, sendo desse modo considerado um fato relativamente contemporâneo, embora sua origem remeta ao período de preocupação com o monumento (SCIFONI, 2006).

> "o patrimônio natural apareceu historicamente como produto de um universo de preocupações com a cultura e é, portanto, dentro do universo das políticas culturais que se deve buscar os elementos para compreender sua evolução e seus significados"(SCIFONI, *op. cit*.).

Em 1972, acontece em Estocolmo uma Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente humano, e dentre os princípios e discussões ocorridas nesta conferência surgiram recomendações para a melhoria da qualidade de vida e meio ambiente. Nesse evento reconheceu-se que os Estados têm papel fundamental na organização e direcionamento das questões voltadas ao desenvolvimento econômico, ambiental e social das populações, cabendo a Ele à tomada de decisões que atendam as demandas humanas e garantam a qualidade sobre o meio ambiente.

> "A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um

> desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos [...]Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população" (TRECHO DA DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972).

Fica evidente que, após 10 anos da Recomendação de Paris de 1962, houve um amadurecimento no pensamento do homem sobre o meio ambiente, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico, quanto na relevância do ambiente natural e no desenvolvimento sociocultural das atividades do homem. O documento de Estocolmo traz princípios mais direcionados nas abordagens sobre o meio ambiente humano, contudo ainda não era observado um tratamento integrador entre o homem e meio, sendo uma relação ainda dicotômica.

Meses após a realização da Conferência de Estocolmo, ainda em 1972, aconteceu em Paris a 17ª sessão da Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural e natural da UNESCO. Essa conferência amplia a concepção dos bens patrimoniais trazendo, inclusive, definições sobre o patrimônio cultural e natural e sobre sua proteção, além de, inventariar e classificar os Bens a partir do valor a eles atribuídos, dividindo-os em: patrimônio cultural e patrimônio natural.

A partir dessa Convenção foram lançados os primeiros esforços para a conservação do patrimônio cultural e natural, diante da constatação das crescentes ameaças de destruição dos patrimônios e também tendo em vista as transformações sociais e econômicas por que passava o mundo (ARAÚJO, 2009). Além disso, os impactos decorrentes das ações predatórias em torno de um bem do patrimônio cultural e natural passaram a constituir um empobrecimento efetivo do patrimônio para a população, sendo uma proposição que anterior a convenção não era considerada nas discussões.

Segundo a Carta de Paris de 1972, para fins de definição, esta Convenção considerou o patrimônio natural como sendo:

> "Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; e os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural" (TRECHO DA CARTA DE PARIS DE 1972).

A partir dessa leitura, percebe-se que, de fato, houve uma considerável ampliação no entendimento e no recorte em torno do patrimônio natural, sendo pontuados os tipos e as características dos elementos e atributos considerados integrantes de um patrimônio natural,

para fins de valoração e preservação. A partir dessa premissa considera-se a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam.

Na Carta de Paris também é definida, para fins da Convenção, no Patrimônio Cultural os locais de interesse. Nessa carta a abordagem considera as relações existentes entre o homem e meio, contudo não fica evidente a discussão sobre a categoria da Paisagem Cultural neste momento, embora as bases sobre essa discussão, aparentemente, tenham iniciado durante a Convenção de Paris de 1972.

> "Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural: *Os locais de interesse* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico" (TRECHO DA CARTA DE PARIS, 1972).

Nessa época, ainda não existia uma definição muito clara na esfera da preservação no que compete à relação do homem com a natureza, nesse sentido continuava a ser tratada de forma dicotômica (RIBEIRO, 2007). Dentre os fatores que influenciaram esse panorama na década supracitada podemos considerar o aumento da preocupação com o meio ambiente e os impactos negativos que o então modelo econômico adotado, a nível global, causava nos recursos naturais.

Em meados da década de 1970 até a década de 1980, foram promovidos debates sobre sustentabilidade que culminaram com a publicação do Relatório Brundtland ou, também conhecido, Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*, na sigla em inglês).

Esse relatório foi apresentado em 1987 e propôs algumas diretrizes visando o desenvolvimento sustentável, dentre as quais: "*aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades"*. Esse relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação "*ser humano-meio ambiente*". Além disso, o documento enfatizou problemas ambientais, como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (conceitos novos para a época).

Em 1986, o ICOMOS adotou a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, mais conhecida como Carta de Washington, na qual trata das relações da cidade com o entorno natural ou da cidade com o recorte criado pelo homem, como sendo valores significativos para preservação (IPHAN, 2004). Contudo, segundo Ribeiro (2007), o documento resguarda uma visão dual entre o bem e a paisagem, podendo-se dizer, uma relação dicotômica.

Nesse contexto a paisagem só apresenta valor ao passo que ela dá sentido ao bem, na qual este ultimo é o mais importante.

A partir da década de 1990, a concepção de sustentabilidade começou a ser incorporada ao campo da conservação cultural, considerando os bens patrimoniais como recursos não renováveis, ou seja, como recursos finitos que necessitam de uma atenção para que não acabem, sobretudo, em sítios urbanos patrimoniais e passou a ser um tema bastante recorrente.

Neste período, surge também a discussão sobre a categoria da Paisagem Cultural, definida pela associação entre os aspectos culturais e naturais, buscando-se uma visão integradora entre o homem e o meio, procurando ultrapassar a antiga ideia de paisagem enquanto moldura.

Diante disso, em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, a UNESCO[19] constatou que certos bens patrimoniais podiam também ser resguardados levando em consideração tanto elementos naturais como os elementos culturais e imateriais. Para isso a UNESCO criou em 1992 a categoria patrimonial da Paisagem Cultural, passando a incorporar a categoria da Paisagem Cultural na seleção de bens mundiais.

A UNESCO definiu, em 1992, as paisagens culturais da seguinte forma:

> "Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões" (UNESCO, 1992).

É interessante notar que foram necessários em torno de 30 anos para configurar o conceito de Paisagem Cultural no âmbito da UNESCO, desde a realização da Recomendação de Paris (1962), período em que começou a germinar as ideias em torno do ambiente natural, transformando como componente significativo e necessário nas relações em torno do homem e meio no âmbito do patrimônio. Naquele primeiro momento, a salvaguarda das paisagens e

[19] Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

sítios naturais era percebida mediante os valores estéticos e científicos que refletiam nos interesses culturais, juntamente com as iminentes ameaças do homem no meio.

Em seguida, durante a Convenção de Paris de 1972, que originou a Carta de Paris, percebe-se uma ampliação no entendimento e a definição de elementos constituintes dos monumentos naturais, passando a identificar os locais de interesse de valor universal nas obras conjugadas do homem e da natureza. Apesar do significativo acréscimo de entendimento, as relações dicotômicas ainda permaneciam no tratamento entre homem e meio feitos a época. Somente em 1992, que se constatou que certos bens patrimoniais poderiam representar o trabalho combinado entre a natureza e o homem de modo integrado, resguardando as influências recebidas de determinantes físico-naturais e de sucessivas ações socioeconômicas e culturais de diferentes tempos.

Segundo Ribeiro (2007) o conceito de paisagem cultural compreende as ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar, referenciando uma região geocultural claramente definida em termos de representatividade e na capacidade de demonstrar elementos culturais peculiares das regiões,

Nos anos 2000, durante a realização da Convenção Europeia na cidade de Florença na Itália, a Paisagem foi definida como: *"uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação dos fatores naturais e ou humanos"*.

A partir desse principio, toda Paisagem Cultural expressa a integração do homem com o meio, e é constituída por elementos visíveis ou materiais, assim como elementos invisíveis ou imateriais, ressaltando ainda a maneira como a sociedade apreende e, portanto, fazem parte da Paisagem também os aspectos subjetivos. Assim, os bens de interesse patrimoniais são constituídos por elementos naturais, culturais e imateriais, que juntos integram de forma única a paisagem como um bem.

A criação da categoria da paisagem cultural, como bem patrimonial, representou importante contribuição no campo do entendimento patrimonial tendo como referência a relação estabelecida entre o homem e o meio. Todavia, a própria UNESCO reconhece que esse conceito não é definitivo e sua utilização, por parte dos gestores, enfrenta uma série de debates em torno da sua gestão.

Diante da breve evolução dos instrumentos patrimoniais, no âmbito internacional, aqui apresentados é importante pontuar que até o momento do reconhecimento oficial por parte da

UNESCO nas interações existentes do homem com o meio ambiente, o patrimônio cultural percorreu um intenso percurso que partiu da ideia de monumento enquanto bem isolado até a noção da paisagem como bem cultural.

3.1 O patrimônio natural no Brasil

Desde a instituição do instrumento do Tombamento pelo DL 25/37, que a proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos tem sido efetuada em âmbito nacional. O Decreto-lei nº 25/37 normatizou na esfera federal o ato do Tombamento, sendo este um dos instrumentos legais básicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais, classificados segundo sua natureza e agrupados em um dos quatro Livros do Tombo, a saber: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Salienta-se que um mesmo Bem pode ser inscrito em mais de um livro, dependendo da sua natureza, de suas características especificas e dos valores atribuídos a este pela Instituição (no caso, o Iphan).

No Brasil, a prática de preservação de bens patrimoniais, incluindo os bens naturais, teve inicio em meados de 1937, período da criação do SPHAN. Contudo vale ressaltar que algumas iniciativas pontuais surgiram antes da instituição do Decreto-Lei nº 25/1937 que criou o SPHAN (RIBEIRO, 2005). Durante o período de vigência do SPHAN, o tombamento tornou-se o instrumento de proteção mais efetivo, sendo em alguns casos o único instrumento utilizado para tal finalidade de preservação.

Paralelamente, surgiram no mesmo período as primeiras leis protecionistas do meio ambiente no Brasil que eram expressas em códigos, tais como: código de águas, de minas, proteção animal, florestal; juntamente com a criação dos primeiros Parques Nacionais (Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu) seguindo os moldes do Parque Nacional de Yellowstone (nos Estados Unidos). Inicialmente, os parques nacionais brasileiros privilegiaram o caráter cênico e paisagístico e em seguida somou-se os critérios ecológicos, tais como a fauna e flora na estrutura dos parques (DELPHIM, 2009).

O patrimônio natural "nascia" no Brasil sob a denominação de Paisagens com feições notáveis, monumentos naturais e sítios, na qual segundo Scifoni (2006) poderia ser visto como uma forma de categorização que qualificava o chamado monumento.

A Tabela 1 descreve o quantitativo de bens tombados por Livro de Tombo e por região, até 2015, onde alguns bens são numerados em mais de um livro.

Tabela 1. Divisão dos bens tombados por livro e região federativa

LIVRO DE TOMBO	BENS POR REGIÃO					TOTAL
	N	NE	CO	SE	S	
Arqueológico, paisagístico e etnográfico	07	37	08	52	15	119
Histórico	24	212	15	256	49	557
Belas artes	15	244	24	361	37	682
Artes aplicadas	-	04	-	-	-	04

Fonte: Adaptado do Arquivo Central, 2015.

Dos 119 bens inscritos no livro de Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico, 23 são patrimônios naturais e praticamente a metade destas encontram-se no Estado do Rio de Janeiro e a outra metade é dividida entre 08 Estados (Anexo 04: Tabela bens naturais tombados).

Durante as primeiras décadas de atuação do SPHAN, que posteriormente se chamaria IPHAN, conhecida como a "fase heroica", em que ocorreram alguns tombamentos de bens naturais na esfera nacional. Esse período compreendeu o tempo em que o Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor executivo, ficou a frente do SPHAN e perdurou até 1967 (OLIVEIRA, 2008). Boa parte destes bens está localizada na cidade do Rio de Janeiro e foram inscritos nos Livros de Tombo Histórico e de Belas Artes, em junho de 1938, sob o processo de Tombamento de nº 0099-T-38. Esse processo de tombamento compreendia, por exemplo, os Morros do Rio de Janeiro (o complexo do Pão de Açúcar, a Pedra da Gávea, o Morro de Dois Irmãos, o Corcovado). Este mesmo processo incluía também algumas edificações, conjuntos arquitetônicos, jardins históricos e praias.

> "Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vsa Excia., para os fins estabelecidos no art. 5ª do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinado o tombamento nos Livros do Tombo [...] Chafariz das Saracuras, à Praça General Osorio, prédio a rua 20 de Abril, e mais o os conjuntos urbanísticos e arquitetônicos do Jardim e Morro do Valongo, Arco do Telles (Beco do Comércio). Além das obras acima referidas foi também determinado o tombamento no Livro de Tombo [...] Campo de Santanna, Passeio Público, praias de Paquetá e morros desta cidade" (Trecho do Processo de Tombamento 0099-T-38. Fonte: Arquivo Central do Iphan).

Posteriormente, em agosto de 1973, houve a inscrição em separado no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico somente de alguns Morros específicos do Rio de

Janeiro, tais como: Pão de Açúcar, Urca, Babilônia, Cara de Cão e os penhascos do Corcovado, Dois Irmãos e Pedra da Gávea, sob o processo de Tombamento nº 0869-T-73. Segundo o arquiteto Lúcio Costa, em citação no referido Processo de Tombamento; *"O Pão de Açúcar, o Corcovado e a Pedra da Gávea são monumentos natos da cidade"*.

> "[...] pedras e penhascos que balizam e definem a paisagem carioca, mas cujo perfil impressionante transcende de muito um valor regional para se constituir em excepcional patrimônio paisagístico do país, conjunto reconhecido em todas as épocas e por todos os visitantes como particularmente dotado pela natureza" (Trecho do Processo de Tombamento 0869-T-73. Fonte: Arquivo Central do Iphan).

A escolha dos primeiros bens patrimoniais no Brasil, sobretudo nas primeiras décadas de atuação do SPHAN, seguia o principio do "*Tombe-se*[20]*"*, em que, os bens culturais considerados de interesse nacional recebiam a chancela do Tombamento sem um estudo prévio que viesse a demonstrar os elementos e atributos pertinentes e que justificassem a escolha enquanto bem patrimonial. Nessa época, boa parte das inscrições se concentrava no Livro do Tombo de Belas Artes, pois o caráter estético era privilegiado pelos técnicos responsáveis pelas escolhas, formado na maior parte por arquitetos e historiadores da arte. Devido ao grande número de tombamentos feitos nessas condições, salienta-se que alguns bens foram escritos em livros que não condiziam com sua natureza, a exemplo, dos Morros do Rio de Janeiro. Enquanto que tombamento e a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico eram bem menos representativas, devido à excepcionalidade estética em vigor.

Somente a partir da década de 1980 que a discussão sobre o Patrimônio Natural ganha força e visibilidade dentro do SPHAN, sobretudo em razão da proposta do Tombamento da Serra do Mar (Processo em instrução nº 1164-T-85) entre São Paulo e Paraná, que evidencia a discussão sobre a eficácia do instrumento do Tombamento na preservação de patrimônios naturais.

Nessa época alguns estudos acerca do patrimônio natural foram realizados, dentro do Iphan, e publicados na *Revista do Patrimônio*. Um dos artigos publicados à época esta presente na Revista nº 19 de 1984 e é intitulado *O tombamento na preservação das áreas naturais* de autoria de Antônio Luiz Dias de Andrade[21]. No artigo, o autor chama à atenção quanto à destruição cada vez mais iminente e rápida dos recursos e dos bens naturais. Além disso, ele

[20] Faz referência à época em que os processos de Tombamento dos Bens não apresentam instruções, ocorriam as notificações pela Instituição, mas não havia naquele momento um cuidado no detalhamento das informações. Vale lembrar que os processos de Tombamento desse período eram bastante curtos em quantidade de laudas.

[21] À época da publicação do artigo, era arquiteto, professor da USP e diretor regional do SPHAN regional São Paulo e Paraná.

levanta questionamentos sobre a eficácia do emprego do instrumento do Tombamento na preservação dos patrimônios naturais, na qual faz criticas sobre o caráter abrangente com o qual a lei vigente (DL 25/37) faz referência aos monumentos naturais.

> "Ilusão será entender que o manto protetor do tombamento transformará as íngremes escarpas **(em referência a Serra do Mar, grifo nosso)** ameaçadas em sua estabilidade por frequentes deslizamentos face à progressiva destruição da cobertura vegetal [...] áreas preferidas pelo intenso e desordenado desenvolvimento de atividades agrícolas e econômicas - os locais eleitos para abrigar assentamentos humanos, bem como as cicatrizes deixadas pelos cortes resultantes da implantação de complexo sistema de comunicação e transporte, num imenso e admirável santuário ecológico". (ANDRADE, 1984, p. 44)

Andrade (1994) aponta ainda que se faz necessário definir planos de uso e ocupação e o manejo das áreas de interesse natural que apresentam significado cultural. Dessa forma, segundo ele, as ocupações presentes gradativamente vão se regulamentando no espaço. Apesar de não aprofundar o debate, o artigo de Andrade abre caminhos dentro do Iphan sobre a discussão mais sistemática do patrimônio natural.

No mesmo número da supracitada Revista, encontramos ainda o artigo intitulado *Patrimônio Natural: utilitarismo versus ética ecológica* de autoria de Ângela Tresinari Bernardes Quintão[22]. No artigo, a autora chama a atenção para a escassez de trabalhos, a dificuldade de estudos que versam sobre a temática do patrimônio natural e a ideia utilitarista e reducionista no tratamento dado a este tipo de patrimônio.

> "A relação do homem com a natureza não pode ser entendida apenas no seu conteúdo utilitarista: dependente e dominada por ele [...] embora a legislação vigente garanta a condição de Patrimônio Natural apenas aos recursos que apresentem relevante caráter estético ou histórico, acredita-se que tal conceito requeira uma revisão nos tempos atuais" (QUINTÃO, 1984, p. 49 e p. 50).

Com isso, a autora faz uma critica ao enfoque dado ao patrimônio natural, pois a abordagem versa sobre a utilidade simbólica de lazer do Bem, na monumentalidade e exuberância das formas naturais, e nas experiências estéticas do homem. Ela menciona, como exemplo, a criação dos primeiros Parques Nacionais e exemplifica com o Parque Nacional do Itatiaia[23] que entre os muitos atributos e elementos que o compõem enquanto patrimônio estão as formações rochosas que apresentam formas curiosas.

---

[22] Arquiteta, do então, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) vinculada ao Ministério da Agricultura.

[23] Parque localizado entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, sendo um exemplo notável da ação da natureza na paisagem, pois é uma unidade que apresenta um relevo caracterizado por montanhas e elevações rochosas, com altitudes que variam entre 600 e 2.791 m, no seu ponto culminante, o pico das Agulhas Negras.

Nesse sentido, percebe-se que as atribuições de valor consideram o caráter estético e aos aspectos materiais recorrentes a obra humana, contudo faz-se necessário ampliar o entendimento, pois, "*todos os elementos da natureza que constituem e asseguram a perpetuidade e evolução dos ecossistemas mais representativos, deveriam ser considerados como Patrimônio Natural da Nação, traduzindo-se assim em bem comum da sociedade*" (QUINTÂO, 1984, p. 50).

Em 1986, foi publicada a *Revista do Patrimônio* nº 21 e nesta edição encontram-se dois artigos relativos ao Patrimônio Natural. O primeiro de autoria do geógrafo e professor Aziz Ab'Saber intitulado *O Tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo*, onde, o autor considerou como significativo, ainda que tardiamente, a proposta de tombamento e preservação do bem natural.

Segundo ele, existe uma série de proposições que devem ser elencadas para dar prosseguimento ao tombamento de bens naturais, visto a complexidade de elementos e atributos em torno desse tipo especifico de Patrimônio.

> "o tombamento de um patrimônio natural exige qualificações muito especiais, em termos de coleta de conhecimentos, organizações de estratégias e diretrizes, e ações culturais abertas, Sem nunca desprezar o apoio jurídico relativo às leis de patrimônios cultural e natural" (AB'SABER, 1986, p. 8).

Além disso, a tomada de decisão do tombamento de um patrimônio natural, é, antes de tudo, uma questão de escolha e, nas palavras de Ab' Saber, *um discernimento cultural* que compreende a *demanda de vozes* de muitos atores e de muitas gerações.

Para fins de tombamento de bens naturais, o apelo a este recurso é aplicado quando envolve uma área ou gleba por razões paisagísticas (AB' SABER, 1986), reconhecendo-se o valor cultural, ainda que haja outros atributos, igualmente relevantes, e que estejam atrelados. Pode-se citar como exemplo o agrupamento monumental de "Pães de Açúcar" na região da Baía da Guanabara no Rio de Janeiro, que compreende além do famoso Pão de Açúcar, a Pedra da Gávea, o Morro Dois Irmãos, o Morro da Urca que apresentam uma simbiose com a mata atlântica, os recursos hídricos, e a conjuntura urbana e histórica. Podem-se citar também as Serras mineiras, tais como: Serra do Curral em Belo Horizonte, a Serra de São José em Tiradentes e a Serra dos Cristais em Diamantina, que envolve o caráter da materialidade da paisagem e o próprio aspecto biogeográfico no contexto que essas unidades de paisagem envolvem.

O outro artigo que versa sobre a temática do Patrimônio Natural de autoria de José Pedro de Oliveira Costa[24] intitulado *Patrimônio Natural e Estatuto do Tombamento: reflexões sobre a estratégia de preservação* traz reflexões em que a cerca da efetividade do tombamento, uma vez que se considere a participação de diversas organizações, grupos e indivíduos que estejam envolvidos e que tenham conhecimento das interfaces da área tombada. Uma vez que, somente de posse da compreensão do significado social, econômico e ambiental por todos é que o tombamento terá sentido e serão garantidas as particularidades e a tão desejada preservação (COSTA, 1986, p. 25).

Em 1987, a *Revista do Patrimônio* publica o nº 22 e nela apresenta uma seção especifica e voltada para o Patrimônio Natural. Composta por dois artigos e a descrição de uma mesa redonda (realizada durante um evento comemorativo de 50 anos do Iphan na sede da Fundação Pró-Memória no Rio de Janeiro).

Esta edição da Revista se difere das anteriores pois torna público o debate e envolve a sociedade nas discussões sobre estratégias de preservação do patrimônio natural, evidenciando inclusive a gravidade dos problemas e desafios em torno do patrimônio natural brasileiro.

Em um dos artigos de autoria de Carlos Alberto Ribeiro de Xavier[25] intitulado *A Natureza no Patrimônio Cultural do Brasil*, o autor destaca a experiência adquirida nos 50 anos do SPHAN em preservação e conservação do patrimônio cultural e natural do Brasil, a exemplos dos parques, jardins históricos e monumentos naturais que são relevantes em razão de suas singularidades.

Embora a década de 1980 tenha sido expressiva e ter representado um avanço no cenário nas discussões sobre a temática do Patrimônio Natural, como pode ser observado nos artigos presentes em edições da Revista do Patrimônio, foi somente com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 que houve uma ampliação e o detalhamento da acepção de patrimônio cultural e natural de forma mais abrangente.

Delphim (2009), destaca que as ações do IPHAN na preservação do patrimônio natural foi ampliada com a CF de 1988, na qual as abordagens são feitas em dois momentos em separado: o capítulo da Cultura e o capítulo do Meio Ambiente.

[24] Arquiteto e professor da USP, a época era secretario executivo do Conselho Estadual e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

[25] A época era coordenador do Programa de Proteção ao Patrimônio Natural da Fundação Pró-memória.

No capítulo da Cultura, que corresponde ao Artigo 216 da Constituição, é pormenorizado o entendimento de patrimônio cultural, em que declara como sendo integrante do patrimônio cultural brasileiro os conjuntos urbanos e alguns sítios naturais sob a gestão atribuída a órgãos culturais, conforme no trecho abaixo da CF 1988:

> "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Já o capitulo do Meio Ambiente, que corresponde ao Artigo 225 da referida Constituição, trata o meio ambiente sob a ótica da conservação biológica e genética da natureza, na qual defende o acesso e o direito a toda a população em um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo papel do poder público e da coletividade a defesa e a preservação em prol de garantir para as futuras gerações através da criação de parques e unidades de conservação, conforme no trecho a baixo da CF 1988:

> "Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistema [...] definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos" (Trecho extraído da CF de 1988).

Boa parte dos bens tombados como paisagens naturais são compostos de feições morfológicas do relevo, como: morros, grutas, praias, maciços e serras, sendo que em alguns casos, temos a associação entre o conjunto arquitetônico e paisagístico na constituição do bem patrimonial, ou seja, entre os componentes urbano e natural.

Apesar de se tratar de paisagens naturais, algumas se encontram muito próximas de centros urbanos e, por conta disso, sofrem pressões do processo de urbanização e do crescimento das cidades, como no caso dos Monólitos de Quixadá.

Para se ter ideia, segundo o censo do IBGE, o município de Quixadá apresentava, em 2000, uma população de 69.654 habitantes e, em 2010, a população passou a ser de 80.604 habitantes, isto significa um crescimento populacional[26] de, aproximadamente, 1,57% ao ano (ver Tabela 02, abaixo).

[26] O cálculo para obter o crescimento populacional foi obtido seguindo a seguinte fórmula: Taxa de Crescimento Relativo **(((Nf-Ni))/((Ni))/t)*100. Na qual o Nf é o quantitativo final da população; Ni é o quantitativo inicial da população; e t é o intervalo temporal entre os quantitativos da população. Se o valor for positivo, significa acréscimo populacional, se o valor for negativo significa que a população contraiu, ou seja, houve uma diminuição na população dentro do período observado.**

Tabela 02. Evolução da Populacional de Quixadá

Ano	Quantidade em habitantes
1991	72.224 hab.
1996	64.204 hab.
2000	69.654 hab.
2007	76.105 hab.
2010	80.604 hab.

Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor.

Muitas vezes, esse crescimento espontâneo e sem controle das cidades põe em risco e torna bastante vulnerável as paisagens naturais, pois muitos instrumentos de gerenciamento e ordenamento do território, como no caso dos Planos Diretores[27], acabam sendo insuficientes e incapazes de gerir de modo adequado estes bens. Em muitos casos os problemas de gestão estão relacionados com a defasagem dos instrumentos ou a sua má elaboração, a exemplo do que acontece em Quixadá, sendo esta uma das problemáticas em torno dos monólitos.

O município de Quixadá tem experimentado o acréscimo recente da população e uma necessidade de expandir as zonas populacionais, ou seja, a cidade vem crescendo e necessita de mais espaço para loteamentos, bairros e apresentam uma tendência, ainda que incipiente, de verticalização.

Essa necessidade é um aspecto natural das cidades, sobretudo, das que vêm apresentando um impulso em sua zona urbana[28] com a atração de novos investimentos (em comércios, serviços, faculdades) e a reforma de antigas estruturas urbanas e fundiárias. Essas modificações vêm causando significativo impacto ambiental e apesar de não existirem estudos que mensurem o tamanho dos impactos das ações antrópicas no ambiente, sabe-se, ainda que visualmente, que

[27] O plano diretor de desenvolvimento urbano (PDDU) é um dos instrumentos da política urbana que surgiu junto ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 2001), na qual é o PDDU é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e, na qual, deve ser articulado com os outros instrumentos que constam no Estatuto no interesse da cidade.

[28] Segundo dados do censo 2010 do IBGE em torno de 57.485 habitantes vivem na área urbana de Quixadá o que equivale a, aproximadamente, 71% do quantitativo da população para o período em questão.

o patrimônio natural de Quixadá, que inclui os *inselbergs* ou monólitos, estão gradativamente sendo pressionados.

Nesse sentido, o município de Quixadá instituiu o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei municipal nº 1903 de abril de 2000. Esse instrumento assegura, pelos critérios estabelecidos por Lei, a política de desenvolvimento urbano municipal:

> "atuando nos espaços urbanos, procurando promover e harmonizar o seu crescimento e o seu desenvolvimento, controlando conflitos e estimulando usos compatíveis, na qual é orientada por diretrizes que envolvem, dentre outras, o estabelecimento do parcelamento do solo; no controle do desenvolvimento das diversas atividades que compõem a estrutura urbana; o estabelecimento de canais de participação da população; a adoção de instrumentos de controle na implantação de novos loteamentos em torno da malha viária já existente; na intervenção em áreas urbanas especificas; a promoção de centros locais em bairros afastados e viabilização das do sistema viário básico entre outras" (Da política Urbana, Capitulo III, Artigo 10 e suas diretrizes. Fonte: Prefeitura de Quixadá).

A instituição do PDDU de Quixadá, em caráter de lei institucionalizada, disciplina a preservação das áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico, inclusive aquelas em meio às áreas urbanas ou em processo de urbanização.

Não obstante, a lei, apesar de assegurar o desenvolvimento urbano do município de Quixadá, as ideias estabelecidas não são visualizadas no município, colocando em risco a qualidade sócio-urbana e ambiental, especialmente, na figura dos monólitos.

Na verdade faltam, justamente, políticas públicas claramente definidas e orientadas a gestão do patrimônio natural no âmbito cultural que contenham instrumentos e regulamentações aplicáveis ao seu gerenciamento. Segundo Delphim (2009), a preservação do patrimônio cultural se ressente da falta de alguns dispositivos legais para acautelamento do patrimônio natural, de forma tão eficaz como existe na legislação ambiental que conta com uma Política Nacional de Meio Ambiente dotada de princípios, como, por exemplo: o desenvolvimento sustentável, a participação coletiva, a relação de poluidor-pagador, em que se tornam aplicáveis as ações em defesa do patrimônio natural brasileiro.

3.2 A Paisagem Cultural no Brasil

Embora o Brasil seja um país com dimensões continentais e detenha em seu território uma diversidade de paisagens, o reconhecimento de uma Paisagem Cultural no Brasil, em que

seja evidenciada a ocorrência no território do convívio do homem e o meio, ainda não é uma realidade aparentemente simples.

Como visto anteriormente, a UNESCO passou a adotar esta categoria como uma nova tipologia de reconhecimento de bens culturais, somente a partir de 1992, depois de décadas de amadurecimento teórico e conceitual em convenções e conferências realizadas em várias cidades do mundo. O Brasil também resolveu adotar esta categoria no mesmo período, contudo o seu entendimento no âmbito patrimonial, ainda gera uma série de questionamentos, sobretudo em torno de como cuidar da salvaguarda destes bens.

Somente em 2012, com o dossiê intitulado por *Paisagens cariocas entre a montanha e o mar*, que parte da cidade do Rio de Janeiro[29] foi reconhecida pela UNESCO como a primeira área urbana do mundo com título de Chancela de Paisagem Cultural, em que um bem chancelado seria como o recebimento de um selo ou uma autenticação de reconhecimento oficial de determinados atributos e elementos que assim o caracterizaram como tal.

A inscrição do Rio de Janeiro na categoria da Paisagem Cultural e, posteriormente, o reconhecimento em razão do seu valor excepcional, pode ser encarado como um importante momento, no âmbito do patrimônio, em ações sedimentadas na proteção e preservação de bens culturais que integram ao mesmo tempo a relação homem e natureza, principalmente por se tratar de um território urbano densamente ocupado. Entretanto, as bases para esse reconhecimento são anteriores e outras aproximações com a categoria da paisagem cultural também devem ser consideradas nesse processo.

Segundo Ribeiro (2007), uma das primeiras propostas brasileiras junto à UNESCO que aproximava a temática da paisagem cultural esteve presente no Dossiê de candidatura do Centro Histórico de Diamantina (MG), em 1999, a patrimônio mundial.

> "[...] o dossiê menciona a paisagem cultural e a articulação da cidade com a Serra dos Cristais como uma estratégia de atribuição de valor. No entanto, essa associação ainda foi realizada a partir de uma perspectiva que valoriza o natural apenas a partir do cultural. Enquanto a proposta de reconhecimento de paisagem cultural para a UNESCO tem o objetivo de ressaltar a relação entre homem e natureza criando paisagens nas quais esse relacionamento seja bastante explícito, o resultado final do dossiê de Diamantina mostrou a Serra dos Cristais quase como um entorno, ressaltando muito

[29] Segundo o IPHAN, os locais da cidade do Rio de Janeiro valorizados e integrantes da Paisagem Cultural foram: o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana, e a entrada da Baía de Guanabara. Incluem-se também, o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo. Nota-se que as favelas não foram incluídas na Paisagem Cultural, embora elas façam parte da Paisagem e do Território do Rio de Janeiro.

> pouco as possíveis relações do homem com a natureza que teriam criado um patrimônio único na região" (RIBEIRO, 2007, p. 107).

O caráter natural em Diamantina, na figura da Serra dos Cristais, foi pontuado como um panorama ou moldura do caráter material. Nesse casso não foi observada na proposta uma integração entre o invento humano na paisagem de modo explicito que viesse a justificar as relações do homem com a natureza constituindo um único bem patrimonial.

No ano de 2004, o Iphan encaminhou um Dossiê para análise enquanto Paisagem Cultural junto à UNESCO intitulado por *O Caminho do ouro de Paraty e sua paisagem (RJ)*, em que este dossiê foi considerado incompleto e passível de muitas modificações, que inclusive foram sugeridas posteriormente ao documento. Tais orientações e recomendações serviram de base para a preparação de um novo trabalho de inscrição e transformação de um Bem cultural brasileiro à categoria de Paisagem Cultural da UNESCO, no caso o Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2007).

Em 2007, um grupo de diversos especialistas proferiram palestras durante um seminário abordando a concepção de Paisagem Cultural no Brasil. O evento ocorreu na cidade de Bagé no Rio Grande do Sul e a partir das discussões que se seguiram, ficou estabelecido a Carta de Bagé ou a Carta da Paisagem Cultural[30].

Esta Carta teve por objetivo a defesa das paisagens culturais e, mais especificamente, as paisagens do território dos Pampas e das zonas fronteiriças. A paisagem cultural é definida, pela Carta, como o meio ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (CARTA DE BAGÉ, 2007).

Seguindo o raciocínio iniciado pela UNESCO e as considerações da Carta de Bagé, foi publicada pelo IPHAN, em 2009, a portaria nº 127 que estabeleceu a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira[31], que define "*Paisagem Cultural Brasileira como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores*".

[30] Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf

[31] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236

Segundo a Portaria, os instrumentos legais vigentes que tratam do Patrimônio Cultural e Natural, quando tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais, ou seja, os instrumentos não conseguem mais dar conta do dinamismo em torno dos bens culturais.

Fundamentado no arcabouço jurídico constante no Artigo 216 da CF, o parágrafo 1º diz que "*o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação*", fazendo com que entendimento tomado posicione a Chancela da Paisagem Cultural, inserida no contexto de outras formas de acautelamento do Patrimônio Cultural.

Embora a Chancela da Paisagem Cultural represente um grande avanço no âmbito da conservação e preservação, sua operacionalização ainda é complexa e a Chancela, enquanto instrumento, deve ser pensada integralmente com as práticas de Tombamento, Inventário e Registro cultural, pois é através destes instrumentos que os diversos âmbitos de proteção patrimonial brasileira são realizados (CASTRIOTA, 2010).

Acrescentamos que a Paisagem Cultural representa novas possibilidades de abordagem, contudo deve-se ressaltar que ao utilizar esta categoria, a Paisagem Cultural é o Bem patrimonial em si e não pode ser visto ou percebido como o entorno do Bem ou, como menciona Ribeiro (2007) como a ambiência do Bem. Sendo assim, a paisagem cultural não é atributo do Bem, mas representa o próprio Bem, em que o aspecto relacional entre o homem e a natureza é determinante no ato de reconhecimento.

3.3 Estudos comparativos entre Tombamentos de patrimônios naturais pelo Iphan

Semelhante ao caso do processo dos morros do Rio de Janeiro, as associações entre componentes urbano e natural continuaram acompanhando a atuação do IPHAN, como por exemplo, na Serra do Curral e na Serra dos Cristais, ambas no Estado de Minas Gerais nas cidades de Belo Horizonte e Diamantina, respectivamente. Salienta-se que a Serra dos Cristais está em processo de instrução e não apresenta inscrição no livro de Tombo, mas em razão de suas características similares ao caso dos monólitos de Quixadá foi considerada neste estudo.

Dessa forma, a finalidade é realizar uma análise comparativa entre os estudos de tombamento do Conjunto paisagístico da Serra do Curral e Pico Belo Horizonte (Processo nº 0591-T-59) e o Conjunto paisagístico da Serra dos Cristais no município de Diamantina (Processo nº 1367-T-96) com o Conjunto paisagístico dos Monólitos de Quixadá (Processo nº 1377-T-96), em razão de serem constituintes do patrimônio natural.

Além disso, a escolha dos processos de Tombamento supracitados considerou a proximidade semântica do termo "Pedra" e seus sinônimos (Morro, Penhasco, Rocha, Serra, Monte). Essa busca foi realizada previamente junto ao Arquivo Central do Iphan, com sede no Rio de Janeiro, e foram selecionados, ao todo, dez processos de Tombamento que apresentavam nos conteúdos dos Estudos de Tombamento realizados aspectos tipológicos e proximidade contextual com os monólitos de Quixadá.

Posteriormente, na analise do material, foram observados caso a caso os processos selecionados, chegando-se a dois processos de Tombamento mais relacionados com o caso dos monólitos de Quixadá. Dessa forma, a análise comparativa, trouxe mais elementos discursivos e pertinentes ao debate.

Serra dos Cristais – Processo nº 1367-T-96

Este estudo de tombamento é composto por um volume e um anexo e foi aberto em 1996 com a numeração correspondente à série histórica do Arquivo Central do IPHAN.

O pedido de tombamento partiu de solicitação da esfera municipal na época. A motivação levou em consideração a qualidade estética do enquadramento que a paisagem natural da Serra dos Cristais faz sobre o conjunto histórico-arquitetônico de Diamantina.

> "A Serra dos Cristais é uma excepcional paisagem que envolve e emoldura a cidade de Diamantina, cujo valor histórico justificou o tombamento de seu centro histórico [...] No entanto, a paisagem natural não foi igualmente contemplada com a proteção legal do tombamento o que tem resultado em intervenções indevidas e prejudiciais à sua qualidade estética e, consequentemente, à integridade do conjunto cidade – paisagem natural" (Trecho do Estudo de Tombamento nº 1367-T-96. Fonte: Escritório Técnico do Iphan em Diamantina).

Conforme disposto no Estudo, a cidade de Diamantina, erguida próxima à Serra dos Cristais, tem na sua conformação urbana a visão e direção que leva às áreas da Serra, que envolve e "emoldura" a cidade (Figuras 22 a 24).

O Estudo de Tombamento também aponta uma preocupação para a paisagem natural de Diamantina, na figura da Serra dos Cristais, que se encontra ameaçada pelas intervenções

humanas com construções que estão avançando em direção a Serra. Contudo, a relação entre o natural e o cultural no Estudo é dicotômica, pois o referencial do Bem tombado parte do centro histórico da cidade, e coloca a Serra apenas como um pano de fundo.

> "Muito sofreria o patrimônio que é Diamantina se seu cenário natural fosse modificado ou sofresse perda de sua qualidade estética pois a singularidade de nossa terra se prende exatamente a excepcionalidade de seu enquadramento" (Trecho do Estudo de Tombamento nº 1367-T-96. Fonte: Escritório Técnico do Iphan em Diamantina).

Pelo trecho acima fica evidente o tipo de atributo considerado como relevante para a proposta de Tombamento da Serra dos Cristais. Embora este caráter estético seja potencialmente presente e condizente com o estabelecido pela legislação vigente, essa proposta não abarca as particularidades e outros atributos presentes na Serra dos Cristais, além de não trazer elementos suficientes que justifiquem um tombamento desse tipo.

O estudo também aponta como significativos os aspectos geológico-geomorfológicos, os sítios arqueológicos, as cachoeiras e a fauna e flora da região como atributos também presentes e relacionados a Serra dos Cristais. Contudo, o mote de apropriação evidencia o cenário cultural do ponto de vista estético, conforme a citação acima.

Embora, a esfera municipal a época tenha identificado outros atributos também pertinentes na Serra, a integração entre os elementos culturais e naturais apresentam um tratamento separado. Nesse caso, o cultural (representado pelo caráter histórico e arquitetônico) representava o ponto de inflexão, do pano de fundo, que a Serra (caráter natural) simulava.

Em atenção a solicitação, o então diretor do antigo DEPROT (Departamento de Proteção) do Iphan instaura o pedido em julho de 1996 e na oportunidade faz sugestões a gestão municipal para que seja feito um trabalho conjunto com a população local com vistas ao envolvimento participativo de forma a promover a defesa do patrimônio conjuntamente.



Figura 22. Casario histórico e ao fundo trecho da Serra dos Cristais. Fonte: Estudo da Serra dos Cristais. Foto: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Diamantina, 1996



Figura 23. Área central de Diamantina com a Serra dos Cristais ao fundo. Fonte: Estudo da Serra dos Cristais. Foto: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Diamantina, 1996



Figura 24. Trecho da Serra dos Cristais emoldurando a parte histórica de Diamantina. Fonte: Estudo de Tombamento da Serra dos Cristais. Foto: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Diamantina, 1996

Serra do Curral – Processo nº 0591-T-59

O processo de tombamento da Serra do Curral junto ao IPHAN é longo e implica em vários agenciamentos, consultas e pedidos de pareceres à Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, ao Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura e à Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como pano de fundo o conflito entre a exploração do minério de ferro e a preservação da integridade da paisagem da dita Serra (Figuras 25 a 27).

A solicitação do Tombamento pelo Iphan foi feita pelo então Governador do Estado de Minas Gerais Bias Fortes em dezembro de 1958, em razão das alterações que começavam a ocorrer na Paisagem de Belo Horizonte devido às atividades de mineração. O pedido de Tombamento foi inscrito sob o nº 0591-T-59 e teve sua inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em setembro de 1960.

> "Após a inauguração da capital, em 12 de dezembro de 1897, a Serra do Curral e o Pico Belo Horizonte – o ponto mais alto da Serra - permaneceram praticamente intocados até meados do Século XX, constituindo-se em locais de excursão e de piquenique da população, marco físico e afetivo da paisagem urbana. Mas, a partir da década de 1940, as atividades de mineração na Serra do Curral iniciam um processo de alteração e de desconfiguração de sua paisagem". (Trecho do Estudo de Tombamento do Conjunto paisagístico da Serra do Curral contido nas fichas do SICG. Fonte: Iphan Minas Gerais).

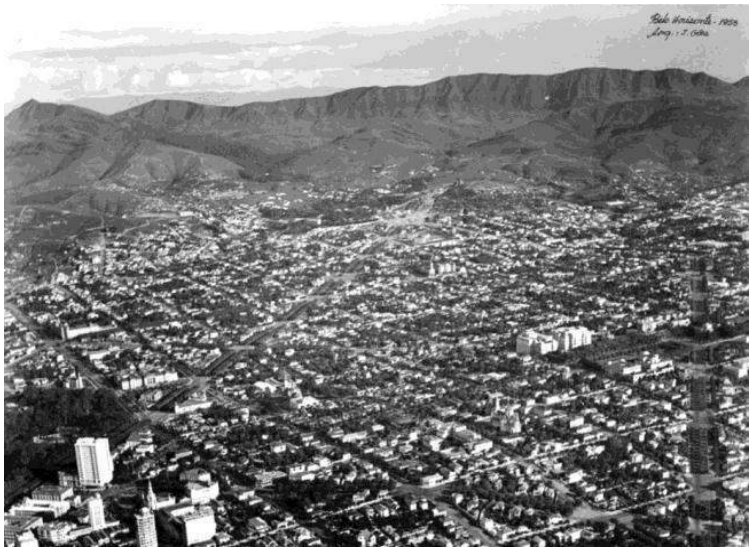


Figura 25. Serra do Curral vista da cidade de Belo Horizonte, mostrando a evolução do ambiente construído. Fonte: fichas do SICG do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral. Foto: Acervo da Superintendência do Iphan em MG

No ano 2003, a Serra do Curral foi Tombada em nível municipal, motivada por interesses paisagísticos em torno da preservação dos mananciais, riachos e córregos d'água presentes na Serra, e que são condicionantes ambientais para o abastecimento de água de parte da região metropolitana de Belo Horizonte. O tombamento municipal dividiu a Serra em 04

subáreas definidas em função de suas características morfológicas, ocupacionais e na inserção na cidade.

Na esfera estadual, a Serra do Curral é parte integrante da Área de Proteção Ambiental SUL Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA SUL RMBH), criada pelo Decreto Estadual 35.624, de 8 de junho de 1994, e que tem como objetivos básicos a proteção da diversidade biológica, o disciplinamento do processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.



Figura 26. Serra do Curral ao fundo e a frente parte de Belo Horizonte em 2012. Fonte: fichas do SICG do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral. Foto: Acervo da Superintendência do Iphan em MG, 2012

O processo de tombamento do Conjunto da Serra do Curral compreende três volumes, organizados em três pastas:

- A pasta nº 1 traz uma compilação de documentos relativos ao período de 1958 a 1976;
- A pasta nº 2 é constituída por mapas e croquis avulsos, sendo que a maioria não possui identificação ou data, observando-se, no entanto, que alguns são referentes a documentos que integram a pasta nº 1, segundo consta no Estudo;
- E a pasta nº 3, teve sua abertura em 1996, e traz uma compilação de documentos referentes ao pedido de rerratificação do tombamento da Serra do Curral feito pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, com vistas a ampliação do perímetro para assegurar a preservação do Bem, pois foi percebida necessidade de contrapor as ameaças ultimamente impostas pelos movimentos de ocupação das áreas limites.



Figura 27. Vista da Serra do Curral em Belo Horizonte. Fonte: fichas do SICG do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral. Foto: Acervo da Superintendência do Iphan em MG, 2012

É interessante, neste momento, compreender comparativamente esses processos de Tombamento supracitados para entender "como" a instituição, no caso o IPHAN, opera e trabalha nos casos distintos, visto que estamos diante de Tombamentos que embora apresentem uma mesma raiz do ponto de vista do objeto de estudo (que são as paisagens naturais relacionadas com o ambiente construído – a cidade) apresentam distinções tanto temporais, observando o período em que cada um deles veio a ter sua inscrição no Livro de Tombo; quanto nos componentes intrínsecos aos bens tombados, ou seja, nas associações existentes entre o cultural e o natural.

No caso de Diamantina, o conjunto histórico e arquitetônico da cidade é Tombado pela Instituição desde 1938, enquanto que a Serra dos Cristais teve seu pedido de Tombamento instaurado somente em 1996 e serviria como pano de fundo ou moldura na construção do imaginário do Tombamento do sítio histórico de Diamantina; já no caso da Serra do Curral, é a fisionomia do relevo em si que constitui na paisagem de Belo Horizonte o mote de apropriação do Tombamento, sendo sua configuração o objeto de tombamento associado a capital mineira, com a qual são observadas a ambiência e os campos visuais, conforme presente no Estudo de Tombamento: *"a Serra do Curral, pela bela condição de moldura que o paredão da serra conforma, como um grande teatro de arena que protege o núcleo urbano"*.

Diferentemente do caso dos Monólitos de Quixadá, na qual são as "pedras" em si o Bem Tombado, não havendo, a priori, elementos construtivos humanos que assegurassem uma justificativa para eleger o tombamento.

> "A cidade não apresenta nenhum elemento edificado de valor, passível de ser reconhecido pelo tombamento federal. Sua inclusão faria com que qualquer proposta para intervenção construtiva tivesse de ser submetida à aprovação do IPHAN [...] Portanto, a 4ª SR **(antiga referência da Superintendência do Iphan no Ceará, grifo nosso)** propõe a exclusão da área urbana da área de tombamento" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento dos Monólitos de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará)

3.4 A análise comparativa dos Estudos de Tombamentos

Essa análise comparativa busca compreender e valorizar as distintas abordagens entre os Tombamentos e, por consequência, entender em cada caso as considerações que foram levantadas e que também poderiam ser pensadas para o caso dos Monólitos de Quixadá, enquanto potenciais caminhos e alternativas no gerenciamento e em instrumentos de preservação. Essa análise poderá contribuir na proposta de rerratificação que será apresentada no capítulo seguinte.

De modo semelhante ao que ocorreu com a Serra dos Cristais e com a Serra do Curral, a escolha dos monólitos de Quixadá, enquanto paisagem natural, teve seu valor atribuído pelo viés da cultura sendo esta a maneira legal de proceder com o tombamento, pois nos três casos a atribuição do valor cultural os enquadrou no Tombamento, como estabelecido no DL 25/37.

Em comum nos três casos temos formações rochosas como motes da apropriação cultural pelo Iphan. As rochas ou pedras são vistas, pelo Iphan, com caráter simbólico e estético. Mesmo assim, os valores atribuídos não compreendem a totalidade e tampouco a complexidade em torno de formações geomorfológicas.

Embora para o caso de Quixadá, a paisagem natural não seja nem moldura e nem pano de fundo, visto que a própria Paisagem é o Bem, leva a discussões em torno da malha urbana com os monólitos devido a visibilidade do conjunto dos monólitos. Essa visibilidade dos campos dos monólitos pode ser ameaçada pelo crescimento urbano da cidade, sobretudo no gabarito das construções e no "espraiamento" da cidade em direção aos monólitos.

Em outras palavras, não se quer dizer que o Tombamento dos monólitos proíba ou iniba o crescimento da cidade, entretanto, o Tombamento deve ser respeitado e as construções de Quixadá devem se adequar aos parâmetros estabelecidos por Lei. O seu cumprimento garantirá que a integridade dos monólitos não seja irreversível, juntamente com a possibilidade de preservar a relação simbólica e visual entre os moradores de Quixadá com os monólitos, garantindo a dimensão física do "poder olhar/fluir da paisagem".

Por lei os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens estão sujeitos a receber o Tombamento, quando estes apresentarem alguma feição notável que tenha sido dotada pela natureza ou agenciada pela ação humana, conforme estabelecido no DL 25/37. Assim como, a CF/88 reafirma o decreto-lei anterior e amplia o debate ao considerar que os conjuntos urbanos e sítios podem estar em associação (ou não) aos monumentos naturais e paisagens, sobretudo, se a sociedade assim considerar o Valor. Para que se considere o Valor é preciso que a comunidade se relacione com o Bem, física e visualmente, podendo assim preservar relações simbólicas e imateriais.

Do ponto de vista da atribuição de valor e delimitação do Tombamento, a Serra dos Cristais apresenta, a partir do Sítio Natural ,a atribuição de valor paisagístico, atribuída em razão de sua qualidade cênica e pelo seu enquadramento, em conjunto com a arquitetura da cidade Diamantina, representa na paisagem, e que a ausência do sítio natural iria "empobrecer" o valor da Cidade.

> "A excepcional qualidade cênica de Diamantina, a nosso ver, recai com maior veemência sobre seu enquadramento na paisagem do que em sua também notável qualidade urbana e arquitetônica. Sem o quadro natural que a emoldura, a cidade certamente empalideceria de forma irreversivelmente empobrecedora para seu valor como patrimônio nacional" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento da Serra dos Cristais. Fonte: Escritório Técnico do Iphan em Diamantina).

Salienta-se que o Conjunto Histórico e Arquitetônico de Diamantina é Tombado pelo Iphan desde 1938, sob o processo nº 0064-T-38, inscrito no Livro de Belas Artes, motivado, sobretudo, pelas características singulares e representativas de sua condição única de implantação. Tem-se em Diamantina um núcleo colonial português em território brasileiro, construída em razão de uma atividade econômica (a mineração de diamantes) e que, embora, o sítio natural represente um atributo relevante na construção da Paisagem da cidade, o que assegurou o título de Bem Tombado desde 1938 foi, justamente, o caráter histórico e arquitetônico, evidenciando a dicotomia entre o cultural e o natural.

Outro ponto que chama atenção na atribuição de valor da Serra dos Cristais, diz respeito ao caráter estético e artístico como critérios utilizados para (re)conhecimento do valor cultural no sítio natural de Diamantina, lembrando uma descrição poética que retrata um cenário pictórico e não traz elementos suficientes que deem conta das singularidades do Sítio Natural.

> "Poucas paisagens se igualam àquelas paragens em grandeza cênica. Sob um firmamento de um azul indescritível antigas rochas de cor cinérea se crispam e se rendilham como se água do mar a espumar tivesse sido subitamente petrificada. Parece um ultimo, heroico e inútil, esforço da terra para se ligar ao céu. Este relevo ruiniforme começa se organizar já nos morros ao redor de Diamantina e vem atingir seu clímax na Gruta do Salitre,

> raríssima formação de gruta em rocha quartzito [...] ideia da beleza e da importância da arte dos elementos ao esculpirem as rochas que, na Gruta do Salitre, assumem a aparência de uma catedral gótica cujos pináculos fossem esculpidos por artistas surrealistas, já tais imagens pareidólicas assumem as mais fantásticas formas plásticas" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento da Serra dos Cristais. Fonte: Escritório Técnico do Iphan em Diamantina).

De modo bastante semelhante, essa leitura estética e pictórica do sítio natural, também é presente no Tombamento dos Monólitos de Quixadá, em que prevaleceu o aspecto de imagens pareidólicas nos monólitos e, sobretudo, a atribuição do valor cultural a partir de uma descrição visual e de aparência estética.

> "[...] vê-se aflorar ao longo do horizonte um grande número de protuberâncias rochosas, dispersas pelas planuras das depressões semiáridas, recobertas pela caatinga como se fossem castelos ou museus de pedras [...] tem-se a impressão de estar cercado por uma caravana de seres fantásticos, configurações que se modificam e se reagrupam, fundindo-se umas com as outras, conforme se desloca o ponto de vista do observador. Bizarras formas de animais como baleias, dromedários e essa, a mais notável, a de galinha choca em seu ninho, nos circundam e fascinam [...] O valor cultural desta paisagem natural pode ser verificado por suas formas notáveis, seja por sua beleza contagiante, seja pela aparência extraordinária, singular, bizarra ou curiosa que avulta à vista, dentre as demais" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento dos Monólitos de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará).

Por esse ângulo, o Tombamento dos monólitos de Quixadá, seguiu uma linha de raciocínio construída sobre a visão e interpretação dos especialistas no processo de atribuição de Valor, considerando o caráter estético do sítio natural como um dos critérios mais relevantes, especialmente em função da formação dos profissionais envolvidos, aproximando a discussão das relações de Poder e Escolhas no Território.

Com relação à delimitação da área Tombada e do Entorno, foi sugerido a Serra dos Cristais que o tombamento não observasse elementos isolados na paisagem e procedesse de forma contigua, ou seja, considerasse as áreas próximas e adjacentes da Serra em relação a cidade de Diamantina, na qual a Serra dos Cristais integraria a área de entorno da Cidade, que já é Tombada.

> "[...] foi-nos sugerido que o tombamento não se detivesse sobre pontos isolados como morros, grutas, cachoeiras mas que abrangesse a todos os elementos, integrando-os de forma contínua em uma só área [...] Sugeriu-nos pois o Dr. Pedro Ângelo **[então diretor do Centro de Geologia da UFMG, grifo nosso]**, que se procedesse ao tombamento contiguo de toda a Serra dos Cristais integrando o entorno da cidade às outras áreas propostas para tombamento. (Trecho extraído do Estudo de Tombamento da Serra dos Cristais. Fonte: Escritório Técnico do Iphan em Diamantina).

No caso da Serra do Curral, a delimitação da área Tombada implicou, desde o seu pedido de Tombamento em 1959, em várias diligências motivadas pelos conflitos entre a exploração de minérios de ferro presentes na Serra, na qual tem grande representação como geradora de

recursos econômicos; e com sua preservação do ponto de vista da ambiência com a cidade de Belo Horizonte, com a qual detêm uma construção simbólica e visual.

Por conta disso, a delimitação da área tombada da Serra do Curral, precisou passar por revisão, ainda no seu manuscrito, em razão dos conflitos existentes nos terrenos de depósitos ferríferos próximos a Serra, para, em seguida, o parecer ser encaminhado ao Conselho Consultivo que o julgaria.

> "A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte solicitou examinar o processo, pois este envolvia terrenos com depósitos ferríferos pertencentes ao Município, o que foi acatado pelo diretor do IPHAN, Rodrigo de Mello Franco, em 30 de junho de 1956; o relator nomeado foi comunicado para aguardar o recebimento das alegações da Prefeitura. No documento manuscrito de seu parecer, datado de 25 de junho de 1959, observa-se que este propunha, inicialmente, a preservação de um trecho de 2 km disposto simetricamente de um lado e outro do eixo da Avenida Afonso Pena [...] declarando não julgar plausível o tombamento de todos dos 11 km inicialmente sugeridos pelo diretor da 3º Distrito do DPHAN, Sylvio de Vasconcelos. No mesmo documento, em nota datada de 22 de junho de 1959, o relator registra que, tendo recebido, em 30/06/1959, telegrama do Prefeito de Belo Horizonte, acatou seu pedido de que a largura da faixa indicada para tombamento fosse reduzida de 2 km para 1.800 metros, justificando que esta redução pouco afetaria ao espírito do tombamento proposto. Ainda no mesmo documento, verifica-se outra nota manuscrita de José Melo Carvalho, sem data, sugerindo a criação no local tombado de um parque municipal destinado à manutenção da flora e da fauna regional, sobretudo da microfauna que é, "por natureza, muito mais sensível ás mudanças de ambiente, associando assim o interesse paisagístico ao de preservação da natureza" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento da Serra do Curral presente nas fichas do SICG. Fonte: Iphan Minas Gerais).

Embora o parecer tenha sido aprovado, durante a realização da Reunião do Conselho Consultivo em janeiro de 1960, o documento limita-se ao indicar a área delimitada para tombamento, registrando apenas *"o Pico Belo Horizonte e da parte mais alcantilada da Serra do Curral, de um lado e outro do eixo constituído por uma linha em prosseguimento à Avenida Afonso Pena"*, não discutindo limites físicos e territoriais do tombamento de modo claro, porém, o documento acrescenta também que estudos posteriores devem ser feitos para assegurar as informações e demarcar a área tombada: *"proceder a novo estudo minucioso para fornecer ao Conselho todos os elementos de informações adequados para a demarcação segura da área a ser tombada"*.

Em 1996, foi aberto o terceiro volume do processo de Tombamento da Serra do Curral, com vistas ao estudo de rerratificação do Tombamento do Conjunto, a pedido do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CPCM/BH) que considerou as ocupações humanas nas áreas limites da Serra bastante prejudiciais para o sítio natural e na ambiência com a cidade de Belo Horizonte, tendo como justificativa *"definir a*

ampliação dos limites até um perímetro que garanta a preservação daquele bem histórico de maneira condizente com a importância que ele apresenta para a Cidade como um todo".

No caso dos monólitos de Quixadá, a delimitação da área tombada conta com, aproximadamente, 06 mil hectares[32] e levou em consideração o ambiente rural do domínio do campo dos Monólitos, ou seja, considerou os limites das propriedades rurais existentes, juntamente com a conjugação da infraestrutura (estradas e rodovias) e a porção confrontante já definida pelo Tombamento do Açude do Cedro.

> "Consiste numa extensa área rural lindeira a cidade de Quixadá, ou seja, uma área limite do espaço [...] a cidade está confinada entre os inselbergs" (Relato do parecerista Pedro Ignácio Schimitz - Trecho extraído do Estudo de Tombamento do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá. Fonte: Iphan Ceará).

Apesar de ter uma poligonal, a priori definida, boa parte dos limites confrontantes do Conjunto dos Monólitos de Quixadá passa por propriedades rurais, que não é a melhor opção para demarcação de grandes áreas como pontos de referência de marcos físicos, pois a propriedade rural pode mudar de dono ou até mesmo deixar de existir, ou então ser dividida em mais de uma propriedade, e a dificuldade de acesso em alguns caminhos em meio às propriedades rurais.

Além disso, não existe no estudo de Tombamento definição de área de entorno para o Conjunto dos monólitos, provavelmente, em decorrência da dificuldade de estabelecer critérios e restrições de uso para a área adjacente. Embora, o entendimento percebido equivaleria que o vazio entre os monólitos poderia ser vista como área de entorno, uma vez que o mote de apropriação são as "pedras" (os monólitos ou *inselbergs*) e, por conseguinte, o vazio entre elas no Conjunto corresponderia a visibilidade e ambiência do Bem.

Salienta-se que esse entendimento é resultado da prática profissional no ambiente do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural em conjunto com a leitura crítica dos documentos oficiais, nas conversas com técnicos da Superintendência do Iphan no Ceará e com a formação acadêmica do autor que proporcionou esse entendimento.

No ano de 2008, foi aberto o processo de rerratificação do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá a pedido da Superintendência do Iphan no Ceará com o intuito de rever a área tombada, tornando-a mais precisa e georreferenciada, a fim de contribuir com a resolução de problemas internos relativos à expansão da malha urbana, crescimento da cidade, da

[32] A área tombada é equivalente a, cerca de, 5.828,09 hectares, boa parte dela situada na zona rural.

descaracterização do campo dos monólitos, da mineração (ainda que incipiente). O atendimento a esse processo pode-se contribuir na resolução de questões relativas à gestão do Bem, uma vez que os monólitos de Quixadá agregam vários atores e grupos culturais com relacionamentos, usos e ocupações distintas. Com isso, no capítulo seguinte serão identificados os limites confrontantes e apresentada uma proposta de rerratificação para a área.

Observando as questões urbanas, tanto a Serra do Curral quanto a Serra dos Cristais sofrem de problemas advindos do inchaço populacional e de construções irregulares nos limites da área protegida (Figura 28 a 30). O fenômeno da urbanização, verificado nos conjuntos paisagísticos, são anteriores ao tombamento federal do Iphan e continuaram mesmo após receberem o reconhecimento federal. Ressalta-se que na Serra dos Cristais as ocupações são de baixa renda enquanto que na Serra do Curral as ocupações, em sua maioria, são de classe média e alta.



Figura 28. Ocupações irregulares na escarpa da Serra dos Cristais. Fonte: Dossiê de Tombamento da Serra dos Cristais. Foto: Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Diamantina, 1996. Esquema do autor





Figuras 29 e 30. Ocupações de classe média e alta na Serra do Curral em BH. Fonte: fichas do SICG do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral. Fotos: Acervo do Iphan Minas Gerais, 2012

Segundo consta no Estudo de Tombamento da Serra dos Cristais, a ocupação irregular e a depredação sobre partes da Serra em áreas de expansão da cidade de Diamantina são os principais problemas decorrentes do processo de urbanização. Enquanto que na Serra do Curral, por exemplo, as porções do talude da Serra vieram a ser loteadas (alguns sem prévia liberação) formando bairros consolidados, boa parte formada por domicílios de alto padrão, conforme relatado nas fichas do SICG. Acredita-se que pelo fato de a Serra estar muito próxima de uma centralidade tradicional de Belo Horizonte a especulação imobiliária seja intensificada.

A cidade de Quixadá não apresenta valor patrimonial em construções coloniais como no caso de Diamantina e nem as dimensões urbanas de grande porte de Belo Horizonte. Mesmo assim, as intervenções antrópicas (fatores humanos) têm comprometido a integridade do bem, sobretudo na zona urbana (Figuras 31 a 34).



Figura 31. Ocupação urbana no entorno da Pedra do Cruzeiro. Fonte: Acervo do Iphan Ceará. Foto: Iphan Ceará, 2010



Figura 32. Via urbana construída sobre uma das pedras. Fonte: Acervo do Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2015

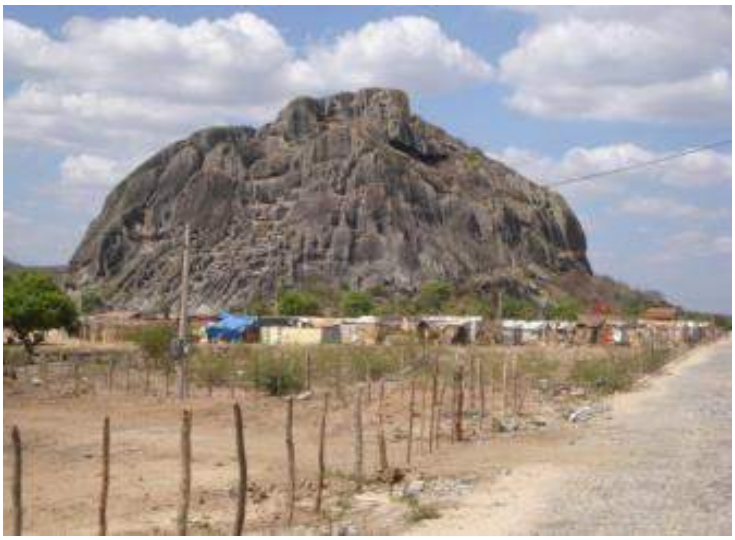


Figura 33. Assentamento irregular ao redor de um monólito em Quixadá. Fonte: Acervo do Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2015.



Figura 34. Assentamento Vale das Pedras do MST em um monólito. Fonte: Acervo do Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2016.

Nesse sentido, a atuação de uma gestão organizada e atuante é imprescindível. No caso de Diamantina, a atuação dos gestores públicos municipais tem se mostrado favorável à salvaguarda da Serra dos Cristais, pois eles compreendem que muito sofreria e perderia o patrimônio de Diamantina se o seu cenário natural fosse modificado ou sofresse perda de sua qualidade estética, pois é justamente essa singularidade que traz toda a excepcionalidade em seu enquadramento.

Já na Serra do Curral, os primeiros adensamentos são da década de 1930, ou seja, alguns anos antes da criação do SPHAN (posteriormente IPHAN) e foram motivados em decorrência da proximidade central da cidade planejada de Belo Horizonte, sendo vista, inclusive, como uma extensão do trecho planejado. Atualmente, devido à excessiva verticalização das zonas

urbana e suburbanas, alterou-se consideravelmente a perspectiva da Serra do Curral, que antes era visível por praticamente toda a cidade de Belo Horizonte.

Comparativamente, em Quixadá, percebemos que, a pressão imobiliária sobre os limites e as áreas tombadas com as autorizações para loteamentos, construções irregulares e a fixação de bairros consolidados na área dos monólitos foram favorecidos por brechas na legislação urbana municipal (Figura 35).

Nas figuras a seguir, vemos a implantação de um novo loteamento em Quixadá que, quando estiver totalmente concluído e entregue vai comprometer o campo visual para parte do conjunto dos monólitos, sendo este apenas um exemplo de muitos outros que também se encontram em fase de implantação ou em pedido de autorização junto a gestão municipal.



Figuras 35. Implantação de um loteamento próximo aos monólitos do Açude do Cedro em Quixadá. Fonte: Acervo do Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2016.

A legislação municipal do PDDU não atende de modo adequado às demandas do Conjunto dos Monólitos, pois quando definiu os parâmetros urbanísticos na área não ponderou a relevância dos monólitos para o município. O PDDU observa os monólitos individualmente, diferentemente do IPHAN que os consideram em conjunto, inclusive os vazios entre eles, por considerar relevante a fruição deles e os campos de visada do conjunto em si (Figura 36).

Percebemos com isso a diferenciação dos valores atribuídos nas diferentes esferas do poder no Território, passando a impressão que os monólitos em si não apresentam significados suficientemente relevantes a nível municipal que venham a merecer uma devida atenção em razão de suas particularidades.

Dessa forma, voltemos a um dos questionamentos iniciais da pesquisa que se refere a: Se uma das marcas em Quixadá são as “pedras” que o município tem, por que elas são subjugadas

e pouco referenciadas na legislação municipal? Assim como, nos perguntamos ainda, o que falta efetivamente para que a gestão municipal reconheça a riqueza cultural que o município de Quixadá detém em seu território?

Como atribuição as atividades supervisionadas no Iphan Ceará, durante o desenvolvimento do 1º produto das práticas, foi constatado em um das entrevistas semiestruturadas realizadas com técnicos que participaram da construção da instrução de tombamento de Quixadá, na qual participaram diretamente da escolha, definição e das recomendações e diretrizes urbanísticas que foram propostas para a área, em que é dito:

> "[...] apesar da ciência da prefeitura à época da instrução de tombamento, a mesma não deu retorno às considerações que foram tecidas, pelo contrário, a gestão municipal mostrou-se e ainda demonstra muita irresponsabilidade no tratamento dado aos monólitos" (Trecho da entrevista cedida pela Arquiteta Isabelle Cury por e-mail e contextualizada no 1º Produto de Prática Supervisionada pelo autor no ambiente do PEP/IPHAN).

Nesse sentido, percebe-se que mesmo com a tentativa de aproximação a época do desenvolvimento da instrução de Tombamento a gestão municipal não demonstrou interesse em se aproximar efetivamente dos monólitos de Quixadá e que durante o período de atividades supervisionadas (2014-2016) e visitas *in loco* a atual gestão do município não demonstrou, novamente, nenhum tipo de interesse significativo, embora também tenham sido feitas tentativas. A expectativa é que a atual gestão municipal (2017-2020) seja mais sensível as questões sobre os Monólitos.

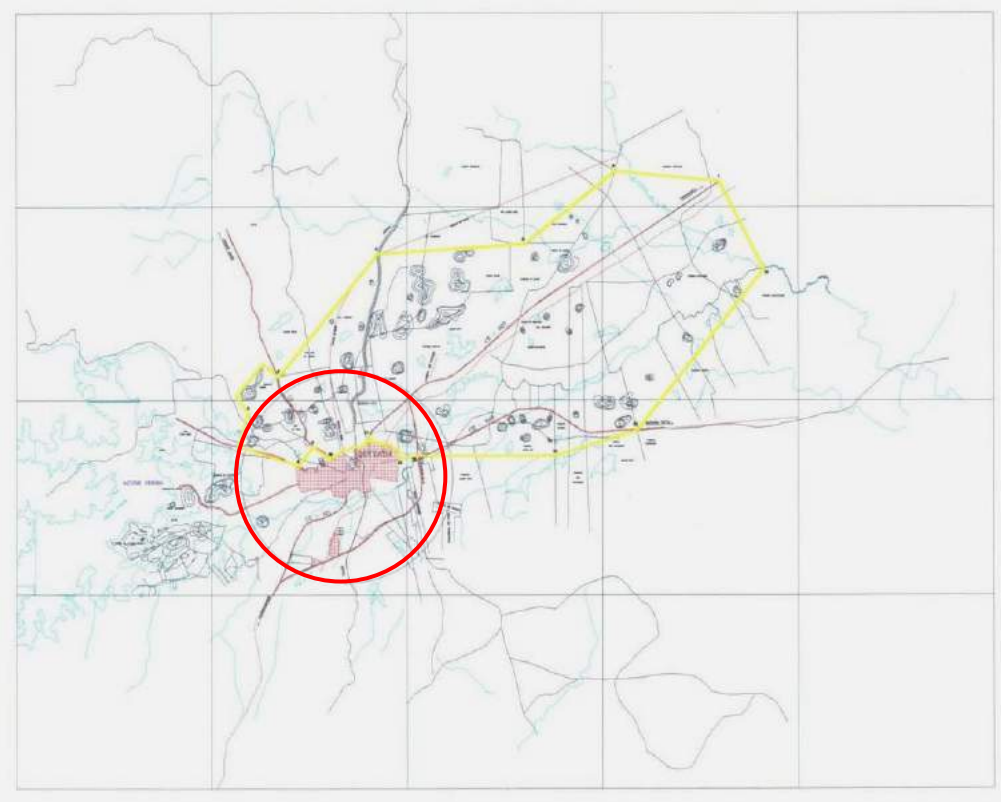


Figura 36. Delimitação da poligonal de tombamento dos monólitos de Quixadá. Fonte: Estudo de Tombamento, IPHAN, 2001. Esquema do Autor.

Na figura 36, pode-se perceber que a poligonal compreende uma área muito mais abrangente em torno dos monólitos, justamente para poder garantir os vazios entre eles. Porém, é justamente entre esses vazios que nas proximidades da área urbana consolidada (representada na figura na malha em vermelho) está ocorrendo muitas das ocupações em Quixadá que, gradualmente, vão avançando em direção aos monólitos sobre o raio (indicado no circulo vermelho), sobretudo ao norte da área urbana, justamente, dentro da poligonal de Tombamento (representado pelo polígono em amarelo) em virtude das estradas que impulsionam a expansão e atuam como vetores do crescimento.

Em compensação, a atividade de mineração não é significativamente perceptível em Quixadá, sendo isolada em algumas lavras de mineração na área do acautelamento do IPHAN (Figuras 37 e 38). Embora os monólitos sejam do tipo de formação granítica e tenha valor comercial agregado, esta atividade ainda não é considerada um problema, como no caso da Serra do Curral, em que esta atividade teve forte atuação por décadas e deixou feridas no solo da região (Figura 39). Entretanto, se medidas preventivas não forem tomadas acerca disso, novos problemas podem vir a surgir em médio e longo prazo, em razão do valor comercial agregado dos tipos de rochas que formam os monólitos.



Figura 37. Evidências da quebra do espelho de cristalino no campo dos monólitos para produção de paralelepípedos e pedras ornamentais em área tombada. Fonte: Acervo do Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2016



Figura 38. Área de lavra de extração de minérios próximo conjunto dos monólitos. Fonte: Acervo do Iphan Ceará. Foto: o Autor, 2016



Figura 39. Mineração na porção oposta da Serra do Curral (área fora do perímetro de tombado). Fonte: fichas do SICG do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral e do Pico Belo Horizonte. Foto: Acervo Iphan MG, 2012

Considerando o fenômeno contemporâneo da expansão urbana de cidades médias, como no caso de Quixadá, um dos maiores desafios é condicionar o direito à cidade pela população e, ao mesmo tempo, garantir a integridade do Bem cultural em questão. Desse modo pretende-se encontrar um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento, a política urbana e a preservação do sítio, ainda mais porque a área referente à poligonal de tombamento de Quixadá apresenta interesses diversificados e exige a atuação/participação de vários atores.

Como foi visto anteriormente, a integridade de alguns monólitos vem sendo colocada em risco em decorrência dos usos e apropriações indevidos, juntamente com o fato de o instrumento legal de proteção patrimonial vigente ser insuficiente as particularidades daquele Bem cultural. Faz-se então necessário adotar ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, como no caso dos monólitos de Quixadá.

Nesse sentido, pensa-se na articulação do instrumento do Tombamento com a Chancela da Paisagem Cultural, refletida numa proposta de rerratificação da poligonal de Tombamento, através de uma revisão da poligonal com indicações e recomendações de diretrizes para o território, mediante as contribuições da Geografia.

A proposta do capítulo seguinte versa sobre essa estratégia, na qual será mostrada a atual situação dos conflitos locais envolvendo as três esferas, na sobreposição de poligonais de proteção, e diferenças de interesse nas relações de poder, juntamente com uma proposta de rerratificação no território com o intuito de contribuir na preservação dos monólitos de Quixadá.

CAPÍTULO 4 – A proposta de rerratificação do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá

Semanticamente, a palavra ou termo *Rerratificação* é considerado um neologismo[33] e já figura nos registros de boa parte dos dicionários de língua portuguesa atuais, sobretudo os dicionários online. É um termo muito utilizado no âmbito jurídico, devido à natureza explicativa e as proposições com as quais se encaixa nos processos e documentos judiciais.

Rerratificar não significa "ratificar de novo ou novamente", não se trata de uma "reconfirmação", a palavra vem de dois verbos: (re)tificar + ratificar, em que o prefixo "re" do verbo significa *corrigir* ou *alterar* e ratificar significa *confirmar*. Nesse sentido, a rerratificação não significa, como se pode pensar, uma "nova confirmação", na verdade diz respeito a ação de corrigir uma parte e manter o restante.

No caso de uma poligonal de Tombamento, a exemplo, do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá, apresenta caráter jurídico e quando reconhecida e definida por lei vigora mediante nos termos expostos pelo DL 25/37. Nesse caso, a proposta da poligonal reflete a intenção de preservar elementos (individuais ou não) feitos mediante escolhas, tomando como referência critérios e valores pré-definidos pelos especialistas envolvidos que, em boa parte das vezes, levam em consideração à atribuição de valor em consonância a formação acadêmica ou profissional.

A proposta de uma poligonal também contemplava ou "representava" a visão do trabalho de cada época, ou seja, como o Iphan lidava com a categoria de Bem cultural a partir do conhecimento até então acumulado, refletindo nos valores que foram atribuídos, o que muitas vezes não correspondia à totalidade.

No caso de uma poligonal de Tombamento, os seus limites procuram registrar os valores dados num primeiro momento e em paralelo, também são definidos os critérios para que o Bem continue a ser preservado após o ato do Tombamento.

Nesse sentido, é preciso considerar as dinâmicas culturais como "transformadoras" dos valores ou dos modos de gerir estes valores. Estamos diante de duas situações distintas e

[33] É a derivação ou formação de uma palavra nova a partir de outras já existentes em que são atribuídos novos sentidos a palavras já existentes na língua.

complementares: a primeira diz respeito ao trabalho de identificar e atribuir valor; e a segunda situação trata do modo de "cuidar" deste valor, ou seja, do gerenciamento.

Parte-se da premissa que mesmo após o estabelecimento de uma poligonal de tombamento, deve-se permanecer alerta à eventual necessidade de rever os limites, os atributos e as particularidades em torno dos Bens Culturais. Salienta-se que, se houver necessidade de rerratificação, o ideal nestes casos é definir a partir de Portaria[34] ou por meio de pareceres técnicos[35] os critérios estabelecidos para explicar, detalhar, alterar e propor mudanças em uma inscrição já existente.

No âmbito do Iphan, encontramos vários exemplos de processos de Tombamento em que houve a necessidade de uma melhor identificação dos bens culturais. Ressalta-se que é preciso considerar a época em que cada processo foi analisado e tombado, pois isso indica como a instituição (no caso o Iphan) vai modificando sua visão sobre os bens culturais nas formas de atuar, analisar, valorar. A época e o momento histórico destes dados revelam importantes informações que podem estar relacionadas ao objeto de estudo e na leitura da Paisagem e do Território.

Por exemplo, o pedido de rerratificação do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral em Minas Gerais. Na qual consta na leitura das fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão[36] (SICG) da Serra do Curral revelou que a questão da delimitação da área tombada pelo IPHAN, apresenta valor paisagístico e se colocou como assunto polêmico desde o início do processo (em meados dos anos 1959/60).

Esse caso constituiu-se como um verdadeiro desafio para o órgão à época por se tratar de um bem cultural não edificado que, inclusive, necessitou de um estudo mais minucioso na época.

> "[...] o conselho deliberou, por maioria dos votos, atender ao pedido do Governo do Estado de Minas de Gerais no sentido de tombamento da Serra do Curral [...] sugeriu-se à Prefeitura de Belo Horizonte a criação no local de um parque municipal destinado à

[34] As portarias são atos que determinam providências de caráter administrativo, dão instruções sobre execução de leis e de serviços, definem situações funcionais e aplicam medias de ordem disciplinar.

[35] Documento escrito de uma opinião técnica assinado e datado, emitido por um especialista sobre determinadas situações que exigem conhecimentos técnicos, deve conter o nome e o registro do profissional responsável.

[36] É um sistema georreferenciado disponível na internet que para promover a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, possibilitando a gestores, pesquisadores e todos os interessados sobre o tema, no Brasil e no Mundo, a trocarem informações, incluindo dados técnicos, socioeconômicos e geográficos, levantamento histórico, legislação federal e local, tudo segmentado por categoria e natureza do bem.

> manutenção da flora e da fauna da região, sobretudo na microfauna, convertendo, porém, o julgamento em diligência [...] para proceder a um novo estudo minicioso do local e das circunstâncias, a fim de fornecer ao Conselho todos os elementos de informação adequados a habilita-lo a demarcar, oportunamente, com a segurança desejável, a área a ser abrangida pelo tombamento" (Trecho do Parecer da Ata da 28ª Reunião do Conselho Consultivo de junho de 1958. Fonte: IPHAN).

O Parecer dado durante a 32ª Reunião do Conselho Consultivo revelou a degradação da área da Serra do Curral não foi, necessariamente, em decorrência de a área da poligonal tombada ser maior ou menor, mas sim, em decorrência do interesse imobiliário e da presença de atividade mineradora na área. Estas são as principais questões em torno da Serra do Curral e do Pico Belo Horizonte, colocando-se como um dos grandes desafios para a preservação pelo IPHAN.

Somente em 1996, a pedido do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, foi aberto o estudo de rerratificação do Tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral, locado como o terceiro volume do processo. Nesse pedido foi requerida a ampliação dos limites do perímetro do Tombamento da Serra do Curral, com vistas ao estabelecimento de medidas efetivas que impedissem, sobretudo, as ameaças impostas pelos movimentos de ocupação urbana de suas áreas limítrofes.

Esse processo deu-se principalmente em razão dos aspectos relativos a preservação da perspectiva paisagística do campo de visão da Serra do Curral, sendo este o âmbito de Valor considerado no Estudo. Entretanto, esse pedido ainda encontra-se em análise pela Superintendência do Iphan em Minas Gerais e segundo o técnico consultado em 2015, na Superintendência do Iphan em Minas Gerais, o arquiteto Matheus Guerra, a rerratificação da Serra do Curral não é uma das prioridades da Superintendência, em razão de uma série de demandas de bens tombados e isolados que estão em processo de elaboração de propostas para a definição das respectivas áreas protegidas e de entorno, incluindo os critérios para intervenções.

No exercício das competências do Iphan Ceará, a solicitação para abertura de um processo de rerratificação do Conjunto dos Monólitos de Quixadá, ocorreu efetivamente no ano 2012 e foi motivado pelo quadro de insegurança para emissão de pareceres pela divisão técnica da Superintendência do Iphan no Ceará.

O pedido inicial foi feito através da InfoTec nº 028/2011, a pedido do então Engenheiro Civil do Iphan à época, Ivanildo Soares da Silva, em decorrência de incorreções verificadas na poligonal tombada. Esse pedido indicava a necessidade urgente de haver uma rerratificação da mesma e, posterior encaminhamento ao Conselho Consultivo para apreciação e aprovação.

No ano seguinte, foi solicitado pelo Arquiteto Murilo Cunha Ferreira, quem ficou a frente dos trabalhos em Quixadá entre 2012/13, que fosse incluído nos Planos de Ação para 2012 a contratação de serviços topográficos de levantamento planimétrico e cadastral da área dos Monólitos, do Açude do Cedro e da área urbana do Município, para subsidiar a proposta de rerratificação da Poligonal de Tombamento dos Monólitos, através da InfoTec nº 004/2012.

A leitura desses documentos, revelou que a solicitação para a rerratificação não considerou, num primeiro momento, sobre (re)avaliar os valores atribuídos, mas foi motivado por incoerências verificadas na poligonal de Tombamento, merecendo ser revistas a fim de subsidiar a Divisão Técnica do Iphan Ceará. Nesse primeiro momento, o órgão buscou, especialmente, informações de levantamento planialtimétrico, fundiário e cadastral do município de Quixadá localizando o campo dos monólitos e o Açude do Cedro.

Embora a motivação seja válida e fundamental no encaminhamento dos serviços técnicos da Superintendência, a solicitação para realizar uma rerratificação, tamanha a magnitude da área em questão, deveria abranger outros elementos e atributos do campo dos monólitos, devido à complexidade dos bens em questão, visto que se trata de um conjunto de objetos naturais com características bem particulares do ponto de vista ambiental e cultural. O processo de rerratificação também deveria ser baseado na discussão dos valores atribuídos aos espaços, ultrapassando a leitura conservadora e tradicional de valor que considera a paisagem como uma imagem, numa perspectiva estética e formal, fazendo uma proposta que inclua outras abordagens e dimensões do valor cultural.

Nesse sentido, o processo de rerratificação proposto será fruto de transformações e mudanças no entendimento e no estabelecimento de novos conceitos, valores e interpretações nos aspectos históricos e paisagísticos, além de considerar a importância nos bens integrados. Pode-se ainda, eventualmente, considerar a extensão das Poligonais de Tombamento e na inscrição do Bem em mais de um Livro de Tombo, juntamente com uma tentativa de adequação dos instrumentos de gestão de salvaguarda dos bens tombados.

No caso dos monólitos de Quixadá, o Tombamento e a valoração do objeto na época, foram em razão, primordialmente, de seu caráter estético e paisagístico, sendo este o entendimento naquele momento para o desenvolvimento da instrução de Tombamento. Observa-se que hoje se passou a considerar elementos e atributos intrínsecos ao Bem, que são fundamentais para melhor compreensão e conhecimento de suas especificidades. Um exemplo, seria os atributos relativos ao caráter imaterial presentes no entorno do Bem, embora não foram

considerados no processo de patrimonialização (Figuras 40 a 44); o tipo de natureza do Bem em si, ou seja, os aspectos geológico-geomorfológicos propriamente ditos em associação com o clima e a vegetação da região (Figuras 45 a 47) ; e a participação e opinião dos moradores de Quixadá (Figura 48). A Figura 49 descreve e localiza os pontos de interesse listados acima. .



Figura 40. Monólito com a imagem de São Francisco esculpida na Rocha. Foto: o Autor, 2016.



Figura 41. Igreja lavrada na pedra em homenagem a São Francisco de Assis, usado em missas dominicais e em festividades. Foto: o Autor, 2016.



Figura 42. Fonte de água consagrada, simbolismo e fé popular no Conjunto dos Monólitos de Quixadá. Foto: o Autor, 2016.



Figura 43. Santuário Rainha do Sertão na Serra do Urucum (altitude 500 m), nas proximidades do Conjunto dos Monólitos. Foto: o Autor, 2016.



Figura 44. Pedra do Cruzeiro em meio ao tecido urbano. Foto: o Autor, 2016



Figura 45. Matacão[37] servindo de anteparo para um cercamento. Foto: o Autor, 2016.

[37] Tipo de formação rochosa, na configuração do relevo, proveniente de maciços residuais, a exemplo dos inselbergs ou monólitos, bastante comum em clima áridos e semiáridos.



Figura 46. Pedra Branca e vegetação arbórea da caatinga. Foto: o Autor, 2016.



Figura 47. Serra do Padre, no distrito do Custódio, nas proximidades do Açude do Cedro. Foto: o Autor: 2016.



Figura 48. Oficina e prática patrimonial com estudantes, professores e moradores em Quixadá sobre a importância dos monólitos para a comunidade. Foto: Luzilene Sabóia, 2016. Responsável pela oficina: o Autor.

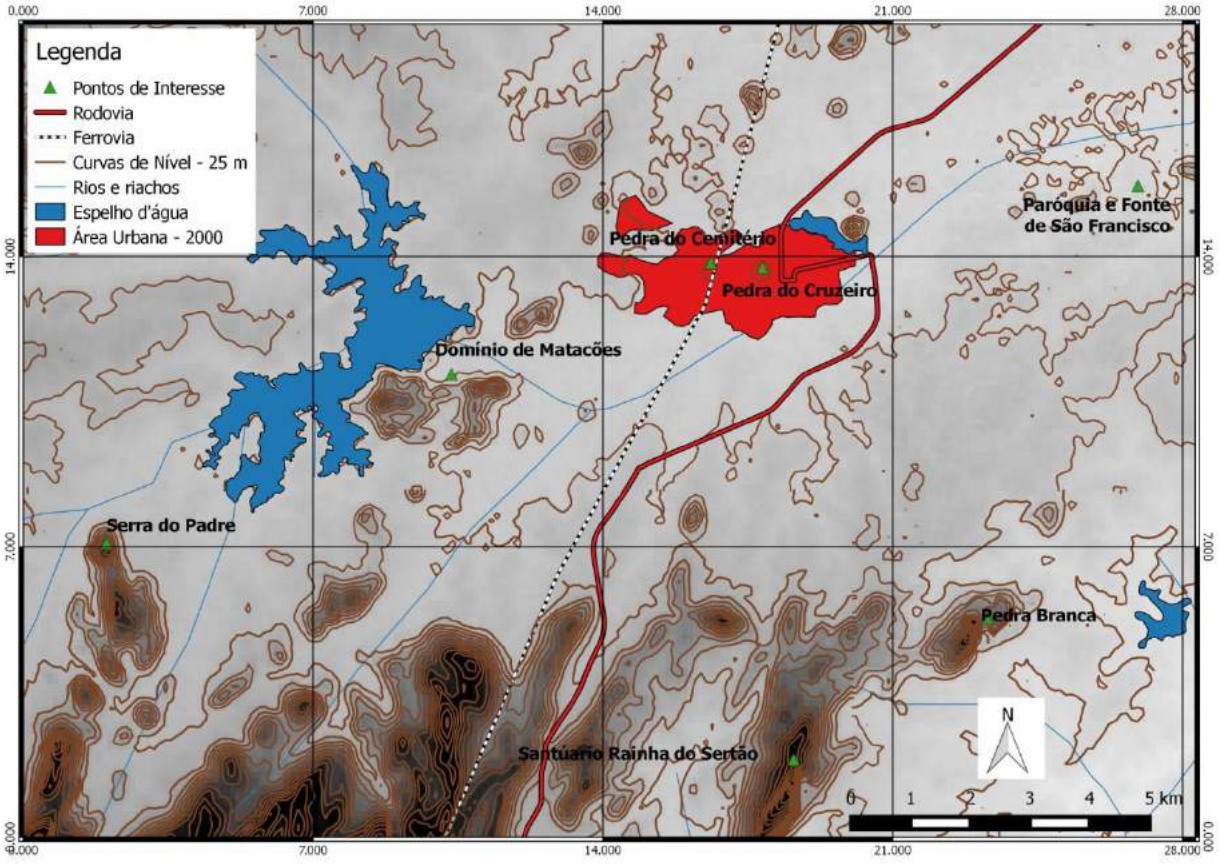


Figura 49. Localização dos pontos de interesse. Fonte: elaborado pelo autor.

Desse modo, a proposta de rerratificação dos monólitos de Quixadá, enfatizando aspectos relativos ao Valor, será abordada mediante duas situações complementares. A primeira diz respeito a uma reflexão sobre a atribuição do Valor a partir da Geografia, buscando viabilidade na operacionalização e delimitação do Bem, a partir da leitura da paisagem cultural dos monólitos de Quixadá; e a segunda, procurará dentro de critérios o (re)dimensionamento do Território, diante dos conflitos identificados entre os diversos atores envolvidos e esferas de poder trazer recomendações de uso e ocupação na poligonal de Tombamento.

4.1 Diretrizes elaboradas no âmbito federal: O olhar do Iphan sobre os monólitos de Quixadá

Um dos grandes desafios do Iphan em Quixadá é trabalhar com um objeto com características bastante particulares, como as formações rochosas denominadas de *Inselbergs* ou, como são mais conhecidas, os monólitos considerados como um bem natural.

A atribuição de valor a bens naturais e, consequentemente, a proteção assegurada pelo Iphan só é possível mediante o reconhecimento do caráter cultural no bem natural, tendo sido este um procedimento necessário para o desenvolvimento da instrução do processo de tombamento dos monólitos de Quixadá.

> "A atribuição de valor de um bem natural para fins de tombamento pelo IPHAN é sempre de caráter cultural, aí entendido como reconhecimento público de seu significado simbólico e apropriação cultural pelo homem" (Trecho referente às recomendações básicas extraído do Estudo de Tombamento do Conjunto dos monólitos de Quixadá, pág. 34).

Do ponto de vista da legislação vigente, o Tombamento tem consequências a partir das escolhas feitas, produzindo o surgimento de uma serie de responsabilidades, tanto para o Estado quanto para a Sociedade, sobretudo no âmbito do gerenciamento do Bem e na apropriação do Território.

Na ciência geográfica, os estudos de Território pressupõem relações de poder e se aproximam do âmbito do Patrimônio no debate em torno da prática sedimentada das escolhas feitas pelo Iphan. Essas práticas foram percebidas nos recortes da Paisagem e expressas no espaço geográfico, através das áreas demarcadas territorialmente na figura de poligonais de tombamento, a exemplo da existente no Conjunto dos Monólitos de Quixadá.

É oportuno destacar que o território como suporte destas atividades humanas é fruto de competição pela determinação de sua utilização. Dai se pode compreender a diferença entre o estabelecido como solo urbano e rural, tendo em conta as atividades que se produzem em um e em outro (BRITO, 1998).

Dessa forma, os recortes da paisagem no território podem ser vistos como traços culturais da sociedade, sendo construções carregadas de significados e significantes (ou seja de valores) enquanto criações de indivíduos ou grupos culturais revestidos de princípios, contextos e acepções do meio em relação aos modos de uso e apropriação do território, podendo gerar disputas e conflitos, sendo estas interfaces percebidas em torno do gerenciamento dos Bens Culturais.

Para assegurar a proteção existem diferentes instrumentos e práticas que contribuem com a preservação do patrimônio, tais como: a definição de áreas de entorno, regulamentações urbanísticas, a fiscalização, a conservação, a restauração, ações educativas, políticas de comunicação eficazes, estabelecimento de parcerias com Estados, e municípios, instâncias não governamentais e a sociedade. Sendo no exercício competente das funções anteriormente citadas (previstas em distintos instrumentos legais e impostas por novas formas de atuar) que o patrimônio se preserva.

Salienta-se que alguns desses instrumentos, para determinados patrimônios, quando observados isoladamente, tornam-se exercício de suas competências insuficientes para dar conta das particularidades em torno do Bem Cultural. Desse modo, faz-se necessário a articulação entre diferentes instrumentos, de modo a contribuir com a preservação do patrimônio de uma forma mais completa.

Essa perspectiva já foi levantada, desde a década de 1970, no II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, na cidade de Salvador em outubro de 1971. Nesse Encontro foi firmado o compromisso para a criação de uma legislação complementar, as já existentes, no sentido de torná-las mais eficientes.

> "Recomenda-se a criação de legislação complementar, no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências [...] Recomenda-se que os planos diretores e urbanos, bem como os projetos de obras públicas e particulares que afetem áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural especialmente protegido por lei, contem com a orientação do Iphan, do IBDF e dos órgãos estaduais e municipais da mesma área, a partir de estudos iniciais de qualquer natureza" (Trecho extraído do Compromisso de Salvador de 1971, p. 144).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, parágrafo 1º descreve alguns instrumentos por meio dos quais o patrimônio cultural pode ser preservado, inclusive utilizando em conjunto os diferentes instrumentos já existentes, ou no acréscimo de outras formas de acautelamento que condicionem a preservação dos bens culturais.

> "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (Trecho do Artigo 216 da CF de 1988).

A partir desse trecho da Constituição pode-se observar que o caminho da preservação do patrimônio cultural deve buscar uma construção coletiva do poder público com a sociedade, tanto na identificação e vigilância quanto na atribuição de valor e preservação do Bem, o que cria certas responsabilidades e competências para ambos.

Entretanto, observa-se que nem sempre existe a participação da sociedade no processo de escolha dos Bens culturais a serem preservados e no caso dos Monólitos de Quixadá não foi diferente. Em razão das escolhas que foram estabelecidas, quase que unicamente pelo conhecimento dos técnicos, decorreram reflexos e consequências dessas escolhas no território, resultando no confronto ou falta de diálogo com os saberes, crenças, conhecimentos e modos de pensar e viver locais, produzindo muitos conflitos.

Existem poucas ações de salvaguarda[38] propriamente ditas em Quixadá em nível Federal. Além do estudo e da instrução de Tombamento, que foram realizados para promover a preservação dos monólitos de Quixadá e trazerem algumas recomendações de uso, pouco foi feito após o reconhecimento e inscrição no Livro de Tombo. Faltam ações, especialmente, as voltadas à comunidade e sua participação no processo de valorização do Bem Tombado e sua proteção e socialização. Salienta-se que boa parte dos trabalhos posteriores ao Tombamento desenvolvidos em Quixadá direcionaram suas ações para aspectos técnicos (com processos, pareceres e informações técnicas) e em ações, relativamente regulares, de fiscalização no perímetro tombado dos monólitos.

A partir de um levantamento documental feito junto aos exercícios e competências do Iphan Ceará, entre 2002 e 2016, sobre os monólitos de Quixadá, revelou-se que boa parte dos

[38] De acordo com a Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, durante a 19º sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Nairóbi,em Novembro de 1976, entende-ser por Salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno.

documentos desse período retratava situações referentes a pedidos, consultas e solicitações de construção de casas, prédios e, principalmente, loteamentos residenciais.

Por outro lado, as ações de ensino-aprendizagem, que se tornaram mais correntes nas décadas de 1980 e 1990 e que foram denominadas de Educação Patrimonial apresentando uma ampliação deste debate dentro da Instituição, voltadas para a defesa e preservação dos bens culturais, não foram observadas de modo efetivo em Quixadá na análise do levantamento documental feito entre 2002 e 2016.

A presente pesquisa aponta para a importância de se incluir a comunidade local nos debates relativos à preservação de seu patrimônio cultural, uma vez que a participação de diferentes atores é fator necessário à gestão do Bem. Deve-se levar em consideração que esse é um processo dinâmico de salvaguarda, com diferentes usos e ocupações, e diferentes narrativas e interesses presentes no território.

Em 2012, nas atividades do mestrado de Preservação em Patrimônio Cultural do Iphan, desenvolveu-se a dissertação do historiador João Paulo Vieira Neto, intitulada "*Conjunto dos Serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do Patrimônio Natural"*. Nesse trabalho, o autor reflete a cerca dos critérios de valoração atribuídos ao patrimônio natural de Quixadá, juntamente com a análise do discurso de excepcionalidade, fundamentando a proteção dos monólitos e as formas de apropriação pelos agentes responsáveis pela preservação e, consequentemente, os resultados decorrentes dessa opção teórica e metodológica de valoração.

Segundo Vieira Neto (2012), a ampliação do entendimento do Bem natural no âmbito cultural, apresenta uma apropriação de demanda social e é parte integrante das práticas socioespaciais e da memória coletiva. Salienta-se que este entendimento deve permear nas ações de reconhecimento e inclusão no patrimônio cultural, do Iphan, sem desconsiderar outros valores no processo de patrimonialização.

> "[...] apesar de estas transformações estenderem-se às demais esferas do campo patrimonial e estarem incorporadas, inclusive, na própria Constituição Federal de 1988, como uma conquista que assegura o direito ao reconhecimento, inclusão e proteção dos testemunhos e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, muito das ações levadas a cabo pelo IPHAN no tocante à identificação, seleção e atribuição de valor para fins de tombamento ainda se encontram fortemente permeadas por uma visão tradicional e excludente do patrimônio cultural [...] Embora muito presente no debate conceitual, o discurso do cotidiano não tem a mesma projeção do ponto de vista das práticas institucionais" (VIEIRA NETO, 2012).

Dentre as recomendações e considerações do autor supracitado destaca-se a sugestão da realização de uma rerratificação na poligonal de Quixadá, devendo ser revistos os perímetros,

mediante uma nova abordagem metodológica, incluindo o caráter simbólico e afetivo dos moradores locais neste redesenho. Salienta-se que a sugestão de uma rerratificação já figurava no âmbito da Superintendência do Iphan no Ceará e foi ratificada pelo autor. Ao sugerir a participação social, tendo como motivação a ideia de memória coletiva no processo de rerratificação da poligonal, o autor, entende que a construção da ideia de patrimônio deve integrar os diferentes elementos presentes na Paisagem como os moradores.

Pode-se destacar que no final da década de 1970 e inicio dos anos 1980[39], notou-se um terno interesse pelo Patrimônio Natural, com a criação da Coordenadoria de Patrimônio Natural que vigorou até 1990 A partir de 1990 percebeu-se uma preocupação e uma parcela de responsabilidade da Instituição na preservação dos bens naturais (RIBEIRO, 2007; CURY, 2016). Nesse período, foi produzido um documento, intitulado: *Diretrizes para a análise e classificação do patrimônio natural* que trazia uma classificação do patrimônio natural, dividindo-os em sítios naturais e sítios alterados pelo homem (XAVIER & DELPHIM, 1988).

Em 2007, foi publicado o livro de autoria do geógrafo Rafael Winter Ribeiro[40] intitulado *Paisagem Cultural e Patrimônio*. O livro é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do Iphan e resulta de uma demanda por bibliografia especializada, relativamente escassa em língua portuguesa, sobre a temática da Paisagem Cultural. Além de problematizar a categoria de paisagem cultural, para além do senso comum e discutir de que forma ela pode ser utilizada na identificação e atribuição de valor, a paisagem cultural reflete questões para que as torne uma categoria operacional nas instituições de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Ribeiro (2007), também destaca o papel da geografia no tratamento e na abordagem dessa categoria, inclusive, no campo da preservação do patrimônio cultural.

Nesse sentido, foi publicada a portaria nº 127 em 2009 que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, conforme já foi discutido em outro momento neste mesmo estudo. Consoante os artigos 2º e 4º da portaria, a Chancela tem por finalidade contribuir para a preservação do patrimônio cultural do Brasil, sendo um instrumento que pode ser integrado aos demais instrumentos existente nas políticas de preservação, implicando numa gestão compartilhada.

[39] Período em que Aloísio Magalhães era o presidente do Iphan e trouxe inovações nas políticas patrimoniais (MINDLIN, 1983).

[40] Professor doutor do curso de geografia da UFRJ e dos programas de pós-graduação em geografia da UFRJ e do programa de mestrado profissional do Iphan (PEP/Iphan).

> "Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal [...] Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida" (Trecho da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, portaria nº 127 de 30 de abril de 2009).

Assim, numa proposta de rerratificação da poligonal de Tombamento a articulação entre o instrumento do Tombamento com a Chancela da Paisagem Cultural (instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural) parece ser um caminho prático e com projeções do ponto de vista das práticas institucionais. Essa junção, congregando o instrumento em vigor no território (Tombamento) com a Chancela da Paisagem Cultural, um instrumento mais recente no âmbito do Iphan, permite uma aproximação teórica com a Geografia. Essa aproximação é fruto dos estudos de Paisagem Cultural na ciência geográfica, com início em meados do século XIX, trazendo a perspectiva teórica necessária ao âmbito do Patrimônio.

4.2 Reflexões sobre os valores atribuídos e a contribuição da Geografia

Para proceder com o Tombamento[41] e Registro[42] de um bem é necessário que sejam reunidos critérios que o qualifiquem como "digno" de ganhar o título de patrimônio cultural brasileiro. As bases que estabeleceram estes critérios estão presentes desde o Anteprojeto de Mário de Andrade e, sobretudo, na instituição do DL 25/37, mais precisamente no Artigo 1º do supracitado DL.

> "Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (Trecho do Art. 1º do DL 25/37).

[41] O Tombamento é, provavelmente, a forma mais utilizada e conhecida no Brasil quando se refere à preservação do patrimônio cultural e foi instituído a partir do DL 25/37. Entretanto, ele não é a única forma de preservação do patrimônio. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216, §1 determina que: "*O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação"*.

[42] O instrumento do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é o instrumento criado por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, dirigido à salvaguarda de bens de caráter processual e dinâmico que foram e são fundamentais no processo de formação da nação brasileira.

Em um primeiro momento, a seleção do Bem e a, consequente, atribuição de valor considerava como critério, o seu valor de arte e da história, com um forte apreço pelo caráter estético no monumento, seja ele cultural ou natural. Esse princípio também era aplicado aos monumentos naturais, como paisagens e sítios, que porventura apresentassem feições notáveis naturalmente ou os agenciados pela ação humana.

> "Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (Trecho do Art. 1º do DL 25/37).

Nesse sentido, a atribuição de valor acabada deixando de considerar outros valores intrínsecos aos bens culturais, sobretudo os naturais, e embora seja algo discutível e compreensível hoje em dia, à época em que foi proposto era maneira reconhecidamente legal para proceder com as escolhas dos patrimônios culturais da nação. Com o passar das décadas, o entendimento de patrimônio e atribuição de valor foi, progressivamente, passando por transformações e modificações que ampliaram o universo do entendimento, a partir da adoção de outras categorias de análise e a influência de outras ciências, da diversidade da natureza dos tipos de patrimônio.

Segundo Thompson (2014), o termo Valor implica sentidos e significados relacionados ao patrimônio cultural e tem ideia de seleção e qualificação e diz repeito a uma determinada história, memória e identidade que se pretende construir.

A atribuição de valor ou valorização no processo de escolha sempre envolverá conflitos e disputas, juntamente com interesses diferenciados. Esse processo de valorização pode ser traduzido como relações de poder, na superposição de uma memória coletiva em detrimento de alguns grupos culturais ou indivíduos que podem não apresentar identificação com aquilo que é Tombado.Igualmente se aplica à atribuição de valor aquilo que nem sempre reflete a opinião e a identidade de alguns grupos, fazendo com que o Bem Cultural esteja distante da comunidade, gerando uma não apropriação ao Bem Tombado.

As novas ideias e reformulações no campo das ciências humanas que influenciaram o pensamento crítico a partir da década de 1970, a exemplo do conceito de cultura da Antropologia, sobretudo influenciado por Clifford Geertz; na realização da Convenção de Paris de 1972 que trata da proteção dos patrimônios cultural e natural em face as ameaças de degradação e desaparecimento dos bens o que constituiria um empobrecimento efetivo para todos os povos do mundo; e na Carta do México de 1976 referente a defesa do patrimônio

cultural em que a cultura é vista como um direito de todos os povos, contribuíram na ampliação e no entendimento da noção de patrimônio. A partir da Conferencia Mundial sobre as Políticas Culturais realizada na Cidade do México em 1985, observa-se as profundas modificações do mundo nos últimos anos no âmbito político, social e econômico, gerando múltiplos conflitos e graves tensões entre as nações, indicando uma urgência no enfrentamento dessas questões, sobretudo na garantia dos direitos fundamentais, como a Cultura. Esse é um direito necessário, pois é através dele, que o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece, busca incansavelmente novas significações e cria obras que, muitas vezes, o transcende.

> "Cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo [...] as peculiaridades culturais não dificultam, mas favorecem a comunhão dos valores universais que unem os povos. Por isso, constitui a essência mesma do pluralismo cultural o reconhecimento de múltiplas identidades culturais coexistirem diversas tradições" (Trecho da Declaração do México de 1985 sobre política cultural e identidade cultural).

Os monumentos históricos, os lugares, as crenças, a língua, os ritos, as obras de artes, os documentos, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular representam o patrimônio cultural de um povo e o conjunto de valores que dão sentido à vida de um povo, de uma nação, de um grupo cultural, de uma sociedade ou de um individuo.

> "A discussão sobre os valores traz para o campo da preservação a oposição entre a universalidade e a relatividade do conhecimento e, por extensão, a legitimidade do reconhecimento dos bens e manifestações culturais diversos" (THOMPSON, 2014).

Preservar os bens culturais significa considerar a diversidade e dar sentido à ela. Quando a sociedade, de um modo geral, se identifica e se reconhece nos bens culturais eleitos como representativos, torna-se mais fácil realizar ações de preservação. Nesse sentido, é fundamental a participação da sociedade na identificação e escolha dos bens culturais, pois o sentido dos bens culturais, não esta nas coisas, mas sim nos homens que atribui significados aos Bens.Castriota (2009), ao se referir às medidas políticas em torno dos bens patrimoniais chama atenção para a tomada de decisões sobre a preservação do patrimônio, salientando que as definições explícita ou implicitamente têm que ter como ponto de referência a articulação e atribuição de valor dada pela comunidade e pelos órgãos oficiais que define a preservação ou não de um bem cultural.

> "as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar- esquecer: para se criar uma memória, privilegiam certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Como sabemos, no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais e imateriais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar –

> que tipos de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos para as gerações futuras" (CASTRIOTA, *op. cit.*).

A atribuição de Valor é uma construção social e é, através dela, que são qualificados os patrimônios. Segundo Argan (1998), a obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam, ou seja, um mesmo patrimônio enquanto identidade pode apresentar mais de um significado e, consequentemente, lhe serem conferidos mais valores. Isto vai depender do "olhar" da sociedade ou dos indivíduos na leitura e interpretação que cada um faz por isso a relevância na consulta aos grupos culturais envolvidos com o Bem, visto que podem ser percebidos atributos não considerados em torno do Bem.

À medida que o tempo avança relações e interações se perdem, outras vão se modificando e algumas permanecem na Paisagem. Dessa forma os entendimentos mudam e os usos também, podendo inclusive gerar conflitos entre os grupos culturais envolvidos nesse fenômeno dinâmico na Paisagem e na atribuição de valores (SILVA, 2015).

Hoje se tem a compreensão que um mesmo Bem pode assumir vários valores, uma vez que se trata de construções humanas de identidade e depende, sobretudo, das visões, do grau de familiaridade e das relações existentes das sociedades com os bens, sendo pelo menos um destes valores determinante. Pode-se pensar se seria considerado legítimo priorizar determinados valores de um objeto ou lugar, em detrimentos de outros valores, atribuídos a partir de diferentes julgamentos de valor (ARAUJO, 2012). Na verdade, deve-se compreender que os valores são construídos socialmente e mudam ao longo do tempo, sendo fundamental desenvolver mecanismos de diálogo com a sociedade.

No âmbito da Geografia a atribuição de Valor a Bens Patrimoniais pode ser alinhada com a concepção do conceito de Paisagem Cultural. Conforme visto anteriormente, a Geografia estuda Paisagem e Paisagem Cultural desde o século XIX e com o passar do tempo foi ampliando o entendimento e as aplicações em torno desse conceito.

No movimento de renovação da Geografia Cultural, em meados das décadas de 1970/80, o conceito de cultura proposto por Clifford Geertz foi fundamental e teve grande influência na corrente chamada "Nova Geografia Cultural". Geertz (2013) defende que o homem é um animal amarrado a teias de significados tecidas por ele mesmo. Nesse contexto, faz-se necessário levar em consideração essa variada teia de significados produzidos pelo homem, na interação com o meio para a interpretação da Paisagem, pois ela é "*resultado de uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados*" (COSGROVE, 1998, p. 98).

No cenário da Nova Geografia Cultural, o papel do geógrafo norte-americano James Duncan (1990) também merece ser destacado. Ele afirma que a paisagem é um dos elementos centrais num sistema cultural já que "*age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado*" (DUNCAN, 2004, p. 106).

Duncan parte da premissa de uma leitura da Paisagem, como um texto, o qual, pode ser lido e interpretado, numa relação entre a paisagem e a reprodução do poder por parte de alguns indivíduos ou de grupos culturais. Ele defende que se deve utilizar a investigação dos relatos das pessoas locais, não locais e o sistema de significação implícito na paisagem estudada, além da visão do próprio pesquisador; a essa qualidade Duncan chama de *significação da paisagem*. Os relatos dos locais sobre a paisagem fornecem a base para que o pesquisador interprete seu significado para aqueles que "*a produzem, a reproduzem ou a transformam*" (DUNCAN, 2004 p. 107).

Este trabalho também aponta para o entendimento da Paisagem, enquanto um texto que pode ser lido e interpretado mediante a consideração dos diversos grupos culturais e indivíduos envolvidos com os patrimônios . Destaca-se, que essa perspectiva é um potencial caminho para trabalhos futuros que seguirem a luz deste raciocínio, sendo o debate patrimonial relevante na identificação e atribuição de valores, embora não seja objeto desse estudo.

4.3 Os valores atribuídos ao Conjunto dos Monólitos de Quixadá

Parafraseando Carlos Fernando de Moura Delphim, ao se referir a Quixadá, percebe-se como Quixadá e seus arredores apresentam uma excepcional paisagem de beleza cênica tão relevante quantas outras paisagens do Brasil, embora, pouco valorizada e conhecida do restante do país (DELPHIM, 2009).

Geologicamente, o embasamento que compõem a paisagem de Quixadá apresenta a mesma raiz mineral e foram resultantes de forças internas e externas muito semelhantes. Além disso, cada um deles apresenta formas singulares e curiosas, salientando-se que alguns possuem uma estrutura que, na rememoração, lembrem objetos e/ou animais, como no caso da Pedra da Galinha Choca e a Pedra da Nariguda (Figuras 50 e 52).

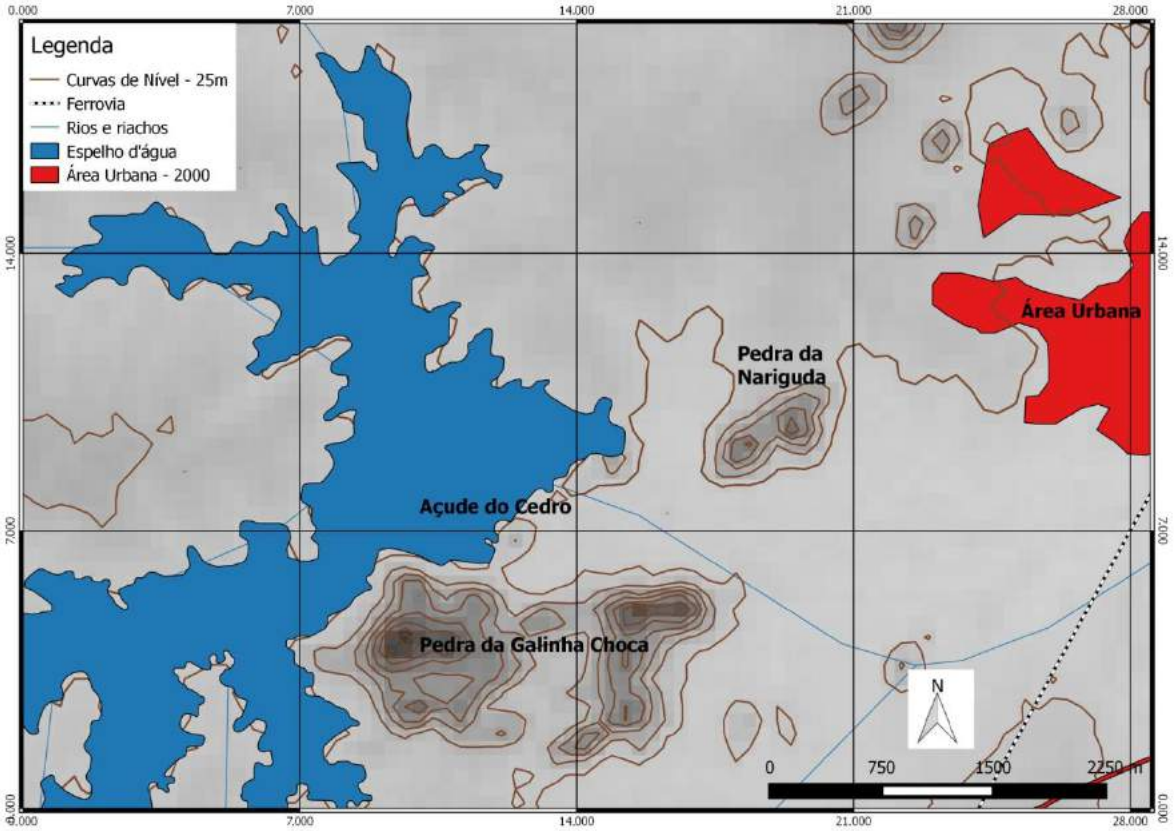


Figura 50. Localização do Açude do Cedro e da Pedra da Nariguda e a proximidade com a área urbana de Quixadá. Fonte: elaborado pelo autor.



Figura 51. Pedra da Galinha Choca e Açude do Cedro com a parede em formato de arco. Foto: o Autor, 2016.



Figura 52. Pedra da Nariguda. Foto: o Autor, 2016.

A intenção do Tombamento dos monólitos, selecionando apenas os que têm formas e feições tidas como "excepcionais, curiosas e singulares", torna a escolha muito subjetiva e acaba excluindo outras formações rochosas também relevantes. Ao observar o Estudo de Tombamento isso ficou evidente, sendo um critério incompatível com a natureza dos monólitos, sendo um ponto que merece ser observado e melhor definido na atribuição de Valor.

Durante as práticas das atividades supervisionadas desenvolvidas no exercício das competências do Iphan Ceará, realizou-se uma análise a partir de entrevistas, com os técnicos que participaram da construção da instrução de Tombamento dos monólitos de Quixadá. A partir dessas entrevistas, constatou-se que os valores determinantes para o Tombamento do Conjunto dos Monólitos consideraram os aspectos físico-naturais (geologia, pedologia, paisagem) somados a conceitos subjetivos e da psicanálise, como a pareidolia[43]. A partir desses critérios escolheu-se os Monólitos que apresentavam, sobretudo, uma excepcionalidade visual e estética, sendo o valor de excepcionalidade, associado com o caráter cênico e estético em torno do Bem, os principais motivadores na escolha feita à época.

[43] É um **fenômeno psicológico** comum em todos os seres humanos, conhecido por **fazer as pessoas reconhecerem imagens de rostos humanos** ou animais em objetos, sombras, formações de luzes e em qualquer outro estímulo visual aleatório. Fonte: http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br. Acesso em janeiro de 2017.

> "Foram escolhidos os monólitos formalmente mais interessantes, os que ofereciam belos jogos de luz e sombra, inusitadas associações mentais [...] fomos muito rigorosos na seleção das pedras. Elas tinham que ser expressivas para fazer parte da lista" (Trecho extraído da entrevista semiestrutura realizada com os técnicos responsáveis pelo Estudo de Tombamento – 1º Produto das Práticas Supervisionadas).

Apesar das limitações identificadas na atribuição de valores, os monólitos são importantes referências simbólicas e constituem a identidade de Quixadá e sua ausência ou sua descaracterização, certamente, empobreceria o valor enquanto Patrimônio Cultural.

4.4 A rerratificação dos Monólitos de Quixadá

O processo de rerratificação visa realizar correções na poligonal de Tombamento, definida num primeiro momento durante o estudo de Tombamento com o objetivo de realizar adequações que contribuam com a acurácia na demarcação dos limites em torno do Bem, garantindo a integridade e, por vezes, também sua autenticidade. Esse processo visa também, ampliar ou reduzir a extensão do Bem Tombado, corrigir erros identificados no processo de tombamento e, ainda, pode vir a modificar os valores reconhecidos pelo Tombamento inicial.

Nesse sentido, a proposta de rerratificação da poligonal de Tombamento é fundamental para auxiliar no pensamento crítico sobre os monólitos de Quixadá. Na época em que foi proposta e definida a poligonal, em 2004, existiam limitações técnicas e de pessoal especializado, as quais, contribuíram para que posteriormente surgissem dúvidas nos limites propostos. Além dessas limitações na época, outro fenômeno que pode ser considerado importante para esse processo de rerratificação é o crescimento da cidade, algo previsível, mas não homogêneo, o qual, tem ganhado força com os impulsos socioeconômicos experimentados nos últimos anos. Para esse processo pode-se citar ainda como parâmetro importante a ausência de uma legislação atuante, e não apenas pontual, ao considerar a excepcionalidade e relevância física, simbólica, natural e cultural dos monólitos.

Outro aspecto identificado diz respeito às dimensões territoriais do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá, com uma área de, aproximadamente, 6 mil hectares (ha). Dessa área, aproximadamente 1,5 a 2 mil ha estão inseridos em perímetro urbano (Figura 53), onde o uso do solo encontra-se em permanentemente disputa.

Esse fato faz com que haja uma exigência de instrumentos de controle, regulação e gerenciamento próprios da legislação urbana, cuja atribuição legal é municipal e deve-se adequar o desenvolvimento da cidade com a preservação dos Bens Tombados. Soma-se a isto a sobreposição de proteções existentes e o estabelecimento do perímetro de área urbana de Quixadá, o qual foi realizado em nível municipal através de uma lei ordinária municipal, a Lei nº 2.512 de 09 de março de 2012, que não contou com consulta pública e nem houve as notificações aos órgãos de outras competências, sendo feita, literalmente, em caráter uno.

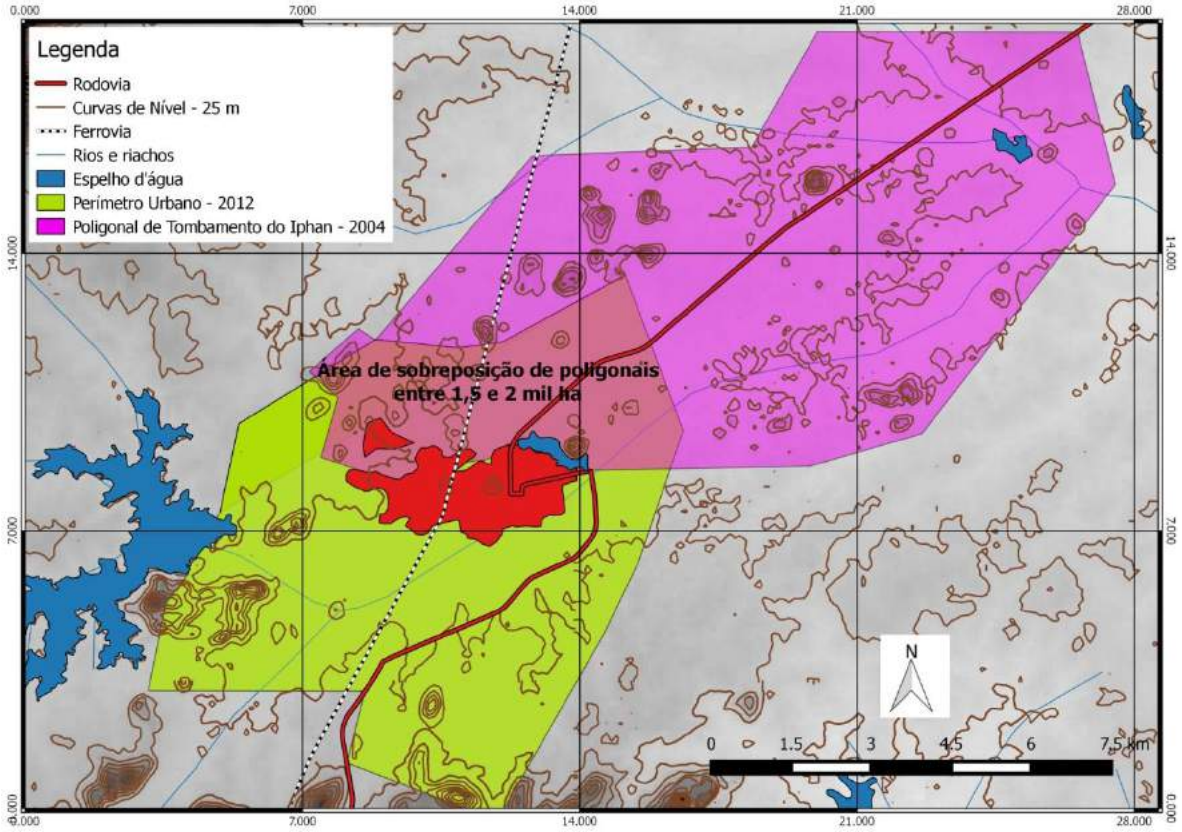


Figura 53. Sobreposição do Perímetro urbano de 2012 com a poligonal de Tombamento de 2004 e a intersecção de uma área entre 1,5 e 2 mil ha. Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, muito se discute se quaisquer alterações na poligonal (seja ampliação, diminuição, ou mesmo a criação de mais de uma poligonal com uma área de transição entre elas) seria a melhor opção no reconhecimento dos valores do Bem para o gerenciamento dos monólitos. Uma alteração na poligonal passaria, necessariamente, pela discussão em torno dos valores e de que forma o Bem seria apresentado, podendo acrescentar mais problemas aos já existentes em decorrência das dinâmicas e conflitos na área.

Por outro lado, esse processo poderia acarretar ganhos e vantagens, a exemplo de uma área contínua e integrada, possibilitando uma visão ampliada dos elementos que constituem o patrimônio, permitindo a fruição da paisagem. E, num eventual plano de gestão compartilhado, entre as instâncias envolvidas, contribuindo com ações de preservação para o território dos

monólitos. Nesse principio, a participação da comunidade e dos governos locais é exatamente uma maneira de lidar com isso garantindo que não sejam forças antagônicas, mas negociáveis ou articuláveis.

O caso dos monólitos de Quixadá torna-se muito mais abrangente e complexo, pois não há coparticipação da gestão municipal no processo e nos encaminhamentos subsequentes as questões de controle urbano em torno dos monólitos, dificultando nas orientações de como proceder com os bens tombados.

Destaca-se que quando foi realizado e aprovado o estudo para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Quixadá, pela Lei municipal nº 1.903 de 14 de abril de 2000, os monólitos não foram incluídos no debate de modo específico. Embora à época da instrução de tombamento, o Iphan tenha participado de algumas reuniões, não houve participação direta da referida Instituição no desenvolvimento do PDDU, mesmo sabendo que os monólitos já contavam com pedido de instauração em processo de tombamento.

Pode-se salientar cronologicamente que a inscrição no Livro de Tombo do Conjunto dos Monólitos de Quixadá, somente ocorreu no ano 2004, ou seja, quatro anos após a aprovação do PDDU de Quixadá. Esse fato gerou conflitos na área, uma vez que o perímetro urbano já estava estabelecido e, paralelamente, houve a sobreposição da poligonal de Tombamento dos Monólitos do Iphan.

Tomando como referência a Paisagem Cultural, o cenário encontrado em Quixadá remete a integração entre o construído e o natural (Sociedade e o Meio). Embora Quixadá não apresente construções significativas de caráter arquitetônico e histórico que justifique o tombamento de algum conjunto no local, encontramos alguns monumentos isolados como a Estação Ferroviária e a Igreja Matriz que apresentam valores histórico e arquitetônico.

Na relação natural e cultural iremos encontrar construções isoladas no tecido urbano da cidade que refletem essa integração, que pode ser entendido como soluções criativas nas relações com a natureza, sendo estes importantes elementos constituintes de uma paisagem cultural, a exemplo da Pedra do Cemitério (Figura 54), a Pedra do Chalé (Figura 55), que atualmente é administrado pelo município e abriga um museu/memorial dedicado à escritora Raquel de Queiroz, juntamente com o engenho humano de construir o alicerce das casas e muros sobre as partes rebaixadas dos monólitos em razão da dureza da rocha que contribuiu na

fixação no terreno sem a necessidade, em primeira instância, de fazer colunas de sustentação das paredes (Figuras 56 a 59).



Figura 54. Pedra do Cemitério. Foto: o Autor, 2016.



Figura 55. Pedra do Chalé. Foto: o Autor, 2016.



Figura 56. Muro construído sobre a parte baixa do monólito no bairro do Herval em Quixadá. Foto: o Autor. Fonte. Iphan Ceará



Foto 57. Estrutura de uma casa (a base) sendo implantado sobre um monólito no bairro do Herval. Foto: o Autor, 2016. Fonte: Iphan Ceará



Figura 58. Ponto comercial construido sobre a parte rebaixada de um maciço residual. Foto: o Autor, 2016. Fonte: Iphan Ceará



Figura 59. Residências construídas sobre a parte rebaixada da Pedra do Cruzeiro, no centro de Quixadá. Foto: o Autor, 2016. Fonte: Iphan Ceará

Esse entendimento do ambiente natural atrelado ao conhecimento de técnicas construtivas é um exemplo claro da relação entre sociedade e a natureza, o que pode ser compreendido como o local onde o homem imprimiu e continua imprimindo suas marcas, ações e formas de expressão que são passíveis de leituras espaciais e temporais (CARTA DE BAGÉ, 2007), na qual são refletidas na Paisagem e trazem subsídios na construção de uma identidade para o local, pois não podemos esquecer que as ações humanas naquele território são bem anteriores a instituição do Tombamento em Quixadá e o fato de não considerar tais elementos e atributos pode vir a subjugar outros valores atrelados ao Bem e acaba sendo incompatível na condição de uma Paisagem Cultural, pois o entendimento deve ir além de sua forma, ou seja, de sua fisionomia.

O conceito de paisagem cultural como uma nova categoria, para o campo do patrimônio, de reconhecimento da paisagem como bem cultural começou a ser adotada pela UNESCO a partir de 1992. Salientando que este conceito já era estudado desde o século XIX pela Geografia, por exemplo. Em que, a paisagem Cultural destaca, justamente, a relação da sociedade com o meio natural, numa relação harmônica entre a natureza (o meio), o lugar (o imaterial e simbólico) e o cultural (a ação humana).

Lembrando que o termo paisagem surgiu na história da instituição desde o inicio, inclusive no próprio anteprojeto do Mário de Andrade havia referências ao termo.

> "O termo paisagem apareceu na história da instituição desde seu começo, quando o Decreto-lei nº 25 de 1937 criou o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e, no segundo parágrafo do artigo primeiro, a definição de monumentos naturais. E, mesmo antes, no Anteprojeto escrito por Mario de Andrade, no qual o autor fez referência ao que entendia por paisagem. Do tombamento de jardins, de conjuntos urbanos, de áreas panorâmicas, ao instrumento da chancela da paisagem cultural brasileira, constituído em 2009 pela Portaria nº 127, a paisagem ou o valor paisagístico se constitui em um conceito presente na história da instituição" (THOMPSON, 2014).

Em consonância com a UNESCO, o Iphan regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da Portaria nº 127, na qual instituiu a Chancela da Paisagem Cultural. Segundo o Iphan (2009), como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente, ou seja, é a porção do espaço à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas e/ou atribuíram valores no meio natural.

Numa eventual Chancela da Paisagem em Quixadá, os usos e as atribuições culturais dos monólitos, resultantes das ações humanas, se tornam elementos fundamentais na inclusão destes

na chancela do Bem. Dessa forma, não é interessante a exclusão dos monólitos urbanos, como a Pedra do Cruzeiro, a Pedra do Cemitério e a Pedra do Chalé do Tombamento por estarem "antropizados" e descaracterizados. Incluir estas áreas no tombamento nos leva a pensar que devem ser considerados e aceitos usos e ocupações diferenciados do restante do Conjunto, justificado pelo reconhecimento de que estes possuem valores, pois refletem a história e a memória das ocupações humanas no território e expressam suas marcas na Paisagem.

Dessa forma, tentaremos aproximar os instrumentos patrimoniais (Tombamento e a Chancela da Paisagem Cultural) aos de planejamento. Assim, apresentaremos um zoneamento em torno das ideias e na revisão de valores e dos padrões de uso e ocupação das terras, observando que um dos maiores desafios é condicionar o direito à cidade pela população e, ao mesmo tempo, garantir a integridade do Bem cultural em questão, ou seja, encontrar um ponto de equilíbrio no desenvolvimento e na política urbana.

4.5 Conflitos nas sobreposições de poligonais e a proposta do zoneamento na rerratificação

Conforme visto anteriormente, o município de Quixadá (Figura 60) congrega num mesmo território as jurisdições: Federal[44] (por meio do Iphan), a Estadual (através da Secretária de Meio Ambiente - SEMA) e a Municipal (por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) em torno dos Monólitos.

[44] No distrito de Daniel de Queiroz, a cerca de 30 km do centro de Quixadá, iremos encontrar a fazenda Não Me Deixes, com uma área de 928 hectares, local onde a escritora Raquel de Queiroz passou parte da infância e escreveu algumas de suas obras literárias. A fazenda é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) criada em 1998 pelo IBAMA (órgão federal) para a preservação e estudos da vegetação da Caatinga. Atualmente é administrada pelo Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMBio)

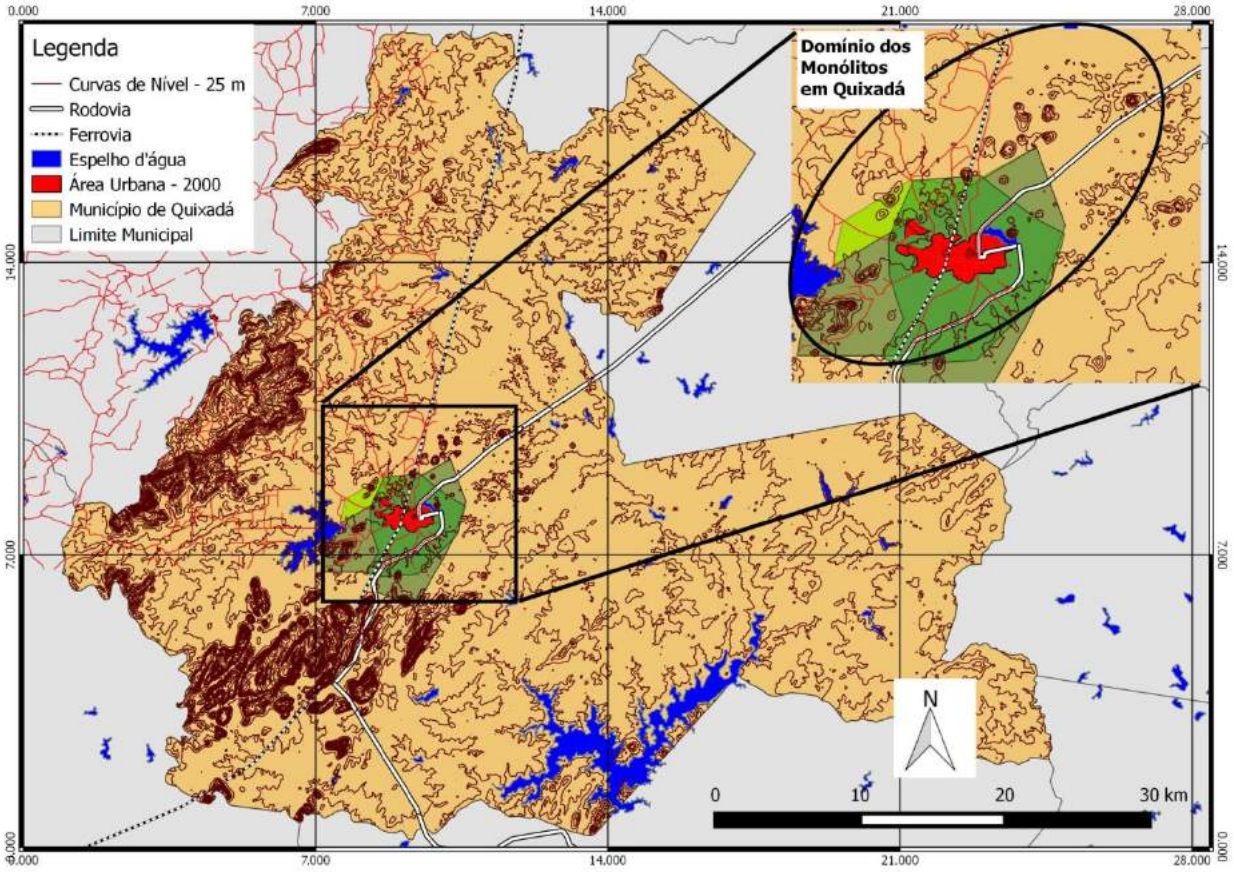


Figura 60. Curvas de nível no município de Quixadá e território dos monólitos. Fonte: elaborado pelo autor.

O fato de existir, dentro de uma única área, a conjugação de mais de uma jurisdição ao mesmo tempo e que, direta ou indiretamente, se referem ao mesmo objeto de análise causa, em muitas situações, geração de conflitos entre as partes, em razão dos múltiplos interesses, nem sempre concordantes na forma de lidar com o território. Salienta-se que, em alguns casos, as sobreposições de jurisdições se somam no sentido de preservar um Bem, porém no caso de Quixadá esta ressalva não foi identificada.

A primeira demarcação territorial identificada em Quixadá faz referência às terras agricultáveis e ao espelho d'água do Açude do Cedro. Essa demarcação teve seu Tombamento realizado em 1984 e inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Tombo Belas Artes do Iphan, sob o processo nº 1082-T-83.

Pelo fato de não haver técnicas adequadas de mapeamento à época, o Tombamento do Açude considerou como limites as terras pertencentes ao Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), órgão federal que administra o Açude do Cedro. Por se tratar de órgãos da mesma jurisdição, convencionou-se utilizar os parâmetros de demarcação para área, aqueles definidos pelo DNOCS. Na Figura 61, a seguir, podemos ver como foi feita a demarcação da área.

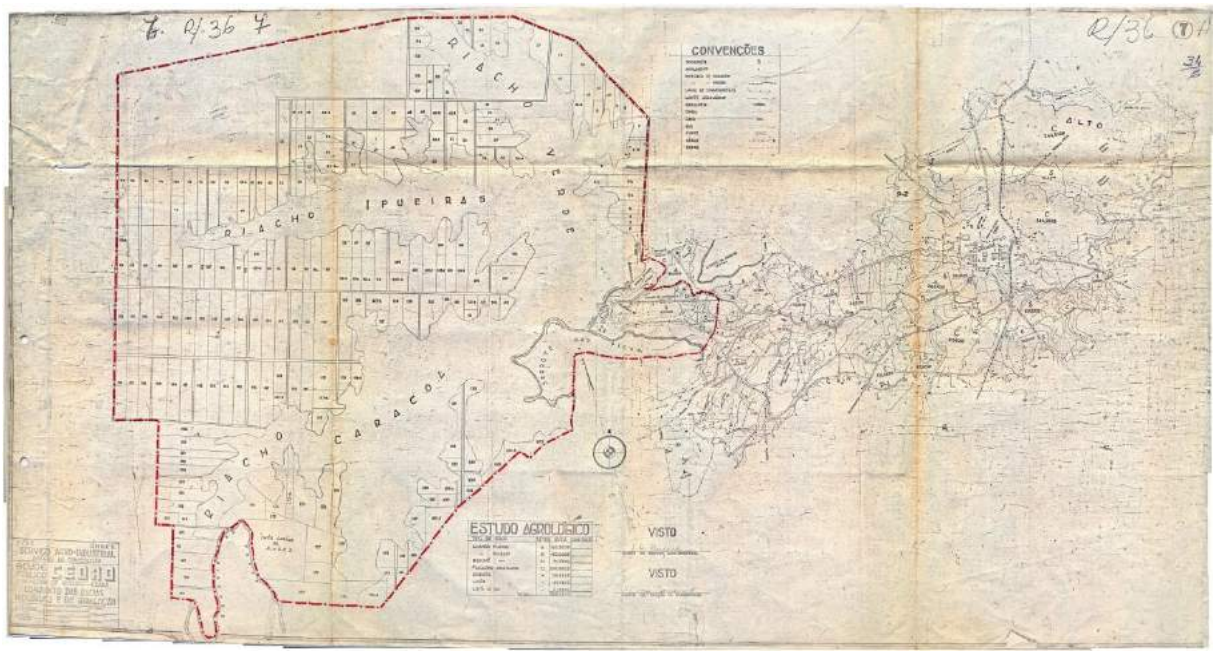


Figura 61. Demarcação da Poligonal do Açude do Cedro para o Tombamento pelo Iphan de 1983. Fonte: Estudo de Tombamento do Açude do Cedro (Processo nº 1082-T-83)

Ressalta-se que a poligonal do Açude do Cedro, não considerou os Monólitos como objetos de Tombamento, propriamente ditos. Pode-se citar como exemplo a Pedra da Galinha Choca, talvez o monólito mais icônico e representativo em Quixadá, que teve seu tombamento incluído somente de modo parcial, em que somente a face voltada para o Açude foi tombada, enquanto que a face oposta não foi objeto de tombamento, juntamente com uma dezena de outros monólitos próximos, os quais, não foram considerados no processo de preservação local.

O Tombamento do Açude do Cedro considerou como valor a perspectiva do engenho humano e criativo sobre o ambiente natural no Boqueirão do rio Sitiá, na figura da barragem em arco de pedra que faz o barramento das águas do Rio.

> "[...] em função do pioneirismo da obra e das dificuldades que tiveram de ser vencidas para sua construção e pela decisão histórica do Governo Federal, de fazê-lo construir, após o impacto da grande seca de 1877-79 [...] considerando-se a admirável paisagem, constituída pelo grande espelho d´água do açude com a presença de gigantescos monólitos, ainda mais valorizada pela grande obra da barragem principal" (Trecho extraído do Estudo de Tombamento do Açude do Cedro).

Pelo trecho acima, podemos interpretar que os valores considerados no Tombamento do Cedro consideraram o fator histórico, fruto de uma condição climática[45], como mote de apropriação, juntamente com os aspectos culturais e naturais na paisagem, em virtude da

[45] Historicamente, o Semiárido nordestino é assolado por secas cíclicas, em que algumas são muito severas, trazendo impactos substanciais na agricultura, pecuária e na mortandade de pessoas. Estima-se que a grande seca de 1877-79, por exemplo, foi responsável pela morte de cerca de 500 mil pessoas no Nordeste, das quais 40% ocorreram somente no Estado do Ceará (VILLA, 2000).

construção na parede principal da barragem estar entre as formações rochosas, sendo um aspecto bastante comum nesse tipo de formação.

Pode-se salientar que a escolha do local, pelas condições climáticas e pelo estresse hidrológico, a razão entre a demanda de extração de água e a vazão disponível nos cursos d'água que alimentam o açude (GALVÃO, 2008; SILVA & GALVINCIO, 2011), não são as mais favoráveis para a implantação de uma barragem naquela área. Mesmo com esses aspectos desfavoráveis a barragem foi construída e é considerada uma das primeiras grandes obras públicas feita no Brasil pelo Governo Federal. Além disso, o abastecimento da cidade de Quixadá não é mais feito com as águas do Açude do Cedro, por questões operacionais e ambientais. Atualmente, o Açude encontra-se deficitário e subutilizado no sentido de abastecimento humano, animal e na irrigação, de modo direto.

Entretanto, observou-se nas atividades de campo a retirada de água por caminhões pipa no Açude do Cedro, embora, não foi possível saber para onde as águas estavam sendo levadas, pois nenhum dos motoristas abordados quis revelar. Contudo, em conversa com a gestora, à época, da célula da Unidade de Conservação dos Monólitos de Quixadá, a geógrafa Luzilene Sabóia, foi revelada que a suspeita recai sobre pequenos produtores do perímetro irrigado que tiveram o seu abastecimento cortado, ou para a venda ilegal de água para comunidades e distritos que sofrem com a escassez de água em Quixadá e nas regiões próximas.

A área do Açude do Cedro associada aos Monólitos de Quixadá, corresponde ao território e paisagem, cuja candidatura a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, foi submetida para análise em 30 de janeiro de 2015 na categoria de seleção[46] IV, que trata de objetos que integram o construído pelo homem ao ambiente natural e que são considerados como exemplares significativos na história da humanidade.

Baseado nos dados obtidos mediante a leitura dos materiais disponibilizados no Estudo de Tombamento do Açude do Cedro foi possível ortorretificar, ou seja, corrigir geometricamente a imagem com base nas informações dos documentos cartográficos da década

[46] Para serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, os sítios devem ter um valor universal excepcional e satisfazer pelo menos um dos dez critérios de seleção. Os critérios de I ao VI se referem aos objetos culturais e os critérios VII e X se referem aos objetos naturais. Estes critérios são explicadas nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial que, além do texto da Convenção, é a principal ferramenta de trabalho sobre o Patrimônio Mundial. Os critérios são regularmente revistos pelo Comitê para refletir a evolução do próprio conceito de Patrimônio Mundial. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/criteria. Acesso em Dezembro de 2016.

de 1980. Dessa forma, foi possível transpor ao ambiente do Sistema de Informação Geográfica (SIG), com auxilio de *softwares* específicos para o tratamento desse material e como partes integrantes na contribuição da Geografia.

A Figura 62 a seguir traz a restituição da poligonal, que embora apresente algumas imprecisões, do ponto de vista dos limites exatos, é o mais próximo da realidade com base nas informações obtidas a partir do Estudo de Tombamento do Açude do Cedro.

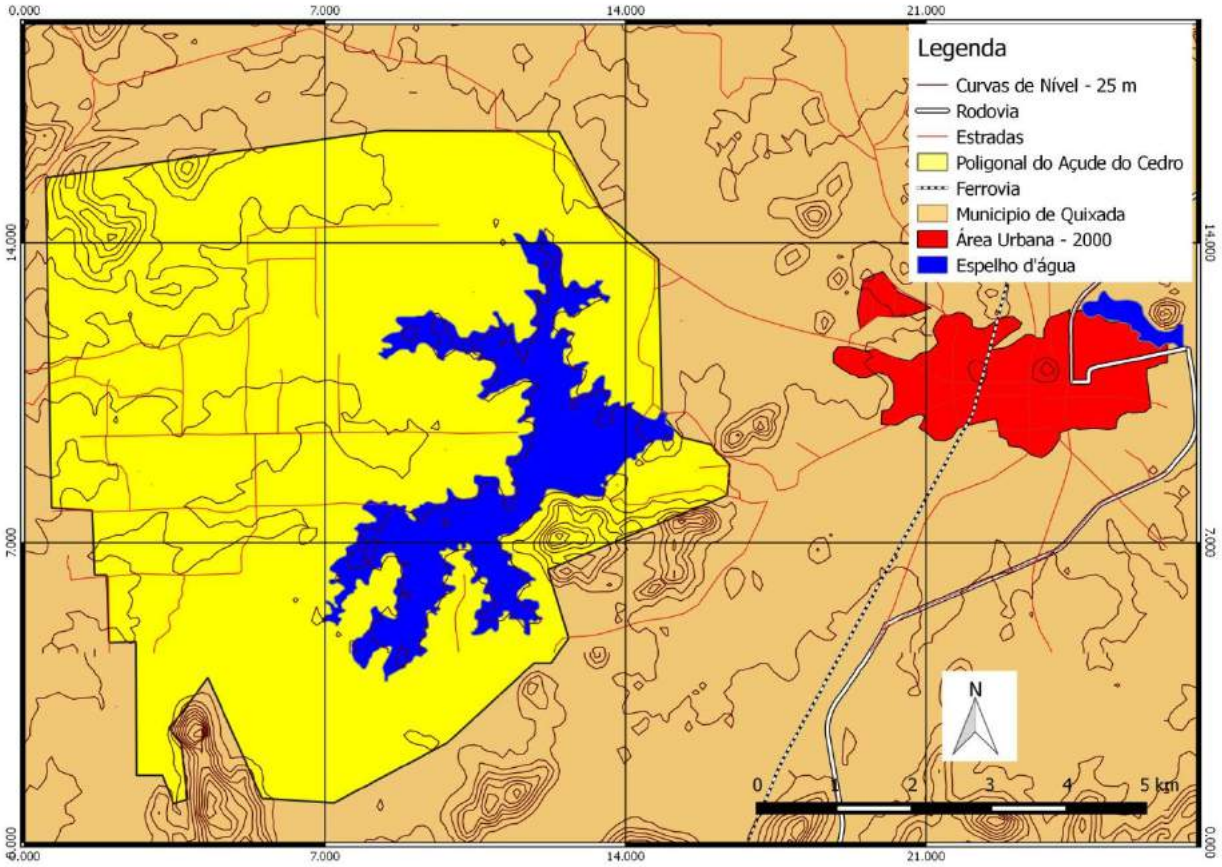


Figura 62. Demarcação ortorretificada no ambiente SIG da Poligonal do Tombamento do Açude do Cedro. Fonte: Fonte: elaborado pelo autor.

O ambiente SIG demonstrou com bastante fidedignidade a poligonal, embora a análise não tenha sido feita a partir de uma classificação não supervisionada, usou-se a análise de uma imagem de satélite. Para essa análise observou-se os alvos (elementos presentes na paisagem, como: cursos de água, estradas, relevos, mudanças do tipo de vegetação, presença de residências), os quais, segundo a literatura é uma das formas de aplicação e observação do Espaço a partir de imagens de satélite.

> "A classificação dos alvos subdivide-se em supervisionada e não supervisionada, dependendo do algoritmo que será aplicado. Ambos os casos demandam duas fases: a do treinamento e a da classificação. Em que a não-supervisionada consiste no

> reconhecimento dos alvos através da imagem e o algoritmo mais utilizado é o de máxima verossimilhança" (MOREIRA, 2003).

A partir dos anos 2000, por intermédio de Lei Federal[47], a Lei que instituiu o Estatuto das Cidades, a organização e o ordenamento de um território passaram a exigir que instrumentos urbanísticos e parâmetros mais eficientes, regulamentem e orientem a expansão urbana de modo adequado, pois as cidades são dinâmicas e seu crescimento orgânico é, em grande parte, espontâneo.

Dessa forma, uma legislação urbana se faz necessária, pois sua ausência pode comprometer a qualidade socioeconômica e ambiental. A exemplo, do que pode ser observado em Quixadá em que o território da cidade, naturalmente, dinâmico e espontâneo constrói e tece uma de significados na Paisagem, mediante a ação humana no meio.

A cidade de Quixadá, em função do Estatuto das Cidades, aprovou no ano 2000 o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), um instrumento básico na política de desenvolvimento e expansão urbana. Nesse plano, foram estabelecidos, naquele momento, os limites da zona urbana municipal, considerando a realidade da época, descrita na Figura 63, a referente a poligonal do perímetro urbano de Quixadá nos anos 2000.

A leitura da Lei nº 1.903 de 14 de abril de 2000, que instituiu o PDDU de Quixadá, mostra que a Lei não traz considerações significativas, relativo aos monólitos propriamente ditos e sua valoração enquanto bem cultural. Ressalta-se que no ano de 1997, através da Lei municipal[48] nº 1.727, criou-se pela gestão municipal o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de Quixadá (CONPAQ), que tratava sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de Quixadá, dispensando qualquer outra forma de proteção que não fosse decorrente do poder público municipal.

> "O poder público municipal dispensará proteção especial ao Patrimônio Natural e Cultural do Município, segundo os preceitos desta Lei. O Município, na forma desta Lei, procederá ao tombamento total ou parcial de bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular existentes em seu território [...] O tombamento deverá cair em ofício sobre os bens já tombados pelos poderes públicos federais e estaduais" (Parágrafos únicos dos artigos 1º e 2º – Trecho extraído da Lei 1.727 de outubro de 1997, presente no Estudo de Tombamento dos Monólitos de Quixadá)

[47] Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 que trata do capítulo da Política Urbana e institui o Estatuto das Cidades trouxe como objetivos básicos o planejamento participativo e a função social da propriedade. Em que, uma série de instrumentos surgiu com o Estatuto, visando que o desenvolvimento urbano atendesse às exigências fundamentais de ordenação da cidade, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

[48] O teor original da referida Lei não foi encontrado, estando presente no Estudo de Tombamento. Ressalto que foi solicitado, por e-mail, ao setor responsável na Prefeitura, contudo não obtivemos resposta.

Apesar de ter sido citado pelo Estudo de Tombamento, a supracitada lei parece que não vigorou por muito tempo no âmbito da gestão municipal. Embora esclarecimentos tenham sido solicitados junto à prefeitura, não obtivemos respostas a seu respeito. No próprio Tombamento, quando efetivado e inscrito em 2004, não foi percebida nenhuma menção ao CONPAQ. Dessa forma, não temos conclusões a cerca do que houve com o Conselho.

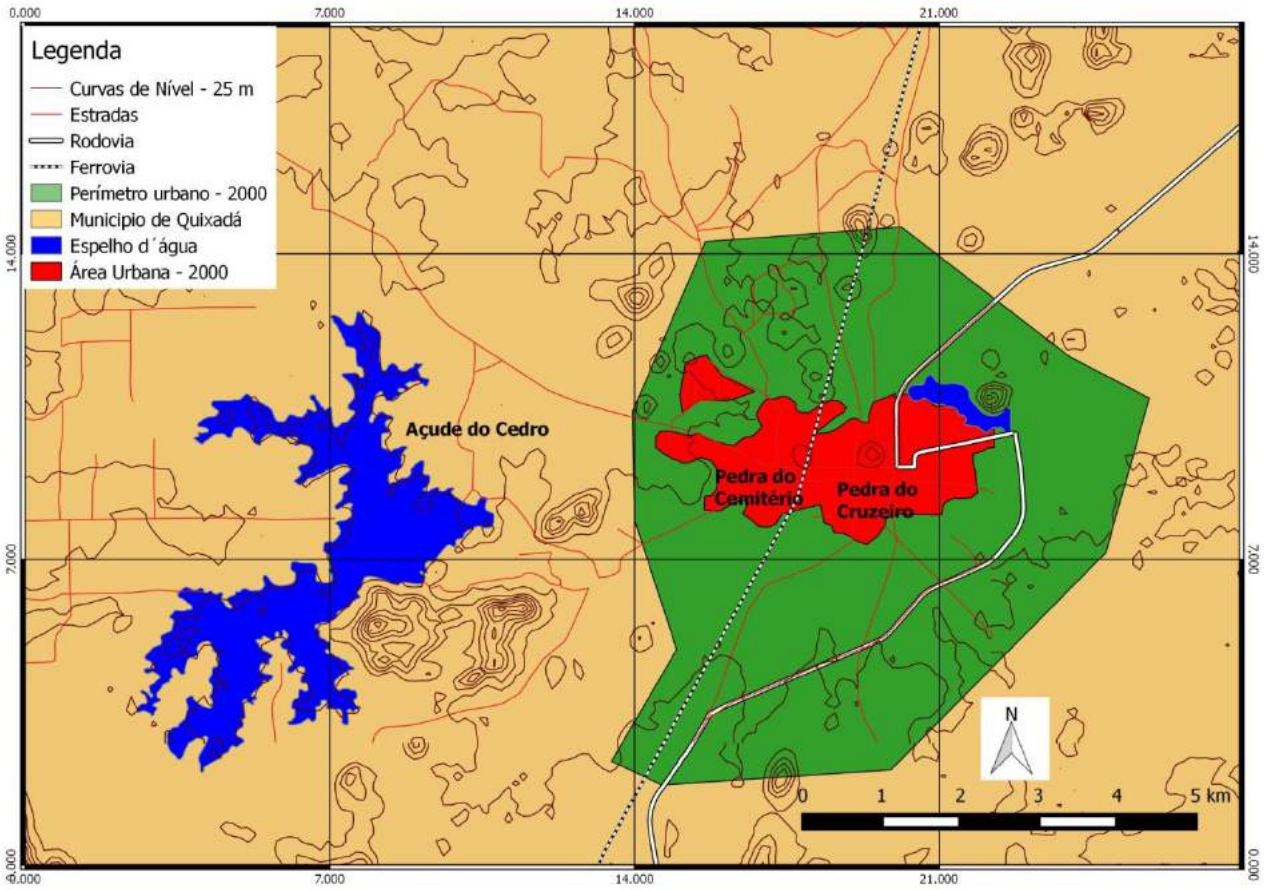


Figura 63. Perímetro urbano de Quixadá aprovado pelo PDDU em 2000. Fonte: elaborado pelo autor.

Em novembro de 2002 a partir do decreto Lei nº 26.805, foi aprovado e instituído em nível estadual a criação da Unidade de Conservação (UC) de proteção integral dos monólitos de Quixadá, intitulada de "Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá". Essa UC compreende em sua poligonal parte da área de domínio dos campos de monólitos, juntamente com outros domínios geológico-geomorfológicos em Quixadá. Além disso, engloba partes do Açude do Cedro, que já se encontrava sobre responsabilidade do Iphan. Salienta-se que a poligonal da UC não teve relação com o tombamento já existente do Açude (Figuras 64 e 65).

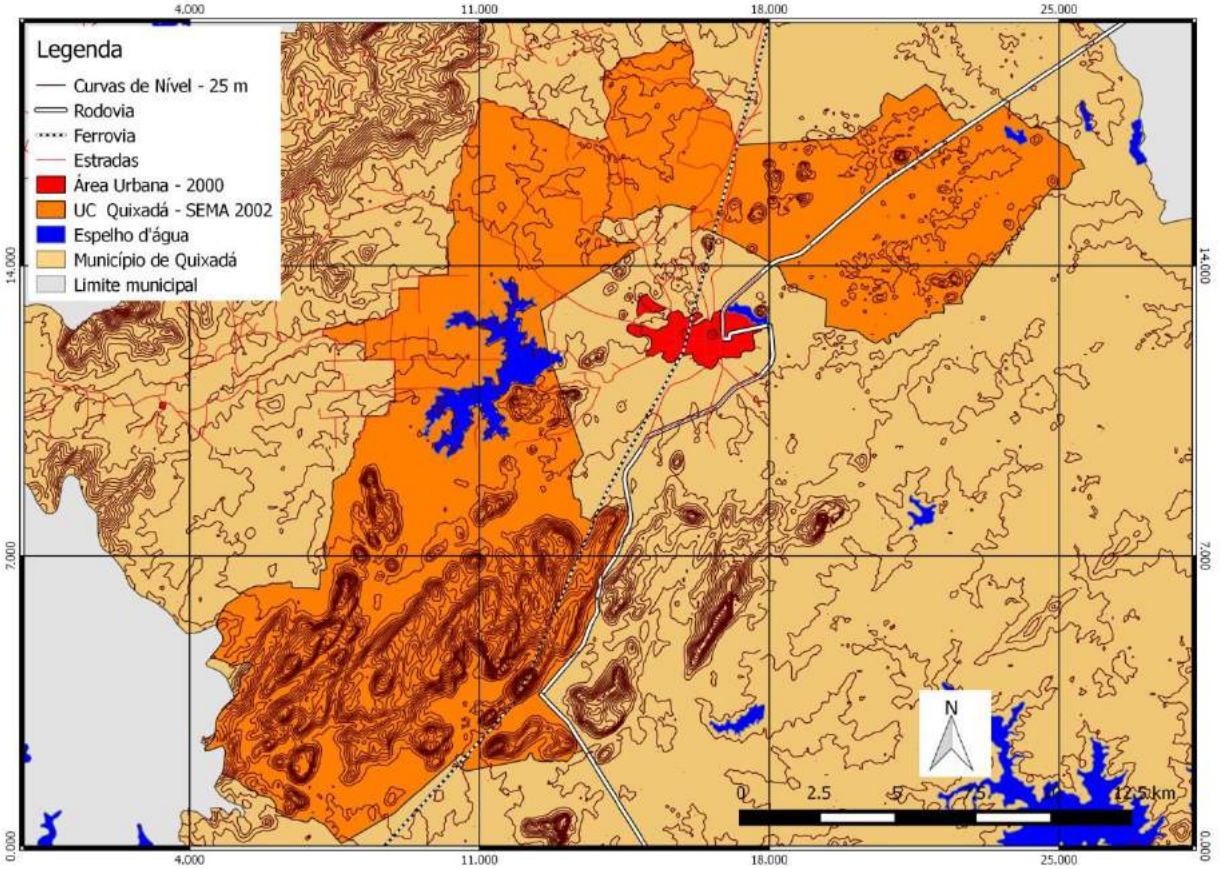


Figura 64. Unidade de Conservação em nível estadual - 2002, intitulada por Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá. Fonte: elaborado pelo autor.

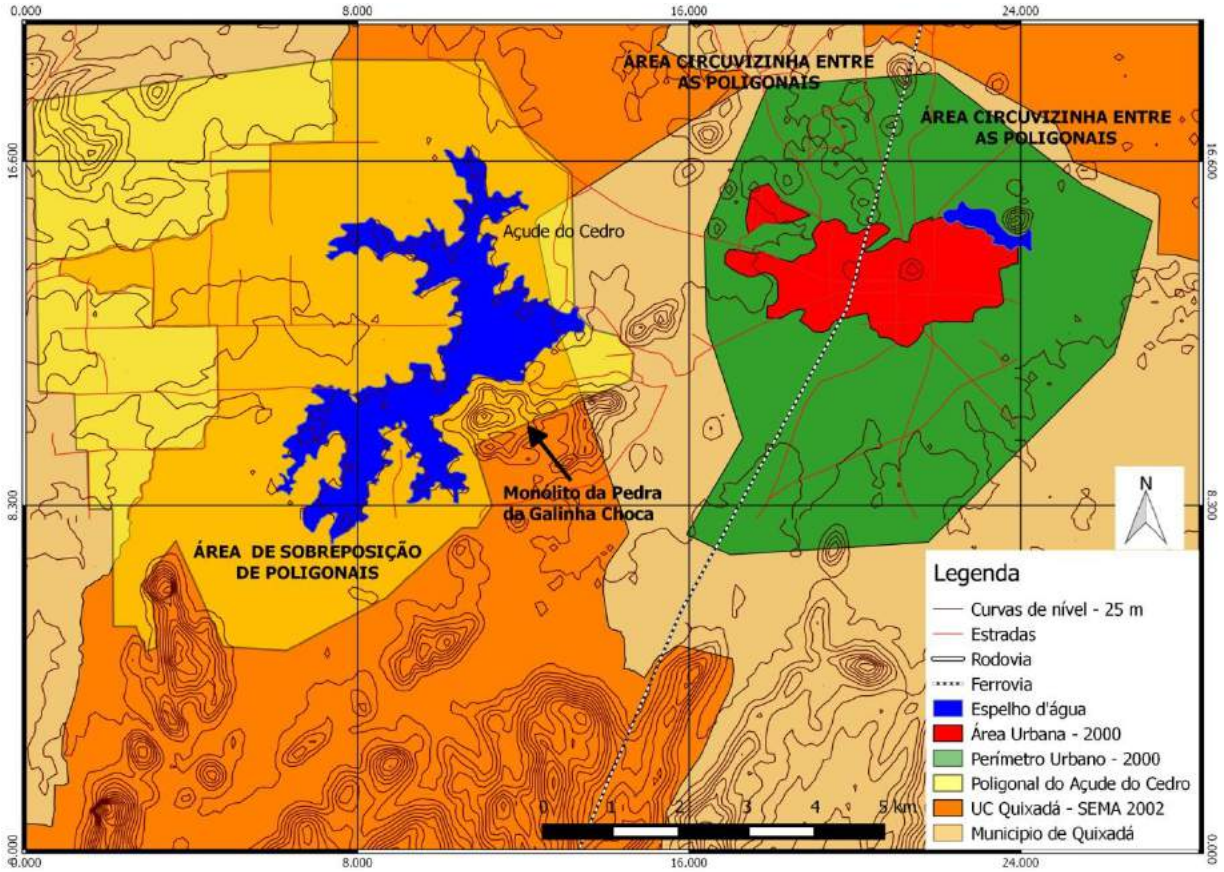


Figura 65. Sobreposição das poligonais do Açude do Cedro, UC de Quixadá e Perímetro Urbano de 2000. Fonte: elaborado pelo autor.

Observando as Figuras 64 e 65 pode-se perceber que a UC é bem mais abrangente e maior do que a poligonal de Tombamento do Iphan. Os objetos de proteção pelo Estado do Ceará compreendem, sobretudo, a zona rural em si e outras formações rochosas, além dos monólitos, tipos vegetais, leitos de rios e açudes na região; deixando de fora da proteção estadual às porções do território próximas da área urbana.

Os valores observados e que justificaram a proteção em nível estadual consideraram a raridade e a beleza cênica de grande valor ecológico e turístico que os monólitos apresentam para o município de Quixadá. Mediante isto, o Decreto Lei supracitado, traz recomendações de uso e atividades sujeitas a penalidades caso sejam descumpridas.

Em 2004, quatro anos após a aprovação em nível municipal do PDDU, que definiu os limites urbanos municipais, o Conselho Consultivo do Iphan deliberou e inscreveu em um dos livros de Tombo o Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá e juntamente apresentou uma poligonal de Tombamento da área considerada de interesse patrimonial (Figura 66). Salienta-se que os valores identificados e considerados no Tombamento e na instituição da poligonal, naquele momento, deixaram de considerar elementos e atributos de algumas porções do território excluindo, assim, inclusive alguns monólitos.

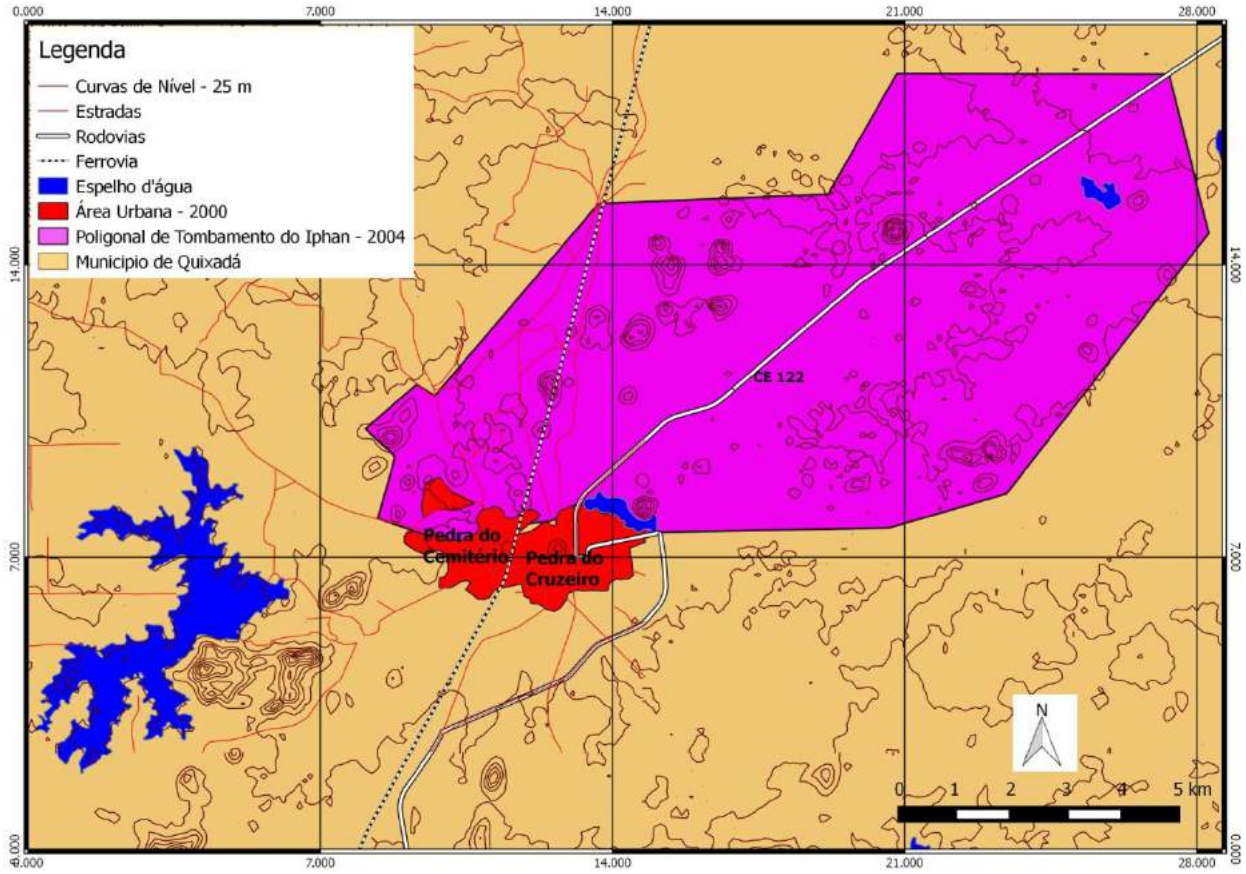


Figura 66. Poligonal de Tombamento dos monólitos de Quixadá de 2004. Fonte: elaborado pelo autor.

A poligonal de Tombamento dos Monólitos foi instituída naquele momento e, a partir dela, uma série de restrições nos usos e ocupações foram dispostos na área. Entretanto, não houve o cuidado, por parte da Instituição, de divulgar junto à população sobre o tombamento e as eventuais consequências desta medida de proteção. A não ocorrência da socialização do Bem tombado foi percebida mediante a leitura e análise dos documentos referentes aos exercícios e competências do Iphan Ceará entre 2002 e 2016 sobre os monólitos de Quixadá.

Em 2007, através de Lei ordinária municipal nº 2.319, foi aprovada uma ampliação ao perímetro urbano do município de Quixadá, em substituição ao perímetro anterior de 2000. Tratou-se de uma adequação nos limites e ampliação da zona urbana para instituir novos bairros urbanos à cidade (Figura 67). Contudo, essa ampliação dos limites não considerou uma revisão dos parâmetros no Plano Diretor de Quixadá.

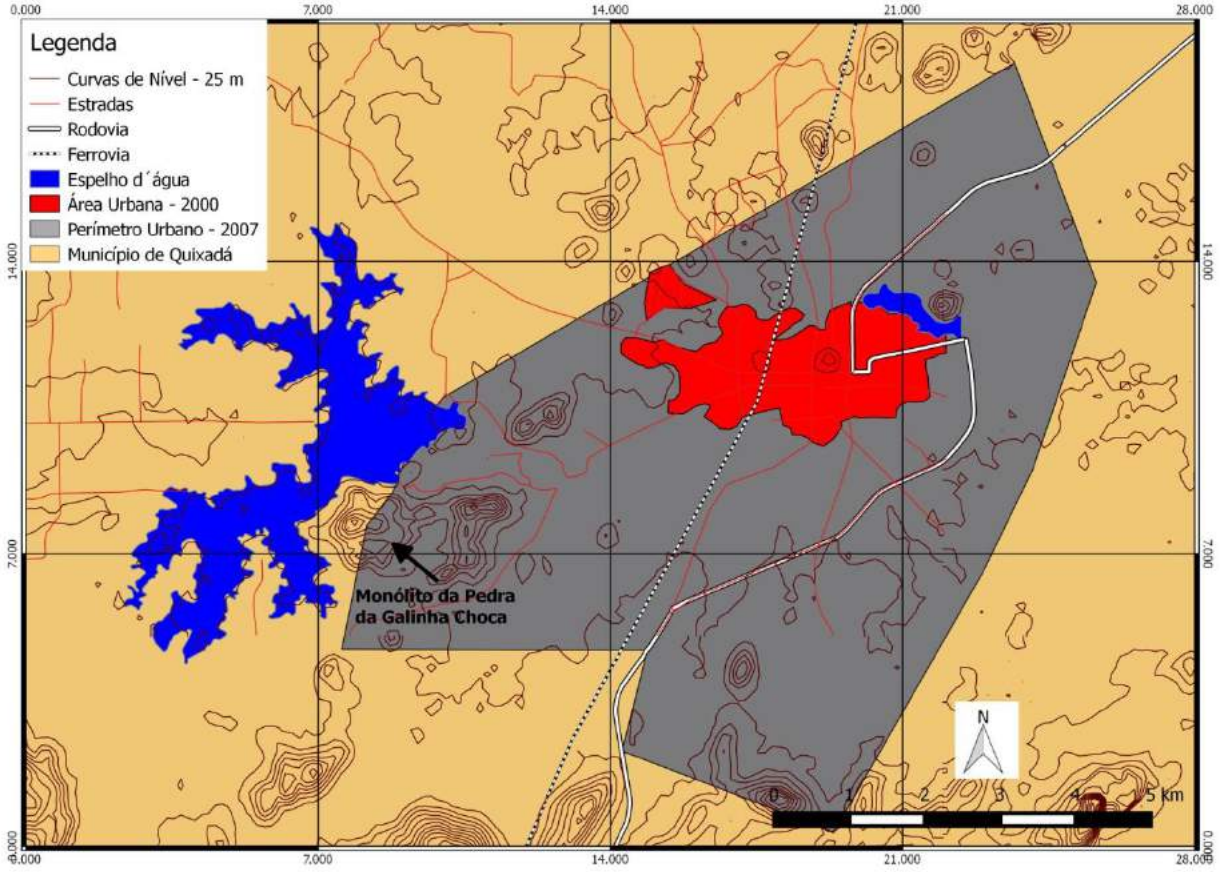


Figura 67. Perímetro urbano de Quixadá aprovado por Lei Ordinária em 2007. Fonte: elaborado pelo autor

Essa ampliação ordinária permitiu que a porção a jusante, no lado descendente da barragem do Açude do Cedro passasse a ser considerada área urbana. Nessa região foram instalados, posteriormente, um campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) e um campus do Instituto Federal do Ceará (IFCE), juntamente com a implantação de loteamentos nas

proximidades. Salienta-se que o local onde foram construídos os *Campi* supracitados, compreende a área da poligonal do Açude do Cedro tombada pelo Iphan. (Figura 68).

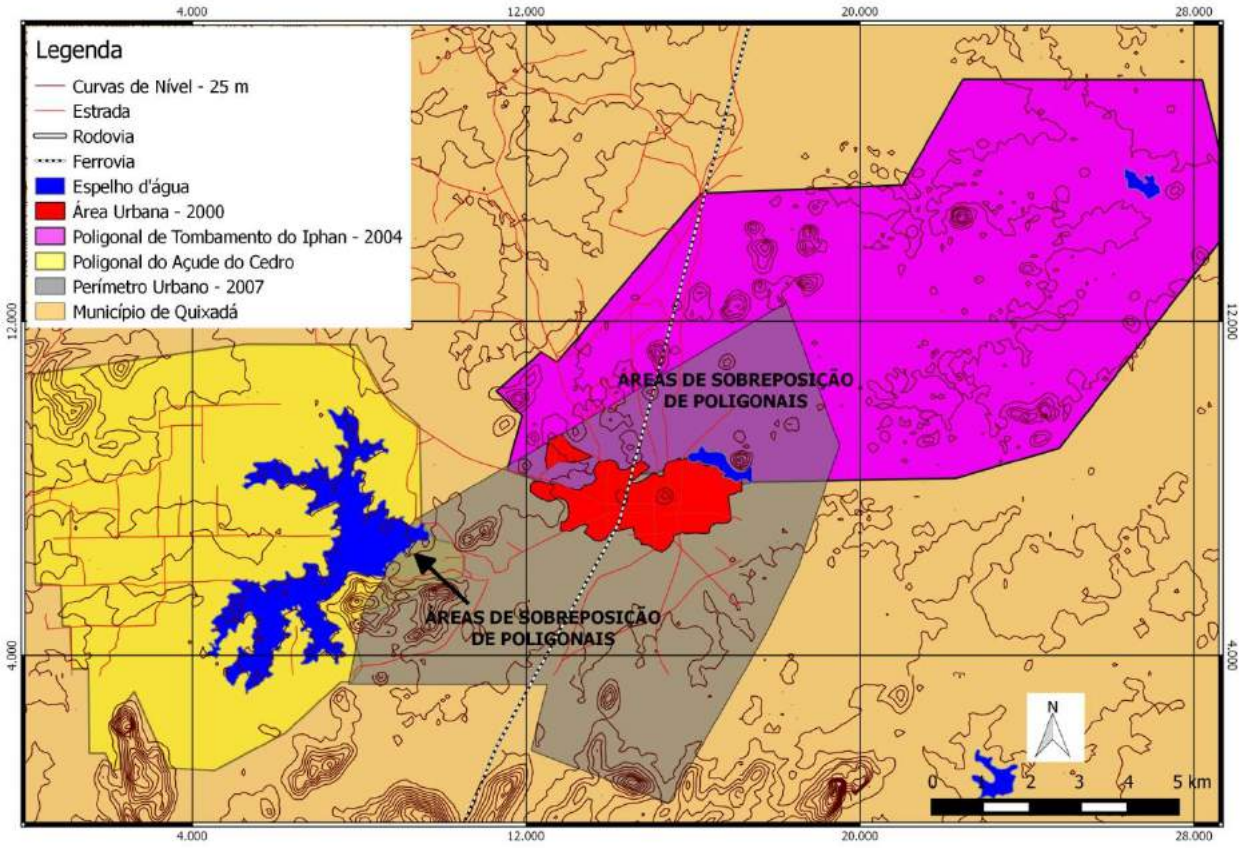


Figura 68. Sobreposição das poligonais do Açude do Cedro, do perímetro urbano de 2007 e da poligonal de Tombamento do Iphan. Fonte: elaborado pelo autor.

Semelhante ao ocorrido em 2007, a Lei Ordinária municipal nº 2.512 estabelecida em março de 2012, considerou uma nova ampliação, em nível municipal, do perímetro urbano em Quixadá (Figura 69). Entretanto, essa ampliação não considerou uma revisão do Plano Diretor e, tampouco, a participação de outras organizações públicas e setores da sociedade civil.

Esta revisão faz-se necessária, pois segundo consta no artigo 42-B acrescido à Lei nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade) na hipótese de ampliação de perímetro urbano, os municípios deverão elaborar projetos específicos de revisão que devem conter o novo perímetro, a delimitação dos trechos, a definição dos novos parâmetros de uso e ocupação do solo, e isto não foi observado nas duas ocasiões em que ocorreram a aprovação das leis ordinárias de 2007 e 2012.

> "Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: I - demarcação do novo perímetro urbano; II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura,

sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda; V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público" (Artigo 42-B constante no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257).

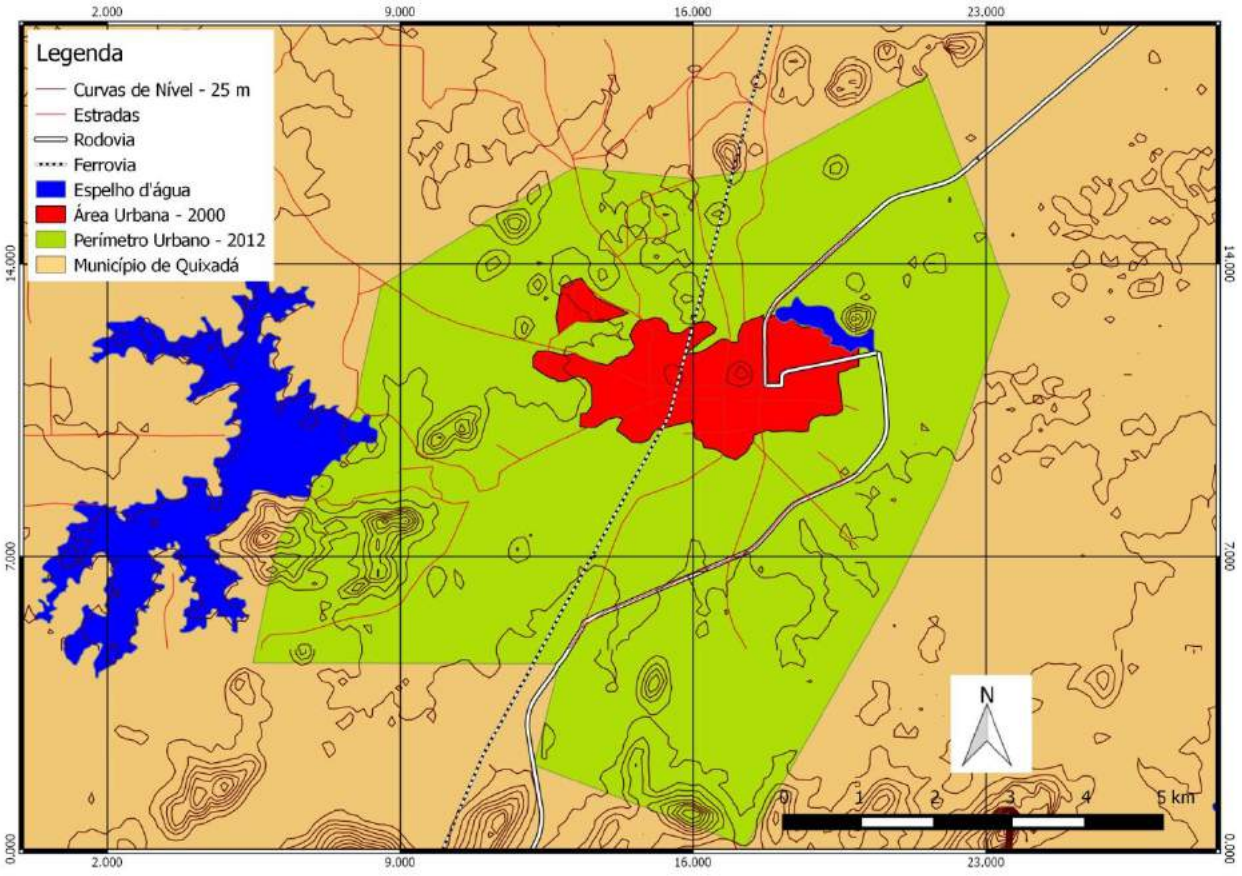


Figura 69. Perímetro urbano de Quixadá aprovado por Lei Ordinária em 2012. Fonte: elaborado pelo autor

Numa análise espaço-temporal, num intervalo de 12 anos, foram observados três momentos em que houve ampliação do perímetro urbano do município de Quixadá, por intermédio do Plano Diretor ou por aprovação de Lei Ordinária (Figura 70).

A ampliação desse perímetro proporcionou o avanço urbano e populacional direcionado no sentido das estradas e rodovias que atuam como vetores que impulsionam o crescimento da cidade em virtude da infraestrutura presente. Além disso, o crescimento urbano no território, gradualmente, foi consolidando a malha urbana e, consequentemente, modificando a paisagem de Quixadá (Figura 71).

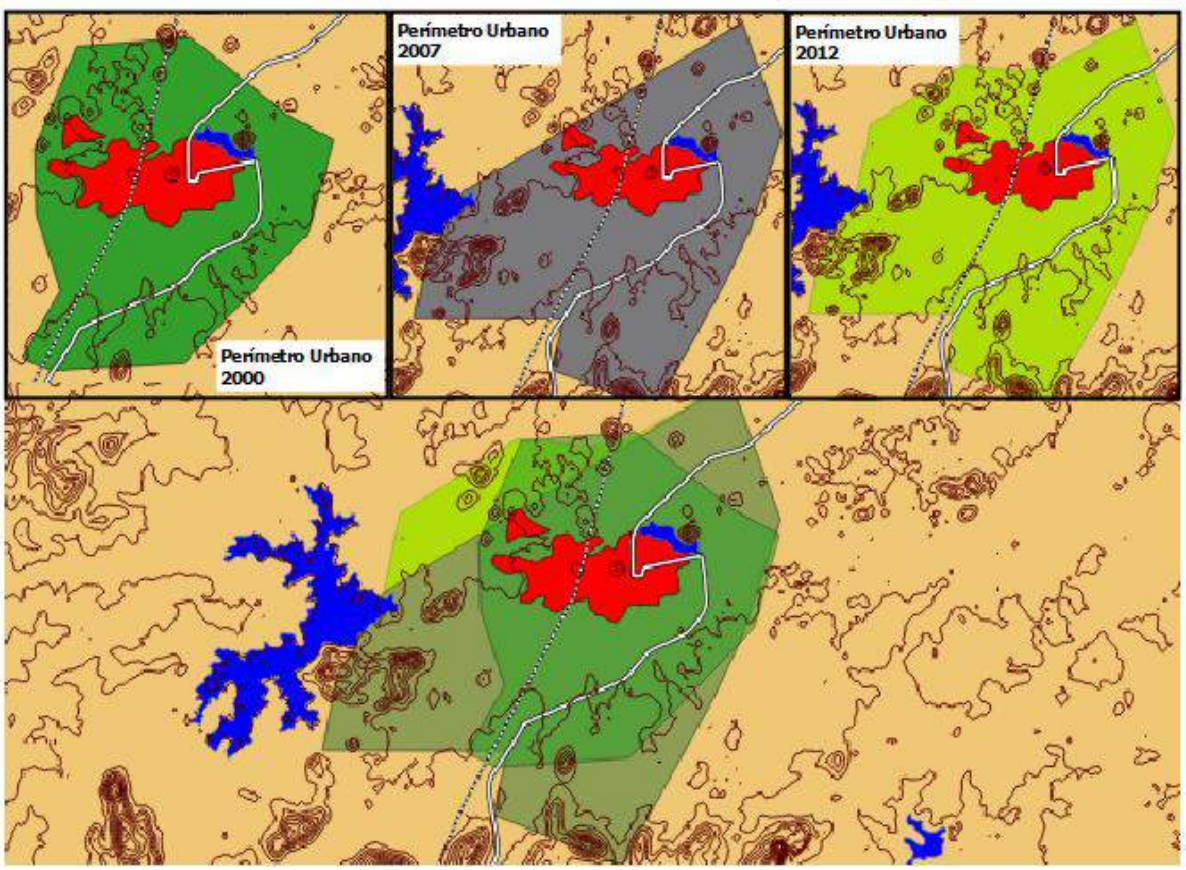


Figura 70. Sobreposições dos perímetros urbanos 2000, 2007 e 2012. Fonte: elaborado pelo autor



Figura 71. Malha urbana consolidada em torno dos monólitos. Foto: o autor. Fonte: Iphan Ceará

A Figura 71 é um exemplo que revela o resultado de uma disputa entre o homem e a natureza e que, com o passar o tempo e mediante a força, há uma integração entre o homem e o meio. Salienta-se que boa parte dos impulsos urbanos em Quixadá, foi favorecida pela gestão municipal, em desacordo com o "pensamento" do Iphan, que tem buscado preservar tanto os monólitos quanto o vazio entre eles, para garantir a ambiência. Entretanto, a paisagem vai além da fisionomia, não se limitando ao que é visto e percebido, mas devendo incluir todas as relações e atributos presentes entre o cultural e natural.

Nesse sentido, é aceitável que ocorram o avanço e ocupação urbana entre os monólitos, porém devem ser respeitados os condicionantes biológicos, naturais, físicos, simbólicos e culturais, em virtude que todos estes elementos juntos constituem e correspondem a Paisagem Cultural dos monólitos de Quixadá.

Percebe-se que existem conflitos de interesse entre as partes (federal e municipal) na apropriação e no gerenciamento em torno dos monólitos de Quixadá. Quando as poligonais são sobrepostas, observam-se áreas interseccionadas entre competências distintas (Figura 72), sobretudo no perímetro urbano municipal de 2012. Salienta-se que as intersecções também ocorrem junto à competência estadual (Figura 73), entretanto não foram observados conflitos, aparentemente, com a poligonal do Iphan.

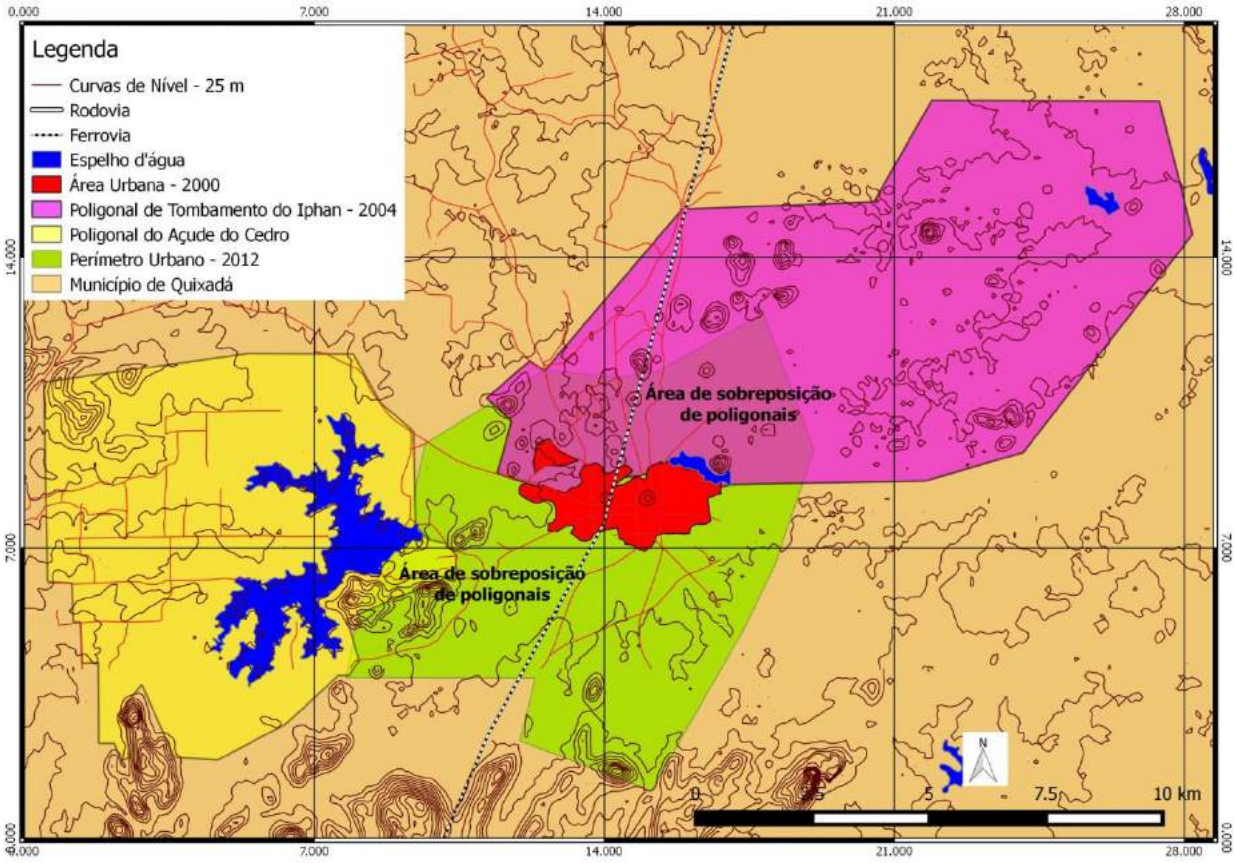


Figura 72. Sobreposição das poligonais do Iphan com o perímetro urbano de 2012. Fonte: elaborado pelo autor.

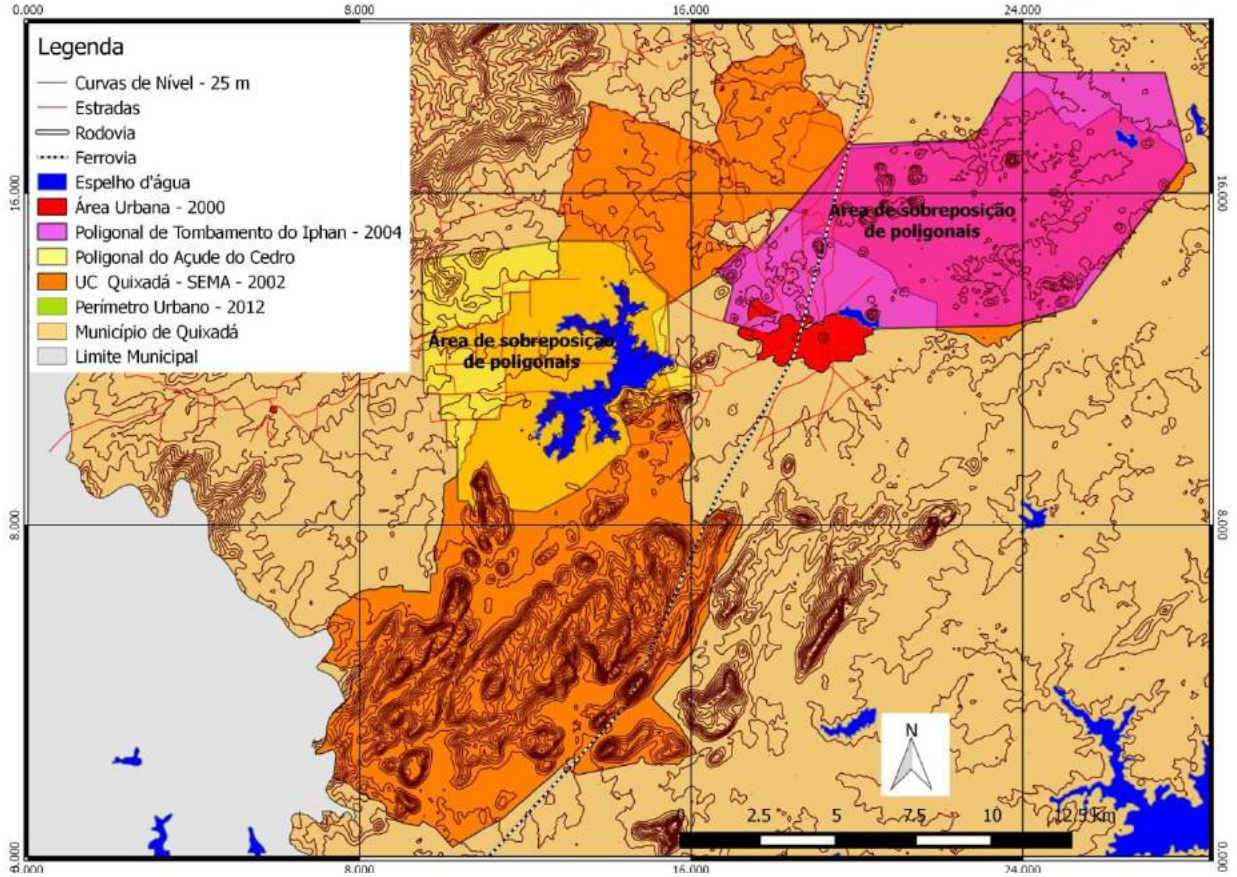


Figura 73. Sobreposição das poligonais do Iphan com a UC estadual de 2002. Fonte: elaborado pelo autor.

A célula da Unidade de Conservação Estadual tem com o Iphan uma parceria na preservação dos monólitos de Quixadá. Essa parceria foi percebida através da participação ativa, nas reuniões promovidas pela Secretária de Meio Ambiente no biênio (2014-2016) com o Iphan, representado pelo técnico responsável e pelo bolsista do programa de preservação em patrimônio cultural, participando das discussões, juntamente com outras organizações da sociedade civil, no conselho gestor dos monólitos de Quixadá.

Pela Figura 73 pode-se perceber que as áreas onde ocorrem sobreposições de poligonais se configuram como um dos eixos (ou vetores) de expansão urbana, principalmente a sobreposição na Poligonal de Tombamento de 2004 (dos monólitos de Quixadá), comportando-se como algo natural, do ponto de vista do desenvolvimento e crescimento da cidade. Todavia, entra em conflito com o estabelecido no Estudo de Tombamento, por estar dentro de perímetro tombado e, por esta razão, o uso e ocupação da área não poderia ocorrer para não comprometer a integridade do monólito.

Salienta-se que as ocupações na área são bem anteriores à atuação da Instituição (no caso o Iphan) na localidade o que, por conseguinte, se configuraria como apropriação cultural e não como agressão a integridade do monólito. Nesse sentido, em que medida a integridade do monólito pode ser afetada pela expansão urbana?. Observa-se que os condicionamentos físico-naturais (vegetação, relevo, solo) e valores intrínsecos ao bem (biológico, geológico, culturais) enquanto constituintes de uma Paisagem percebe-se que as ocupações, se ocorrerem na área, também integram o conjunto e dão a conformidade do Bem cultural.

A Figura 72, supracitada, também revela que porções do território dos monólitos sobre acautelamento do Iphan encontram-se dentro da nova área entendida como perímetro urbano ampliado pelo município.

Embora os argumentos que justificam a ampliação do perímetro, pela Lei ordinária, façam referência a ajustamentos e adequações no espaço urbano, o Território onde se encontram os monólitos fica exposto à zonas de conflitos e interesses distintos, a exemplo da instalação de loteamentos e condomínios residenciais na área e, em paralelo, existe na mesma zona pretendida de interesse paisagístico e patrimonial. Este cenário mostra como as relações de poder são construídas, como estas caracterizam o Território sendo este entendimento, justamente, uma das bases para a execução e operacionalização de um Plano Gestão para a área.

Por lei, a revisão de um Plano Diretor deve ocorrer a cada 10 anos. Esse novo estudo completo deve traçar o perfil municipal e trazer novas considerações a cerca das mudanças ocorridas no período, sendo um instrumento fundamental na adequação das condições urbanas.

> "O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos" (Trecho do Art. 40 § 3º da Lei 10.257 que instituiu o Estatuto das Cidades).

A revisão pode ser realizada pela própria equipe técnica da Prefeitura Municipal, com recursos materiais próprios. Há também a alternativa de contratação de um terceiro, mediante licitação, ou seja, empresas privadas. Salienta-se que em ambos os casos, faz-se necessário incluir a participação social e outras instâncias governamentais presente no município, a exemplo do Iphan.

Apesar da exigência de revisão do Plano Diretor, o município de Quixadá ainda não o fez efetivamente. Contudo, como visto anteriormente, a gestão municipal realizou ampliações do perímetro urbano por duas ocasiões (2007 e 2012) sem passar por quaisquer consulta a outras instâncias governamentais e, tampouco, a sociedade civil.

Ao considerar todas as instâncias governamentais e suas poligonais em Quixadá podemos sobrepô-las, conforme a Figura 74, que traz as poligonais em vigor no Território. Ressalta-se que a poligonal em vigor a nível municipal representada na Figura 74 será a do ano de 2012, pois é ultima alteração oficial.

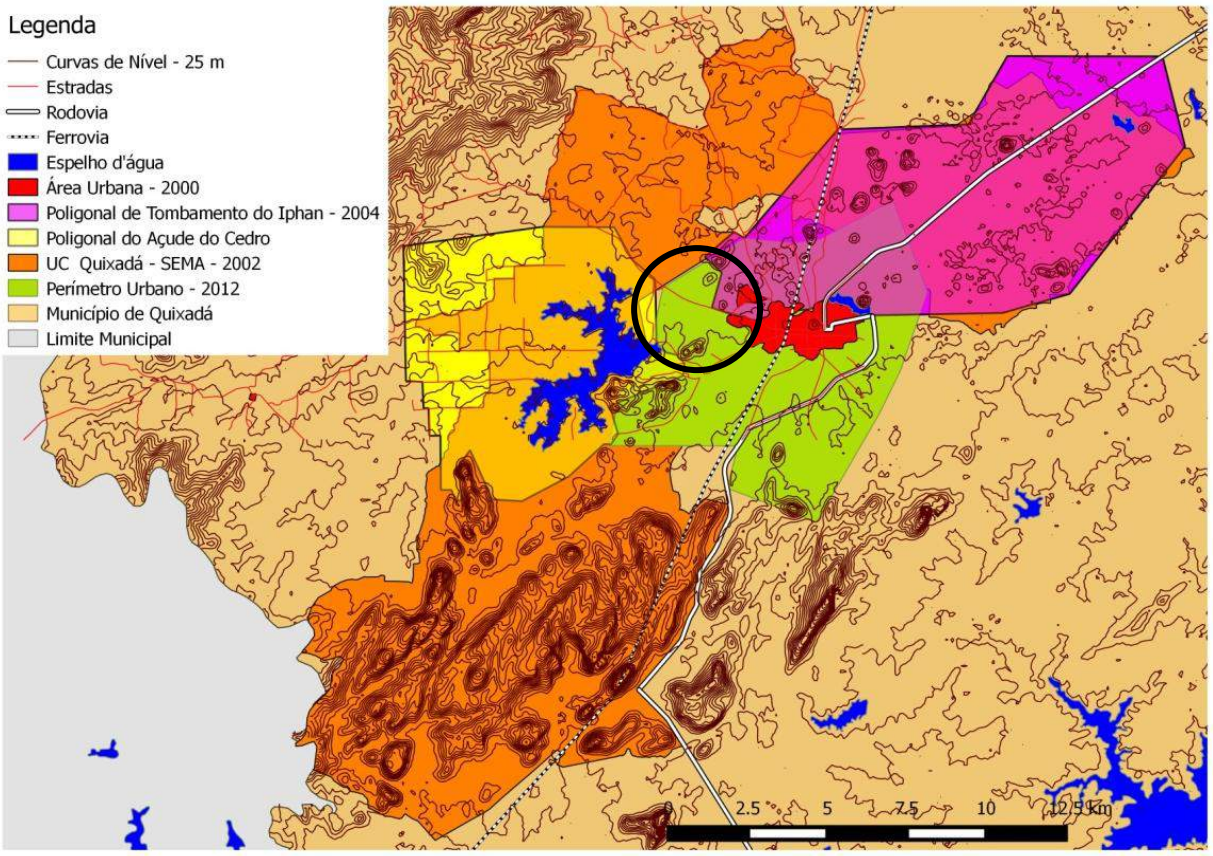


Figura 74. Sobreposição de todas as poligonais vigentes em Quixadá. Fonte: elaborado pelo autor.

Observando a sobreposição das poligonais supracitadas, pode-se enxergar algumas porções do território, inclusive próximas de objetos de interesse cultural, que se encontram descobertas a nível federal e estadual, ficando unicamente sobre o acautelamento da gestão municipal. Entretanto, conforme levantamento realizado em outros momentos do estudo, não tem demonstrado, de modo significativo, interesse pelos monólitos.

Na parte destacada em preto na Figura 74, pode-se constatar uma das áreas que fica localizada no principal acesso ao Açude do Cedro, a Pedra da Nariguda, correspondente a um dos monólitos bastante representativos e de interesse cultural para Paisagem, está sem proteção por ambos os Tombamentos do Iphan (dos monólitos de Quixadá e do Açude do Cedro).

Em virtude dos conflitos existentes no território dos monólitos devido às sobreposições das poligonais, existe a necessidade de realizar uma revisão da poligonal de tombamento do Conjunto dos Monólitos de Quixadá. Ressalta-se que em trabalhos futuros, uma revisão na poligonal do Açude do Cedro torna-se iminente em razão dos limites

inclusivos e pelo fato que este patrimônio é um potencial candidato a receber o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Conforme dito no inicio deste capitulo, uma rerratificação, necessariamente, passa por uma revisão não apenas dos limites, mas também nos valores atribuídos. Além disso, como estamos diante de um objeto de análise com características tão peculiares tornando evidente que o instrumento do Tombamento não consegue dar conta das particularidades que foram percebidas. Desse modo faz-se necessário atrelar a preservação com outras formas de acautelamento, como a Paisagem Cultural, pela proximidade com a Geografia, sendo um possível caminho a ser perseguido nas políticas de preservação do conjunto dos monólitos de Quixadá.

Assim, como forma de representação e sugestão de uma rerratificação na poligonal de Tombamento dos monólitos Quixadá, propõe-se realizar o zoneamento da área, dividindo a poligonal em três áreas ou zonas. Essas divisões podem ou não, necessariamente, serem contínuas, pois o tratamento e a normativa que rege a poligonal não pode ser igualitário para todo o território em questão, devido às particularidades existentes, sobretudo do ponto de vista cultural, devido as ações humanas no meio.

A Figura 75 apresenta o zoneamento[49] proposto como uma sugestão para dar encaminhamentos na condução de uma rerratificação, resultado das atividades *in loco* e dos trabalhos de campo e das pesquisas em gabinete. Salienta-se que a poligonal está devidademente referenciada (latitude e longitude) mediante instrumento GPS, memorial descritivo, imagem de satélite e com auxilio de *softwares* de geoprocessamento. Para facilitar a leitura do zoneamento, este foi subdividido em 03 zonas complementares, em virtude do tratamento diferenciado dado para cada Zona.

[49] O memorial descritivo do zoneamento, elaborado pelo autor, encontra-se nos Anexos 05a e 05b. Na descrição encontra-se a poligonal devidamente referenciada e assinalada com os pontos de interesse, incluindo as coordenadas geográficas (latitude e longitude) em décimos de grau. Ressalta-se que o memorial descritivo foi feito separadamente para cada uma das Zonas (01; 02 e 03). Pois, embora sejam do mesmo objeto de análise, o tratamento é diferenciado entre elas. Salienta-se que o memorial descritivo da Zona 01, não foi feito em virtude do difícil acesso em percorrer toda a área de alcance do conjunto dos monólitos, de uma infraestrutura de equipamentos e de uma equipe maior para dar conta, o que necessitaria de custos extras.

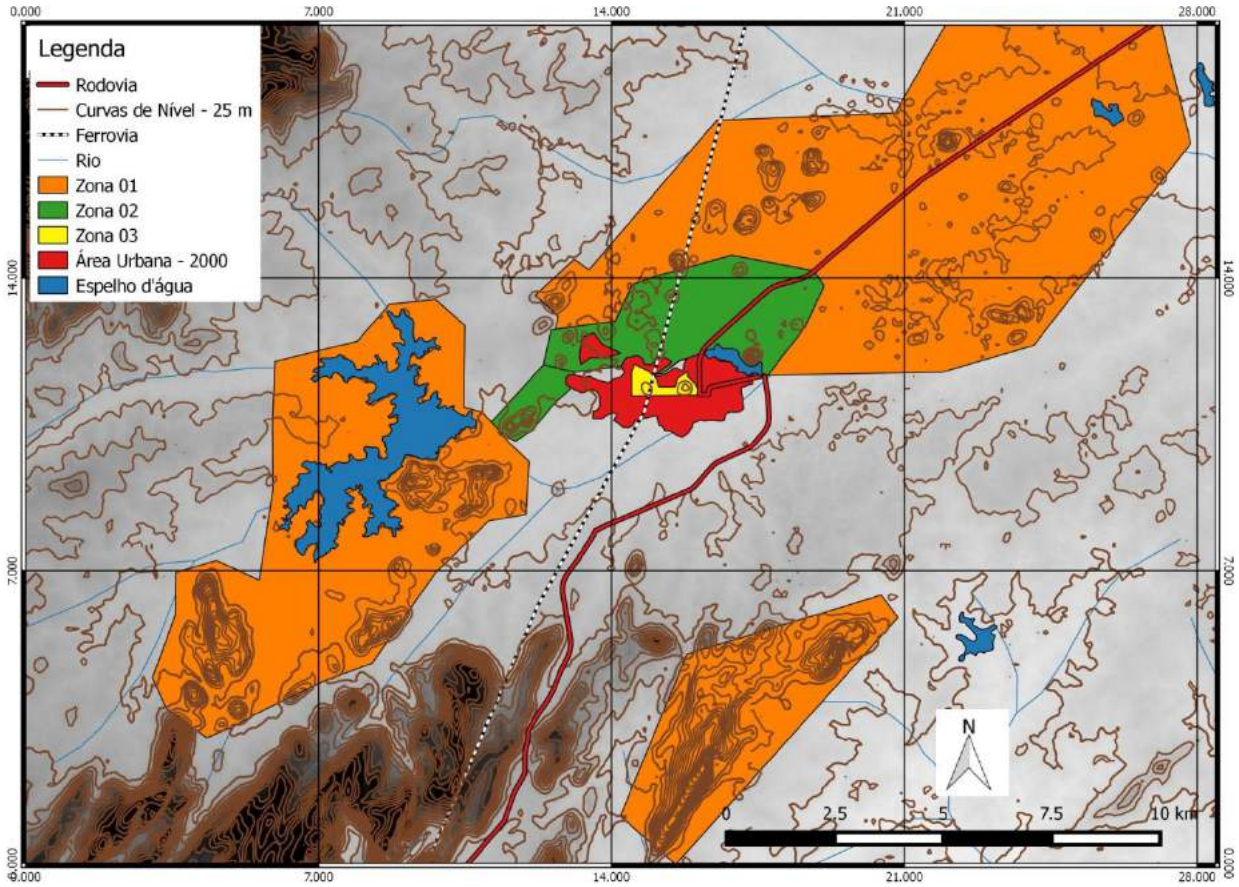


Figura 75. Zoneamento da rerratificação. Fonte: Elaborado pelo autor.

A atribuição dos valores condicionou os diferentes atributos na área e foram levantados mediante as atividades *in loco* na perspectiva de ir além da fisionomia dos monólitos e na sensibilidade de considerar os atributos não visíveis aos olhos, porém presentes no caráter simbólico.

A Zona 01 (Figura 76), também pode ser entendida como a zona estática e diz respeito à porção do território nomeada como área rural. Caracterizada, principalmente, pelas fazendas e pelo esvaziamento do território, com poucas construções na área e sem grandes alterações no ambiente. A Zona 01 reflete um estágio de apresentação percebido como ideal, do ponto de vista do Estudo de Tombamento. Essa Zona preserva em vários aspectos a justificativa do Tombamento feito à época, onde o objeto de proteção (os monólitos) e o vazio entre eles, constroem os campos de visada, ou visão, que garantem a integridade dos monólitos em um estágio o mais próximo do natural.

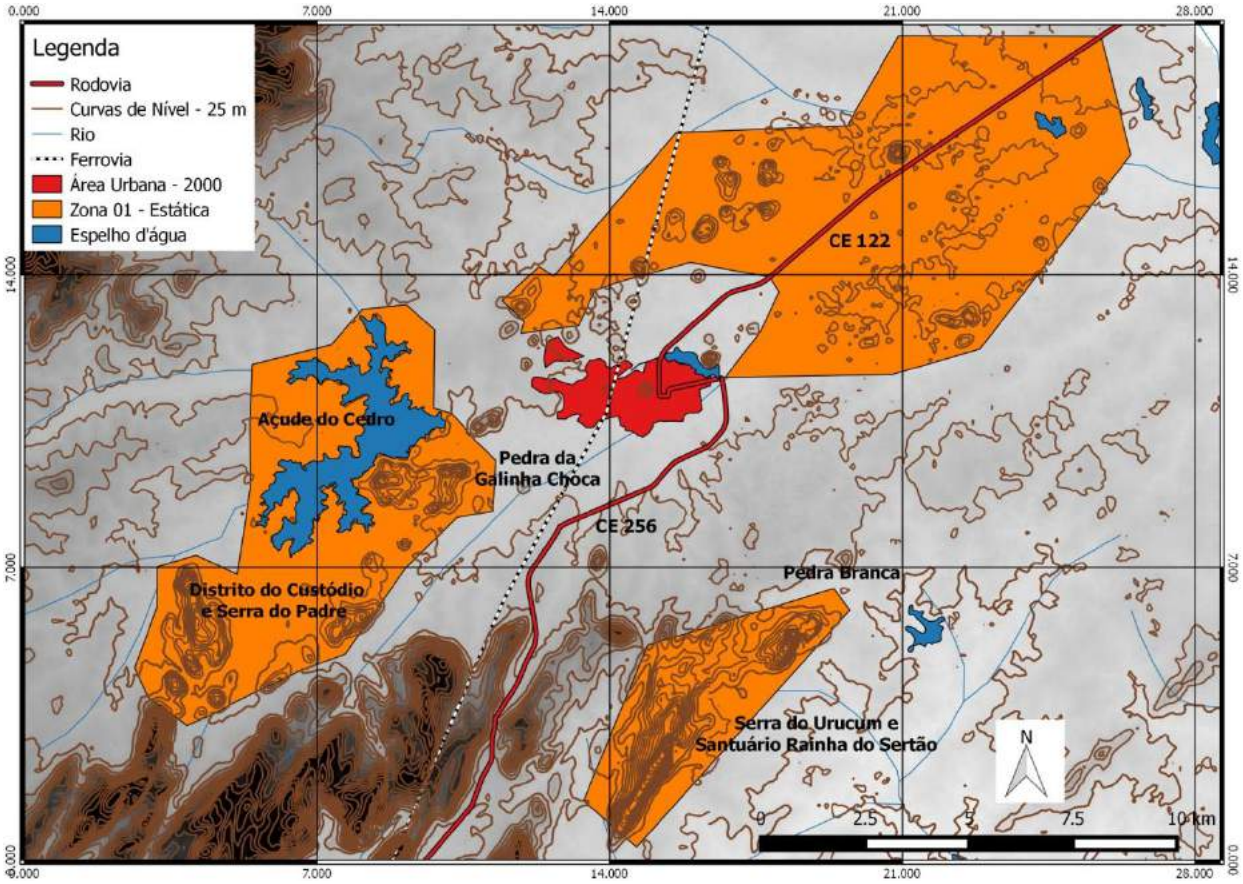


Figura 76. Zona 01. Fonte: elaborado pelo autor.

Para compor a Zona 01 foram incluídos, juntamente aos monólitos já reconhecidos anteriormente nas fazendas, também aqueles localizados nas proximidades do Açude do Cedro, incluindo a Pedra da Galinha Choca. A Serra do Padre, no distrito do Custódio, a Pedra Branca e a Serra do Urucum onde foi construído o Santuário Rainha do Sertão também foram incluídos nesta zona. Esses monólitos também merecem ser incluídos na rerratificação da poligonal, por conta da representatividade destes objetos no imaginário popular e no caráter simbólico e religioso atrelados a eles, juntamente com o aspecto paisagístico e visual.

Além disso, essa Zona, de alguma forma, se superpõe com a proteção estadual na área que segue na direção oposta à área urbana e também inclui parte do Açude do Cedro (Figura 77). Nesse sentido, a sobreposição nos revela que a proteção estadual da Unidade de Conservação pode ser compreendida como uma forma de somar esforços na proteção do ambiente natural.

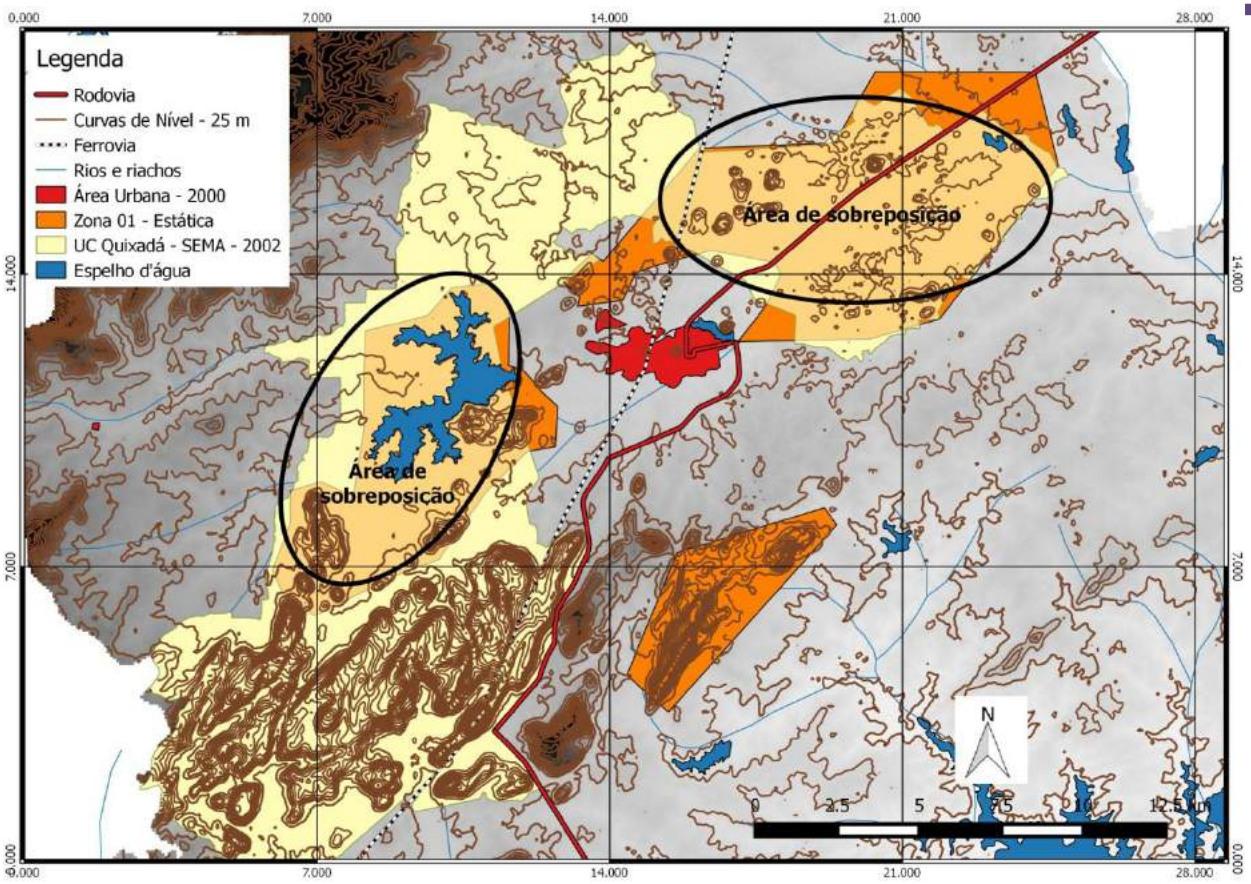


Figura 77. Sobreposição da Zona 01 com a UC estadual. Fonte: elaborada pelo autor

Para esta poligonal, recomenda-se que a área seja, preferencialmente, considerada ambiente rural, ficando proibido o parcelamento do solo e a construção de aglomerações do tipo loteamento residencial. Com essas ações pretende-se preservar valores, tais como:

- Condicionantes ambientais como a flora que se desenvolve sobre os monólitos, pois são consideradas áreas ecotónas, ou seja, áreas de transição ambiental com diferentes comunidades ecológicas, na qual, algumas espécies de fauna e flora somente se desenvolvem em condições especificas. Além disso, são áreas endêmicas, ou seja, regiões geográficas em que ocorrem apenas em determinadas localidades ou regiões.

Os próprios substratos que se desenvolvem sobre os sulcos e as fissuras da rocha erodida condicionam o desenvolvimento vegetal e animal que difere do entorno do monólito, onde prevalece o desenvolvimento da caatinga hiperxerófila, isto é, que se desenvolve em ambientes de clima árido e semiárido e não necessitam de grandes volumes hídricos para sobreviver;

- Os exemplares de monólitos que foram excluídos em outro momento por não apresentarem caráter de “excepcionalidade”, o que é visto como uma valorização

equivocada, pois todos apresentam a mesma raiz mineral e resultam de um mesmo período geológico;

- O caráter simbólico e religioso presente em alguns monólitos, como os encontrados na Pedra de São Francisco, garantindo a valorização da imaterialidade presente no meio natural e que não foi considerado como Valor anteriormente.

Salienta-se que os monólitos que compreendem o conjunto de São Francisco já se encontram preservados pela poligonal de tombamento de 2004. Deve-se considerar a atenção dada aos atributos simbólico e religioso no entendimento e nas apropriações em torno de alguns monólitos, que assumem outras leituras da paisagem, deixando de serem, apenas, objetos de valor natural.

- E pela condição de ambiente rural, propriamente dito, em que são preservados os vazios entre os monólitos que nessa construção compreende também o aspecto da vegetação, dos potenciais sítios arqueológicos na área e no misticismo dos monólitos na figura de extraterrestres;
- As atividades de agropecuária podem ser incluídas em razão da peleja e luta do homem para vencer o meio, que impõe condições adversas dificultando a fixação do homem e, na qual, parte da história de Quixadá retrata esse cenário. Embora, não exista uma área propriamente dita que merecesse ser considerada como um atributo a ser valorado nesse sentido, pode ser vista como um indicativo para desdobramentos de estudos futuros que considerem esse princípio.

A Zona 02 (Figura 78) pode ser vista como a zona dinâmica ou mutável, diz respeito à porção do território em processo de expansão e ocupação urbana. É a área onde o Iphan mais tem atuado, pois está no centro dos conflitos pelo uso e ocupação do solo, devido ao valor econômico da terra. Grande parte dessa zona passou a pertencer ao perímetro urbano, mediante as ampliações ocorridas pelas leis ordinárias municipais de 2007 e 2012, as quais tem transformado drasticamente a paisagem no entorno dos monólitos.

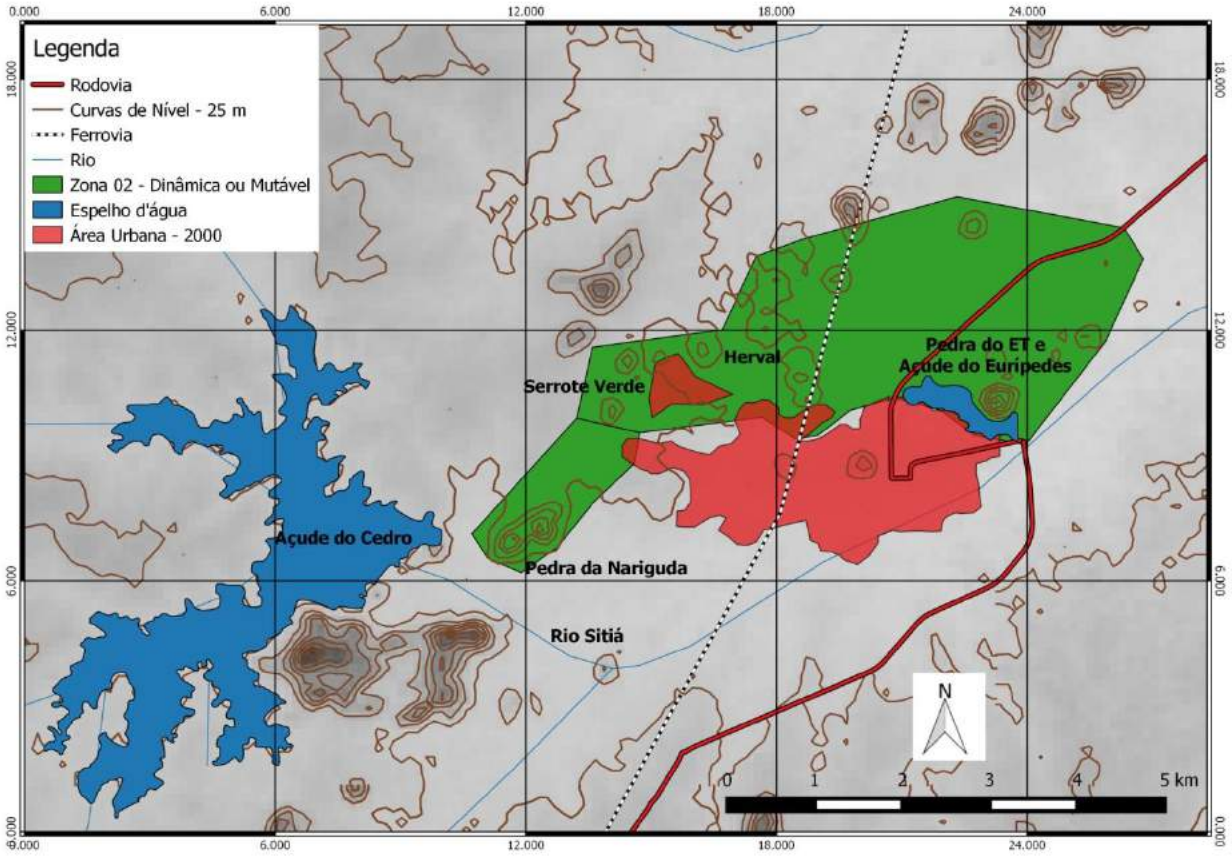


Figura 78. Zona 02. Fonte: elaborado pelo autor.

As áreas em processo de adensamento humano tem sido alvo de constantes disputas, o que tem degradado o ambiente do ponto de vista natural. Essa Zona reflete algumas das falhas encontradas a partir da leitura critica do Estudo de Tombamento de 2004, como a imprecisão na poligonal e de um estágio de ausência da atuação dos poderes no controle e na fiscalização. A omissão da gestão municipal e a falta de um plano ou pacto de gestão integrado entre as instâncias governamentais tornam-se fundamentais para dar prosseguimento a qualquer alteração nos limites (seja perímetro urbano e plano diretor em nível municipal).

Para compor a Zona 02, foram considerados os monólitos próximos à malha urbana do distrito sede que se encontra em processo de ocupação e consolidação da malha urbana. Foram consideradas, prioritariamente, as porções do território incluídas nos limites dos perímetros urbanos de 2007 e, sobretudo de 2012, pois são justamentes essas áreas que apresentam os conflitos de modo mais evidente. Inclui-se nessa Zona a Pedra da Nariguda que, pela poligonal atual, encontra-se sem proteção; os monólitos dos conjuntos: Verde e do Herval, e os monólitos do açude do Eurípedes, incluindo a Pedra do ET.

Dentre os aspectos observados para enquadrar nessa Zona, tem-se: a presença de loteamentos e conjunto habitacionais, implantação de novos bairros, nas áreas “invadidas ou tomadas” por movimentos sociais, áreas em processo de lavra mineral (ainda que seja um aspecto incipiente) e extração de sedimentos, e nas porções do território descampadas adjacentes aos monólitos (Figura 79).



Figura 79. Terraplanagem no Bairro do Herval em Quixadá. Foto: o autor, 2016. Fonte: Iphan Ceará

Para esta poligonal, recomenda-se que a área em questão seja constantemente fiscalizada do ponto de vista de evitar as depredações visando garantir ao máximo as particularidades em torno delas. Devendo ser feito, preferencialmente, uma fiscalização conjunta entre as instâncias governamentais envolvidas, pois esta zona compreende justamente as áreas de sobreposição entre poligonais. Todavia, sabe-se das dificuldades em unir diferentes esferas, sobretudo, numa gestão compartilhada em razão dos diferentes interesses na área.

Salienta-se que o risco social também deve ser avaliado, pois as residências que já existem não podem, simplesmente, ser ignoradas. Trata-se da vida das pessoas, das relações afetivas que elas construíram no território, nos condicionantes culturais que contribuíram no

desenvolvimento da paisagem e como ela se apresenta, sendo estas interfaces significativas no entendimento de uma paisagem cultural nos monólitos de Quixadá, de modo que, estes valores e atributos mereçam ser considerados.

Por se tratar de uma área crítica, a Zona 02 exige do Iphan um trabalho de articulação local que permita criar uma legislação urbanística adequada à preservação do ambiente natural em face do desenvolvimento urbano local. Deve-se encontrar um ponto de equilíbrio e para isso, recomenda-se que seja criado um grupo de trabalho, para promover a discussão e elaboração, juntamente com a comunidade local, das diretrizes urbanísticas voltadas para o local.

A Zona 03 (Figura 80) pode ser entendida como a zona estável, faz referência à parte do distrito sede de Quixadá e engloba, sobretudo, os monólitos localizados na malha urbana já consolidada. Conforme foi visto nas figuras 8 a 11 (ver no capítulo 1, nas páginas 34 e 35), as ocupações humanas ao redor dos monólitos mais centrais, como a Pedra do Cruzeiro e a Pedra do Cemitério são anteriores até mesmo da criação do SPHAN (posteriormente Iphan) e, por esse ângulo, já havia toda uma construção cultural e simbólica entre o homem e o meio em Quixadá, que não foi considerada no reconhecimento e no Tombamento em 2004.

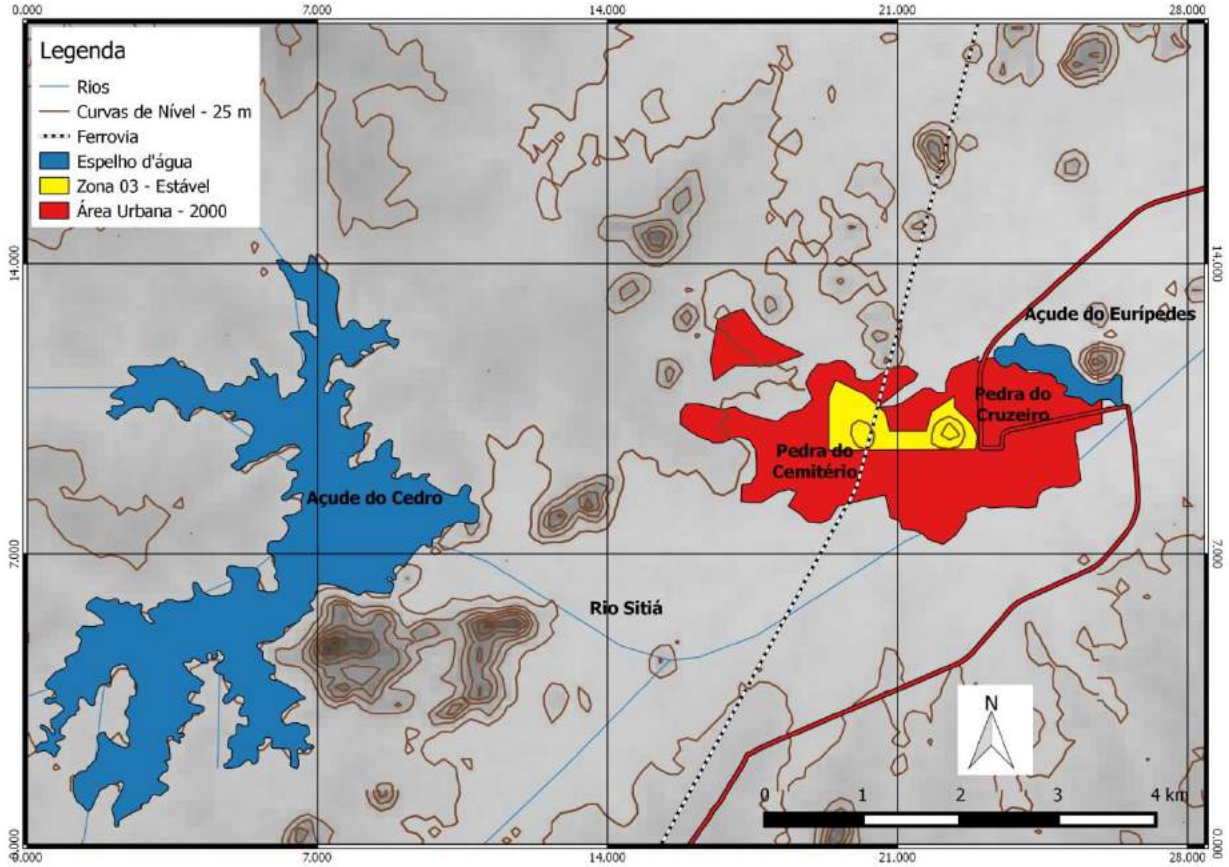


Figura 80. Zona 03. Fonte: elaborado pelo autor.

Ao propor a inclusão dos monólitos urbanos de Quixadá na rerratificação do Tombamento, destaca-se que o papel da Instituição, seria direcionar as atenções aos monólitos de modo isolado. Não cabe ao Iphan querer solucionar problemas urbanos, pois para estes casos particulares tem-se a gestão municipal como orientadora na tomada de decisão, entretanto, o Iphan participaria dos processos que fossem relativos aos monólitos, em virtude das atenções desprendidas no tocante a preservação do Bem.

Em decorrência do crescimento da cidade de Quixadá estes monólitos acabaram sendo, literalmente, incorporados a malha urbana da cidade. Essas grandes formações rochosas são partes integrantes do imaginário urbano de Quixadá e que parecem emergir à superfície, da qual, em torno dela, criam-se significados bastante peculiares por parte dos moradores e visitantes.

Ao longo dos anos, a Pedra do Cruzeiro tem assumido uma construção bastante dialética no imaginário da população de Quixadá que envolve ora descaso, depredação e indiferença ora preocupação, atenção e entusiasmo. Com entendimentos tão particulares e distintos em torno de um mesmo bem natural, certamente que a paisagem de Quixadá não seria a mesma sem a presença marcante e tão alusiva em torno dessa Pedra em especial. Apesar da teia de significados que existe [e persiste], o mesmo foi excluído do Tombamento do Iphan de 2004 conforme dito anteriormente. Entretanto, a rememoração da Pedra do Cruzeiro é viva no imaginário da População de Quixadá, que tem nela um sentido simbólico, um caráter de exuberância e grandiosidade, um aparato religioso pela Cruz construída na década de 1930, um local de contemplação do olhar e proximidade com a natureza ou, simplesmente, um ponto de referência, pois de, praticamente, qualquer ponto da cidade pode ser identificado.

Dentre os aspectos considerados para enquadrar estes monólitos no Tombamento destacamos, sobretudo, as interações culturais, expressas nos diferentes usos e apropriações feitas pela ação humana no meio natural, e a representatividade deles para Quixadá, que vai além da forma e do vazio entre eles, sendo este um critério amplamente utilizado para justificar o tombamento de boa parte dos monólitos do conjunto por parte do Iphan.

A localização de vários domicílios no entorno dos monólitos do centro de Quixadá, sobretudo na Pedra do Cruzeiro, não foi à toa. Na verdade, as partes mais baixas do monólito são locais ideias para a construção de domicílios, do ponto de vista da dureza da rocha, assim como as cacimbas naturais que existem nos monólitos, formado pelo processo

de erosão diferencial, que servem de reservatórios de água que em tempos de escassez hídrica podem suprir algumas necessidades imediatas. Essas cacimbas também são importantes sítios fossilíferos que guardam ossadas e vestígios de megafauna. Além disso, por um tempo, houve a extração e lavra de blocos de pedras daquele monólito para construir partes da cidade, seja no calçamento de ruas ou em alicerces de casas.

> "A extração de partes da pedra para utilização do granito na construção dos alicerces das moradias era uma prática comum entre aqueles que moravam em seu entorno. Deste modo, a cidade foi sendo erguida a partir da mutilação da Pedra Grande, que mesmo com tantas cicatrizes ainda preserva, nos dias de hoje, uma imponência particular" (VIEIRA NETO, 2012).

Os monólitos do centro de Quixadá, também tem uma função de localização geográfica, tanto para moradores como, sobretudo, para viajantes e visitantes, pois a Pedra do Cruzeiro e a Pedra do Cemitério (Figuras 81 e 82) assumem a identidade de marcos que asseguram a chegada à cidade de fato. Num primeiro momento para aqueles que chegavam através da ferrovia e, atualmente, para aqueles que trafegam pelas estradas e rodovias que cortam Quixadá, a exemplo da CE 122 e da CE 060.



Figura 81. Pedra do Cruzeiro. Foto: o autor, 2016.



Figura 82. Pedra do Cemitério. Foto: o autor, 2016.

Diante de tantos aspectos e atributos que foram desconsiderados durante o tombamento pelo Iphan em 2004a destaca-se que Pedra do Cruzeiro e a Pedra do Cemitério não deveriam ser excluídas do tombamento, pois são objetos que retratam a ação e o engenho humano no meio natural. Uma vez que as intervenções do homem na natureza modificaram a paisagem, no entorno das Pedras do Cruzeiro e do Cemitério, que estão densamente ocupadas, e carregam as marcas da história do homem moderno em Quixadá. Tal premissa acaba contrastando, em partes, do pensamento da Instituição, contudo, é um condicionante próprio de uma paisagem cultural, pois revela as interações do homem e meio.

Se, por exemplo, ocultássemos o período em que foi desenvolvida a justificativa do Estudo de Tombamento dos monólitos de Quixadá e analisássemos a justificativa para este tombamento poderíamos pensar que estaríamos tratando de tombamentos ocorridos na chamada “fase heroica” do Iphan, em que as escolhas e os bens contemplados no tombamento eram produtos de especialistas e de uma elite cultural que determinava o que tinha valor patrimonial. Além de uma perspectiva francamente formal e estética de valoração da paisagem. Quando, na verdade, o tombamento tem pouco mais de uma década

e, mesmo assim, ainda traz incutida uma forte raiz e herança de um pensamento restritivo e pouco aplicável diante do quadro recente da interdisciplinaridade, de uma visão além da fisionomia e por ser um patrimônio natural, com características tão distintas das culturais, mas que igualmente merecem serem consideradas.

Os bens culturais têm além do valor intrínseco os valores atribuídos por sujeitos e grupos culturais distintos. Ressalta-se que, no processo de valoração de um bem, da mesma forma que são estabelecidos e escolhidos os valores em contrapartida também ocorrem às exclusões de valores, ainda que estes se façam presentes. Em demasia, sabe-se que por melhores que sejam as intenções, não é possível abarcar todos os valores sem deixar ao menos um de fora, pois os valores mudam com o tempo e com ação dos sujeitos e grupos envolvidos. Contudo, foi tentado, a partir da leitura do objeto selecionado, extrair o máximo de significados e atributos articulados com base no discurso e na referencial teórico levantado. Entendendo que essa construção é um processo continuo e que, com o passar do tempo, merece ser revista, pois, certamente, novos valores podem ser atribuídos e velhos valores podem ser desconsiderados.

Embora não entre no mérito deste debate, tem-se que considerar a existência de valores de referência[50] ao lado dos valores estabelecidos pelos técnicos e especialistas, na grande maioria das vezes formada por arquitetos e historiadores. Os entendimentos de outras ciências do conhecimento como a Geografia, a Antropologia, as Ciências Sociais, as Letras somente tem a acrescentar nos esforços lançados para abarcar as particularidades em torno dos bens culturais.

O zoneamento proposto é um artifício que pode ser utilizado numa eventual rerratificação, sendo um esforço técnico e teórico na busca por incorporar novos olhares e ampliar os entendimentos em face da diversidade cultural que permeia os bens culturais, em especifico ao patrimônio natural dos monólitos de Quixadá. Na qual, as sugestões aqui apresentadas são resultantes da pesquisa desenvolvida em torno do objeto, sendo uma construção continuada, porém com grande potencial de abertura para trabalhos futuros.

[50] As referências, segundo o Inventário nacional de referências culturais, são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar (IPHAN, 2000).

CONCLUSÕES

Analisar o caso do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá não foi uma escolha ao acaso. Na verdade, o objeto de estudo foi definido a partir da prática profissional da Superintendência do Iphan no Ceará, que priorizava um estudo voltado, sobretudo, a gestão dos monólitos e uma rerratificação da poligonal que define a área a ser protegida.

Inicialmente foi essencial entender o processo de patrimonialização, as escolhas que foram feitas à época do início dos estudos para proteção e os desdobramentos a partir do Tombamento do Bem. Nesse sentido, por mais significativa que fosse realizar a gestão do patrimônio, conhecer as particularidades do Bem e realizar uma análise dos valores atribuídos tomou proporções bastante significativas no desenvolvimento da pesquisa e, em seguida, foram apresentados indicativos de como proceder com a gestão dos monólitos de Quixadá, a exemplo da sugestão do zoneamento.

Com a devida prudência de não demonstrar "modelos ideais" nas formas de gerenciamento do patrimônio natural dos Monólitos, buscou-se, inicialmente, entender esse processo de patrimonialização em torno deles. Posteriormente uma leitura crítica, auxiliada pelo olhar da geografia, permitiu trazer à tona uma diversidade de outros elementos para valoração, a exemplo do caráter simbólico e imaterial presente nos monólitos, que foram identificados a partir dos trabalhos de campo. Na qual, esses elementos puderam ser considerados como relevantes, porém, não permeavam o entendimento e os procedimentos adotados pela Instituição (a saber, o Iphan), por isso foi feito um esforço de demonstrá-los no estudo.

A identificação da diversidade dos elementos tornou-se fundamental para demonstrar os processos de transformação e a incorporação dos novos valores atribuídos em torno da compreensão do patrimônio ao longo das décadas.

Um dos desafios necessários para compreender os processos e as transformações nos monólitos de Quixadá buscou considerar um referencial teórico que atendesse as particularidades do objeto de estudo. Nesse sentido, partiu-se de uma fundamentação teórica em torno das categorias de análise da Paisagem (inclusive Paisagem Cultural) e do Território que foram apropriadas do campo do conhecimento da ciência geográfica e pensadas para o âmbito do patrimônio. Esse aspecto proporcionou articular o conceito da Paisagem e do Território e evidenciar a interpretação de ações concretas experimentadas pelo processo de

patrimonialização nos monólitos de Quixadá e na definição da poligonal do Tombamento, lançando as bases para uma eventual rerratificação da poligonal existente.

Outro aspecto bastante interessante nas considerações do referencial teórico, sobretudo no Território, foi à aproximação deste conceito com a noção de Dispositivo, conferida pelo filósofo francês Michel Foucault, que pode dar subsídios para estudos futuros e, consequentemente, revelar outros discursos em torno dos patrimônios naturais.

Ao longo do trabalho também foi apresentada a trajetória da noção de patrimônio natural em cartas internacionais da UNESCO e nas políticas de preservação no Brasil através do Iphan. Esse entendimento foi fundamental para refletir e discutir sobre a constituição da ideia de patrimônio cultural e natural como integrantes em um único bem. Essa articulação passou a ser denominada como uma Paisagem Cultural e incidiu como novas possibilidades de abordagem considerando o aspecto relacional entre o homem e meio, sendo esta uma condição determinante no ato de reconhecimento. Salienta-se que esse entendimento de Paisagem Cultural teve contribuição da Geografia aplicada ao campo do patrimônio, pois estudos envolvendo essa temática já eram discutidos desde o século XIX. Por conseguinte, já existiam bases e metodologias para o tratamento da relação do homem e meio, como por exemplo, na possibilidade de a paisagem ser lida enquanto um texto, carregado de significados e sentidos.

Para entender como foi dada a apropriação cultural, por parte da Instituição, foi feita uma análise comparativa entre estudos de tombamento de patrimônios naturais, tendo como objeto comum as Rochas. A comparação do Conjunto Paisagístico dos Monólitos de Quixadá (CE) com o Conjunto Paisagístico da Serra do Curral e Pico Belo Horizonte (MG) e com o Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais (MG) serviu para refletir sobre como se procedeu à atribuição de Valor em cada caso, observando-se que os valores atribuídos não compreendem a totalidade e tampouco a complexidade em torno das Rochas.

Para o Conjunto da Serra dos Cristais a atribuição de valor ao sítio natural foi condicionada pela qualidade cênica e de moldura que a Serra tem com a cidade de Diamantina, podendo ser aferido que a cidade perderia valor paisagístico sem a Serra, contudo a cidade manteria outros valores atribuídos a ela como o histórico e o arquitetônico. Diferentemente, do Conjunto dos monólitos de Quixadá e da Serra do Curral em que as próprias rochas são o objeto e os bens valorados, ou seja, sem a presença do sítio natural não existiriam patrimônios dessa natureza em Quixadá e Belo Horizonte, que constituem referencias simbólicas e ao mesmo tempo físicas e sua ausência caracterizaria a inexistência do valor cultural.

As atividades de campo foram fundamentais para o conhecimento da área e a identificação da problemática no objeto de estudo, o que refletiu, significativamente, nas reflexões sobre a atribuição dos valores; nas considerações dos atributos não visíveis aos olhos, porém presentes no caráter simbólico. Essas atividades *in loco* proporcionaram a realização do georreferenciamento e, consequentemente, a proposta de Zoneamento nos monólitos, que pode condicionar numa eventual rerratificação. A acurácia dos limites das poligonais foi obtida mediante *softwares* de geoprocessamento e foram incorporados ao trabalho. Essas ferramentas do geoprocessamento já são bastante utilizadas na geografia, sendo esta mais uma das contribuições da ciência geográfica a este trabalho.

Nesse trabalho, houve a tentativa de articular e adequar os instrumentos patrimoniais: o Tombamento (principal e mais antigo instrumento do Iphan) e a Chancela da Paisagem Cultural (o instrumento mais recente do Iphan e com mais proximidade da Geografia, em razão dos estudos envolvendo a Paisagem Cultural) aos instrumentos de gestão (o zoneamento). Essa articulação, compreendida como um pacto, pareceu ser uma alternativa prática e com projeções institucionais, embora difícil de executar devido as naturezas distintas entre as instâncias de poder deve ser um caminho a ser perseguido, pois o zoneamento baseado nessa articulação permitiu a revisão de valores e mostrar como é importante e necessário lidar com os padrões de uso e ocupação do solo.

Lembrando que a articulação supracitada deve incluir tanto a diversidade dos aspectos simbólicos como a comunidade local e as instâncias de poder envolvidas com o território em análise, através da participação dos atores na tomada de decisão, nos debates relativos ao patrimônio cultural. Esses aspectos são fundamentais nas políticas de preservação dos Bens e na manutenção do processo dinâmico de salvaguarda nos diferentes usos e ocupações do solo e nas diferentes narrativas de interesse patrimonial, sobretudo, diante da complexidade que alguns processos de preservação vêm assumindo, como é o caso das paisagens culturais.

O trabalho identificou conflitos na gestão do uso e ocupação do solo envolvendo diversas instâncias governamentais (municipal, estadual e federal) que foi possível a partir de ferramentas de geoprocessamento, que geraram mapas temáticos, observando-se, em várias situações, sobreposições entre as poligonais identificando os conflitos.

Esses mapas revelaram existir porções do território cobertas pelos três âmbitos, sem definição clara do papel e do interesse de cada instância dentro de um mesmo espaço. Em contrapartida, foram observadas áreas totalmente descobertas e sem nenhum tipo de

acautelamento. Assim, existe uma necessidade urgente de soluções ou propostas para enfrentar o problema da proteção e desenvolvimento da área.

Um aspecto importante foi encontrar um ponto de equilíbrio no desenvolvimento e na política urbana que condicionasse o direito à cidade pela população e, ao mesmo tempo, garantisse a integridade do Bem cultural, em decorrência dos conflitos identificados, especialmente aos monólitos existentes dentro do tecido urbano e na área de expansão do crescimento urbano, compreendendo: a Pedra do Cruzeiro, Pedra do Cemitério, a Pedra da Nariguda, o Serrote Verde, os monólitos do Herval e do Açude do Eurípedes. Para isso, foi proposta uma sugestão de zoneamento que possa ser utilizada numa eventual rerratificação.

O zoneamento consistiu na divisão do território em três poligonais, classificadas em Estática, Dinâmica e Estável; Zonas 01, 02 e 03, respectivamente. Cada uma teve um tratamento diferenciado devido às particularidades existentes, sobretudo do ponto de vista cultural, das ações humanas no meio e de uma perspectiva de gestão.

A Zona 01 ou Estática é marcada, principalmente, pela área rural, pelo caráter simbólico, pelo aspecto paisagístico e pelo esvaziamento de construções que constitui um estágio o mais próximo do natural.

A Zona 02 ou Dinâmica corresponde à porção do território que se encontra em processo de adensamento e consolidação da malha urbana. É a zona onde o Iphan tem mais atuado, em razão dos conflitos de uso e ocupação do solo, devido ao valor econômico da Terra. Outra característica identificada nessa zona foram as drásticas transformações observadas na paisagem no entorno dos monólitos.

A Zona 03 ou Estável representa à parte do distrito sede de Quixadá e compreende os monólitos localizados na malha urbana já consolidada, ou seja, as ocupações humanas ao redor dos monólitos.

Nesse sentido, uma das principais contribuições desse estudo foi a proposta de zoneamento, a qual sugere uma ampliação do entendimento da realidade no Conjunto dos Monólitos de Quixadá. Para isso, considerou-se como fundamental aprofundar o entendimento dos valores existentes, a consulta da comunidade local, e a consolidação da compreensão que os monólitos vão além da sua fisionomia. Desse modo, para dar prosseguimento em uma eventual rerratificação para o Conjunto dos Monólitos de Quixadá,

o zoneamento deve incorporar novos olhares e ampliar os entendimentos em face da diversidade cultural que permeia o Patrimônio.

Ressalta-se que os resultados do trabalho desenvolvido são uma construção inacabada e em processo, que possui, entretanto um enorme potencial de abertura para trabalhos futuros. Como sugestão disso, pode-se indicar:

I. Proceder com o zoneamento proposto na rerratificação, considerando as interfaces e diversidades culturais relatadas para o Conjunto Paisagístico dos Monólitos;
II. Em razão da natureza geológico-geomorfológica dos Monólitos e pela sua interação no contexto do Sertão Central Cearense, seria interessante considerar uma proposta para criação de um Geoparque na área, compreendendo uma maior geodiversidade;
III. Como forma de complementar o zoneamento, sugere-se realizar um diagnóstico interdisciplinar em Quixadá que mostre o território ao nível geológico, ecológico, arqueológico, cultural, turístico e histórico com um território definido e voltado para o desenvolvimento socioeconômico local.
IV. Realizar um trabalho de socialização do Patrimônio cultural local para a implantação de ações junto com a comunidade local através de ações de ensino-aprendizagem, na multiplicação do conhecimento e capacitação de gestores, como por exemplo: em oficinas e palestras nas escolas, faculdades, associações comunitárias e organizações não governamentais a fim de proporcionar a valorização e dinamismo do Conjunto.
V. Construir uma cartografia social em Quixadá como aporte na Chancela da Paisagem Cultural e na atribuição de valor, em virtude dos elementos e atributos culturais, naturais e simbólicos percebidos no Conjunto dos Monólitos de Quixadá.
VI. Integrar e articular as diferentes instâncias governamentais envolvidas com a cidade e o território no sentido de realizar ações eficazes de salvaguarda do Patrimônio reconhecido enquanto portador de valor cultural, seja pelas instituições, seja pelos moradores do sítio.

REFERÊNCIAS

AB' SABER, Aziz. Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 158p.

_____. O tombamento da Serra do Mar. In: Revista do Patrimônio. Seção Fato. Rio de Janeiro: Edição nº 21, 1986, 07-20 p.

AGAMBEN, Giorgio. O amigo e O que é um dispositivo. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó-SC: Argos, 2014, 71p.

ANDRADE, Antônio Luiz. O tombamento na preservação de áreas naturais. In: Revista do Patrimônio. Seção Ecologia e Governo. Rio de Janeiro: Edição nº 19, 1984, 40-44 p.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. Os valores do patrimônio cultural: uma contribuição teórica para as políticas de conservação. In: Revista Vitruvius, Arquitextos, junho de 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4387> acesso em Nov. de 2016.

_____. Paisagem cultural: um conceito inovador. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEDS, 2009, 220 p.

ARAÚJO, José Amaury de Aragão (coord.). Barragens do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Dnocs, 1982, p. 72.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.24.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. In: Revista eletrônica de pesquisa e graduação em Filosofia, Filogênese. Unesp campus Marília, Vol. 6, nº 2, 2013.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Quatro comentários sobre paisagem e região. *In:* SÁ, Alcindo José de. & CORRÊA, Antônio Carlos de Barros (Orgs). Regionalização e análise regional: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Universidade da UFPE, 2006. 247p.

BERJMAN, Sonia. El paisaje y el jardín como elementos patrimoniales: una visión argentina. *In:* TERRA, Carlos Gonçalves & ANDRADE, Rubens Oliveira de. Paisagens culturais, contrastes sul-americanos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, pp. 143-157.

BERQUE, Augustin. Paisagem, meio, história. *In:* Cinq propositions pour une du paysage. Paris: Editions Champ Vallon, 1994.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem. Editora Perspectiva, 2006. 120p.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos. Discutindo o Território e a Territorialização na saúde: uma contribuição as ações de vigilância em saúde ambiental. Revista de Geografia (UFPE) V. 32, No. 3, 2015

BO, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. 186p.

BOLOS; CAPDEVILA. M. de (org.). Manual de ciencia del pasaje: teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson S.A., 1992.

BRASIL (IBGE). Censo 2010. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Censo 2000. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. Artigo 216, seção II da Cultura. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: jan. 2014.

_____. Lei da arqueologia nº 3.924, 26 de julho de 1961. Decreta a proteção e guarda à todos os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Edição federal, 1961.

_____. Lei nº 10.251, 10 de julho de 2001. Estabelece o Estatuto das cidades e regulamenta o uso da propriedade urbana. Edição federal, 2001.

BRITO, Marcelo. Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil: em busca da sustentabilidade. In: Revista Ágora, Brasília, 1997, p. 147 a 155.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Our common future: from one earth to one world. Nova York: Oxford University Press, 1987.

CASTRO, D. G. Significados do conceito de paisagem. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI. Goiânia: UFG / AGB, 2004.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEDS, 2010.

_____. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, 380p.

CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007, p 196p.

CEARÁ. Decreto estadual nº 26.805, 25 de outubro de 2002. Criação da Unidade de Conservação Estadual intitulada: Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá (MNMQ). Edição estadual, Ceará, 2002.

CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Tradução: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, 184 p.

_____. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed.UNESP, 2006. 282 p.

CLARK, K. Landscape into art. London, J. Murray, 1991.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis, Ed. Edusc, 1999.

_____. O papel da geografia cultural na compreensão da ação humana. Traduzido do francês por Márcia Trigueiro. *In:* ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Ongs). Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001, p. 146.

_____. A paisagem dos geógrafos. *In:* CÔRREA & ROSENDAHL. Geografia Cultural: uma antologia, volume 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 245-276.

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS). Carta de Atenas, 1931. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Carta de Veneza, 1964. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Convenção do Patrimônio Mundial, 1972. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/ConvencaoPatrimonioMundial.pdf.> Acesso em: fev. 2016.

_____. Carta de Bagé, 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

CONTI, José Bueno. Geografia e Paisagem. In: Revista Ciência e Natura, UFSM, v. 36, Edição Especial, 2014, p. 239 a 245.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 15 – 47

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Carl Sauer e a Escola de Berkeley: uma apreciação. In: Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, 146p.

_____. Geografia cultural: apresentando uma antologia. *In:* Geografia cultural: uma antologia, volume 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 07-14.

COSGROVE, D. & DANIELS, S. The iconography of landscape. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In:* CÔRREA, R. L. A Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

COSTA, José Pedro de Oliveira. Patrimônio Natural e Estatuto do Tombamento: reflexões sobre a estratégia de preservação. In: Revista do Patrimônio. Seção Fato. Rio de Janeiro: Edição nº 21, 1986, 21-25 p.

COUNCIL OF EUROPE. Convenção europeia da paisagem. Florença, 2000. Disponível em: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

CRUZ, Elisângela Martins da Silva. Açude do Cedro: mitos e verdades (os verdadeiros responsáveis pela construção do açude de Quixadá, 1884-1906). Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2006, 136p.

CURY, Isabelle (Org.). Cartas patrimoniais. 2 ed. - ver. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CURY, Isabelle. A Construção do Sistema de Paisagens Nacionais no Rio de Janeiro e o Sítio da Paisagem Cultural Carioca Patrimônio Mundial. In: 4º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte-MG, setembro de 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: 2ª Edição, Editora Saraiva, 1998.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Patrimônio Cultural e Geoparque. In: Revista do Instituto de Geociências – USP. São Paulo, v. 5, p. 75-83, outubro 2009.

DOKOUTCHAEV, V. V. Théorie des zones naturelles. Moscou: Geografguiz, 1948, 62 p.

DUNCAN, James. The superorganic in American Cultural Geography. Annals of the association of American Geographers, 1980, 70(2): 181-198.

_____. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2004.

_____. The City as Text: the politics of landscapes interpretation. In: the Kandyan kingdom. USA, Cambridge University Press, 1990, 229 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição, 1986, 1838 p.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOWLER, Peter. World heritage cultural landscapes 1992-2002. Paris: UNESCO, 2003.

GALVÃO, D. M. O. 2008. Subsídios à determinação de vazões ambientais em cursos d'água não regulados: o caso do Ribeirão Piripau (DF/GO). Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de Engenharia Florestal, Publicação PPGEFL. DM – 096/08, Brasília, DF, 2008.

GEERTZ. Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013, 323 p.

GODINHO, Rosemary de Sampaio. Renascimento: uma nova concepção de mundo através de um novo olhar para a natureza. *In:* DataGramaZero – Revista da Informação, volume 13, nº1, 2012. Disponível em: http://www.dgz.org.br/fev12/Art_01.htm. Acesso em: 19 de set. 2015.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 359.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. 368p.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. Geomorfologia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 192 p.

HAESBAERT. Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

INMET, Dados históricos/Clima, Instituto Nacional de Meteorologia, 2014. Disponível em: www.inmet.gov.br.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Infográficos: dados gerais do município, 2013. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=231130&search=ceara|quixada|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em out. 2016.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. Governo do Estado do Ceará. Perfil Básico Municipal – Quixadá. Fortaleza, 2010.

Instituto del Patrimonio Cultural de España. Carta de México. Carta de México en defensa del patrimonio cultural, 1976. Disponível em: http://ipce.mcu.es/pdfs/1976_Carta_Mexico.pdf. Acesso em nov. 2016.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Manual de aplicação do Inventário Nacional de Nacional de Referências Culturais. Brasília: IPHAN, 2000.

_____. Estudo para tombamento federal do conjunto de *inselbergs* de Quixadá-CE. Processo nº 1.377-T-96. 4ª Superintendência regional do Iphan/CE. Outubro de 2001, 97 p.

_____. Estudo para o tombamento federal dos Morros do Rio, algumas edificações, conjuntos arquitetônicos, jardins históricos e praias na cidade do Rio de Janeiro. Processo nº 0099-T-38. Rio de Janeiro (RJ). Junho de 1938, 38 p.

_____. Estudo para o tombamento federal dos Morros do Rio. Processo nº 0869-T-73. Rio de Janeiro (RJ). Agosto de 1973, 112 p. e 03 mapas.

_____. Estudo para o tombamento federal do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Superintendência regional do Iphan/MG. Minas Gerais. Junho de 1996, 77 p. e Anexo.

_____. Rerratificação do tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral. Processo nº. 0591-T-58, 05/12/96, Iphan/MG. Memo nº 758/96. Belo Horizonte. 07 p

_____. Recomendação de Paris: Paisagens e Sítios, 1962. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf. Acesso em abril 2016.

_____. Declaração do México. Conferência Mundial sobre as políticas culturais, 1985. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf. Acesso em setembro 2016.

_____. Carta de Washington. Carta internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf. Acesso em maio de 2016.

IPHAN. Açude do Cedro no Ceará. 4ª Superintendência regional do Iphan/CE. Processo: nº 1082-T-83, Julho de 1984, 89 p.

_____. Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. In: Proteção e revitalização do Patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. SPHAN, Pró-memória, 1980, anexo VI, 55-68 p.

_____. Carta do Rio. Conferência geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1992. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf. Acesso em set. 2016.

_____. Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, de 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Mapeamento e preenchimento das fichas do SICG – Módulo de Conhecimento – Conjunto Paisagístico dos Serrotes de Quixadá/CE. 3º produto de práticas supervisionadas de Cláudio Antônio Vieira da Silva, IPHAN Ceará, 2016.

JELLINEK, Georg. Teoria Geral do Estado. Fundo de Cultura Econômica. México: 1990, p. 379.

LIMA, FRANCISCO de ASSIS SILVA de.; PEREIRA, JOSÉ HAMILTON. Estradas de ferro no Ceará, Fortaleza. Expressão Gráfica e Editora Ltda. 2007. 240 p.

Lloyd's Greater Britain Publishing Company. Impressões do Brazil no século vinte. Arquivo histórico de Cubatão-SP. Londres e Rio de Janeiro: 1913, 1080 p. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm. Acesso agosto 2016.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. Percepção da Paisagem: conceituação, observação, descrição, vivência. Conteúdos e didática de geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Disponível em: http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47176/1/u1_d22_v9_t03.pdf. Acesso em: 18 set. 2015.

MAIA, Rubson Pinheiro; et al. Geomorfologia do campo de inselbergs de Quixadá, Nordeste do Brasil. In: Revista Brasileira de Geomorfologia. São Paulo, v. 16, nº 2, 2015, 230-253 p.

MARTINS, Éder de Souza; REATTO, Adriana; CARVALHO JR, Osmar Abílio de; GUIMARÃES, Renato Fontes. Ecologia da paisagem: conceitos e aplicações potenciais no Brasil. Planaltina – DF: Embrapa Cerrados, 2004, 35p.

MELO, Vera Mayrinck. Um recorte da paisagem do Rio Capibaribe: seus significados e representações. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 407 p.

MINDLIN, José. Aloísio Magalhães: um "designer" polivalente. In: ALOISIO Magalhães e o desenho industrial no Brasil. São Paulo: FIESP/CIESP, 1983. p. 2.

MONTEIRO, C. A. F. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000.

MOREIRA, M.A. Fundamentos de Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 2ª ed. Viçosa, UFV, 2003.

MOURA, Miguel de. Quixadá no inicio do século XX [1885-1909]. Coleção Thereza Christina Maria. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html. Acesso em mar. 2016.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. ; O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. Revista Cadernos do Ceom, v. 29, p. 20-38, 2008.

PAIVA, Olga Gomes de (coord.). Monólitos de Quixadá: patrimônio de todos, roteiro para a preservação do Patrimônio Cultural. Fortaleza: IPHAN, 2006, 36p.

PEREIRA, A. Q. O centro urbano de Quixadá. In: Anais do V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, 2010, Maceió. v. I. p. 1-7.

POZZO, Renata Rogowski; VIDAL, Leandro Morais. O conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX. *In:* Revista Discente Expressões Geográficas, Florianópolis: nº 06, ano VI, 2010, p. 111-131.

QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernandes. Patrimônio natural: utilitarismo versus ética ecológica. In: Revista do Patrimônio. Seção Ecologia e Governo. Rio de Janeiro: Edição nº 19, 1984, 48-52 p.

QUIXADÁ. Lei nº 1.903, de 14 de abril de 2000. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Edição municipal, Quixadá, 2000.

_____, Lei ordinária nº 2.512, 09 de março de 2012. Estabelece nova ampliação de perímetro urbano em Quixadá. Edição municipal, Quixadá, 2012.

_____. Lei nº 1.727, 03 de outubro de 1997. instituiu o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Quixadá (CONPAQ). Edição municipal, Quixadá, 1997.

_____. Lei nº 1.904, de 14 de abril de 2000. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo em Quixadá. Edição municipal, Quixadá, 2000.

_____. Lei ordinária nº 2.319, 20 de dezembro de 2007. Amplia o perímetro urbano em Quixadá. Edição municipal, Quixadá, 2007.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p. 152.

_____. Os ídolos da Paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. Rio Claro: 1º congresso de organização espacial, UNESP, 2010.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Anneblume, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza; et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.

RIEGL, Aloïs. O culto dos monumentos: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006, 120 p.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1996.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. O pequeno príncipe. Rio de Janeiro, Editora Agir, 2009. Aquarelas do autor. 48ª edição / 49ª reimpressão. Tradução por Dom Marcos Barbosa. 93 páginas.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 31:19-26, 1990.

SANCHES, Pedro L. M. Caracterização e Origens do Culto Moderno dos Monumentos. In: Memória em Rede**.** Pelotas, v.2, n.5, abr. / jul. 2011. Disponível em http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta0201/index.php/memoriaemrede/article/view/11. Acesso em abril de 2016.

SANT'ANNA, Márcia. Da cidade monumento à cidade documento: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-r1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002, 384p.

SARTORELLO, Ricardo. Interações em estudos para conservação: conceitos e técnicas para análises geográficas e ecológicas da paisagem (Tese de doutorado). USP: São Paulo, 2014, 253p.

SAUER, Carl O. The Morphology of Landscape. *In:* Land and Life: A Selection from the writings of Carl Ortwin Sauer, ed. by J. Leighly (Berkeley: University of California Press, 1963), pp. 315-350. Disponível em: <http://geography.uoregon.edu/amarcus/geog620/Readings/Sauer_1925_Morphology_of_landscape.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. Revista Diálogos, São Paulo: DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p.55-78, 2006 a.

_____.. A construção do patrimônio natural. São Paulo: Edições Labur, 2008.

SEEMANN, Jörn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíves da geografia cultural?.*In:* Espaço e Cultura, UERJ, RJ, nº 17-18, p. 65-76, 2004.

SILVA, A. de F; BRAGA, A. C.; GAMEIRO, F. G.; LIRA, F. B.; SÁ CARNEIRO. A. R.; MELO, V. M. Os valores patrimoniais da paisagem cultural: uma abordagem para o processo de intervenção. Paisagem e Ambiente. São Paulo: v. 24, p. 297-308, 2007.

SILVA, Claudio Antonio Vieira da. Mudanças e permanências na paisagem do sítio de Igarassu – PE. Recife: O Autor, 2015.

SILVA, E. R. A. C.; GALVÍNCIO, J. D. A Metodologia de Escopo Global MWSP Aplicada no Âmbito Local para Análise do Estresse Hidrológico no Médio Trecho da Bacia do Ipojuca- PE: uma Contribuição à Temática da Transposição do Rio São Francisco. Revista Brasileira de Geografia Física, Vol 4 n° 03 (2011) 602-628.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. Território: Uma revisão teórico-conceitual. InterEspaço Grajaú/MA v. 1, n. 1 p. 49-76 jan./jun. 2015.

SOTCHAVA, V. B. Por uma teoria de classificação de geossistemas da vida terrestre. São Paulo, Instituto de Geografia, 1978, 23 p.

SOUSA, José Bonifácio de. Quixadá de Fazenda a Cidade (1755-1955). Fortaleza: IBGE – Conselho Nacional de Estatística, 1960, 134p.

SOUSA, M. A. (coord.). Conhecendo e construindo a história de Quixadá. Quixadá: Gráfica Tipogresso. s/d.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.7- 116.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Cultural (SUDEC). Tendência da urbanização e déficit habitacional na cidade de Quixadá. Fortaleza: Divisão de Biblioteca e Documentação da SUDEC, 1968.

THOMAS, Michael Frederic. Geomorphology in the tropics: a study of weathering and denudation in low latitudes. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1994.

THOMPSON, Analucia. A composição do Dicionário. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014.

TROLL, Carl. The geography landscape and its investigation. Translated by Conny Davinsen. Studium Generale, 3, 1950.

VESENTINI, W. J. Novas geopolíticas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA NETO, João Paulo. Conjunto de serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural (Dissertação). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

VILLA, M. A. Vida e morte no sertão: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. A natureza do Patrimônio Cultural do Brasil. In: Revista do Patrimônio. Seção Patrimônio Natural. Rio de Janeiro: Edição nº 22, 1987, 233-235 p.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de; DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Diretrizes para a analise e a classificação do patrimônio natural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, mimeo, 1988.

ZONNEVELD, I. S.; FORMAN, R. T. T. Changing landscape: an ecological perspective. Springer-Verlag, 1990.

ANEXOS

Anexo 01. Lista de Sítios e Indicativa do Patrimônio Mundial da UNESCO no Brasil

ANO	NOME DO SÍTIO (CULTURAL)
1980	A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais
1982	O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco
1983	As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina
1985	O Centro Histórico de Salvador, Bahia
1985	O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais
1987	O Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal
1991	O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí
1997	O Centro Histórico de São Luís do Maranhão
1999	Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais
2001	Centro Histórico da Cidade de Goiás
2010	Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe
2012	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar
2016	Conjunto Moderno da Pampulha
ANO	**NOME DO SÍTIO (NATURAL)**
1986	Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu, Paraná e Argentina
1999	Mata Atlântica - Reservas do Sudeste, São Paulo e Paraná
1999	Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo
2000	Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central
2000	Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
2001	Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, Goiás
2001	Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas

LISTA INDICATIVA – PATRIMÔNIO CULTURAL
Barragem do Cedro nos Monólitos de Quixadá (CE)
Cais do Valongo (RJ)
Caminho do ouro em Paraty e sua paisagem (RJ)
Conjunto de Fortificações do Brasil (AP, AM, BA, MS, RJ, RO, PE, RN, SC e SP)
Geoglifos do Acre (AC)
Igreja e Mosteiro de São Bento (RJ)
Itacoatiaras do Rio Ingá (PB)
Palácio da Cultura – Antiga sede do Ministério de Educação e Saúde (RJ)
Sítio Roberto Burle Marx (RJ)
Teatros da Amazônia (AM/PA)
Vila Ferroviária de Paranapiacaba (SP)
Ver-o-Peso (PA)
LISTA INDICATIVA – PATRIMÔNIO NATURAL
Cânion do Rio Peruaçu (MG)
Estação Ecológica Anavilhanas (AM)
Estação Ecológica do Taim (RS)
Estação Ecológica de Raso de Catarina (BA)
Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ)
Parque Nacional da Serra da Canastra (MG)
Parque Nacional da Serra do Divisor (AC)
Parque Nacional Pico da Neblina (AM)
Reserva Biológica do Atol das Rocas (RN)
LISTA INDICATIVA – PATRIMÔNIO MISTO
Serra da Capivara – Parque Nacional e Área de Preservação Permanente (PI)
Área federal de proteção ambiental, Caverna do Peruaçu/Parque Veredas do Peruaçu (MG)

Fonte: UNESCO e IPHAN. Adaptado pelo autor

FORMATO DE APRESENTAÇÃO DE UMA LISTA INDICA

ESTADO PARTE: BRASIL	**DATA DE APRESENTAÇÃO:** 20/12/2014
Formulário preparado por:	
Nome: Murilo Cunha Ferreira Superintendente do IPHAN no Ceará – Substituto	e-mail: murilo.ferreira@iphan.gov.br
Endereço: Rua Liberato Barroso, nº 525, Centro, Fortaleza/CE. CEP:60.030-160	Fax: (55 85) 3221.6360
Instituição: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN / Superintendência do Ceará	Telefone: (55 85) 3221.6360 / 3221.6263
NOME DO BEM: Barragem do Cedro nos Monólitos de Quixadá	
Estado, Província ou Região: Quixadá, Ceará	
Latitude e Longitude, ou Coordenadas UTM: Latitude (S) 4º 58' 48.8" e Longitude (W) 39º 03' 52.8" / Zona 24 Sul; Datum: WGS 84; GPS Margem de erro: 5 metros.	

DESCRIÇÃO

Caracterização do Bem segundo as categorias de valoração vigentes: Bem Cultural Tipologia: Paisagem Cultural, Evolutiva.

> *Vicente ia revendo as grandes pedras de Quixadá que se destacavam abruptamente sobre a vastidão arranhenta da caatinga, erguendo, céu acima, as enormes escarpas de granito.*
>
> *A luz lhes dava gradações estranhas, desde o cinzento metálico, e um azul da cor do céu, e o outro azul de violeta-pálido, até ao negro do lodo que escorria em grandes listas, sumindo-se nas anfractuosidades, chamalotando as ásperas paredes a pique.*
>
> *Surgiam ao longe, como uma barreira fechada e hostil, os serrotes ligando-se aos serrotes, num alinhamento amontado. Mas o trem ia-se aproximando, penetrando, e à medida que avançava, as montanhas cerradas se afastavam, como se abrissem o passo ao monstro resfolegante que chegava. (Rachel de Queiroz,* O Quinze, *1930*[1]*).*

A região de Quixadá (topônimo que significa curral de pedras), localizada na região do Nordeste brasileiro, vem sendo ocupada pelo homem desde períodos pré-históricos, como atestam as pinturas rupestres e outros vestígios arqueológicos existentes no local. A colonização europeia iniciou-se a partir do último quartel do século XVII, partindo das áreas de produção açucareira do litoral e seguindo os leitos dos principais rios, adentrando o sertão em busca de locais para criação de gado bovino. A organização do território e da cultura se fez em torno da propriedade rural, da estrutura familiar patriarcal, das fazendas e das áreas de pastoreio. Nessa região, a paisagem de Quixadá possui uma intrigante característica que convida a imaginação a tentar decifrá-la. Nos relatos de artistas e viajantes, as impressões se manifestam sempre em tom de admiração e fantasia. Contrastando na grande planície sertaneja, as formações bizarras emanam uma atração magnética, que a tornam única como

lugar.

Essas formações, os *inselbergs* – termo alemão que significa "ilha (*insel*) montanha (*berg*)" –, localmente conhecidas como Monólitos, são elevações residuais resultantes de processos erosivos característicos de ambientes áridos ou semiáridos. Em nenhum outro lugar do planeta, essas formações são tão numerosas e coesas como em Quixadá. Nesse ambiente particular, o bioma predominante na região é a Caatinga, termo indígena para "mata branca": bioma endêmico, o único exclusivamente brasileiro, que cobre cerca de 850.000km², 10% do território nacional. Entre suas características mais impressionantes, está a capacidade de resistir aos longos períodos secos e regenerar-se com o retorno das chuvas, cobrindo-se a vegetação aparentemente inerte de verde.

Por volta de meados do século XIX, as condições que haviam permitido a sobrevivência do colonizador no semiárido brasileiro se modificaram: com o crescimento demográfico, as novas regulações sobre a terra e o avanço da cotonicultura (restringindo as antigas áreas de refúgio ou abrigo), os períodos de estiagem passaram a impactar amplamente a população da região. A seca tornou-se um problema de dimensões nacionais, e o combate a seus efeitos passou a ser objeto de políticas do Império e, posteriormente, da República.

Neste sentido, a Barragem do Cedro é o primeiro grande projeto do governo brasileiro na Caatinga, a primeira grande obra de engenharia, um *tour de force* que exigiu a participação de profissionais nacionais e estrangeiros, com destaque para o papel do inglês Julian John Rèvy. Este engenheiro vinha de experiências semelhantes na Índia e na Austrália, e também havia publicado obras sobre a temática, como *Hydraulics of great rivers: the Paraná, the Uruguay, and the La Plata estuary* (1874) e, em colaboração com John Frederic La Trobe Bateman, *Channel Railway: Description of a proposed cast- iron tube for carrying a railway across the channel between the coasts of England and France* (1869). Entre os engenheiros brasileiros que vieram a colaborar na construção do Cedro, estão Aarão Reis, Ulrico Mursa e Piquet Carneiro.

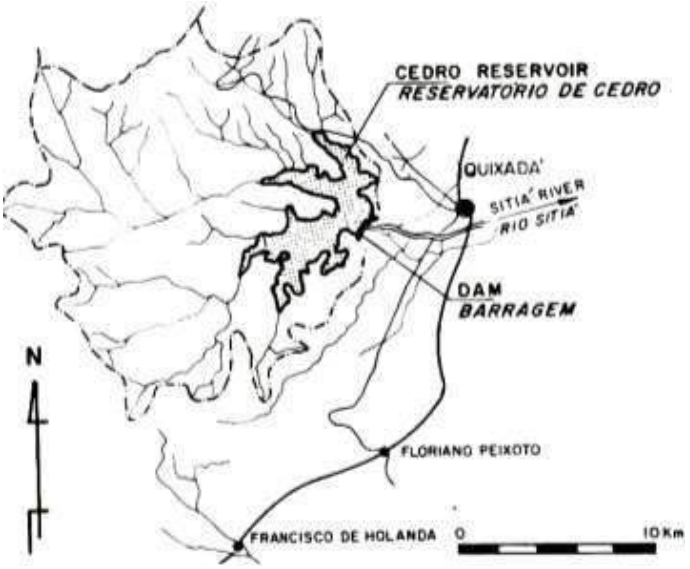


Imagem 1: bacia hidrográfica

Fonte: ARAÚJO, José Amaury de Aragão (coord.). Barragens do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Dnocs, 1982, p. 69.

Construído entre 1890 e 1906, o projeto alinhou o uso de tecnologias avançadas para a época (a barragem em alvenaria de pedra, o uso do cimento e do aço como materiais

construtivos) com uma apropriação racional do ambiente, realizando a represa entre formações rochosas que servem de amparo e complemento à obra d'arte. Barragens (em maciços de terra) para reserva de água já eram praticadas na região, mas a do Cedro, além da nova técnica construtiva, trouxe como novidade a ideia de seu aproveitamento prioritário para a irrigação controlada: por isso, foi desenhada uma rede de canais que constituía o coração do projeto.

Os seus quatro barramentos têm soluções diferenciadas conforme o uso e suas condições de implantação: a barragem principal é em alvenaria de pedra, seguindo o desenho em arco cujo vão mede 415m. A parede tem 20m de altura e uma seção prismática, com 4m de largura no coroamento e 8m na base. O vertedouro, também em pedra, vence 91m em linha reta, e tem uma seção tronco piramidal, com 7m de altura por 7m de largura, na base. As outras duas barragens (barragem sul e Lagoa do Forges) são em maciços de terra homogêneos. Os canais de irrigação cobrem, aproximadamente, 500ha. O Cedro tem capacidade de acumulação de 126 milhões de m³, e sua bacia hidrográfica cobre uma área de cerca de 224 km².

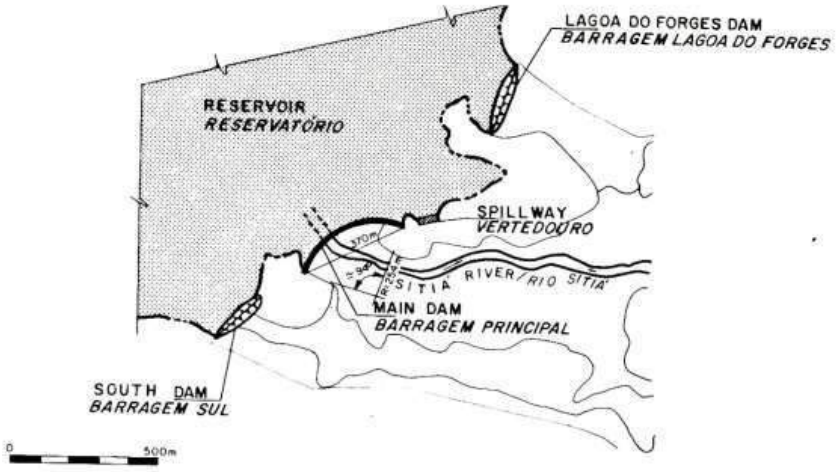


Imagem 2: bacia hidrográfica

Fonte: ARAÚJO, José Amaury de Aragão (coord.). Barragens do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Dnocs, 1982, p. 72.

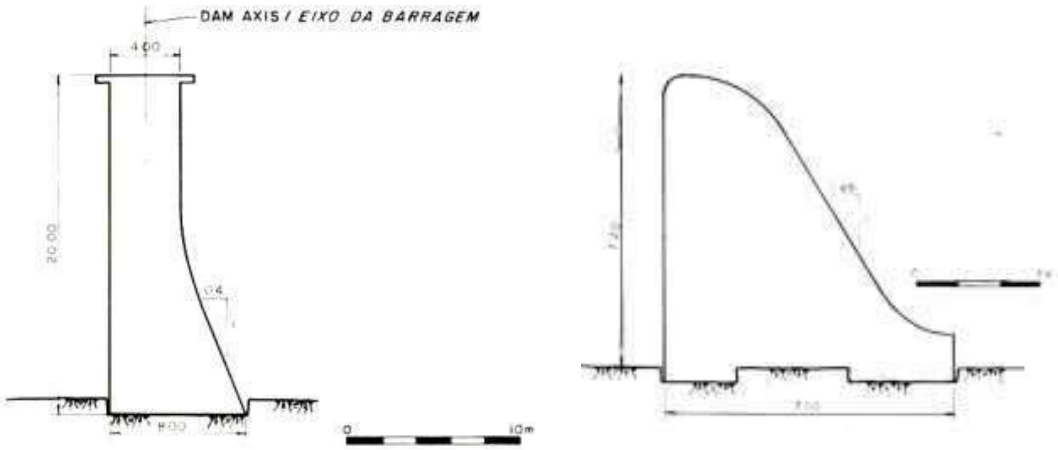


Imagem 3: seções transversais da barragem principal (à esquerda) e do vertedouro (à direita)

Fonte: ARAÚJO, José Amaury de Aragão (coord.). Barragens do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Dnocs, 1982, p. 73.

Paisagisticamente, é no arco em cantaria de sua parede principal que a obra se afirma.

O desenho incisivo da represa e a sua tessitura mimética (feita de pedra local) criam um diálogo com os rochedos envolventes. Implantado sob os pés da, talvez, mais famosa das formações de Quixadá – a Pedra da Galinha Choca –, o Cedro é uma impressionante realização em engenho e arte. À jusante do açude, no curso do rio Sitiá (o qual barra) e ao longo dos canais de irrigação, o vale se abre fértil, ainda mais verde quando se renovam as matas, em anos de chuvas regulares.

Mas os impactos da construção da barragem superam em muito o seu contexto imediato. Toda a política de segurança hídrica no semiárido brasileiro, operada desde o final do século XIX e em boa parte do XX, deve-se a essa experiência primeira: uma política que visava criar condições de combate ao forte impulso migratório que passaria a vigorar na região. As gravíssimas estiagens de 1877-79 e de 1890-93 provocaram fome, epidemias, mortandade, dizimação de rebanhos e caos social. Estava em curso um processo de despovoamento do sertão do Nordeste do Brasil e a construção de grandes açudes foi adotada como estratégia para reverter esse quadro.

É neste cenário que o Cedro também representa a culminância de várias experiências da tecnologia hidráulica, sempre tão necessárias à civilização, constituindo, à época, um projeto arrojado de grande complexidade. Suas soluções técnicas representam o que de mais avançado se dispunha no Ocidente, naquela época, havendo recebido contribuições de outras experiências, como as realizadas na França, Itália e, em especial, no Império Britânico.

De tal maneira, o arranjo da Barragem do Cedro em um ambiente por si excepcional, cujo relevo se distingue em raridade, exuberância e por um forte apelo psicológico, constitui uma paisagem plena de surpresas, mas, igualmente, imbuída de um conteúdo cultural profundo. Seu alcance inclui desde o processo de colonização europeia até a luta pela sobrevivência das populações modernas no semiárido, luta esta que ganha evidência ante as mudanças climáticas que ressignificam a relação do homem com a natureza e as estratégias de adaptação das comunidades ao ambiente natural.

JUSTIFICATIVA DE VALOR UNIVERSAL

(iv): ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana

A Barragem do Cedro, com sua parede em arco de alvenaria de pedra, foi a primeira grande obra hidráulica moderna do continente sul-americano. Ela incorporou o avançado progresso científico, tecnológico e do cálculo aplicado à engenharia civil à época. Projetada pelo engenheiro britânico J. J. Rèvy e construída por expoentes da nascente engenharia brasileira de formação politécnica, a barragem afirma-se como um exemplar excepcional do período entre a segunda metade do século XIX e início do XX. É uma das pioneiras obras do seu tipo e do seu porte no mundo. Para além de sua funcionalidade de represamento d'água para irrigação, sua implantação, seu desenho e seu esmero de execução resultaram numa paisagem de beleza ímpar, combinando arrojo e elegância, monumentalidade e singeleza, numa simbiose entre o engenho humano e a obra da natureza que anima o espírito.

A paisagem formada pelos monólitos e pela Barragem do Cedro em Quixadá representa a síntese da Caatinga, bioma de clima semiárido endêmico do Brasil, e a luta do colonizador para ocupar e transformar a partir do século XVII esse habitat marcado por intensas estiagens. O açude (projetado e construído entre 1882-1906) iniciou uma política sistemática e bastante exitosa de represamento de águas superficiais e de interligação de bacias ao longo de mais de um século por toda a região, alterando a sua percepção quanto às possibilidades reais de ocupação e de sobrevivência em meio tão hostil à vida humana, devido

à sistemática escassez de água. Isso possibilitou que a Caatinga seja no presente a zona semiárida mais densamente povoada do planeta, com relativa segurança hídrica. A paisagem composta por esse bioma de relevo plano é destacada por dezenas de Monólitos de formas diversas e inusitadas, esculpidas pela natureza, compondo um conjunto de características únicas e complementada de forma excepcional pela intervenção humana, que é a Barragem do Cedro.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE E INTEGRIDADE

Forma e Concepção

O açude do Cedro mantém grandemente preservado o seu plano original, composto por quatro barramentos e uma rede de canais de irrigação. Os barramentos apresentam soluções estruturais diversas, que refletem a hierarquia e a função a que se destinam e revelam como a engenharia reduziu o dispêndio de recursos pelo aproveitamento das condições locais: as ombreiras e a fundação das barragens são a própria rocha natural. De outra parte, a forte ressonância entre o desenho curvo de sua barragem principal e a paisagem circundante definem uma imagem icônica, que se consolidou como uma representação fundamental da relação "homem e natureza no semiárido". Os Monólitos e a Barragem do Cedro operam em uma via simbólica de sentido duplo, na qual ora o fazer humano ressignifica o natural, ora o natural afirma-se sobre a imaginação humana, provocando leituras associativas da paisagem.

Materiais e Substância

O uso da alvenaria de pedra aparelhada tem destaque no complexo do açude do Cedro. De seus quatro barramentos, dois são em alvenaria de pedra, a barragem principal e o vertedouro. Em cada uma dessas estruturas, há soluções diferentes de design e cantaria. O material para a sua construção veio de pedreiras locais: rochas cristalinas de grande dureza e difícil lavra. Há, ainda, duas barragens secundárias, a barragem sul e a barragem Lagoa do Forges, executadas em maciços de terra homogêneos. A tecnologia de barragens em terra vinha sendo utilizada no Nordeste brasileiro desde o século XVIII, contexto no qual a alvenaria de pedra aparelhada introduziu-se como grande novidade e definiu uma linha de desenvolvimento da engenharia hidráulica. A execução da grande obra também representou experiência inédita para os habitantes da região, os quais, ao se engajarem na construção da barragem, vivenciaram o contraste entre a sua cultura telúrica e agropastoril e as novas formas de organização da produção, baseadas na divisão do trabalho, na hierarquia e no tempo do relógio.

Uso, função e sistemas de gestão

O açude do Cedro foi pensado originalmente como uma solução regional para a escassez hídrica, como um modelo a ser seguido no qual visava-se o aproveitamento da água na produção agrícola, através da irrigação. A rede de canais é parte do projeto inicial e representou uma de suas inovações, juntamente à tecnologia da barragem de pedra. Nas últimas décadas, a barragem e os monólitos vêm se consolidando como área de visitação turística, com apropriações as mais variadas – esportes de natureza, atividades esotéricas, turismo religioso – sempre imantadas pelo caráter único de sua paisagem.

Dada a sua importância, a área dos monólitos de Quixadá é objeto de diversas ações institucionais, sendo protegida e/ou reconhecida em diferentes esferas, a saber:

- A Barragem do Cedro é tombada pelo Iphan. Foi inscrita, em 1984, no *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* (inscrição n° 087) e no *Livro de Belas Artes* (inscrição n° 563).
- A área dos Monólitos é, também, tombada pelo Iphan. Foi inscrita, em 2004, no *Livro*

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (inscrição n° 144).

- O Governo do Estado criou, por meio do Decreto nº 26.805/2002, o *Monumento Natural Monólitos de Quixadá*, unidade de conservação de proteção integral que abrange a área delimitada pelas seguintes coordenadas geográficas: latitude sul entre 04° 54' e 05° 02' e longitude oeste entre 38° 53' e 39° 06'.
- Em 2001, foi firmado convênio entre o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS (proprietário da barragem do Cedro) e instituição federal a qual compete contribuir para a implementação dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos; o Iphan, instituição federal responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Patrimônio Cultural e a Prefeitura Municipal de Quixadá, sendo repassado a esta última a gestão dos terrenos que incluem o açude.
- Em 2009, os inselbergs de Quixadá foram incluídos na Lista World Famous Mountains Association – WFMA.

Localização e ambiente

O sertão nordestino é um espaço de grandes contrastes: entre as planuras do relevo e as elevações rochosas abruptas; entre os períodos de seca e as estações chuvosas que transformam a paisagem e regulam boa parte da vida humana. O sertão é o lugar da Caatinga, ora rala e arbustiva, ora frondosa e fechada em matas. Em Quixadá, esta conformação sublinha a presença dos inúmeros *inselbergs*, formações graníticas componentes do complexo cristalino pré-cambriano, formado há aproximadamente 600 milhões de anos, e que resultam de processos de intemperismo físico, compondo conjuntos diversificados em composição, tamanho, forma, textura, cor e relação com seu entorno. Compondo aqui contínuos com a vegetação mimetizada pela estiagem, ali com pequenos açudes, acolá com algumas brancas sedes de fazenda, entre os espelhos d'água, as rochas sempre formando infinitas possibilidades de paisagem.

Espírito e Sentimento

Impossível avistar os Monólitos sem sentir um enorme impacto. Ao nos aproximarmos, descobrimos em seus meandros a dança das formas, cujas rochas se transmutam em leves e pesadas, densas e rarefeitas, claras e escuras, lisas e texturadas, estéreis e férteis, sombrias e iluminadas. De maneira ora evidente ora sutil, figuras diversas surgem das rochas, suscitando a imaginação do observador. Nesse ambiente, sempre inusitado, a obra da barragem do Cedro denota o esforço da presença humana na transformação da paisagem, como que domando-a. Diante das condições historicamente rústicas, a ação humana se destaca e ao mesmo tempo se incorpora à paisagem, integrando-se a ela em busca de uma convivência salutar, promissora, num sentido de superação que exala do ambiente onde se manifesta.

INTEGRIDADE

Possui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal excepcional

A integridade no contexto de Quixadá se apresenta em dois níveis: Quanto aos Monólitos, é apreciada na força paisagística, na coerência imagética do conjunto, na preservação de seu caráter bucólico que ainda se impõe, não obstante a proximidade com o de Quixadá. Quanto à barragem do Cedro, na manutenção dos principais elementos de seu plano original e de sua funcionalidade como reserva hídrica e para irrigação.

É de dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância deste bem

A barragem do Cedro é um repositório coerente e conciso das transformações tecnológicas e sociais acarretadas pela política de combate ao efeito das secas, promovida pelo Segundo Império brasileiro e pela nascente República. Para além de seu testemunho concreto e eloquente enquanto obra d'arte, a qual se destaca entre seus pares, atingindo um nível de excepcionalidade global, é preciso destacar-lhe o papel como signo de um processo histórico, facilmente identificável na literatura e na produção científica que tratam do assunto. A articulação arrojada deste fato humano com o cenário dos Monólitos é um dos elementos determinantes para a aura excepcional que emana do todo o conjunto.

COMPARAÇÃO COM BENS SEMELHANTES

O agenciamento do meio e a relação com a água é uma constante que perpassa toda a história da humanidade, desde os primeiros assentamentos fixos de comunidades que recém dominavam a agricultura até o presente. Obras e sistemas hidráulicos notáveis foram construídos por diversos povos e em todos os períodos desde a Antiguidade, com as finalidades de controle de inundações, abastecimento de cidades, transporte e irrigação. Ademais, a relação escassez/abundância de água potável é um quesito universal da construção do arcabouço cultural de qualquer civilização ou sociedade. A Barragem do Cedro é um relevante capítulo do fio condutor que conecta as experiências do Homem no manejo da água, na adaptação e transformação de seu habitat e na evolução técnica da engenharia hidráulica.

Nessa perspectiva a Barragem do Cedro dialoga com o Sistema Hidráulico de Shushtar, província de Kuzestão, Irã, bem reconhecido pela UNESCO no ano de 2009 nos critérios (i), (ii) e (v), construída pelo gênio criativo de povos mesopotâmicos e contando com a contribuição do saber-fazer de outras culturas da Antiguidade. O sistema, que ainda se acha em uso, garantiu o abastecimento da antiga cidade e a implantação de uma extensa planície irrigada para o desenvolvimento da agricultura numa região semiárida. Da mesma maneira, minimizar a aridez do solo e do clima e expandir áreas agricultáveis era o intento da multiplicação de açudes no Nordeste Brasileiro, do qual a Barragem do Cedro foi a pioneira iniciativa de grande vulto e a mais emblemática por suas qualidades artísticas e paisagísticas.

A Barragem do Cedro guarda, também, um paralelo com a Barragem de Tibi, situada na província de Alicante, Espanha, monumento protegido em nível nacional desde 1994. A Barragem de Tibi, que represa o rio Monnegre, construída entre os anos de 1580-94 era a maior e mais avançada da época no mundo, representando uma inovação que não seria superada até a era das grandes barragens do final do século XIX. Tal como a Barragem do Cedro, a de Tibi foi erguida em arco com alvenaria de pedra, cuja parede se levanta num boqueirão entre dois grandes maciços rochosos, importando em economia de recursos e na criação de uma paisagem excepcional. Porém, enquanto a construção da Barragem de Tibi foi guiada pelo pensamento empírico, a Barragem do Cedro é uma manifestação da razão científica aplicada.

Cabe também a analogia da Barragem do Cedro ao Canal Rideau, situado na província de Ontário, Canadá, bem cultural do período pós revolução industrial e que integra a Lista do Patrimônio Mundial, inscrito no ano de 2007 pelos critérios (i) e (iv). Em ambos os casos, conhecimentos e técnicas de engenharia europeias foram aplicados nas Américas, sendo ainda estruturas preservadas e funcionais. Ainda que com finalidades distintas, uma de caráter militar outra para a agricultura, as duas obras se impuseram como marcos nas paisagens por meio de estruturas monumentais que se amalgamam aos elementos naturais.

Da paisagem exuberante dos Monólitos em Quixadá acham-se alusões com o Parque Nacional de Göreme (e sítios rupestres da Capadócia), província de Nevşehir, Turquia,

patrimônio cultural da humanidade inscrito em 1985 pelos critérios (i), (iii), (v) e (vii). Em especial, o último critério destaca a dramaticidade das forças erosivas sobre as formações rochosas na planície semiária do Vale de Göreme, esculpindo formas diversas de grande beleza e que interagem com os elementos culturais da paisagem. A associação é direta com a paisagem dos Monólitos, na qual se insere a Barragem do Cedro.

Por último, a área da Barragem do Cedro e dos Monólitos, inserida na zona semiárida com um bioma endêmico (a Caatinga), em um relevo excepcional, e com uma obra d'arte exemplar e seminal, constitui um enclave de significados que dificilmente se apresentam assim reunidos em outra situação.

Anexo 03. Parecer do relator e extrato do Conselho Consultivo do Iphan (reproduzido integralmente)

O objeto de proteção do presente processo consiste numa extensa área rural, lindeira à cidade de Quixadá, no sertão central do Ceará, cujo ambiente encerra um conjunto invulgar de serrotes, formações rochosas que historicamente vêm gozando do olhar admirado das sociedades que viveram e vivem na região ou por ela passam.

As qualidades paisagísticas e culturais da região, espécie de síntese do semiárido nordestino em escala monumental, fazem que ela seja bastante utilizada como locação para produções cinematográficas e ensaios fotográficos e tenha servido para ambientar os escritos da acadêmica Rachel de Queiroz, cuja família é tradicional na região.

Os serrotes são formações graníticas, de morfologia curiosa, com um mínimo de cobertura vegetal arbórea ou arbustiva, que sobressaem numa paisagem aplainada, na qual estão instaladas fazendas de criação.

Do conjunto desses serrotes, oito subconjuntos próximos entre si foram incluídos na área prevista para o tombamento. Apesar de sua importância, foram excluídos os monólitos contíguos à barragem do Cedro, bem tombado anteriormente (Proc. 1802-T-83), sugerindo-se que eles sejam incluídos numa oportuna e previsível extensão do tombamento da barragem.

Devem ser protegidos tanto os monólitos que formam os conjuntos selecionados, quanto os vazios que separam os diversos subconjuntos.

Com isto a proposta de delimitação passa a abranger o território de várias fazendas. Mas para não estender as limitações impostas pelo tombamento a todas as propriedades, a 4ª Superintendência Regional do IPHAN propôs uma delimitação que exclua toda área que não esteja diretamente ligada à percepção dos monólitos.

O tombamento, ao afirmar o extraordinário valor paisagístico e cultural do conjunto dos serrotes, busca impedir a depredação selvagem, mais iminente para os monólitos de excelente granito, bem como controlar o avanço desordenado da área urbana e as atividades do crescente fluxo turístico.

O pedido inicial de tombamento é de autoria da escritora Raquel de Queiroz, datado de 19 de junho de 1995, ratificado por abaixo-assinado de quase 500 cidadãos quixadenses, datado de 15 de outubro de 1996 e encaminhado pela professora Marcélia Marques, da Universidade Estadual do Ceará.

A instrução processual do tombamento foi feita pela 4ª Superintendência regional do IPHAN.

A área equivalente a 5.828,09ha, em área rural, limitando com o espaço urbano, pertence a 43 proprietários de domínio, que foram notificados por Edital.

No processo consta a delimitação precisa da área. Mas não se propôs uma delimitação de entorno, talvez até pelas características singulares do conjunto, implantado em área rural, as quais permitem que estudos sejam futuramente desenvolvidos para atendimento dessa questão.

No processo constam os critérios iniciais de intervenção apresentados pela 4ª SR/IPHAN, relacionados com construções (distância dos serrotes, altura, aprovação prévia pelo Iphan e prefeitura municipal), o revestimento das estradas, a proibição de “outdoors”, o padrão e a localização de placas de sinalização, o parcelamento do solo, a proibição de extrativismo e da colocação de caixas de água, antenas e outros equipamentos em cima dos serrotes, a obrigação dos proprietários de garantir as condições naturais, a proibição de obras de saneamento e de engenharia civil sem prévia aprovação pelo Iphan, a proibição de ocupar área de sítios arqueológicos registrados ou não e a aplicação de todas as formas de proteção legal sob atribuição de outros órgãos.

A área escolhida já se encontra em parte sob a responsabilidade legal do Iphan por abrigar sítios arqueológicos cadastrados.

Também constam no processo informações de que a Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR tem a intenção de transformar o local em parque de âmbito nacional, onde conviveriam medidas de proteção e uso do solo sob o ponto de vista ecológico, turístico, esportivo, rural e agora também cultural.

Por essas razões o Iphan já deu conhecimento do tombamento do Conjunto Paisagístico dos Serrotes (formações geomorfológicas em monólitos ou Inselbergs) aos seguintes órgãos e entidades de licenciamento e/ou fiscalização:

1. **Município de Quixadá, por sua localização geográfica propriamente dita;**
2. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA), por sua localização em área rural;**
3. **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pelas características naturais do local;**
4. **Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), pela presença no local de granito e outros minerais sujeitos a exploração;**
5. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), por sua localização no sertão, em área de secas.**

Por fim, a Dra. Beatriz da Rosa Miguel, em 27.12.2003, manifestou no PARECER/PROFED/IPHAN nº 061/03 que não restam duvidas de que os autos se encontram instruídos em atendimento à legalidade do ato, reverenciando satisfatoriamente os valores paisagísticos do aludido conjunto e que a matéria contida no Processo nº 1.377-T-96 está em condições de ser submetida à apreciação do Egrégio Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que deverá decidir acerca do tombamento do Conjunto Paisagístico dos Serrotes, constituído por formações geomorfológicas em monólito, no município de Quixadá, no Ceará e dos critérios de intervenção propostos para o local.

Por tudo o que antecede o Relator é de Parecer que o projeto pode ser aprovado em sua integridade e o Conjunto Paisagístico dos Serrotes (formações geomorfológicas em monólitos ou Inselbergs), por sua excepcional beleza e unicidade de conjunto seja inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

São Leopoldo, aos 11 de maio de 2004.

Conselheiro Pedro Ignácio Schmitz

Parecer Final do Conselho Consultivo (extrato da Ata do Conselho Consultivo)

O Presidente colocou em votação a proposta contida no Processo nº 1.377-T-96, acolhida por unanimidade, ficando tombado o Conjunto Paisagístico dos Serrotes, situado no município de Quixadá, Estado do Ceará, e aprovados os critérios de intervenção propostos para o local.

Anexo 04. Listagem Bens tombados como paisagem (1938-2015) destacando as paisagens naturais. Adaptado pelo autor. Fonte: Arquivo Central do IPHAN

Localização		Informações sobre o Bem	Informações sobre o Processo			
UF	Município	Nome	Situação	Nº do processo	Ano	Inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
AL	União dos Palmares	Serra da Barriga, parte mais acantilada, conforme descrição constante na Informação nº123/85, às fls 146 a 148 e do mapa	Tombado	1069	1982	fev/86
BA	Ituaçu	Gruta da Mangabeira	Tombado	606	1960	jul/62
BA	Palmeiras	Morro do Pai Inácio: conjunto paisagístico e rio Mucugêzinho	Tombado	1356	1995	mai/00
BA	Santa Cruz Cabrália	Conjunto Paisagístico em Santa Cruz Cabrália, especialmente o Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o Conjunto Arquitetônico E Paisagístico Da Cidade Alta, que Inclui a Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição e a Casa de Câmara e Cadeia.	Tombado	1021	1980	jan/81
BA	Porto Seguro	Município de Porto Seguro, em especial o Monte Pascoal	Tombado	800	1968	mar/74
CE	Quixadá	Conjunto Paisagístico dos Serrotes, constituído por formações geomorfológicas em monólito, no município de Quixadá	Tombado	1377	1996	set/08
MG	Matozinhos	Lapa da Cerca Grande	Tombado	491	1953	jun/62
MG	Caeté	Santuário de Nossa Senhora da Piedade: conjunto arquitetônico e paisagístico	Tombado	526	1955	set/56
MG	Belo Horizonte	Conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral	Tombado	591	1598	set/60
MS	Bonito	Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida	Tombado	979	1978	nov/78
RJ	Rio de Janeiro	Praias de Paquetá	Tombado	99	1938	jun/38
RJ	Rio de Janeiro	Morros da Cidade do Rio de Janeiro	Tombado	99	1938	jul/38
RJ	Guapimirim	Maciço Rochoso Dedo de Deus	Tombado	1405	1997	jul/04
RJ	Rio de Janeiro	Corcovado	Tombado	869	1973	ago/73
RJ	Rio de Janeiro	Morro Cara de Cão	Tombado	869	1973	set/73
RJ	Rio de Janeiro	Morro da Babilônia	Tombado	869	1973	out/73
RJ	Rio de Janeiro	Morro da Urca	Tombado	869	1973	nov/73
RJ	Rio de Janeiro	Morro Dois Irmãos	Tombado	869	1973	dez/73
RJ	Rio de Janeiro	Pão de Açúcar	Tombado	869	1973	jan/74
RJ	Rio de Janeiro	Pedra da Gávea	Tombado	869	1973	fev/74
RJ	Rio de Janeiro	Lagoa Rodrigo de Freitas: conjunto paisagístico	Tombado	878	1973	jun/00
RJ	Rio de Janeiro	Parque Nacional da Tijuca e Florestas de proteção acima das cotas de oitenta e cem metros	Tombado	762	1962	abr/67

Anexo 05a. Memorial descritivo – Zona 02

O presente Memorial Descritivo é parte integrante dos resultados alcançados no desenvolvimento desta dissertação de mestrado e consiste num documento integrante ao zoneamento apresentado anteriormente. Segui-se com o referenciamento, mediante coordenadas geográficas, e orientações espaciais da área indicada como trechos de uma potencial rerratificação da poligonal dos Monólitos de Quixadá. Este documento deve ser utilizado em conjunto com o mapa gerado em *softwares* específicos, constante na Figura 78, na página 157.

Descrição. A zona 02 tem inicio na esquina da Rua Um com a Rua José de Queiroz Pessoa (-4.9638 Lat. S e -39.0371 Long. W) no bairro Planalto Renascer. Contornando os monólitos do conjunto do Serrote Verde (-4.9623 Lat. S e -39.0436 Long. W & -4.9550 Lat. S e -39.0420 Long. W) até a esquina da Rua Argentina com a CE 060 (Avenida Estados Unidos) (-4.9532 Lat. S e -39.0286 Long. W). Em uma linha reta por, aproximadamente, 1.750 metros, contornando os monólitos do conjunto do Herval até chegar à esquina com a Avenida Plácido Castelo (-4.9438 Lat. S e -39.0201 Long. W) Deste ponto, o caminho a ser percorrido passa por dentro de terras particulares, em virtude de não existirem estradas ou marcos físicos naturais (-4.9395 Lat. S e -39.0044 Long. W) e deste ponto até o entroncamento com a CE 122 (-4.9427 Lat. S e -38.9872 Long. W). Em seguida, segue o fluxo do riacho Sitiá margeando os monólitos (-4.9459 Lat. S e -38.9852 Long. W & -4.9544 Lat. S e -38.9891 Long. W) até a rotatória entre a CE 122 e a CE 265 esquina com Açude do Eurípedes e a Pedra do ET (-4.9650 Lat. S e -38.9973 Long. W). A partir daí, segue margeando o Açude do Eurípedes (ou Lagoa dos Monólitos) que fica no lado esquerdo no sentido da Rua Dom Lucas (-4.9641 Lat. S e -39.0026 Long. W) até chegar ao cruzamento com Estrada do Algodão (-4.9602 Lat. S e -39.0109 Long. W). Deste ponto, segue-se o leito do riacho Sitiá até chegar a Estrada do Choro esquina com Cemitério (-4.9644 Lat. S e -39.0211 Long. W) e em seguida até o cruzamento da Estrada do Choro com a Rua Joaquim Gomes da Silva (-4.9622 Lat. S e -39.0245 Long. W). Desse ponto, segue em linha reta por, aproximadamente, 2 km passando por terras particulares até as proximidades da Pedra da Nariguda (-4.9756 Lat. S e -39.0456 Long. W) com o Loteamento Santa Clotilde (em fase de implantação) até o cruzamento com a Avenida José de Freitas Queiroz (-4.9782 Lat. S e -39.0493 Long. W) que dá acesso ao bairro Cedro Velho retornando em linha reta por terras particulares até a Rua Joaquim Gomes da Silva (-4.9742 Lat. S e -39.0544 Long. W & -4.9623 Lat. S e -39.0436 Long. W).

Obs. O Memorial Descritivo foi elaborado separadamente para cada uma das zonas classificadas. Salienta-se que o Memorial Descritivo da Zona 01 não foi feito em virtude do difícil acesso em percorrer toda a área de alcance do conjunto dos monólitos, de uma infraestrutura de equipamentos e de uma equipe maior para dar conta, o que necessitaria de custos extras.

Anexo 05b. Memorial Descritivo – Zona 03

O presente Memorial Descritivo é parte integrante dos resultados alcançados no desenvolvimento desta dissertação de mestrado e consiste num documento integrante ao zoneamento apresentado anteriormente. Segui-se com o referenciamento, mediante coordenadas geográficas, e orientações espaciais da área indicada como trechos de uma potencial rerratificação da poligonal dos Monólitos de Quixadá. Este documento deve ser utilizado em conjunto com o mapa gerado em *softwares* específicos, constante na Figura 80, na página 159.

Descrição. O ponto inicial da Zona 03 fica localizado no cruzamento da Estrada do Choro (ou Avenida Estados Unidos) com a Rua Joaquim Gomes da Silva (-4.9622 Lat. S e -39.0246 Long. W), seguindo até Rua José de Queiroz da Silva na esquina com a FECLESC/UECE de Quixadá marcando o segundo ponto de referência (-4.9687 Lat. S e -39.0252 Long. W). A poligonal seguirá a Rua José de Queiroz da Silva até ela mudar de nome e passar a se chamar Rua Epitácio Pessoa até chegar à esquina com a Rua do Corte (-4.9686 Lat. S e -39.0117 Long. W). Desse ponto segue contornando a Rua do Corte até chegar ao entroncamento com a Rua Francisco Batista de Queiroz (-4.9663 Lat. S e -39.0120 Long. W). Contornando a Pedra do Cruzeiro até chegar ao cruzamento com a Rua Ader. Ferreira Araújo (-4.9637 Lat. S e -39.0136 Long. W) seguindo esta Rua que margeia a Pedra do Cruzeiro até a esquina com a Avenida Plácido Castelo (-4.9651 Lat. S e -39.0157 Long. W). Desse ponto, seguindo a direção sul até a esquina com a Rua Ovídio Maia (-4.9669 Lat. S e -39.0162 Long. W) e deste ponto segue em linha reta até a esquina com a Estrada do Choro (ou Avenida Estados Unidos) (-4.9669 Lat. S e -39.0196 Long. W) contornando esta Avenida que margeia a Pedra do Cemitério até o ponto inicial no cruzamento com a Rua Joaquim Gomes da Silva (-4.9622 Lat. S e -39.0246 Long. W).

Obs. O Memorial Descritivo foi elaborado separadamente para cada uma das zonas classificadas. Salienta-se que o Memorial Descritivo da Zona 01 não foi feito em virtude do difícil acesso em percorrer toda a área de alcance do conjunto dos monólitos, de uma infraestrutura de equipamentos e de uma equipe maior para dar conta, o que necessitaria de custos extras.